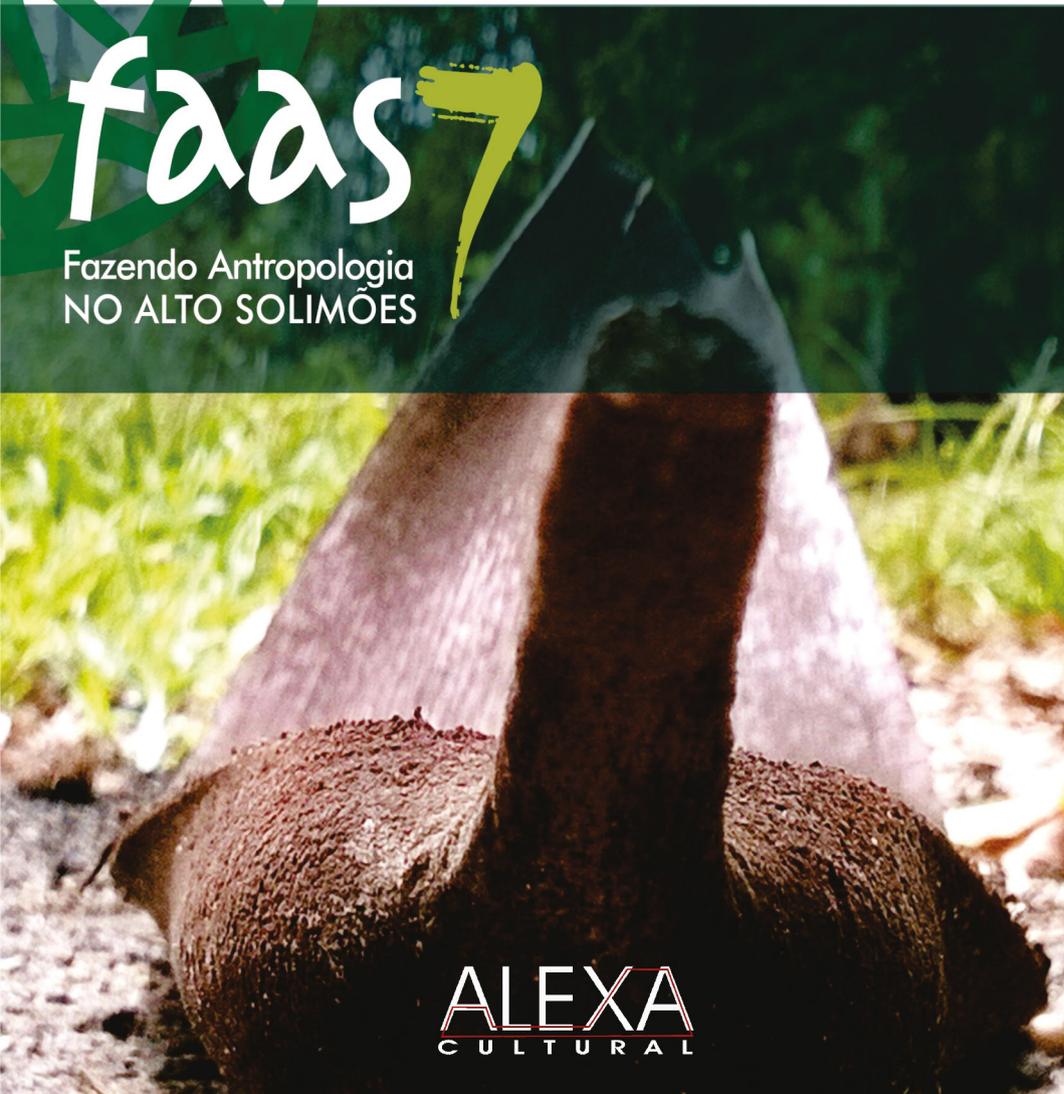


Michel Justamand  
Renan Albuquerque Rodrigues  
Tharcísio Santiago Cruz  
(Orgs.)



faas

Fazendo Antropologia  
NO ALTO SOLIMÕES



ALEXA  
CULTURAL

© by Alexa Cultural

**Direção**

Yuri Amaro Langermans  
Nathasha Amaro Langermans

**Editor**

Karel Langermans

**Capa**

K Langer

**Revisão Técnica**

Michel Justamand e Renan Albuquerque Rodrigues

**Fotografia da capa**

Everton Auzier

**Editoração Eletrônica**

Alexa Cultural

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

J276m JUSTAMAND, M.

A401r ALBUQUERQUE, R.

C379t CRUZ, T. S.

Fazendo Antropologia no Alto Solimões volume 7 - Michel Justamand,  
Renan Albuquerque Rodrigues, Tharcísio Santiago Cruz, Alexa Cultural:  
São Paulo, 2017

14x21cm - 192 páginas

ISBN - 978-85-63354-66-2

1. Antropologia - 2. Estudos de casos - 3. Solimões (AM) - I. Índice -  
II Bibliografias

CDD - 300

Índices para catálogo sistemático:

Antropologia

Solimões (AM)

Todos os direitos reservados e amparados pela Lei 5.988/73 e Lei 9.610  
Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles  
emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da editora e dos organizadores

**ALEXA**  
CULTURAL

Rua Henrique Franchini, 256  
Embú das Artes - SP - CEP: 06844-140  
alex@alexacultural.com.br

Michel Justamand  
Renan Albuquerque  
Tharcisio Santiago Cruz  
Organizadores

**Fazendo Antropologia no  
Alto Solimões**  
**volume 7**

ALEXA  
CULTURAL

Embu - SP  
2017

# COMITÊ CIENTÍFICO

## Presidente

Yvone Dias Avelino (PUC/SP)

## Vice- presidente

Pedro Paulo Abreu Funari (UNICAMP)

## Membros

Benedicto Anselmo Domingos Vitoriano (Anhanguera – Osasco/SP)

Fábia Barbosa Ribeiro (UNILAB – São Francisco do Conde/BA)

Graziele Acçolini (UFGD – Dourados/MS)

Júlio Cesar Machado de Paula (UFF – Niterói/RJ)

Karel Henricus Langermans (Anhanguera - Campo Limpo - SP)

Luciane Soares da Silva (UENF – Campos de Goitacazes/RJ)

Marilene Corrêa da Silva Freitas (UFAM – Manaus/AM)

Odenei de Souza Ribeiro (UFAM – Manaus/AM)

Patricia Sposito Mechi (UNILA – Foz do Iguaçu/PR)

Paulo Alves Junior (FMU – SP)

Thereza Cristina Cardoso Menezes (UFRRJ - Rio de Janeiro/RJ)

Vanderlei Elias Neri (UNICSUL/SP)

Vera Lúcia Vieira (PUC/SP)

Wanderson Fabio Melo (UFF – Rio das Ostras/RJ)

## CONSELHO EDITORIAL DA OBRA

Ana Paula Nunes Chaves (UDESC/SC)

Clécio Ferreira Mendes (PUC - São Paulo/SP)

Cristian Farias Martins (UFAM - Benjamin Constant/AM)

Gilse Elisa Rodrigues (UFAM - Benjamin Constant/AM)

Graziele Acçolini (UFGD – Dourados/MS)

Kelly Ludkiewicz Alves (UFBA – Salvador/BA)

Leandro Infantini (UAlg – Portugal)

Luiz Daniel Rodrigues Dinarte (UFRGS/RS)

Patrícia Bayod Donatti (LAP/UNICAMP – Campinas)

Pedro Paulo A. Funari (UNICAMP/SP)

Roseline Mezacasa (UNIR – Rolim de Moura/RO)

Rita de Cassia Andrade Martins (UFG – Jataí/GO)

Rita Juliana Poloni (UFPEL/RS)

## IGARAPÉ ESPERANÇA

Minha vida criança  
Na fotografia amarelada  
Buscando os encantos  
De tempos passados

Emoções presentes  
Nas correntezas da vida  
O igarapé Esperança  
Transborda lembranças

No barquinho de balseiro  
Navegava meus sonhos  
Na busca do rio  
Um caminho a navegar.

Agora distante  
Contemplo do universo  
Esperando que um dia  
A ti poder voltar

Sei que tua essência  
Ainda clama  
A teus filhos ingratos  
Liberdade pra sobreviver.

*Odri Araújo*



# A SÉRIE FAAS E AS OPORTUNIDADES ALCANÇADAS

*Michel Justamand*

*Renan Albuquerque*

*Tharcísio Santiago Cruz*

A série Fazendo Antropologia no Alto Solimões (FAAS), cujo volume sete ora se apresenta, foi um efetivo implemento científico-literário, o qual consideramos muito importante no contexto da expansão das universidades brasileiras na Amazônia, na primeira década dos anos 2000 e na sequência temporal que se apresenta.

Idealizada por Michel Justamand (Ufam/AM) e alguns de seus pares do Colegiado de Antropologia desta universidade amazônica, incluindo Adailton da Silva, Cristian Farias Martins, Gilse Elisa Rodrigues e Tharcísio Santiago Cruz, além de demais colaboradores e incentivadores – e aqui posso me situar como um deles –, a série foi um marco no contexto da democratização da produção de ciência na tríplice fronteira Brasil-Colômbia-Peru.

Primeiro porque se tornou ao mesmo tempo acessível à comunidade não apenas universitária, mas em geral, e os livros tiveram ainda distribuição nacional, pela Livraria Cultura entre outras; segundo porque agregou nomes de relevo que compõem o cenário brasileiro de pesquisas da área das ciências sociais; e ainda porque justificou exatamente a função de uma universidade no interior do bioma Amazônia: popularizar o saber.

“Popularizar o saber”, nesse pormenor, não é um jargão eleitoral barato, mas sim um modo de auxiliar fortemente a afirmar a Ufam enquanto sede institucional de saberes multidisciplinares no Alto Solimões, que historicamente é uma região tão castigada por entraves territoriais e simbólicos. Nesse caminho, vejamos quais artigos tendenciam por tal vertente.

No primeiro capítulo do livro, Adailton da Silva, apresenta neste artigo certos usos da noção de saúde em Antropologia, abordando como o corpo aparece na discussão antropológica em seu diálogo com as Ciências da Saúde. Avança também sobre a leitura de certas relações entre saúde e corpo negro entre autores cânones nos estudos afrobrasileiros, e alinhava este esforço através da análise crítica de uma série de imbricações entre a antropologia aplicada e as políticas de saúde.

No artigo de Ana Cristina Alves Balbino o objetivo foi discutir ex-

periências a respeito dos temas ferrovia, futebol e política, por meio das memórias e atuações de ferroviários da antiga São Paulo Railway Company/SP. O texto considera que os clubes de futebol eram usados como espaço não apenas de lazer, mas supõe-se também de discussões políticas.

Viva Cuba Livre! A reaproximação histórica entre Cuba e EUA, de Daniela Alves e Lilian Grisolio, explora o cenário passado e atual da política externa dos dois países, com reflexões sobre o processo de reaproximação em andamento. A perspectiva foi avaliar motivações e possíveis consequências do evento, abarcando discussões ligadas a questões políticas e socioculturais, centrando em evidências históricas.

Michel Justamand, em *As relações entre EUA e Nicarágua* segundo Noam Chomsky, almeja exibir memórias da revolução nicaraguense, bem como a invasão, suas consequências e também a política externa do império invasor. Ele aspirou estudar temáticas associadas a insurgentes sandinistas e ao governo Ronald Reagan, bem como à população em geral e aos indígenas envolvidos nas investidas do grande capital em terras já muito destruídas pelos conquistadores anteriores.

No texto *A genealogia do samba em Paulo Lins*: desde que o samba é samba malandro é ser sambista, de Rafaela Procknov, se discute a composição étnica e estética do livro de Paulo Lins, o qual apresenta um universo povoado pelos remanescentes da escravidão negra no Brasil: os malandros, as mães de santo e as entidades do candomblé e da umbanda.

No paper seguinte, estudo de caso organizado pelo comunicador social Dener Ribeiro, sob supervisão do prof. Renan Albuquerque, com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), são interpretadas práticas de disseminação de saberes no contexto da região do Baixo Amazonas/AM, região Norte, na divisa do Amazonas com o Pará. O texto avalia desafios relacionados às mudanças tecnológicas que, de certo modo, limitam profissionais acadêmicos inadaptados ao universo hi-tech da informação e da comunicação.

Em *A teoria do reconhecimento pode ser uma teoria da emancipação?* problematizando o *Luta por Reconhecimento* de Axel Honneth, de Ronaldo de Souza, busca-se, entre demais questões, reconstruir hermenêuticamente elementos constitutivos da teoria do reconhecimento de Honneth, reconstruindo conceitos e estruturas argumentativas contidas na obra *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*.

Tharcisio Cruz, com o artigo *A capoeira e as interpretações eugênicas e raciais no século XIX*, sublinha o funcionamento de discursos e práticas protagonizados no campos político-científico e seus representantes e expoentes da época. Segundo ele, essas defesas foram racionalidades agressoras, notadas em relações sociais entre grupos de poder e atores de determinadas camadas, como a dos capoeiras em suas comunidades.

Valdemar Sousa Junior em “Forjando tradições: pensando a identidade da Folha”, tem o propósito de conjecturar a produção identitária do jornal paulista, tomando como marco o lançamento do livro História da Folha de S.Paulo. Para isso utiliza as categoria de invenção das tradições de Hobsbawm e de comunidades imaginadas de Hall com a finalidade de entender como o livro contribuiu para forjar a tradição liberal-democrática com qual o jornal se identifica.

Washington Eufrazio e Joyce Firmino, na sequência, abordam problemáticas inerentes a definições conflitantes acerca do universo das travestis, pois se tratam de identificações sociais preestabelecidas, construídas sob convenção. Mas como buscar esse “enquadramento” visto que a travesti é entendida como um indivíduo que carrega, na sua constituição, traços do masculino e do feminino? Essa questão é debatida.

Partindo dessa conjuntura de estudos, o que se nota é a multidisciplinaridade da coletânea. O que se almejou neste livro, além do que já expomos, foi acrescentar dados ao robusto universo de resultados de pesquisa com temáticas amazônicas e de outras regiões do país, sobremaneira em razão de uma interlocução com diferentes áreas do conhecimento.

Boa leitura a todos.



# SUMÁRIO

A série FAAS e as oportunidades alcançadas  
*Michel Justamand, Renan Albuquerque e Tharcisio Santiago Cruz*

7

Uma leitura possível sobre a saúde e o negro na Antropologia  
*Adailton da Silva*

13

O futebol paulista pelos caminhos de ferro (1939-1973)

*Ana Cristina Alves Balbino*

41

Viva Cuba Livre! A Reaproximação Histórica entre Cuba e EUA

*Daniela Alves e Lilian Marta Grisolio*

59

As relações entre EUA e Nicarágua segundo Noam Chomsky

*Michel Justamand*

73

A genealogia do samba em Paulo Lins: desde que o samba é samba  
malandro é ser sambista

*Rafaela Cassia Procknov*

87

A Transferência de conhecimento por plataforma OJS: o caso do Baixo  
Amazonas/AM

*Dener Albuquerque Ribeiro e Renan Albuquerque Rodrigues*

105

A Teoria do Reconhecimento pode ser uma Teoria da Emancipação?  
Problematizando o Luta por Reconhecimento de Axel Honneth

*Ronaldo Tadeu de Souza*

119

A capoeira e as interpretações eugênicas e raciais no século XIX

*Tharcisio Santiago Cruz*

131

Forjando tradições: pensando a identidade da Folha de S.Paulo a partir  
de Hobsbawm e Hall

*Valdemar Gomes de Sousa Junior*

143

Corpo em processo: a transformação corporal das travestis  
*Washington Napoleão Eufrázio e Joyce Freitas Araújo Firmino*

159

Os Ticuna protagonizando no Alto Solimões

*Maria Auxiliadora Coelho Pinto, Michel Justamand e  
Sebastião Rocha de Sousa*

167

Sobre os autores

189

# UMA LEITURA POSSÍVEL SOBRE A SAÚDE E O NEGRO NA ANTROPOLOGIA

*Adailton da Silva*

A um povo assim prejudicado não se deveria pedir que competisse com o mundo, mas sim permitir-lhe que dispusesse de todo o tempo e energia mental para tratar de seus problemas sociais. Mas, ai! Enquanto os sociólogos listam com júbilo, na população de cor, os bastardos e as prostitutas, o Negro suarento, exaurido do trabalho, tem sua própria alma escurecida pela sombra de um profundo desespero. Os homens chamam essa sombra de preconceito, explicando-o em termos eruditos como a defesa natural da cultura contra o barbarismo, do saber contra a ignorância, da pureza contra o crime, das raças “superiores” contra as “inferiores”. (DU BOIS, 1999, pg.5959)

Apresento na primeira parte deste artigo a pertinência de compreender certos usos da noção de saúde em antropologia. Em seguida abordo como o corpo é território valioso à discussão antropológica em seu diálogo com as ciências sociais em saúde.

No trecho seguinte avanço sobre a leitura de certas relações entre saúde e corpo negro entre autores cânones nos estudos afrobrasileiros. Ao final busco alinhar este esforço através da análise de uma série de imbricações entre a antropologia aplicada e as políticas de saúde.

Pela necessidade de síntese e objetividade, alguns aspectos desta discussão já tratados por este autor em textos anteriores não serão plenamente desenvolvidos aqui. Quando absolutamente necessário farei referência ao entendimento já previamente exposto em outro artigo. Porém, só e tão somente quando for imprescindível ao desenrolar do argumento.

Antes de cada item, uma pérola de Du Bois, que viveu longa e proficuamente dedicando-se a luta pela autodeterminação de africanos e afrodescendentes.

## De Saúde e Antropologia

Quanto à pergunta real: Como é a sensação de ser um problema? Raramente respondo uma palavra sequer. E, no entanto, ser um problema é uma experiência estranha – até mesmo para alguém que jamais foi outra coisa. (DU BOIS, 1999, pg.52)

A antropologia da saúde, como um ramo do campo disciplinar da antropologia sequer aparece em vários manuais ou historiografias da disciplina. Ao tratar de descrever a antropologia como campo disciplinar, vários pesquisadores sequer reconhecem o estudo da saúde como uma de suas subdivisões relevantes e definidoras. Apesar disto, pode-se identificar entre os pioneiros da disciplina colaborações metodológicas fundamentais para o desenvolvimento da antropologia como ciência que irão se constituir no diálogo com as ciências da saúde. Alguns destes elementos irão se transmutar no decorrer do desenvolvimento e afirmação da antropologia como campo disciplinar, e permitir posteriormente o estabelecimento de vínculos duradouros nesta ponte que aqui chamaremos antropologia da saúde. Isto significa dizer que nesta introdução proponho problematizar as distinções entre Ciências Naturais e Ciências Sociais mais comumente apresentadas (Matta, 1984). Alguns destes empréstimos conceituais e metodológicos, presentes deste o início da disciplina antropológica, propiciaram certas abordagens e temáticas de investigação sobre corpo, medicina, saúde e doença que irão florescer na antropologia dos estudos afro-brasileiros.

Matta fala de três planos de consciência da Antropologia. O primeiro destes planos se refere a “uma consciência física no estudo do Homem”. Este é o plano da Antropologia Biológica ou Física, que revela “como estamos ligados ao mundo animal e aos mecanismos básicos de vida no planeta” (MATTA, 1984, pg.36). O autor considera que as reflexões neste plano de consciência estariam resguardadas ao estudo do passado longínquo da humanidade, em tempos e espaços primordiais, “no limiar entre o científico e o religioso” (MATTA, 1984, pg.37). Já Gomes, reconhece maior importância às pesquisas da Antropologia Biológica, admitindo “desdobramentos em vários setores das ciências humanas e até da filosofia” (Gomes, 2009:17), ainda que encapsulada em uma perspectiva evolucionista.

“De certo modo, a temática mais importante da Antropologia Biológica é tentar encontrar o lugar do homem na Natureza e ao mesmo tempo conhecer a especificidade de sua natureza. Para tanto, ela está em permanente diálogo e busca subsídios em várias ciências biológicas, a começar pela Anatomia” (GOMES, 2009, pg.19)

A noção de saúde como funcionamento normal do organismo biológico aparece igualmente na antropologia física<sup>1</sup> e nos estudos psico-

---

1 “(...) é o estudo do homem enquanto ser biológico, dotado de um aparato físico e uma carga genética, com um percurso evolutivo definido e relações específicas com outras ordens e espécies de seres vivos. (...) lança mão de métodos e técnicas comuns a outros ramos da Biologia, da Genética e da Zoologia, além da Paleontologia, de modo que o cientista a ela dedicado deve ter familiaridade com todas essas outras disciplinas, sendo um biólogo especializado no estudo do homem. Na história da Antropologia, grande parte da popularidade da disciplina decorre de achados científicos vindos desta esfera de estudo” (MATTA, 1984, pg.8)

antropológicos<sup>2</sup>. As obras pioneiras de Durkheim já expressavam de maneira evidente este esforço em compreender as sociedades a partir de certa noção de saúde:

Por isso, tal como para os indivíduos, a saúde é boa e desejável também às sociedades, ao contrário da doença, que é coisa má e de evitar. Se encontrarmos um critério, objetivo, inerente aos próprios fatos, que nos permita distinguir cientificamente a saúde da doença nas diferentes ordens de fenômenos sociais, a ciência estará em condições de esclarecer a prática permanecendo fiel ao seu próprio método. (DURKHEIM, 2007, pg.69)

Ao mesmo tempo este mesmo autor buscava afirmar a necessidade de ir além de uma base biológica para produção de conhecimento, e a validade em termos científicos do método sociológico:

Não foi sem razão que se afirmou que o próprio eu era uma sociedade, assim como o organismo, embora de outra maneira, e há já muito que os psicólogos mostraram toda a importância do fator associação para a explicação da vida do espírito. Mais ainda que uma cultura biológica, uma cultura psicológica portanto, constitui para o sociólogo uma propedêutica necessária; mas só lhe será útil com a condição de se libertar dela depois de a ter admitido e de a ultrapassar completando-a com uma cultura especialmente sociológica. (Durkheim, 2007, pg.121)

Outra compreensão da antropologia precedeu e foi contemporânea desta sociologia apresentada por Durkheim. Enquanto o pesquisador francês parecia tomar do campo da saúde o diálogo com as disciplinas *psi*, uma antropologia física havia se estruturado bastante a partir de análises e classificações anatômicas<sup>3</sup>. Surgiram em fins do século XIX os esforços de associação entre uma antropologia em busca de afirmação

---

2 “Outro exemplo é o das relações entre alguns antropólogos e os psicólogos e psicanalistas. Algumas vezes foi proposto o estabelecimento de subdisciplinas na antropologia para distinguir claramente orientações especializadas. Assim A. L. Kroeber sugerira a delimitação de uma “psicologia cultural” (Mercier, 1974, pg.14).

3 “Na antropologia em sentido lato é sobretudo o estudo das características físicas do homem que se desenvolve. P. Broca elabora técnicas nesse sentido. P. Topinard e A. de Quatrefages utilizam ideias darwinianas que fazem progredir os trabalhos de descrição e classificação de raças humanas, e ainda que não menos prezem aspectos sociais e culturais da história humana, não lhes dão posição de importância. A obra de J. Deniker, no final do século, revela claramente a maneira como eles são encarados por essa escola. O próprio título é significativo: *Les races et les peuples de la terre*; os dados etnográficos nada mais fazem do que completar a descrição dos grupamentos raciais. Não é para surpreender que nessas condições tenham nascido na França teorias que valorizam o fator racial na interpretação da história da humanidade. Em 1853 A. Gobineu publica seu *Essai sur l'Inégalité des races humaines*; nega praticamente qualquer influência do meio sobre o homem, e vê nos diferentes cruzamentos raciais, ocorridos no transcurso da história, a única base para a explicação do progresso, decadência e estagnação que as sociedades humanas conheceram” (Mercier, 1974:14).

e uma ciência eugênica recém constituída. Otto Klineberg<sup>4</sup> encontra precedente nas obras de Aristóteles, no século V A.C., para explicações que vão relacionar diferenças observáveis entre grupos humanos e suas formas de organização e domínio político. O conhecimento de geografia disponível naquele momento serviu para hierarquizar povos de acordo com as melhores condições de saúde necessárias a conformação da raça naturalmente destinada a governar o mundo. Enquanto para outros povos mais ao norte havia frio demais – o que lhes restringia a inteligência e os inabilitava para a organização – e mais ao sul o calor desprovia outros povos de temperamento (os africanos?) – os gregos eram os dotados pela providência divina das melhores condições de saúde para governar o mundo. Vitruvius 300 anos depois repetirá o argumento, substituindo gregos por romanos.

Ainda que metáforas matemáticas e da física tenham servido à constituição do instrumental teórico da antropologia como disciplina, duas formulações precedentes seguem se reformulando e atualizando no fazer antropológico. Uma primeira, que retoma a anatomia e fisiologia, seja como base mesma para a compreensão da diversidade humana, para compreensão de seu funcionamento e dispersão, ou como metáfora que permite análises e comparações<sup>5</sup>. A utilização das noções de “rizoma” e “paisagens” como apostas recentes do debate antropológico talvez tenham conseguido deslocar, ainda que parcialmente, esta aproximação da zoologia para a botânica e a ecologia. No entanto permanecem utilizando a anatomia e a fisiologia dos organismos como fundamentações da compreensão do humano. Outra aposta antropológica vai reiterar a importância de uma dimensão de inconsciente coletivo, de subjetividades compartilhadas, de constituição dos sujeitos e grupos a partir de um universo mental de abstrações e categorias do pensamento<sup>6</sup>. Esta segunda

4 Do Livro “As diferenças Raciais” de autoria de Otto Klineberg, número 2 da coleção “Ciências Sociais”, dirigida por Florestan Fernandes, e publicada pela Universidade de São Paulo em parceria com a Companhia Editora Nacional em 1966. Klineberg à época era professor na Universidade de Colúmbia e havia sido aluno de Ruth Benedict e Franz Boas. Foi também professor de Psicologia na Universidade de São Paulo, e teve publicado em português ao menos um manual de Psicologia Social. O livro “As diferenças raciais” foi traduzido pela Professora Gioconda Mussolini quando esta compunha o Departamento de Antropologia da USP.

5 “Um ramo da escola histórico-cultural apareceu na antropologia de língua francesa, com G. Montandon, cuja obra resulta da convergência de sua formação em antropologia física com as sugestões desta escola. Indicando que a noção de círculo cultural representa para a antropologia social e cultural o que a noção de raça representa para a antropologia física, descobre talvez alguns de suas fontes implícitas.”(MERCIER, 1974, pg.73)

6 “ W.H.R. Rivers (...) Era médico, no início, e não antropólogo, o que talvez explique certas ingenuidades devidas a ignorância de descobertas já antigas. Soube, porém, antes de se perder em interpretações históricas duvidosas, colocar claramente alguns problemas fundamentais; alguns de seus trabalhos serão considerados clássicos da antropologia. É um dos primeiros a insistir “em relação a estudos de casos concretos” na necessidade de considerar uma cultura, uma sociedade, como um todo integrado. (...). Pela atenção que deu a psicologia desde o início de sua carreira e à psicanálise mais tarde, W.H.Rivers foi, como C.G. Seligman, um dos precursores do estudo, tão importante na antropologia moderna das relações entre o homem e

aposta ganha impulso e longevidade dentro da antropologia americana principalmente a partir dos anos 1930<sup>7</sup>. Alguns psicanalistas como, como A. Kardiner<sup>8</sup>, ganham destacada projeção nesta escola que depois foi conhecida como “cultura e personalidade”. Esta abordagem, ainda que receba severas críticas, terá enorme influência nos estudos sobre religião<sup>9</sup> e desdobramentos diversos para o diálogo entre antropologia e as ciências da saúde<sup>10</sup>. Vale não esquecer que na antropologia britânica Albert C. Haddon era professor de Zoologia no Royal College of Sciences antes da expedição ao estreito de Torres de 1888. Charles Seligman, que participa de segunda expedição, ao Estreito de Torres também era médico. W.H. R. Rivers que também participou desta Expedição de 1898, tinha formação em medicina, fisiologia, psiquiatria e antropologia, e inclusive se alistou como médico psiquiatra na primeira guerra mundial. Radcliffe-Brown era estudante de psicologia quando se tornou orientando de Haddon e Rivers. Em 1957, Radcliffe- Brown (1881-1955) teve publicado um livro póstumo, feito a partir de notas de estudantes que participaram de seus cursos na Universidade de Chicago em 1937. O título da obra de antropologia traz à tona estes empréstimos de métodos e categorias entre diferentes campos disciplinares: “A Natural Science of Society”.

Em termos temporais, a precedência das ciências naturais na concepção de uma antropologia que chamaremos aqui de física parece ser ainda mais antiga e mais profunda do que o diálogo com a psiquiatria, psicologia ou psicanálise.

---

a cultura.” (MERCIER, 1974, pg.75)

7 “São antigas fórmulas tais como “alma” de um povo, “gênio” de um povo. A substituição delas por fórmulas mais científicas despertará o interesse de toda uma escola antropológica que vai recorrer a uma orientação psicológica. (...) A partir de 1930, é considerável na antropologia americana a importância dessa corrente de pensamento, que se caracteriza por uma cooperação intensa não somente com a psicologia em geral, mas também com a psiquiatria e a psicanálise. É, aliás, um dos campos em que se organizaram de maneira mais sistemática os relacionamentos interdisciplinares.” (MERCIER, 1974, pg.107)

8 “A obra desse psicanalista propõe, não somente uma definição de personalidade e de processos de sua formação, mas ainda proporciona uma interpretação nova das funções das instituições. Chega, entre outras, a uma hipótese sobre a natureza de fatos religiosos que é muito mais sutil que a de Freud. (...) A. Kardiner admite, é claro, que nem todos os membros de uma sociedade são semelhantes: a hereditariedade, as disposições inatas e a “história” de cada um levam ao aparecimento de certa escala de personalidades, da mais “normal” às mais aberrantes, da mais equilibrada às que revelam neuroses e alienação, cada sociedade com sua escala característica.” (MERCIER, 1974, pg110-111)

9 “Propuseram-se novas definições de religião, de ordem sociológica ou psicológica e, em conjunto, houve uma preocupação maior de levar em conta o fato de que a religião impregna toda a vida social, todos os comportamentos valorizados. (...) Outras sugestões, também de caráter psicológico, encaram a religião como um sistema de crenças e ações que se organizam em torno de certos ‘pontos cruciais’ da vida social e individual.”(Mercier, 1974:131)

10 “B. Malinowski apresentando sua experiência na sociedade trobriandesa, contesta que seja geral a validade de certos conceitos psicanalíticos, entre outros o do complexo de Édipo. Os trabalhos de M.K. Opler e de R. Bastide levam ao desenvolvimento de uma psiquiatria diferencial, culturalmente situada. A reflexão de M. Mauss sobre o “fato social total” influi nas pesquisas da sociologia teórica de G. Gurvitch e, inversamente, correntes de pensamento nascidas fora da antropologia, nela penetram e favorecem pesquisas particulares.”(MERCIER, 1974, pg.147)

Na realização de pesquisas antropológicas no continente africano e com africanos na diáspora que mais se dinamiza esta perspectiva<sup>11</sup>, tendo particular evidência sobre a antropologia social britânica. Charles G. Seligman foi o pioneiro entre os pesquisadores a investir na mudança de foco da antropologia social britânica do Pacífico para a África. Especialista em Sudão<sup>12</sup> supervisionou os estudos de campo de Evans-Pritchard entre os Azande e os Nuer. Esta mudança de foco significou transformações na estratégia de abordagem e de descrição das populações, de pequenas comunidades vivendo em arquipélagos para grupos mais significativos que transitavam por vastas extensões do território africano desde períodos desconhecidos. Evans-Pritchard, assim como Charles Seligman, seguia o modelo classificatório para estes povos “nilóticos” proposto por Giuseppe Sergi, discípulo do antropólogo Cesare Lombroso.

Uma abordagem que vai procurar relacionar a antropologia com esta perspectiva de compreensão biológica do organismo vivo como semelhante ou determinante ao organismo social, ademais de propor uma conexão com as áreas psi, se encontra em A. L. Kroeber<sup>13</sup>. Com este autor estas duas diferentes perspectivas metodológicas formuladas a partir das ciências da saúde são experimentadas a um só tempo.

Vem desde a obra de Durkheim uma crítica a certo “psicologismo” e deixará forte herança na compreensão da sociedade como organismo<sup>14</sup>. Seu discípulo mais ilustre, Marcel Mauss irá aprofundar-se na especulação de uma possível transubstancialidade entre as unidades biológicas da espécie humana e a vida em sociedade. Em seu “Ensaio sobre Dádiva” afirma:

Trata-se no fundo de misturas. Misturam-se as almas nas coisas, misturam-se as coisas nas almas. Misturam-se as

---

11 “A obra de C.G. Seligman, que no início de carreira foi um dos colaboradores de A. C. Haddon, é mais diversa e mais desigual. Realizou na África, na região nilótica, um dos primeiros inventários étnicos e culturais regionais de alguma solidez; no entanto, a apresentação que faz da África em conjunto, onde existe uma grande confusão entre raça e cultura, é bem mais discutível” (MERCIER, 1974, pg.75)

12 “Para Seligman, que mais tarde se tornaria figura central no influente departamento de antropologia da London School of Economics (LSE) a expedição foi o início de uma carreira que, depois das atividades desenvolvidas na Melanésia e no Sri Lanka, culminaria em vários estudos de campo importantes no Sudão. Ele assim contribuiu decisivamente para deslocar o foco da antropologia inglesa das ilhas do Pacífico (onde permaneceu até anos dentro da década de 1920) para a África (que em pouco tempo se tornaria uma mina de ouro etnográfica)” (ERIKSEN, 2012, pg.33).

13 “Para A. Kroeber, pode-se estudar o real em vários níveis - inorgânico, orgânico - que se subdivide em níveis do vivo e do psíquico - e finalmente no super-orgânico, em que o homem aparece como criador de cultura e de história. (...) Definem-se as ciências pelos níveis que lhes concernem: por exemplo, física, biologia, psicologia, ciências sociais.” (MERCIER, 1974, pg.68).

14 “A. R. Radcliffe Brown estudará no campo os rituais da população das ilhas Andaman. As reflexões deste mesmo pesquisador sobre o conceito de integração da sociedade tiveram também origem no pensamento de E. Durkheim, que propõe noções de eunomia e anomia para caracterizar respectivamente sociedades solidamente integradas, e as doentes ou em procura de si mesmas.” (MERCIER, 1974, pg.77)

vidas, e assim as pessoas e as coisas misturadas saem cada qual de sua esfera e se misturam: o que é precisamente o contrato e a troca. (MAUSS, 2003, pg.212)

Foi fundamental para Mauss a utilização da noção de inconsciente, e parece que mesmo sua proposição de investigar a noção de pessoa como categoria do espírito humano, talvez sua contribuição mais original para a antropologia, deriva daí (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2003, pg39). A própria ideia de investigar a sociedade como um organismo vivo segue orientando sua perspectiva. A conformação dos sistemas sociais como unidade com lógica e finalidade própria se faz inteligível pela aproximação da metáfora da fisiologia animal:

“São todos sistemas sociais inteiros cujo funcionamento tentamos descrever. Vimos sociedade no estado dinâmico ou fisiológico. Não as estudamos como se estivessem imóveis, num estado cadavérico, e muito menos as decomposemos e dissecamos em regras de direito, em mitos, em valores e preços. Foi considerando o conjunto que pudemos perceber o essencial, o movimento do todo, o aspecto vivo, o instante fugaz em que a sociedade toma, em que os homens tomam consciência sentimental de si mesmos e de sua situação frente a outrem.”(MAUSS, 2003, pg.311)

Assim como Kroeber, Mauss tomou este fundamento das ciências médicas e da saúde sem abrir mão da contraparte psicológica para integrar certas dimensões do fazer de sociólogos e antropólogos<sup>15</sup>.

“Nós, sociólogos observamos reações completas e complexas de quantidades numericamente definidas de homens, de seres completos e complexos. Também nós descrevemos o que eles são em seus organismos e psiques, ao mesmo tempo em que descrevemos o comportamento dessa massa e as psiques que lhe correspondem: sentimentos, ideias, volições da multidão ou das sociedades organizadas e de seus subgrupos. Também nós vemos corpos e as reações desses corpos, das quais ideias e sentimentos costumam ser as interpretações e, mais raramente, os motivos. O princípio e o fim da sociologia é perceber o grupo inteiro e seu comportamento inteiro.” (MAUSS, 2003, pg.312)

É inegável, portanto, que a noção de inconsciente apropriada pela Antropologia de diferentes modos é uma contribuição originária do trabalho do médico Sigmund Freud e dos avanços da Psicologia<sup>16</sup>,

15 “Quando nos Estados Unidos, M. Mead, C. Du Bois, R. Linton ou A.Kardiner procurarão definir as correlações entre conjuntos socioculturais e comportamentos individuais, e procurarão uma aproximação entre antropologia e psicanálise, quando R. Benedict se orientará para um estudo dos simbolismos e tentará estabelecer as bases de uma comparação global das culturas, todos estarão retomando, embora sem o saber, teses propostas por M. Mauss e, muitas vezes, se justificarão as críticas que já de antemão ele havia formulado.” (MERCIER, 1974, pg.82)

16 “A Psicologia perscruta a psique dos homens, sua formação mental e emocional, a relação

provocando efeitos que reverberam por todo o edifício das Ciências Sociais<sup>17</sup>. A definição mesma de Cultura como objeto primordial de investigação antropológica busca incorporar o inconsciente como componente fundamental<sup>18</sup>. Jean Marie Auzias também não identifica a existência de um campo específico de Antropologia da Saúde em seu “Antropologia Contemporânea”, apenas a existência de uma Etnopsiquiatria como segmento da antropologia que resulta do diálogo com as áreas psi, em especial com a discussão em torno do Complexo de Édipo de Freud. No levantamento proposto por Auzias (1976) sobre o campo da etnopsiquiatria são citados: Malinowski, Geza Roheim, Margaret Mead, Ruth Benedict, Christian Meriot, Michel Hedoin, Guy Muller, George Devereux, e outras (os).

O também médico Erving Goffman vai destacar a importância de considerar o corpo físico como parte dos atributos que são determinantes nas relações sociais. Características transmitidas hereditariamente, para Goffman, são passíveis de julgamento de acordo com regras de normalidade previamente estabelecidas, já que “há os estigmas tribais de raça, nação e religião, que podem ser transmitidos através de linhagem e contaminar por igual todos os membros de uma família” (GOFFMAN, 1988, pg.14). Além disso, este autor é propositivo em afirmar que para fins analíticos há eficácia em aproximar o estudo dos problemas sociais em decorrência da raça de questões relacionadas a patologia social e desvio.<sup>19</sup>

A teorização em antropologia foi, em alguns casos, muito além da compreensão de totalidade social como uma unidade com similaridades que poderiam ser apreendidas por estratégias inspiradas na fisiologia própria de cada pessoa com o ambiente que vive. É uma ciência bipartida entre o aspecto fisiológico e o aspecto mental do homem. A figura mais destacada é Sigmundo Freud (1854 - 1938), que descobriu que o inconsciente humano tem sua própria razão de ser e seu modo próprio de agir, aquém e além do consciente. A Psicologia discorre, portanto, sobre o ser humano como indivíduo tanto consciente quanto inconsciente de si.” (GOMES, 2009:14).

17 “Claude Levi-Strauss saberia como usar a especulação de Freud sobre o tabu do incesto para, juntando à análise científico - filosófica de Marcel Mauss (1872-1950) sobre a importância da reciprocidade na convivência humana, compor sua visão da constituição do homem como ser da cultura. A aplicação das descobertas da linguística estrutural deu-lhe o paradigma para especular, projetar hipóteses, testá-las e elaborar a teoria de que a cultura funciona como uma língua, meio inconscientemente, determinada por uma estrutura subjacente, e que a função do antropólogo é descobrir o modelo básico que está por trás e que determina a cultura e qualquer aspecto nela contido.”(GOMES, 2009:30)

18 “Cultura é o modo próprio de ser do homem em coletividade que se realiza em parte consciente, em parte inconscientemente, constituindo um sistema mais ou menos coerente de pensar, agir, fazer, relacionar-se, posicionar-se perante o Absoluto, e, enfim, reproduzir-se.”(GOMES, 2009:3 0)

19 “Argumentei que as pessoas estigmatizadas têm muito em comum entre si o que permite classificá-las em conjunto para fins de análise. Foi feita, assim, uma extração nos campos tradicionais dos problemas sociais, raça e relações étnicas, desorganização social, criminologia, patologia social e desvio (...). Sabendo o que os campos como as relações raciais, o envelhecimento e a saúde mental tem em comum, podemos então ver, analiticamente em que reside a sua diferença. ” (GOFFMAN, 1988:158)

animal e nas ciências da saúde humana. B. Malinowski formula uma teoria que vai compreender o desenvolvimento mesmo da cultura e das instituições sociais como derivação das características e necessidades do animal humano. Esta formulação será de fundamental importância para a antropologia brasileira.

## Da Saúde e da Antropologia no Brasil: um jogo duplo.

É uma sensação estranha, essa consciência dupla, essa sensação de estar sempre a se olhar com os olhos de outros, de medir sua própria alma pela medida de um mundo que continua a mirá-lo com divertido desprezo e piedade. E sempre a sentir sua duplicidade – americano e Negro; duas almas, dois pensamentos, dois esforços irreconciliados; dois ideais que se combatem em um corpo escuro cuja força obstinada unicamente impede que se destroe. (DU BOIS, 1999, pg.54)

Florestan Fernandes, em reflexão sobre o que define a sociologia, retira deste campo de saber a exclusividade no interesse na compreensão do “social”.

“A parte desempenhada pela agregação e pela associação nos processos de vida chega a ser tão importante em várias espécies de organismos, que tanto a biologia, quanto a psicologia e a antropologia também se preocupam, fundamentalmente com a natureza, as variedades e as funções dos comportamentos sociais entre os seres vivos” (FERNANDES, 1974, pg.20).

Fernandes opera com noção semelhante à de Gomes, afirmando que a sociologia está radicada num plano de análise das relações diferente da proposta pelo biólogo e o psicólogo. No entanto evita uma concepção de oposição entre natureza e sociedade, ademais afirmando sua dupla complementaridade nesta relação que “representa o seu prolongamento na organização dos processos da vida” (FERNANDES, 1974, pg.21).

“Da mesma maneira que o biólogo e o psicólogo sabem que os processos biológicos e psicológicos são condicionados pelas situações sociais de vida dos organismos, o sociólogo reconhece que os processos sociais são variavelmente regulados por elementos extra-sociais, de natureza biológica, psicológica ou bio-psicológica” (FERNANDES, 1974, pg.20).

Ademais de referir-se a fatores e mecanismos extra-sociais (definidos na citação anterior), reconhece a pertinência de considerar fatores e elementos inorgânicos, orgânicos e super - orgânicos na investigação de fenômenos sociais inerentes à organização da vida. Fernandes retoma as bases propostas por B. Malinowski ao explicar a natureza das comunidades humanas e o sentido da saúde:

“Por natureza humana, portanto, nós entendemos o determinismo biológico que impõe a cada civilização e a todos os indivíduos dentro dela a realização de funções corporais, como a respiração, o sono, o descanso, a nutrição, a excreção e a reprodução. Podemos definir o conceito de necessidades básicas como as condições ambientais e biológicas que precisam ser preenchidas para a sobrevivência do indivíduo e do grupo. Com efeito, a sobrevivência de ambos exige a manutenção de um mínimo de saúde e de energia vital necessário para a execução das tarefas culturais e de números mínimos necessários à prevenção do despovoamento gradual” (MALINOWSKI, 1944, pg.75 citado por FERNANDES, 1974, pg.47)

Nesta acepção o grupo, teria comportamento assemelhado ao do indivíduo representado em uma unidade orgânica da espécie humana no que se refere à busca pela preservação de sua vida e sua saúde. Portanto, todas as diferentes formas de manifestação de equilíbrio no sistema social em comunidades humanas seriam aspectos mais ou menos conscientes da necessidade de adaptação às condições naturais de existência e busca pela saúde em vários níveis. A defesa que faz Fernandes da unidade da Ciência<sup>20</sup> retira quaisquer aspectos de contradição em que os avanços de um ramo sejam incorporados em outro ramo de investigação científica. Logo, avanços da biologia e da psicologia podem e tendem a ser incorporados pela sociologia e antropologia. A partir deste mesmo argumento irá questionar “um falso abismo entre a ‘natureza’ e a ‘cultura’, tão bem expressa na separação rígida entre ‘antropologia física’ e ‘antropologia cultural’” (FERNANDES, 1974, pg.210).

### **Antropologia brasileira: a natureza da saúde e dos negros.**

Castro Faria inicia seu artigo “Depoimento sem compromisso de um militante em recesso” com uma aguda crítica ao memorialismo e a narrativa em primeira pessoa. Assume daí uma condição de narrador no plural (aconteceu conosco, não comigo) que é ao mesmo tempo testemunha dos eventos (apesar disto eu estava lá, e posso afirmar). Eventos que foram por ele detidamente analisados através de pesquisas e acerca dos quais afirma, categoricamente, possuir comprovações que o fundamentam. Propõe-se daí a expor o lugar de fala de certa Memória Coletiva<sup>21</sup> que teria sido fundamental para demarcar a identidade da

<sup>20</sup> “Primeiro que a unidade lógica da ciência faz que todos os ramos do conhecimento científico sejam solidários entre si, concorrendo complementária e integrativamente para a consecução dos fins cognitivos (empíricos, teóricos, práticos) do pensamento científico. Segundo, que o edifício da ciência como um todo se altera continuamente, de acordo com os progressos da investigação fundamental e seus reflexos na reorganização do universo intelectual do cientista”. (FERNANDES, 1974, pg.203)

<sup>21</sup> No sentido proposto pelo sociólogo e psicólogo social Maurice Halbwachs, outro pesquisador que contribuiu para esta ponte entre as disciplinas psi e a antropologia.

## Antropologia no Brasil.

O primeiro personagem de sua narrativa é a instituição do Museu Nacional (1842), que teve sua seção de antropologia criada em 1876, precedendo “as universidades, escolas e antigas faculdades isoladas” na produção de publicações e no intercâmbio com instituições em outras partes do mundo que abrigaram pesquisadores da área de antropologia. Foi na condição de praticantes, que posteriormente poderiam vir a se tornar adjuntos de acordo com o regulamento desta instituição, que ingressaram na seção de antropologia aqueles que atuaram nesta área antes da existência dos cursos de formação em antropologia.

O próprio Castro Faria inicia como praticante do Museu Nacional em 1936, e se torna assistente voluntário em 1937. Deste período destaca a presença e contribuição de Heloisa Alberto Torres, então diretora, e também fatos do contexto político e da vida intelectual do país. Conviveu neste ambiente com Alfred Metraux, Paul Rivet e Claude Levi Strauss<sup>22</sup>. Exemplifica, a partir de certo episódio envolvendo Paul Rivet e Claude Levi Strauss, o clima político de desconfiança do governo federal em 1937.

Neste mesmo ano, a lei de desaccumulação teria obrigado muitos a escolherem entre a atividade docente e a prática da pesquisa, abrindo espaço para os mais jovens. Com isto Castro Faria teve oportunidade de ocupar o cargo de naturalista interino do Museu Nacional. Com base na análise destes e outros eventos opõe-se à interpretação feita por Simon Schwartzman e outros no livro *A formação da comunidade científica no Brasil*.

O campo intelectual brasileiro é bem mais complexo do que se poderia supor a partir de visões parciais, compostas de imagens isoladas que se insinuam pelo relevo atribuído em apologias. É, sobretudo, o desvendamento das relações que atores e autores do campo intelectual mantém com as instâncias do poder, com as instituições do mundo acadêmico, com o mercado de trabalho e editorial, que torna possível a apreensão dos significados mais profundos. (CASTRO FARIA, 1993, pg.5)<sup>23</sup>

---

22 Estes e outros pesquisadores com formação francófona irão ter fundamental importância no enraizamento das obras de Emile Durkheim e Marcel Mauss no cânone das Ciências Sociais brasileiras, ainda na primeira metade do século XX.

23 Sendo esta sua percepção, seria de se esperar que Luis de Castro Faria desnaturalizasse a ausência de negros e indígenas enquanto pesquisadores na antropologia brasileira. Mesmo mulheres, como Heloisa Alberto Torres, que sequer tinham o direito de votar neste momento, já haviam tido seu justo reconhecimento como iguais entre pesquisadores de antropologia. Para além da condição de objetos de pesquisa, a incoerência da composição monocromática da comunidade de antropólogos no país em face da diversidade étnico-racial brasileira poderia ter sido ao menos citada. Não o fez, e não parece ter qualquer estranhamento em relação a este dado. Acontece que tal crítica já havia sido feita, bem antes deste texto, e de forma contundente, pelo sociólogo Guerreiro Ramos. Por certo era de seu conhecimento o questionamento à “patologia social do branco brasileiro”. Seu silêncio, neste caso, revela mais do que se houvesse discursado em altos brados.

Para Castro Faria, a forma como a produção intelectual foi acolhida pelas editoras nos anos 30 é um indicativo a ser considerado. Seguindo a argumentação de Castro Faria, verifica-se que o médico psiquiatra Arthur Ramos se torna em 1939 professor interino da cadeira de Etnografia e Antropologia na Faculdade Nacional de Filosofia (FNF), migrando dos temas psi que havia focado em suas publicações até então<sup>24</sup>. Passa a refletir em seus estudos um esforço de aproximação com as orientações teóricas e metodológicas da abordagem utilizada por Melville J. Herskovits, que neste momento da Escola Boasiana se via envolto com as questões da aculturação<sup>25</sup>.

Em sua análise do campo científico que engloba a antropologia, destaca que organização da FNF, por decreto lei em 1939, marca também a extinção da Universidade do Distrito Federal (UDF) e uma orientação normativa que passa a ser seguida por todos os cursos do país. “Passou a existir um padrão único, nacional, para essas unidades de ensino” (Castro Faria, 1993: 8) incluídas as instituições privadas que formavam professores para o ensino médio. Questiona a falta de transparência na ocupação dos cargos criados, e sugere que ocorreu intervenção ilegítima dos poderes políticos instituídos, favorecendo certo grupo na disputa. De todo modo, foi um médico a quem foi dada a legitimidade e a autoridade científica a falar em nome da antropologia brasileira, dentro e fora do país.

Quadro construído com base nas referências de Luis de Castro Faria (1993)

<b>Título da Publicação</b>	<b>Autor</b>	<b>Coleção</b>	<b>Assunto</b>	<b>Editora</b>	<b>Ano</b>
O negro brasileiro	Arthur Ramos	Biblioteca de Divulgação Científica	Etnografia Religiosa e Psicanálise	Civilização Brasileira	1934
Religiões Negras	Edson Carneiro	Notas de Etnografia Religiosa	Etnografia Religiosa	...	...
Negros Bantus	Edson Carneiro	Notas de Etnografia Religiosa e de Folclore	Etnografia Religiosa	...	...

24 “Primitivo e loucura (1926); A sordície nos alienados - ensaio de uma psicopatologia da imundície (1928); Estudos de Psicanálise (1931); Freud, Adler, Jung... (1933); Psiquiatria e psicanálise (1933); Educação e Psicanálise (1934); Introdução à psicologia social (1936); Loucura e crime (1937); A mentira Infantil (1938) e Saúde do espírito - higiene mental (1939).” (CASTRO FARIAS, 1993, pg.7)

25 “Abandono agora, por um momento, as pesquisas parciais sobre os cultos, religiões e folclore do Negro no Brasil, para lançar uma visão de conjunto sobre o Negro em toda a América; o Negro como representante de suas culturas. É este, portanto, um ensaio de psicologia social e antropologia cultural. Examinou os padrões de culturas que os negros transportaram da África para o Novo Mundo e o destino que aqui tiveram, à luz dos novos métodos da Antropologia Cultural” (texto de Arthur Ramos extraído do prefácio de seu livro As Culturas Negras no Novo Mundo, citado por FARIA, 1993, pg.6-7)

O folclore negro do Brasil	Arthur Ramos	Biblioteca de Divulgação Científica	Etnografia religiosa e Psicanálise	Civilização Brasileira	...
As culturas negras no novo mundo	Arthur Ramos	Biblioteca de Divulgação Científica	Antropologia Cultural e Psicologia Social	Civilização Brasileira	1937
Vol I dos Anais do I Congresso Afro-brasileiro de Recife	Vários	...	Estudos sobre o Negro	Ariel Editora	1935
Vol II dos Anais do I Congresso Afro-brasileiro de Recife	Vários (Prefacio de Roquete Pinto)	Biblioteca de Divulgação Científica	Estudos sobre o Negro	Civilização Brasileira	...
Anais do II Congresso Afro-brasileiro da Bahia	Vários	Biblioteca de Divulgação Científica	Estudos sobre o Negro	Civilização Brasileira	...
O animismo fetichista dos negros bahianos	Raimundo Nina Rodrigues	Biblioteca de Divulgação Científica	Estudos sobre o Negro	Civilização Brasileira	...
As coletividades anormais	Raimundo Nina Rodrigues	Biblioteca de Divulgação Científica	Estudos sobre o Negro	Civilização Brasileira	...
Os africanos no Brasil	Raimundo Nina Rodrigues	Coleção Brasileira	Estudos sobre o Negro	Companhia Editora Nacional	1932
As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil	Raimundo Nina Rodrigues	Biblioteca de Cultura Científica	Medicina Legal	Editora Guanabara	...
Loucura e Crime	Arthur Ramos	Biblioteca de Investigação e Cultura	Psiquiatria, Medicina Forense e Psicologia Social	Editora Globo	1937
Alimentação e Raça	Josué de Castro	Biblioteca de Investigação e Cultura	...	Editora Globo	1937
Problemas Brasileiros de Antropologia	Gilberto Freyre	Coleção de Estudos Brasileiros	Antropologia	Casa do Estudante do Brasil	1943
Introdução a Antropologia Brasileira Vol 1	Arthur Ramos	...	Antropologia	...	1943
Introdução a Antropologia Brasileira Vol 2	Arthur Ramos	...	Antropologia	...	1947

Na extinta UDF, Gilberto Freyre havia ocupado a cátedra de Antropologia Social, desde o início do curso em 1935. Nesta reforma “Antropologia” estabelece-se como disciplina nos cursos de geografia e história, como também as disciplinas “etnografia” e “etnografia

brasileira”. Também se estabelece similar conteúdo previsto no curso de Ciências Sociais, porém em apenas uma disciplina intitulada “antropologia e etnografia”.

Com o advento do Estado Novo, a geografia alcançou uma posição de hegemonia no campo intelectual, somando-se ao prestígio de que já desfrutava o apoio do Estado Autoritário para sua utilização como ferramenta de dominação. A concepção de espaço vital dos povos, fundamental ao discurso nazi-fascista, já havia tomado grande relevância para as perspectivas políticas da época. A geografia, ainda que apropriada de maneiras distintas, estabeleceu consórcios com a antropologia no Brasil e nos EUA, sendo que “ a prática profissional do etnógrafo estava fortemente ancorada numa tradição que somava espaços como lugares das manifestações concretas das variações raciais e culturais” (FARIA, 1993, pg.12).

Para o Brasil, os trabalhos de Erland Nordenskiöld da série Comparative Ethnographical Studies do início da década de 1920 irão inspirar certo padrão reconhecido por Faria nos trabalhos posteriores de A. Metraux, Raimundo Lopes e Florestan Fernandes.

Nos EUA, A. L. Kroeber, publicou em 1939 Cultural and Natural areas of Native of North America, buscando articular clima, vegetação e fisiografia a distribuição e modo de vida de distintos grupos nativos. Reconhece Kroeber seus predecessores neste esforço em Otis Mason, C. Wissler e F. Ratzel. Roquete-Pinto e Oliveira Vianna (ambos membros da Sociedade Brasileira de Eugenia) no contexto brasileiro, também se valeram da antropogeografia de Ratzel.

Se o diálogo interdisciplinar com a geografia passa pela aproximação com as produções acadêmicas que chegam ao Brasil oriundas dos EUA, os limites da disciplina antropologia “impõe-se na tradição francesa, que restringia o uso deste nome ao estudo da evolução do homem, da formação das raças e sua distribuição geográfica” (FARIA, 1993, pg.15). Assim, informações de caráter anatômico e fisiológico permaneceram sendo consideradas de enorme relevância pelo menos até os anos finais da década de 1950. Tal dado revela a profundidade da conexão, já em meados do século XX, do vínculo da antropologia brasileira com a zoologia e as áreas médicas.

“Em algumas Faculdades, entretanto, as técnicas osteométricas e somatométricas constituíam, praticamente, toda a matéria do curso com total e inútil desperdício de tempo. (...) Para o estudo das variações raciais do brasileiro, ou brasileiro como preferia Roquette – Pinto, Darcy Ribeiro dispunha de literatura relativamente abundante do próprio Roquete – Pinto, de Fróes da Fonseca, de Bastos de Ávila; estes dois últimos também autores de textos muito utilizados de técnicas

Ainda neste período (anos 50 do século passado) segundo Faria (1993), havia abundante bibliografia de autores brasileiros sobre o que posteriormente se convencionou chamar de estudos afrobrasileiros. No entanto, considera este mesmo autor, que grande parte da literatura sobre o Negro era de autoria de Arthur Ramos ou foi selecionada por este na coleção de estudos que dirigiu enquanto Catedrático de Antropologia da Faculdade Nacional de Filosofia. Vale lembrar que anos antes, Arthur Ramos se apresentava como Professor de Psicologia Social da Universidade do Distrito Federal, Chefe do Serviço de Higiene Mental do Departamento de Educação do Rio de Janeiro (DF), Docente- Livre de Clínica Psiquiátrica da Faculdade de Medicina da Bahia, antigo Médico-legista do Instituto Nina Rodrigues (Bahia) (Faria, 1993: 7). Admite Castro Faria que não havia espaço na ciência da época para uma etnografia do negro, sendo este tratado como parte da discussão sobre a formação cultural e biológica do brasileiro. O segundo volume da obra *Introdução à Antropologia Brasileira*, exemplifica esta assertiva, ao trazer em seu bojo estudos sobre contatos raciais e culturais, críticas às formulações acerca da mestiçagem no Brasil, e análises sobre a aculturação negra.

É do médico Arthur Ramos a primazia na organização de uma coleção de textos em que irá se basear a análise da contribuição do negro na formação do Brasil, nos cursos de formação das áreas de ciências sociais no Brasil. Outro médico, antes deste, tem sido reconhecido como o primeiro a tomar os africanos, sua cultura e descendência como objeto de investigação científica no contexto brasileiro – Raimundo Nina Rodrigues, professor de Medicina Legal da Faculdade de Medicina da Bahia<sup>26</sup>.

Atende este para o chamado feito por Silvio Romero em 1888, que compreendia que estava sendo desperdiçada a oportunidade de explorar algo mais dos africanos – sua cultura - além da força de trabalho, sua liberdade e suas vidas. A ciência brasileira segundo Romero estava em desgraça, carregada de profunda vergonha. Perdia com a abolição da escravatura a melhor das oportunidades para fazer dos negros que habitavam as senzalas e cozinhas do país objetos de ciência, ainda que “malgrado sua ignorância”. Preocupou-se que antes de morrer os moçambiques, benguelas, monjolos, congos, cabindas e caçangas não

<sup>26</sup> “Redigiu por muito tempo a velha e ilustre Gazeta Medica da Bahia, fundou e manteve a Revista Medico Legal, colaborou assiduamente no Brazil Medico, na Revista Medica de São Paulo, (...), nos Archivos de Cirminologia, de Ingenieros, em Buenos Aires; nos Annales d’hygiène publique et de medicine légale, de Brouardel; nos Annales médico- psychologiques, de Ritti, em Paris; nos Annales d’anthropologie criminelle de La Cassagne, em Lyon; no Archívio de psiquiatria e antropologia ciminale, de Lombroso, em Turim. Além destes, a revista Brasileira, o Jornal do Comercio, ilustraram suas colunas com artigos dele. Era sócio effectivo e vice-presidente no Brasil, da Medico Legal Society, de New York, membro honorário da Academia Nacional de Medicina, do Rio de Janeiro, membro estrangeiro da Societé Medico - Psychologique, de Paris”(Nina Rodrigues, *As Raças e a Responsabilidade Penal no Brasil*. Coleção Biblioteca de Cultura Científica. Editora Guanabara,1896. P.12)

ofercessem aos brasileiros, como um tributo final daqueles que viveram apenas para servir a seus mestres, os conhecimentos sobre línguas e religiões africanas antes que outras nações além do Brasil as tivessem.

Sob a égide do “problema do Negro no Brasil” é que Nina Rodrigues traz seu saber médico, logo se desenvolvendo para proposições de Higiene Social. Rodrigues reconhecia nos Negros “uma população de aparências juvenis e vigorosas, possíveis germes de precoce decadência (...) em busca de reparação e profilaxia.” (RODRIGUES, 2010, pg.9)

Em *Os Africanos no Brasil*, livro póstumo publicado por discípulos em 1933, Nina Rodrigues faz um balanço de sua produção bibliográfica entre 1890 e 1905<sup>27</sup>, e responde aos comentários feitos por outros pesquisadores sobre seus artigos e pesquisas. O prefaciador da obra, ainda que admita equívocos de seu mestre ao considerar as pesquisas feitas após seu falecimento em 1906 – os estudos de Pearson no Brasil e os de Frobenius na África - trata como “insubstituíveis e indispensáveis as revelações de Nina Rodrigues” (RODRIGUES, 2010, pg.6). Ou seja, permanece dando relativa validade às assertivas contidas neste livro e na totalidade dos escritos de Nina Rodrigues.

Ainda na introdução, ao focar o debate abolicionista que derivou na extinção da escravidão no Brasil, da falsidade que busca “emprestar ao Negro a organização psíquica dos povos brancos mais cultos” (RODRIGUES, 2010, pg.11) imaginando-se neste “qualidades, sentimentos e dotes morais ou ideias que ele não tinha, que ele não podia ter” (RODRIGUES, 2010: 11). Em oposição a esta posição, advoga que a “a História toda, que nos mostra a escravidão como um estádio fatal da civilização dos povos” (RODRIGUES, 2010, pg.11). A escravidão era um designio natural irremediável, necessário e benéfico ao desenvolvimento civilizacional dos africanos. O autor faz coincidir em sua análise certo estágio de desenvolvimento civilizatório e a organização psíquica necessária para aderir a certos valores e qualidades morais. Este máximo do desenvolvimento psicológico somente poderia ser encontrado entre brancos, jamais entre negros.

“Se conhecemos homens negros ou de cor de indubitável merecimento e credores de estima e respeito, não há de obstar esse fato o reconhecimento desta verdade – que até hoje não se puderam os Negros constituir em povos civilizados (...) Para

---

27 Antropologia Patológica (Brasil - Médico, 1890); “As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil”, Bahia, 1894; “Des conditions psychologiques du dépeçage criminel” (Archives d’Anthropologie criminelle, 1898); “A loucura epidêmica de Canudos”; “Antônio Conselheiro e os Jagunços”(Revista Brasileira, 1897); “Epidemie de folie religieuse au Brésil”(Annales Medico-psychologiques, 1898); “La folie des bûles. Nouvelle contribution à l’étude des folies épidémiques au Brésil. (Annales Medico- psychologiques, 1901); L’animisme fétichiste des nègres de Bahia, Bahia, 1900, ed. Reis e Cia; “Métissage, dégénérescence et crime” (Archives d’Anthropologie criminelle (1899); “Atavisme psychique et paranoia”(Archives d’Anthropologie criminelle, 1902); “La Paranoia chez les nègres” (Archives d’Antropologie Criminelle). (Rodrigues, 2015, pg.17)

a ciência não é esta inferioridade mais do que um fenômeno de ordem perfeitamente natural, produto da marcha desigual do desenvolvimento filogenético da humanidade nas suas diversas divisões ou seções. ” (RODRIGUES, 2010, pg.12)

Ao mesmo tempo que defende este entendimento, afirma não haver prejuízo de raça no Brasil, e que, ao contrário, há viva simpatia pelo Negro brasileiro. O que existe, segundo o autor, é um Problema Social da Raça Negra decorrente do fim do sistema escravista. Ou seja, o Negro tornou-se um problema social a partir do momento que deixou de ser escravo, quando se torna cidadão da república, passando a constituir um dos fatores da inferioridade dos brasileiros como povo.

Em um modelo comparativo que se tornou recorrente nas ciências sociais brasileiras e nos estudos de brasilianistas, Rodrigues compara Brasil e EUA.

<b>País</b>	<b>Brasil</b>	<b>EUA</b>
<b>População</b>	Maioria de negros e mestiços	Maioria de brancos
<b>Clima</b>	Maior parte do território na zona tropical	Menor faixa de território na zona tropical
<b>Grau de miscigenação</b>	Alto índice de miscigenação	Sem miscigenação
<b>Estágio de Civilização</b>	Menor desenvolvimento civilizatório	Maior desenvolvimento civilizatório

Utilizando como base relatos médicos, afirma a impossibilidade de aclimamento de negros na região sul do país, assim como de completa inadaptação dos brancos da região norte. Tratados por Nina Rodrigues como Raça Fraca, os negros no Brasil, pela sua expressão numérica e o amplo e franco mestiçamento, devem ter consideradas suas características já que “gravita o desenvolvimento cultural de nossa capacidade cultural e no sangue negro havemos de buscar, como em fonte matriz, com algumas de nossas virtudes, muitos dos nossos defeitos” (Rodrigues, 2015: 20). Argumenta este autor que, o negro verniz pigmentário que dá aparência de uniformidade étnica entre os africanos não reflete a diversidade de povos pretos por investigar.

Neste texto há certa distinção significativa proposta pelo autor: entre os africanos – todos de idade avançada e prestes a encontrar a morte; e seus descendentes nascidos no Brasil – tratados no seu texto ocasionalmente como pardos ou arioafricanos. Retomando o desafio lançado por Silvio Romero, Nina Rodrigues considera que respondeu

com “Animismo Fetichista dos Negros Baianos” para a compreensão científica dos africanos no Brasil. Rebate com os dados de sua pesquisa às afirmações de Spix e Martius de que seriam os povos de língua banto os colonizadores africanos do Brasil. Destaca que esta avaliação levou outros pesquisadores, incluindo aí Silvio Romero, a seguir erroneamente pelo mesmo caminho. Usando as informações aduaneiras de parte do séc. XIX defende a maior presença de sudaneses entre os africanos trazidos pelo tráfico infame as costas brasileiras. Recupera ainda a saga de Francisco Félix de Souza, o Chachá de Ajudá e sua participação no tráfico da costa dos escravos, também no séc. XIX. Para fortalecer seu argumento da inferioridade numérica banto entre os africanos escravizados no Brasil, analisa a presença e persistência de manifestações culturais bantos no Brasil: a coroação de rei Congo na festa de Nossa Senhora do Rosário, observada na Bahia e em Pernambuco. Tais manifestações de sentimentos religiosos serviriam como prova de que estes são “poderosos nas instituições das raças e povos incultos e inferiores” como os bantos. Ou seja, certas formas de manifestação e prática religiosa serviam para identificar distintos níveis de desenvolvimento psicológico, assim como certos graus civilizatórios dos povos. “O curioso processo de reforçar-se o efeito moral ou espiritual das orações pelo feito material da sua ingestão é um atestado mais eloquente da impossibilidade em que se acham os negros de dispensar as práticas fetichistas”(p. 74)

Sua análise irá centrar-se na oposição entre Bantos e Sudaneses, como grupos distintos em sua origem, herança civilizatória e psicológica “Não eram negros boçais os Haussás, que o tráfico lançava no Brasil. As nações Haussá, os reinos célebres de Wurnô, Sókotô, Gandô, etc., eram florescentes e dos mais adiantados da África Central.” (Nina Rodrigues, 2010:47) Os sinais mais evidentes de seu desenvolvimento superior estavam, de acordo com Nina Rodrigues, no estabelecimento de uma literatura própria, escrita em caracteres árabes. Ainda que grande parte desta literatura fosse de obras religiosas, saber ler e escrever, era para este pesquisador não um sinal das possibilidades de aprendizado entre os povos do continente africano. Fez mais sentido para Nina Rodrigues relacionar a presença da escrita entre africanos escravizados com certas aptidões morais e psicológicas entre os islamizados, distinguindo-os pela religião, da massa que servia adequadamente para a escravidão e a cristianização. As revoltas, levantes e insurreições de 1813 a 1826, organizados pelos Haussás, e as posteriores organizadas pelos Nagos de 1826 a 1835, seriam a prova cabal da superioridade destes africanos em relação aos demais que foram trazidos para o Brasil.

Ao tratar daqueles que classifica como sudaneses, apresenta certa controvérsia em relação aos Fulas, para em seguida adotar o mesmo esquema classificatório proposto por Giuseppe Sergi, que os toma por chamitas:

“É notória a importância dos Fulos, Fulahs, Fulbi, Pulos, ou Peuls, vasta família africana que em larga faixa transversal, se estende na África setentrional, por baixo dos Tibus e Tuaregs. (...) Recusada in limine a ideia de uma origem malaia ou asiática, os Fulahs são tidos hoje como de raça branca, pelos mais autorizados antropologistas e etnógrafos” (RODRIGUES, 2015, pg.45-46)

Ainda que reconheça a diversidade em termos tanto culturais quanto de fenótipo dos vários africanos trazidos para as Américas em decorrência do tráfico infame, Nina Rodrigues compreende a ausência de continuidade na transmissão desta diversidade em terras brasileiras. Restringe as perspectivas de reconhecimento sobre diferentes formas de construção da identidade negra neste lado do Atlântico Sul à maior influência banto ou sudanesa, em um arco que ao final tende a já não possuir qualquer vínculo com o passado africano.

Para Nina Rodrigues, os africanos que representavam a sobrevivência da memória das nações africanas em solo brasileiro estavam em seus últimos dias, e levavam para o além qualquer vinculação cultural mais estreita com o continente africano. Para Nina Rodrigues, africanos e afrobrasileiros não compartilhavam hábitos, modos de pensar, ou viver. Em seus termos o negro africano era aquele que ainda queria voltar para África, que não havia estabelecido vínculos com o Brasil. Já o Negro crioulo é descrito como aquele que adotou o Brasil como pátria, ou seja, se nacionalizou em (ausência de) aspirações e desejos.

A morte destes velhos africanos, descritos por Nina Rodrigues como submissos, ordeiros, zelosos e econômicos, estabelecia o cessar de vínculos com o continente africano. O que liberaria então este contingente humano para imiscuir-se em brasileiros pelo mestiçamento. Porém, tal mestiçamento não poderia ser feito sem um olhar atento às características que por transmissão biológica iriam surgir nas gerações futuras. Levando em consideração que, para Nina Rodrigues, os negros têm menor desenvolvimento cerebral, somente poderiam vir a civilizar-se em decorrência do domínio branco. Sua principal contribuição seria prover os elementos necessários ao “aclimamento” dos brancos na zona intertropical, desde que fossem devidamente diluídos ou compensados por um excedente de população branca. Afinal, em seus textos, considera que o desenvolvimento mental de negro adulto equivale ao de uma criança branca.

A partir de uma fórmula que considera que civilização é o resultado da combinação de raça, clima e ambiente (p.295), defende que a raça de africanos que veio ao Brasil é de melhor estirpe entre os oriundos do continente negro. Ao distinguir entre africanos mais ou menos brutais, selvagens e degradados, considera que aqueles que vieram para o Brasil em sua maioria nem mesmo eram negros, mas chamitas.

“De fato, a primeira discriminação a fazer entre os africanos vindos para o Brasil é a distinção entre os verdadeiros negros e os povos chamitas que, mais ou menos pretos, são todavia um simples ramo da raça branca e cuja alta capacidade se atestava excelentemente na antiga cultura do Egito, da Abissínia, etc.”(NINA RODRIGUES, 2010, pg.295)

Com este e outros exemplos, argumenta que os verdadeiros negros são diferentes dos povos chamitas ou mestiços semitas. Trata aqui da impossibilidade de que alguém possa ser verdadeiramente negro e inteligente ao mesmo tempo. Sendo estas características exclusivas em princípio, só pode haver uma na ausência total ou parcial da outra.

Sobre a tendência ao comportamento violento e criminoso entre negros, debate com outros psiquiatras acerca das distinções entre atavismo e sobrevivências culturais ou psíquicas. Para Nina Rodrigues atavismo se constitui a partir de características orgânicas, é de natureza hereditária, mas de manifestação alternada entre as gerações. Ainda que resultante de transmissão biológica, pode permanecer em estado latente. Já as sobrevivências seriam de fundo social, referendadas pela cultura, com manifestações contínuas ao longo do tempo desde que situadas dentro do mesmo contexto étnico.

Nina Rodrigues permanece como importante autoridade nos estudos acerca do problema do negro no Brasil, até que as proposições de Gilberto Freyre ganham evidência a ponto de se vulgarizar para o senso comum. Freyre afirma que “Todo brasileiro” tem na alma e/ou no corpo o indígena e o negro; mas considera que é na região do litoral Brasileiro (do Maranhão ao Rio Grande do Sul) e também Minas Gerais, em que se deu principalmente do negro africano a influência (direta, vaga ou remota). Se Rodrigues dividiu para razões analíticas o Brasil em Norte e Sul, Freyre aproxima-se de Euclides da Cunha ao dividir o Brasil em litoral e sertão. Elementos como a ternura, a mímica excessiva, o modo de andar, de falar, as canções de ninar, e um certo modo de se relacionar com a vida segundo Freyre foram transmitidos pelo africano ao brasileiro. Transmissão suave e inconsciente por meio da “escrava” que embalou, amamentou e deu de comer. Ou da “nega velha” que contou histórias, da “mulata” que tirou bicho de pé e que iniciou no amor, ou ainda do “muleque” companheiro de brinquedo.

Cada uma destas atividades teria permitido certa intimidade em que a própria convivência atuou pelo compartilhamento de elementos de africanidade a nutrir a constituição da brasilidade, sem que uma pudesse ser confundida com a outra, mas contida, absorvida a primeira pela última. Como no exemplo, retirado da psicologia em que mamar em uma mulher negra na infância provocaria o desejo sexual por mulheres negras na idade adulta. Amamentar-se em uma africana não tornava os brasileiros mais africanos, senão em consumidores dependentes vitalícios

dos fluídos dos corpos africanos.

O modelo da economia de plantation, que favorecia a convivência da família de colonizadores brancos com seu plantel de africanos escravizados no interior dos engenhos de açúcar já havia sido estudado nos EUA e no Caribe. Gilberto Freyre se apropria destes estudos e estabelece comparações com o nordeste açucareiro do Brasil. Sua tese se propunha a aferir certa superioridade do negro em relação ao indígena e, em alguns casos, até mesmo em relação ao colonizador português.

Quadro comparativo montado a partir dos dados apresentados por Gilberto Freyre em Casa Grande e Senzala:

<b>NEGRO</b>	<b>ÍNDIO</b>
Extrovertido	Introvertido
Adaptável	De difícil adaptação
Plástico	Duros
Pastores e agricultores	Nômades
Baiana	Sertanejo (Piauí, Paraíba, Pernambuco)
Alegre, expansivo, sociável, loquaz	Tristonho, calado, sonso, sorumbático
Danças com espontaneidade de emoção, Grandes efeitos de massa	Rigidez ritual, compassada e medida (Pitt Rivers)
Danças Dionisiacas	Danças Apolíneas (Ruth Benedict)
Xangô de Recife – impulsos individuais	Cerimonias Indígenas – coletividade impassível

A partir da análise das áreas culturais nas Américas descritas por Kroeber, e também das áreas culturais na África descritas por Leo Frobenius, e retomando ainda os estudos de Melville J. Herskovits, argumenta que os africanos trazidos para o Brasil desfrutavam de um estágio de desenvolvimento superior aos povos indígenas que aqui viviam antes da colonização.

Apesar de apresentar-se como discípulo de Franz Boas, o argumento de Freyre não traz apenas uma base de fundamento cultural. Apoiado por vasta bibliografia da época afirma Freyre que os negros possuem predisposição psíquica e biológica para a vida nos trópicos. Importante salientar a distinção que este autor faz entre traços étnicos ou instintivos e traços culturais ou adquiridos. A constituição de traços étnicos incluiria assim as adaptações biológicas para a conformação da raça, como por exemplo a ação das glândulas endócrinas, supra-renais e pituitária na pigmentação da pele. Estas não seriam, no entanto, apenas resultado

das condições de clima e ambiente, já que povos de cor e caracteres diferentes viviam em sob condições de clima e ambiente análogas. Negros do Congo, nativos de Borneo e Indígenas da Amazônia, teriam outra razão que explicaria suas diferenças no grau de pigmentação sem relação direta apenas com o meio. Trata-se não apenas de diferença estética ou superficial, mas entende Freyre que a diferença na pigmentação é uma adaptação fisiológica ao meio que se tornou transmissível hereditariamente desde tempos remotos. Os povos de pele mais escura seriam aqueles biologicamente mais adaptados para a vida nos trópicos.

Coloca em questão, inclusive, o debate entre a teoria da seleção natural de Darwin e a teoria de transmissão de caracteres adquiridos de Lamarck. Citando alguns neolamarckistas (Pavlov, McDougall e Arthur Dendy) irá questionar o Darwinismo de Weismann.

Apoia-se em Franz Boas para diminuir a importância de diferenças hereditárias de caráter mental entre as raças (p.377). Do mesmo modo irá basear-se em extenso número de pesquisas para questionar os critérios craniométricos de hierarquização racial.

Vale destacar certa pesquisa desenvolvida por Bryant e Seligman, e citada por Freyre, efetuada entre estudantes na África do Sul (p.379). Os resultados encontraram maior desenvolvimento mental entre os bantos até os 12 anos – certa precocidade seguida por estagnação no desenvolvimento. Maior reflexão, julgamento e compreensão dos jovens europeus partir daí (coincidentemente as qualidades necessárias para o domínio no campo político). E mesmo após esta idade, os jovens bantos preservavam maior memória, intuição, percepção imediata das coisas e também maior capacidade de assimilação de informações (coincidentemente as qualidades necessárias para a atuação no mundo do trabalho). As conclusões a que chegou Pitt Rivers, a partir destes dados, é que não é possível estabelecer a superioridade da inteligência de uma raça sobre a outra.

Após criticar duramente a validade dos testes de QI, conclui Freyre: “Não se negam diferenças mentais entre brancos e negros. Mas até que ponto essas diferenças representam aptidões inatas ou especializações devidas ao ambiente ou às circunstâncias econômicas de cultura é problema difícilimo de apurar” (FREYRE, p. 381)

### **Desnaturalizando a doença: rebeldia negra como cura para os males da medicina e da antropologia.**

E, finalmente, será preciso acrescentar que eu, que aqui falo, sou o sangue do sangue e a carne da carne daqueles que vivem dentro do Véu? (DU BOIS, 1999:50)

O médico psiquiatra e revolucionário Franz Fanon analisa em diferentes contextos como a situação colonial é capaz de produzir transtornos mentais, e as possibilidades de cura de um colonizado. Vai questionar criticamente tanto as análises que trazem uma base anatômico-fisiológica para explicar diferenças entre o africano e o europeu, e com a mesma acidez vai refutar elementos fundamentais das áreas psi. Sua análise em “Pele Negra, Máscaras Brancas” descarta certa pretensão de universalidade “uma vez que, nem Freud, nem Adler, nem mesmo o cósmico Jung em suas pesquisas pensaram nos negros” (Fanon, 2008:134). Seus estudos sobre a realidade vivida nas Antilhas Francesas, e sobre a vida dos antilhanos na França levam a que identifique inadequações dos esquemas psicanalíticos “diante da realidade que oferece o preto” (p.134), chegando a caracterizar esta realidade como “um outro mundo” (p.134).

As pessoas esquecem constantemente que a neurose não é constitutiva da realidade humana. Quer queira quer não, o complexo de Édipo longe está de surgir entre os negros. Alguém poderia nos contestar com Malinowski, afirmando que o único responsável por esta inexistência é o regime matriarcal. Mas além de perguntar-se se os etnólogos, imbuídos dos complexos de sua civilização, não se esforçaram em encontrar a reprodução destes complexos nos povos por eles estudados, seria fácil demonstrar que, nas Antilhas Francesas, 97% das famílias são incapazes de produzir uma neurose edipiana. Incapacidade da qual nos felicitamos enormemente. (FANON, 2008, pg.134-135)

Seu debate com o inconsciente coletivo da psicologia Junguiana, retoma este arquétipo do selvagem, dos maus instintos, do lado obscuro do ego, do preto adormecido em cada branco, para retirá-lo de uma suposta substância cerebral herdada, dos genes e reapresentá-lo como simples “conjunto de preconceitos, mitos e atitude coletivas de um grupo determinado”(p.159).

Se Fanon considera que na psicologia de Jung, Freud e Adler há demasiado eurocentrismo, o mesmo formula acerca da antropologia de sua época. Citando um texto de Georges Mounin extraído da revista *Presence Africaine*, dispara: “Tive a sorte de não descobrir os negros através da *Mentalité Primitive* de Levy-Bruhl, no curso de sociologia; em geral, tive a sorte de descobrir os negros por outros meios que não os livros – do que aliás me congratulo todos os dias” (Fanon, 2008:167)

As patologias mentais produzidas diretamente pelo racismo da opressão colonial são comparadas por Fanon em “Os Condenados da Terra” ao que na psiquiatria clínica leva o nome de “psicoses reacionais”, cujo acontecimento desencadeante “é principalmente a atmosfera sangrenta, impiedosa, a generalização de práticas desumanas, a impressão

tenaz que as pessoas têm de assistir a um verdadeiro apocalipse” (Fanon, 2005:290). Estas conclusões foram extraídas após analisar uma série de casos médicos durante a guerra de libertação nacional da Argélia. Algumas destas psicoses derivam em patologias psicossomáticas<sup>28</sup>, produzindo um conjunto de distúrbios de caráter orgânicos, ademais das alterações comportamentais e dos transtornos subjetivos comumente relacionados.

Ao mesmo tempo Fanon expõe as inconsistências nas conclusões das pesquisas desenvolvidas por psiquiatras franceses atuando na Argélia<sup>29</sup>, assim como os absurdos propostos por certo perito da Organização Mundial de Saúde atuando no continente africano<sup>30</sup> em 1954. Sua crítica anti-psiquiátrica é a contraparte revolucionária para sua atuação como médico na guerra de libertação nacional.

A criminalidade do argelino, e a sua impulsividade, a violência dos seus assassinatos não são, pois a consequência de uma organização do sistema nervoso nem de uma originalidade cerebral, mas o produto direto da situação colonial. (...) Mais uma vez, o objetivo do colonizado que luta é provocar o fim da dominação. Mas ele também deve zelar pela liquidação de todas as não verdades plantadas no seu corpo pela opressão. (FANON, 2005, pg.356)

## Chocado afinal

Mas enfrentar um preconceito assim tão extenso só poderia trazer o inevitável autoquestionamento, o descrédito de si e o rebaixamento dos ideais que sempre acompanham a repressão e germinam em uma atmosfera de desprezo e de ódio. Sussurros e presságios chegaram, vindos dos quatro ventos: Vejam só! Estamos enfermos e moribundos, gritaram as multidões negras; não sabemos escrever, nosso voto é inútil; que necessidade temos de educação, uma vez que só temos de cozinhar e servir? E a Nação fez eco e reforçou essa autocrítica, dizendo: Contentem-se em servir, e mais nada. (DU BOIS, 1999, pg.60)

---

28 Fanon lista ter encontrado entre os casos analisados manifestações de ulcera estomacal, cólicas renais, distúrbios da menstruação, hiperinsônia por tremores idiopáticos, embranquecimento precoce dos cabelos, taquicardias paroxísticas, e contratura generalizada ou rigidez muscular. (FANON, 2005, pg.337-338)

29 “O Professor Porot (...) precisa, em colaboração com seu aluno Sutter, atualmente professor de psiquiatria em Argel: ‘O primitivismo não é uma falta de maturidade, uma parada acentuada no desenvolvimento do psiquismo intelectual. É uma condição social que chegou ao termo da sua evolução. É uma adaptação lógica a uma vida diferente da nossa.’” (FANON, 2005, pg.347)

30 “O Doutor Carothers atuava na África Central e Oriental, mas suas conclusões coincidem com as da escola norte-africana. Para ele, “o africano usa muito pouco os seus lobos frontais. Todas as particularidades da psiquiatria africana podem ser relacionadas com uma preguiça frontal” (...) Assim, declara que o africano normal é um europeu lobotomizado.” (FANON, 2005, pg.348-349)

Assisti, pouco antes de concluir este artigo, um vídeo documentário do diretor Michael Winterbotton que tem o título em inglês de “The Shock Doctrine: the rise of disaster capitalism”. O documentário aponta como uma série de experimentos médicos no período pós II Guerra Mundial, incluindo as mais variadas formas de tortura, estabeleceu um conjunto de orientações para sugestão mental e reprogramação de comportamento. Um elaborado manual indicava como alterar o quadro mental de uma pessoa após a utilização de choques elétricos, desconforto físico, privação do sono, e outros procedimentos capazes de levar a um tal nível de distúrbio que, em dado momento, o paciente se tornava suscetível a qualquer comando.

O argumento do documentário é que, esta série de experimentos médicos (e militares afinal) desenvolvidos sob os auspícios da CIA inspirou um modelo de atuação política internacional para o avanço da agenda reformas neoliberais propostas pelo intelectual Martin Friedman e seus seguidores, chamados no filme de “Chicago Boys”. Da mesma forma que médicos em um laboratório produziam distúrbios em um paciente para reprogramar seu comportamento, alguns países tiveram distúrbios profundos provocados na sociedade para que certas reformas sociais de interesse do capitalismo internacional pudessem ser efetuadas. A confusão, o medo e o desespero serviram como fórmulas eficazes para implementar reformas sociais, que não teriam a possibilidade de ser realizadas pela via democrática a partir dos anos 1960.

George Foster escreve “As culturas tradicionais e o impacto da tecnologia” em 1962, após uma série de atividades como representante do Departamento de Saúde Pública dos Estados Unidos e do Instituto de Negócio Interamericanos em 1951. Este foi o começo de sua participação em missões de cooperação bilateral entre os EUA e países da América Latina<sup>31</sup>. O livro é traduzido para o português e lançado no Brasil já em 1964. Nesta época Foster já havia elaborado um corpo de teorias que foram apresentadas sob a forma de cursos e seminários na Escola de Saúde Pública da Universidade de Berkeley na Califórnia sob o título de “Problemas de Saúde interculturais”. No departamento de Antropologia da mesma universidade ganhou o nome de “Antropologia na vida moderna” e “Antropologia Aplicada”. Sua agenda de trabalho para os profissionais de saúde que vinham dos países em desenvolvimento ter aulas em Berkeley, incluía uma variada gama de proposições para o estímulo à mudança social, quebra de resistências culturais, psicológicas, incentivos, e diversos mecanismos para facilitar uma agenda de desenvolvimento e o progresso. Inclusive, em alguns casos o apoio de autoridades tirânicas:

---

31 Um dos países, tratados no filme de Winterbotton e que está também entre os exemplos apresentados por Foster, é o Chile após o Golpe Militar que derrubou Salvador Allende e instaurou o governo militar do ditador Augusto Pinochet. É considerada uma das primeiras experiências da agenda neo-liberal e da doutrina do choque em país.

“Tais extremos dificilmente poderão justificar-se no mundo moderno. Mas pode-se argumentar logicamente que o uso de autoridade para conseguir mudança de cultura dirigida deve ser uma função esperada segunda as circunstâncias. Isto provavelmente significa que algumas vezes decisões básicas devem ser tomadas por pessoas de autoridade, decisões que em outras circunstâncias poderiam ser resolvidas por canais mais democráticos. Eu lamento sinceramente que, na cidade onde vivo, as autoridades civis não tenham podido fluoretar a água arbitrariamente. A opinião pública democraticamente expressa é algumas vezes uma fraca maneira de estabelecer a verdade.” (FOSTER, 1964, pg.161)

Em outro trecho, trata de orientar sobre as possíveis alianças estratégicas entre o antropólogo e o administrador colonial (p.222). E vai além, afirmando “O antropólogo está mais ou menos na mesma posição que o médico, o advogado ou o pastor” (p.230) ao tratar da necessidade de confidencialidade das informações coletadas para garantia da confiança dos informantes. Vale destacar que Foster está escrevendo em período próximo aos dos textos aqui analisados de autoria de Frantz Fanon, e no auge das guerras coloniais na África. Mesmo assim, não se sente acanhado em dizer:

*É o cúmulo da irresponsabilidade levar os povos culturalmente famintos dos países em vias de desenvolvimento a acreditarem que tem completa liberdade de auto-determinação. Assim se despertam aspirações que de modo algum podem ser atendidas; a estabilidade política não ocorrerá em tais circunstâncias. É tarefa do cientista social – o antropólogo e seus colegas de outros campos – tentar compreender os amplos padrões de mudança social, econômica e política e determinar qual poderá ser a latitude na escolha.*(FOSTER, 1964,pg.235) [Itálico do original]

Esta necessidade de tutelar a liberdade do outro, supõe, como em Nina Rodrigues, a imaturidade e/ou uma incapacidade mesma de ser protagonista de sua própria vida, de sua saúde, de seu corpo. E o autor não se refere aqui a indivíduos dispersos em meios às mudanças sociais, mais sobre as possibilidades mesmas de direcionar as mudanças sociais em curso em dadas sociedades. É difícil não ficar chocado, ainda que em verdade não seja surpresa encontrar esta atitude tão comum e semelhante em médicos e antropólogos na atualidade. Em verdade, faz tempo que estes dois tipos se parecem, e muito, no que fazem de melhor e pior.

## Referências Bibliográficas

- AUZIAS, Jean Marie Antropologia Contemporânea. São Paulo: Editora Pensamento, 1976
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do Antropólogo. Brasília: Paralelo 15; São Paulo Editora UNESP, 2003.
- CASTRO FARIA, Luis de A antropologia no Brasil: Espetáculo e excelência. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora Tempo Brasileiro, 1993
- DU BOIS, William Edward Burghardt. As almas da gente negra. Rio de Janeiro: Lacerda Ed. 1999.
- DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. São Paulo. Martins Fontes. 2007
- ERIKSEN, Thomas Hylland. História da Antropologia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- FANON, Frantz Os condenados da Terra. Juiz de Fora: Ed.UFJF, 2005
- \_\_\_\_\_. Pele Negra, Máscaras Brancas. Salvador: Edufba, 2008.
- FERNANDES. Florestan Elementos de Sociologia Teórica. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1974.
- FOSTER, George M. As culturas tradicionais e o impacto da tecnologia. Editora Fundo de Cultura, São Paulo. 1964.
- FREYRE, Gilberto Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Ed. Global, 2003.
- GOFFMAN, Erving Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Coleção Antropologia Social. LTC Editora, 1988.
- GOMES, Mércio Pereira. Antropologia. São Paulo: Editora Contexto. 2009
- KLINNEBERG, Otto. As diferenças raciais. Editora Companhia Nacional. Rio de Janeiro. 1966.
- MATTA, Roberto da Relativizando: uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Editora Rocco.1984
- MAUSS, Marcel Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac e Naify, 2003.
- MERCIER, Paul História da Antropologia. Editora Eldorado. Rio de Janeiro. 1974
- NINA RODRIGUES, Raimundo Os africanos no Brasil. Coleção Biblioteca Virtual de Ciências Humanas. Rio De Janeiro. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. 2010
- \_\_\_\_\_. As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil. Editora Guanabara: Bahia, 1894.



# O FUTEBOL PAULISTA PELOS CAMINHOS DE FERRO (1939-1973)

*Ana Cristina Alves Balbino*

O trabalho tem como objetivo discutir experiências a respeito dos temas ferrovia, futebol e política, por meio das memórias e atuações de ferroviários da antiga São Paulo Railway Company. O texto considera que os clubes de futebol eram usados como espaço não apenas de lazer, mas supõe-se também de discussões políticas, mesmo esta prática não se evidenciando à primeira vista. Entendo que a política não é praticada, necessariamente, nas ações diretas, mas também a partir de discussões e ações indiretas.

Em São Paulo, por exemplo, os grupos de tendência comunista, no final dos anos 20 e início dos 30, empreenderam pela 'proletarização do esporte', notadamente dos clubes de futebol. Essa 'proletarização' significava trazer junto dos sindicatos atividades esportivas de maneira a incentivar o comparecimento dos trabalhadores, sendo às vezes declarada a intenção de assegurar aos clubes de várzea e centros esportivos dos bairros operários uma direção dos próprios trabalhadores que os compunham, tentando evitar seu uso e manipulação (DECCA, 1987, ver também SEVSENKO, 1992, 1994).

O artigo se baseia nos estudos do clube São Paulo Railway Athletic Club, que oferecia aos funcionários da ferrovia São Paulo Railway<sup>1</sup> formas de lazer, como matinês, natação e meu principal objeto de estudo, o futebol. O time de futebol da SPR chegou a fazer parte da elite paulista, sendo seu maior feito o quarto lugar no campeonato de 1939, além do artilheiro da competição, o jogador Passarinho, em 1945, com 17 gols – artilharia esta dividida com Servílio de Jesus, do Corinthians<sup>2</sup>.

O período pesquisado está entre os anos de 1939 e 1973, tendo sido escolhido, como recorte, pois as fontes me possibilitam maior articulação e discussão. Os principais entrevistados estão diretamente ligados à estrada de ferro e ao antigo São Paulo Railway Athletic Club,

---

1 A The São Paulo Railway Company foi a empresa inglesa que construiu e administrou o trecho da ferrovia Santos-Jundiaí, de 1860 a 1946. Em 1955, passou a pertencer à Rede Ferroviária Federal, e hoje, após encampação, o trecho paulista pertence à CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos). Aqui utilizarei as iniciais SPR para referir-me a ela.

2 Nacional Atlético Clube. 2012. História do Clube. São Paulo, 17/10/12. Disponível em: <http://www.nacionalacsp.com/2012/10/historia-do-clube.html>.

atual Nacional Atlético Clube<sup>3</sup>. São eles, Raphael Martinelli, que entrou para o time de futebol da SPR em 1939, e Ayrton Franco Santiago, que ingressou na ferrovia em 1967, na função de engenheiro. Esses dois personagens têm as histórias de vida relacionadas à história da SPR. A pesquisa segue até 1973, ano importante para meus entrevistados, pois Martinelli recebe condicional depois de ter sido preso durante a Operação Bandeirante<sup>4</sup>, e Santiago se insere no quadro administrativo do Nacional Atlético Clube.

Evidente que a história oral não é tarefa fácil. A memória não é precisa, por vezes falha, e no caso de meus entrevistados serem pessoas com idade já avançada isso se torna uma armadilha. A memória é, a cada entrevista, reconstruída e ressignificada (TONINI, 2011). Segundo Alessandro Portelli, entrevistas possibilitam a subjetividade do expositor, pois entramos em contato com outras informações, como o que ele queria fazer, no que acreditava e no que pensa hoje, a respeito do evento ou momento do recorte histórico trabalhado.

Uma entrevista é uma troca entre dois sujeitos: literalmente uma visão mútua. Uma parte não pode realmente ver a outra a menos que a outra possa vê-lo ou vê-la em troca. Os dois sujeitos, interagindo, não podem agir juntos a menos que alguma espécie de mutualidade seja estabelecida. O pesquisador de campo, entretanto, tem um objetivo amparado em igualdade, como condição para uma comunicação menos distorcida e um conjunto de informações menos tendenciosas (PORTELLI, 1997).

## Um pouco sobre o futebol paulista

São Paulo era um território fértil para novas experiências, o discurso de modernidade e desenvolvimento ecoava por toda a urbe, entre o fim do século XIX e início do XX. Novas formas de viver eram experimentadas por sua população. O eco do discurso modernista atinge o interior paulista. O café mostrava-se como o interlocutor de tais mudanças, o qual havia sido o responsável direto pela implantação dos trilhos do interior ao litoral do estado (BALBINO, 2004). Acompanhando os trilhos, o esporte em quatro linhas também adentra pelo interior paulista.

O futebol tem suas origens intimamente relacionadas à industrialização. Se em São Paulo chega com os trilhos, na Inglaterra ele surge com o advento das fábricas. O futebol moderno, tal qual conhecemos, nasceu na ilha britânica no período da Revolução Industrial

---

3 Fundado oficialmente em 1919 como São Paulo Railway Athletic Club, muda o nome para Nacional Atlético Clube, após o fim da concessão inglesa na ferrovia em 1946.

4 A Operação Bandeirante, ou OBAN, como ficou conhecida foi criada em 1969, para auxiliar o DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna) nas investigações contra os chamados “subversivos” do regime de exceção, imposto ao país a partir de 1964. (JOFFILY, 2013).

e assim como nos afirma Hilário Franco Júnior: “os dois fenômenos baseiam-se em competição, produtividade, secularização, igualdade de chances, supremacia, especialização, quantificação e fixação de regras” (FRANCO JR, 2007).

Assim como o futebol, os esportes eram vistos pelos ingleses como mecanismos para vigorar o corpo, melhorar o raciocínio e principalmente criar líderes. Essa mentalidade vem com as vitórias inglesas nas guerras, levadas às práticas esportivas, pois os esportes, assim como os conflitos armados, são disciplinadores (FRANCO JR, 2007; MURRAY, 2000). O início do século XIX foi marcado pelo domínio político, econômico e militar da Inglaterra. O esporte, entre as quatro linhas, passou a ser visto como mecanismo de seleção de governos burgueses, ou seja, a teoria de Darwin era adaptada à vida social, onde somente os fortes sobreviveriam<sup>5</sup>. Interessante que, mesmo sendo um esporte elitista, assim que se popularizou o futebol perdeu a característica de competição e apresentou-se com caráter de diversão para quem o praticava nas ruas e nos campos vazios da capital paulista.

Entre o final do século XIX e início do XX, ferrovias cortavam o Estado de São Paulo carregando mercadorias e passageiros; à beira dos trilhos, nasceram vilas de operários e cidades, que cresceram e se tornaram importantes para o cenário econômico. Às margens, surgiram clubes e agremiações de trabalhadores das ferrovias, lugares de lazer e divertimento, mas que por vezes foram locais de discussões e práticas políticas e sociais. Foi a politização do cotidiano e do advento da cultura de massa (SEVCENKO, 1994). As regiões de várzea e as margens das ferrovias foram ocupadas pela população pobre, que buscava trabalho e moradia barata. Acidade se formava, portanto, em razão de um processo de hierarquização do espaço urbano e social. A metrópole, conforme crescia, empreendia a distinção física e social entre os que poderiam usufruir de privilégios e os que deveriam buscar resíduos da vida urbana moderna (GONÇALVES JR, 2008).

Times de várzea, que se apresentavam apenas como espaço de socialização ou clubes que cresceram e passaram a ter representação no esporte estadual, ou até mesmo nacional, como Ferroviária de Araraquara, Ponte Preta de Campinas, Clube Atlético Sorocabana de Mairinque, Botafogo de Ribeirão Preto, Ituano de Itu, Paulista de Jundiaí, entre muitos outros, destacaram-se no cotidiano das cidades paulistas. Nas fundações dos clubes, estavam presentes funcionários das estradas de ferro que cortavam o estado e sócios das ferrovias<sup>6</sup>, ou não, já que empresários de outros ramos passaram a se interessar pelo crescimento do esporte e suas possibilidades.

A relação do futebol com as populações eram ambíguas e

5 A Origem das Espécies foi publicada em 1859.

6 Já no final do século XIX o estado de São Paulo era cortado por várias ferrovias, além da SPR havia: Estradas de Ferro Mogiana, Noroeste, Sorocabana e Companhia Paulista.

controversas, já que os clubes tornaram-se locais de encontros e festividades populares, mas também de domínio da elite paulista. Agremiações nasceram para oferecer um espaço de lazer aos ricos, mas ao mesmo tempo, a prática do esporte em São Paulo não pode estar dissociada da prática popular, já que os locais onde ocorreram as primeiras partidas eram campos improvisados e muitos jogadores pertenciam às camadas menos abastadas, sendo negros ou mulatos. O primeiro ídolo do futebol nacional foi Arthur Friedenreich, que apesar do nome alemão era filho de pai branco e mãe negra. Ele tornou-se figura importante numa sociedade europeizada, jogou nos principais clubes do país e foi ídolo da Seleção Brasileira (GONÇAVES JR, 2008). Somado a isso, o futebol é algo para meninos pobres, que tem em sua formação a suposta arte da mentira, travessuras, roubos, e isso se enquadra a favor dos interesses nacionalistas dos grupos dominantes (PARDINI, 2009).

Por meio do futebol, a população pôde construir identidades e representações (SREAPCO, 2010), além de uma memória coletiva; vários setores sociais se apropriam de representações culturais, letrados ou não. Assim, também é necessário considerar o contexto histórico, pois há momentos de homogeneidade, já que a elite, por vezes, apropria-se de costumes populares, ou vice-versa. As camadas mais abastadas passaram a comandar o futebol, controlar esse processo modernizador, como na função de dirigentes, por exemplo, e assim evitavam a ascensão daqueles considerados indesejáveis por aquelas elites. Prática ainda comum nos dias de hoje, pois é possível observar a ausência de estudos e/ou publicações acadêmicas ou não, sobre os times de várzea (SREAPCO, 2010).

O futebol apresenta uma relação extremamente forte com o cotidiano, pois expressões de nosso uso diário tornam-se jargões do próprio futebol. O esporte bretão acaba sendo classificado como violência ritual ou drama, há expressões que evidenciam uma “guerra”, como matar o jogo, dar um tiro ou fuzilar, ou ainda, expressões amenas tal quando um time vence facilmente outro, através de um balé (GUTERMAN, 2006). O futebol apresenta até mesmo sua própria linguagem, assim como nos afirma Hilário Franco Jr.:

O futebol é, sem dúvida, linguagem. Ele possui morfologia, semântica e sintaxe próprias. Existe uma Academia da Língua (International Board), cuja gramática (regras do jogo) é zelada por representantes (árbitros) que devem sancionar todo desrespeito a ela (falta, penâlti, advertência, expulsão) (FRANCO JR, 2007, p. 349).

Os estádios eram construídos como espaços de controle e atuação do poder público. A partir dos anos 1930, observamos registros de violência nos campos de futebol. Assim, construindo estádios, locais

para a prática do esporte, o poder público controlava seus praticantes e espectadores, como também recebia vantagens econômicas, pois a entrada aos jogos passou a ser cobrada. O Ato nº 2007, de 28 de abril de 1923, proibia o futebol nas ruas e praças da cidade, evidenciando o interesse do poder público na prática esportiva (SREAPCO, 2010).

A imprensa perpetuou a ideia da chegada do futebol ao Brasil por meio de Charles Miller, funcionário da Estrada de Ferro São Paulo Railway; isto ocorreu, possivelmente, por ele pertencer ao ciclo de ingleses da cidade e ter pai inglês, engenheiro da SPR. Em uma viagem à Inglaterra, Miller conheceu o esporte e na volta trouxe uma bola, um par de chuteiras e um livro com as regras do jogo. Mas outras versões apontam para a chegada do futebol ao Brasil, além de Charles Miller, com diferentes autores, os quais consideram que marinheiros ingleses jogavam futebol enquanto estavam aportados no Brasil; jogos indígenas; ou ainda padres jesuítas que teriam introduzido o esporte nas escolas durante as aulas de Educação Física (SALUN, 2007; SANTOS NETO, 2002).

O esporte, em pouco tempo, profissionalizou-se. De suas práticas iniciais, na Várzea da Carmo aos sítios do Bom Retiro na capital, popularizou-se e se espalhou pelo interior do estado de São Paulo.

Os estádios de futebol da cidade consolidaram-se com triplo significado: locais de memória do processo de modernização e urbanização vivenciado na cidade por seus habitantes [...] templos ritualísticos que consolidam a identidade de um grupo de simpatizantes/torcedores e espaços de expressão e concentração de poder (SREAPCO, 2010, p. 14).

Os primeiros locais a se praticar o futebol em São Paulo no início do século XX eram variados, como por exemplo a Chácara Dulley, o Velódromo, o campo do Mackenzie, o Parque Antártica (atual Allianz Arena), a Chácara da Floresta, o Jardim América e nas várzeas, como do Carmo, dos rios Tietê, de Pinheiros e Tamanduateí. Da várzea do Carmo, o futebol tomou os espaços públicos e as ruas também passaram a ser locais da prática do futebol, principalmente após a canalização do rio Tamanduateí, em 1914, empurrando os times para outras várzeas. Operários, jovens e crianças reuniam-se para praticarem o esporte e interagirem. A criação dos estádios, desta forma, pode ser entendida não apenas como ação voltada ao desporto, mas também como controle daquela população por parte do poder público.

Ao mesmo tempo em que o futebol caiu no gosto popular, também se tornou elitista. Clubes foram fundados para satisfazer as necessidades de uma classe sedenta por diversão: Associação Atlético Mackenzie College, Sport Club Internacional e Sport Club Germania. Em 1902, foi organizado o primeiro campeonato paulista de futebol no

Velódromo Paulista<sup>7</sup>.

A composição dos times era de jovens da elite e garotos pobres que se destacavam nas várzeas. Mas o futebol era local de disputas, em que fenômenos reveladores de preconceito afluavam, já que negros não faziam parte das listas de jogadores profissionais (TONINI, 2011). Ao mesmo tempo, a população resistia, encontrando brechas na organização social imposta. Na Barra Funda, foi fundado em 1901 o União Futebol Clube, composto por negros e mulatos. No time jogaram apenas dois brancos pobres, italianos do bairro do Bixiga (SANTOS NETO, 2002). Ainda hoje, é possível observarmos situações de preconceito no futebol, além de jogadores negros serem hostilizados durante as partidas. Nas posições de técnicos, diretoria ou até mesmo nas federações é rara a presença de negros.

Os times de várzea eram formados por moradores dos bairros próximos ou de funcionários de empresas, como a SPR, onde Charles Miller tornou-se treinador do time de futebol (SREAPCO, 2010). Com a difusão do esporte bretão, surgiu o futebol oficial, que era praticado em locais fechados, numa nítida distinção entre rico e pobre, negro e branco, paulista ou imigrante. Assistir a uma partida de futebol oficial significava um acontecimento social. Prezava-se a boa educação, dentro e fora de campo, como uma placa no Velódromo, onde dizia ser proibido voar (GONÇALVES JR, 2008).

Durante a reurbanização da cidade de São Paulo, em 1922, a Várzea do Carmo, principal local da prática do futebol popular, torna-se o Parque Dom Pedro, em comemoração ao Centenário da Independência. Desta maneira, o esporte bretão se espalhou para outros bairros e várzeas. Apesar de ser uma prática europeia trazida pela elite, os pobres também podiam participar e encontravam sempre uma alternativa às adversidades. Por exemplo, mesmo as bolas não tendo inicialmente preços acessíveis, improvisos eram feitos, pois o importante era divertir-se, mesmo sem o material ou local adequado.

A chegada do futebol em outros bairros era, muitas vezes, incentivada por empresários ou comerciantes, pois contribuía para o desenvolvimento econômico do local, já que reunia aglomerações de pessoas. Os empresários estavam presentes na administração dos novos clubes de bairro ou ainda na fundação de clubes fabris, ou seja, industriais acabavam vendo no futebol um mediador para com os empregados, ascendendo assim os times, que disputavam torneios entre fábricas.

Aos poucos, passaram a usufruir benefícios não disponíveis para aqueles que não jogavam pelo time da empresa, como folgas para treinos, promoções mais rápidas e funções mais leves dentro do sistema produtivo. Em contrapartida,

---

<sup>7</sup> O Velódromo era o antigo espaço das corridas de bicicletas, daí o nome, que foi arrendado pelo Club Atlético Paulistano em 1902, para a prática do futebol, ficava onde esta atualmente a rua Nestor Pestana, nas proximidades da Consolação. (GONÇALVES JR, 2008).

defendiam o nome da companhia ou de seus produtos pelos campos da cidade em que disputavam partidas de futebol (SREAPCO, 2010, p. 43).

Os empresários, ao criarem os clubes, além da propaganda, interessavam-se no controle de seus funcionários e na construção de identidades entre patrões e empregados. Mas por conta da profissionalização do futebol muitas empresas desistiram do esporte, em decorrência dos gastos e principalmente por não conseguirem grande sucesso. O jogo entre quatro linhas passou a pertencer ao cotidiano da urbe, suas funções eram variadas: empresários, clubes, poder público, partidos políticos, sindicatos, enfim, todos eles passaram a usar o esporte para atingir as massas e alcançar interesses. Festividades eram encerradas com partidas de futebol, tamanho era seu apelo junto à população.

[...] anarquistas e comunistas comemoravam o dia 1º de maio com festivais que culminavam, invariavelmente, em jogo de futebol. É importante salientar que os esportes se tornaram elementos fundamentais de aglutinação, lazer e sociabilidade para todas as camadas sociais, principalmente aos domingos (ANTUNES, 2013, p. 76).

Enquanto a maioria dos clubes ferroviários foi fundada por operários, o clube da SPR foi criado pela própria empresa. Este é um elemento interessante, que nos faz refletir sobre o papel do empregador junto ao lazer dos funcionários. Há registros de outras companhias que incentivaram práticas culturais e esportivas de seus funcionários, mas não com a estrutura do São Paulo Railway Athletic Clube.

## O São Paulo Railway Athletic Clube

A SPR fundou seu clube como uma agremiação, ou seja, um clube de lazer para seus funcionários em 1919, e daí nasceu o time de futebol. Segundo o Sr. Ayrton Franco Santiago:

Os ingleses, que agente sabe eles sempre se dedicaram à cultura física, esporte, gostavam... Eles gostavam de formar associações dos próprios empregados para lazer, naquela época não tinha tanto lazer... Tanto é que eles participavam dos eventos esportivos, sociais... Aliás, tinha mais eventos sociais que agora (Entrevista concedida em 16/07/2013).

Santiago é o atual presidente do Nacional Atlético Clube, antigo São Paulo Railway Athletic Clube, e está no quarto mandato consecutivo. Sua experiência à frente do Nacional teve início em 1982, quando assumiu, pela primeira vez, a diretoria do clube, ficando naquela ocasião, por também, três mandatos. Ele mesmo afirma que os administradores da

ferrovia “não sabem nada, assim tem que perguntar para os mais velhos”. Além de pertencer a uma família de ferroviários, Santiago frequenta desde a infância o Nacional.

Hoje o Nacional é um clube sociodesportivo, né? O Nacional chegou a ter nove esportes olímpicos, mas tudo encareceu, então nós tínhamos natação, vôlei, futebol de salão, basquete, judô e boxe. Tudo isso, né? Futebol de botão, uma série de coisas, né? Tudo encareceu, tudo precisa de patrocínio e o pessoal que patrocina quer ter retorno. Então tudo a gente tem que acompanhar mais ou menos dentro das possibilidades. Então oficialmente temos futebol de salão, judô e tem as escolas de futebol de categoria de base desde os oito anos de idade. Tudo isso é um esquema que a gente tem feito pra recuperar (16/07/2013).

Inúmeras histórias permeiam o nascimento do time da SPR. Charles Miller, funcionário da ferrovia paulista, é apontado como um dos responsáveis pela difusão do futebol no Brasil. Sendo Miller ferroviário, os primeiros jogos teriam sido disputados entre os próprios trabalhadores da estrada de ferro. Em 14 de abril de 1895, ocorreu um jogo entre o The Gas Works Team e o The São Paulo Railway Team, ou seja, a data de nascimento do time da SPR era anterior ao oficial, em 1919, numa partida não oficial. (SALUN, 2007).

Quando fundado oficialmente em 1919, a sede administrativa do clube era na Estação da Luz e por conta de um incêndio ocorrido no mesmo ano do fim da concessão da ferrovia aos ingleses, em 1946, quase toda a documentação foi perdida. Assim, trabalhar com fontes escritas do período anterior ao incêndio é uma árdua missão. A pouca documentação que foi salva, como por exemplo o Estatuto de 1924 e duas Atas de Reunião do Conselho, estão no Arquivo do Estado de São Paulo (AESP). Também na sede do Nacional Atlético Clube, localizado no bairro da Barra Funda, existe um pequeno acervo documental. No estatuto do clube de 1924, o artigo nº 1 define:

#### CAPÍTULO I – Do Clube e seus afins

Art. 1º - O São Paulo Railway Athletic Clube, fundado em 16 de fevereiro de 1919, 52º aniversário da inauguração do tráfego da linha de Santos a Jundiahy... compõe-se de indeterminado numero de sócios, sem distinção de nacionalidades, regendo-se por estes estatutos e regulamentos aprovados pela Assembleia”. (Estatutos do São Paulo Railway Athletic Clube, 14/02/1924).

Conforme este mesmo Estatuto, o clube oferecia diversos esportes, e realmente há relatos de práticas esportivas em suas dependências, como futebol, natação, críquete, tênis, entre outros. A

imprensa da época mostra que as principais modalidades do Clube eram o futebol e o basquete – bola ao cesto, como era chamado (GAZETA ESPORTIVA 1937, 1938, 1939, 1941; O ESTADO DE SÃO PAULO, 1941). Podiam associar-se ao clube funcionários da SPR, aposentados e filhos de funcionários. Associados deveriam pagar mensalidade para usufruir das dependências do clube. O Estatuto definia que pessoas prestadoras de relevantes serviços ao clube, ou aquelas que tivessem feito doações, poderiam ser aceitas no quadro de associados, desde que aprovadas pelo conselho. O mesmo documento afirma que funcionários do alto escalão da ferrovia teriam funções de liderança, dentro do Clube.

#### CAPÍTULO VII. Da Directoria e suas atribuições

Art. 29 – A Administração do Clube será confiada a uma Directoria composta de: Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretario, 2º Secretario, 1º Thezoureiro, 2º Thezoureiro, Director Esportivo. Eleita anualmente e cujo mandato terminará na posse da Directoria eleita para o anno seguinte e de um Conselho Consultivo permanente composto pelos chefes das diversas repartições da São Paulo Railway Company, que terá como Presidente o Superintendente da Companhia (Estatutos do São Paulo Railway Athletic Clube, 14/02/1924).

Podemos pensar no controle que estes passariam a ter sobre os momentos de lazer do operário, mas não é o que se observa nas falas de meus entrevistados. Eles afirmam que os ingleses gostavam da prática esportiva e por isso fundaram a agremiação, sem distinção, ou seja, funcionários de todos os níveis hierárquicos da empresa usufruíam juntos, das dependências do clube. Devemos considerar que a presença de lideranças da empresa no clube era algo planejado, assim, além de criar um ambiente onde todos tinham a impressão de um convívio único, os ingleses consolidaram a ideia de igualdade e amistosidade, tal qual podemos observar nas falas dos entrevistados. Mesmo Martinelli, que participou do sindicato e liderou greves, paralisando a ferrovia e batendo de frente aos interesses da empresa, apresenta um discurso de morosidade frente às práticas patronais no que se referia ao clube da estrada de ferro.

Obviamente que inúmeras maneiras foram encontradas para se monitorar os funcionários. A Companhia Paulista de Estradas de Ferro, sediada em Rio Claro, também se utilizou desse mecanismo. Em 1896, foi fundada a Sociedade Musical “União dos Artistas”, renomeada em 1905 para Grêmio Recreativo dos Empregados da Cia. Paulista de Estradas de Ferro. A empresa, observando a grande utilidade do clube, no sentido do controle de seus funcionários, passou a ajudar a agremiação financeiramente, além de sua diretoria ser composta por altos funcionários da ferrovia. (TONINI, 2006).

Outros clubes foram fundados na cidade com a participação de

ferroviários, inclusive em bairros afastados, como o Anhangás Foot-Ball Club, ou ainda, o Rio Claro Futebol Clube, time de futebol da cidade que, além de ser composto por ferroviários, usava as dependências do Grêmio Recreativo para suas atividades, como reuniões e treinos (TONINI, 2006). É possível ainda observarmos campeonatos de futebol amador com clubes ligados às indústrias e às linhas férreas (GAZETA ESPORTIVA 1937, 1938, 1939, 1941). Mas pesquisar origens de clubes de futebol ligados às ferrovias não é tarefa fácil, pois são escassos os trabalhos sobre o tema, mesmo considerando o grande número de clubes ligados aos trilhos.

## Política, Ferrovia e Futebol

O futebol, por vezes, esteve envolto às lutas sociais de nosso país. Existem exemplos que se perpetuaram, como de jogadores frente à Campanha pelas Diretas Já ou por melhorias na condição de profissional, como Afonsinho (ex-Botafogo); além da clássica comemoração de Sócrates (ex-Corinthians) ao marcar gols, quando fazia o punho cerrado; e ainda do atual movimento Bom Senso Futebol Clube.

O esporte caminhou junto à construção da metrópole e com suas lutas sociais. Da mesma forma que o Estado utilizou-se de manobras de imposição, a população assim também o fez, resistindo à pressão (GUTERMAN 2006; PARDINI, 2009). O futebol foi conduzido politicamente no Brasil, por Getúlio Vargas e pelos militares, especialmente na Copa de 1970, por exemplo. Em ambos os casos, não só os clubes, mas principalmente a Seleção Brasileira, aparecem como projeto de formação da identidade nacional.

O futebol não deve ser visto apenas da ótica alienante, mas também devemos considerar o poder social e cultural do esporte bretão no Brasil. O ir às ruas comemorar poder ser avaliado também como momento de explosão, de ocupação de espaços públicos. Para um país onde o povo tem, por vezes, suas ações ignoradas, o futebol representa o elo entre a sociedade e o poder. “Além de ser um mecanismo de atuação coletiva, o futebol no Brasil serve para proporcionar a sensação de vitória às classes que não conhecem outras formas de vencer em meio ao desnível de oportunidades”. (GUTERMAN, 2006, p. 17).

É nesse contexto que as memórias de Raphael Martinelli apresentam-se como rica fonte de estudos, pois sua trajetória política sindical nos faz lembrar de um passado em que o trabalhador teve seu cotidiano marcado por reivindicações, golpes de Estado e a presença do futebol em meio às transformações. Sua vida percorre vários momentos decisivos da história do Brasil, um caminho que sai dos campos de várzea da Lapa aos porões do DOPS, durante a Ditadura Civil Militar (1964-85). Em 1964, foi exonerado da ferrovia Santo-Jundiá, por conta de sua atividade sindical, mas mesmo depois do desligamento forçado, continuou vinculado ao Sindicato dos Ferroviários. Carrega sentimentos que vão

de vitórias (em relação as conquistas que obteve frente ao Sindicato) a frustrações (quando fala da atual situação das ferrovias do país).

Sempre lembrando a Lapa, local que nasceu e vive até hoje, afirma:

Eu jogava bem bola, então, tem jogadores na várzea, que agente jogava na várzea né? E ao mesmo tempo..., até lembrei ontem em casa, como era o nome dele..., eu não vou lembrar o nome dele né? Ele pegou: “Ô Lélo, você não quer jogar na SPR? É um time de juvenil, eu tô lá jogando, e tal e tal... por que você não vai lá? Vai numa terça-feira lá, treinar... não sei o quê... Na terça-feira...” Eu sempre fui ponta esquerda e ele foi meia esquerda, eu já na várzea jogava com ele, ele era meia e eu ponta, então já era uma ala que vinha jogando... e tal... Fui treinar e tudo mais, e aprovei, e aí sempre ele na meia e eu na ponta esquerda, já na SPR, aí fui aprovado e fiquei anos jogando com ele e só jogava na várzea, sempre com ele também né?... Na Lapa...”<sup>8</sup> (Entrevista concedida em 09/05/2013).

Sendo um homem do povo, que veio de família esquerdista e de ferroviários, seguiu a tradição e também se filiou ao Partido Comunista, iniciando sua trajetória sindical dentro da SPR. Em suas memórias, afirma que a Lapa era um bairro italiano, e por conta disso um reduto anarco sindical, com forte presença de socialistas, comunistas e anarquistas.

Porque eu jogava bola desde moleque, a única coisa que eu fazia bem era futebol, o pessoal fala que é política, mas é o contrário, futebol era de fato...era ponta esquerda, meu pai era ponta esquerda também, meu pai... E ele era canhoto e eu nasci canhoto também, então o canhoto tem sempre um q diferente das outras áreas né? Meu pai 39 anos de ferrovia, meu irmão mais velho aposentou na ferrovia, tudo SPR, meu pai entrou na... em 1910 que ele entrou, porque ele casou em 1914 com a minha mãe, ele casou com a minha mãe em 1914, já era ferroviário, entrou na pintura, o irmão dele foi chefe da calderaria, Pedro Martinelli. O meu irmão mais velho André foi aposentado na fundição da Lapa, o Dante ele aposentou como anistiado, porque em 49 foi mandado embora na greve de 49...” (09/05/2013).

Em 1943, pouco tempo depois de entrar para a ferrovia, teve que abandonar o futebol, pois era tempo da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e a estrada de ferro precisava funcionar de segunda a segunda. Eram tempos difíceis, pois o Brasil deixou de receber carvão da Inglaterra e ao mesmo tempo locomotivas, alimentadas a carvão, não podiam parar. Em relatos, cita o momento em que um funcionário da SPR disse a seu pai

---

<sup>8</sup> Lélo é o apelido do Sr. Martinelli.

que “ou seu filho larga o futebol ou será demitido” e assim optou pela estrada de ferro. Os jogos apenas lhe rendiam passes de bonde e algumas laranjas. Como pertencia às categorias de base, não recebia salário.

A experiência no time da SPR confirmou o amor pelo esporte. Enquanto jogava, durante a semana, saía do escritório da empresa e ia participar dos treinos, entre o final da tarde e início da noite. Aos domingos, ocorriam os jogos. Eram partidas preliminares, ou seja, ocorriam antes dos jogos oficiais do Campeonato Paulista. Mas a prática esportiva deixa de ser importante a partir do momento que afeta o rendimento da companhia, mais interessada nos lucros obtidos com a guerra do que com as práticas do clube, mesmo que isso afetasse seus funcionários.

Abandonando o futebol, Martinelli decidiu seguir a carreira de ferroviário e em pouco tempo já estava ligado ao sindicato. Anos mais tarde, seria líder sindical em âmbito nacional. Por conta de sua trajetória, foi perseguido durante a ditadura (1964-85), preso e torturado. Ele foi um dos fundadores da ALN (Ação Libertadora Nacional) com Carlos Marighella<sup>9</sup>. E apesar de uma vida permeada por práticas políticas, nunca esquece de mencionar o futebol. Neto de imigrantes, teve parte de sua família e ele próprio uma trajetória profissional ligada aos trilhos. Começou trabalhando cedo; seu primeiro emprego foi de engraxate e, como grande parte dos meninos brasileiros, a brincadeira favorita era a bola:

Mas é claro que a grande paixão dos garotos – e de Lélo, é claro! – era a bola. Ela representava o desejo de consumo de dez entre dez meninos daquela época; esperada, muitas vezes, como presente de Natal – quando Papai Noel traria o tão cobiçado brinquedo. Enquanto Papai Noel não vinha, restava à garotada confeccionar bolas de meia ou de outras coisas, desde que servisse para chutar e fazer gol (BASTOS, 2014).

O futebol, assim como o PCB e as experiências familiares, trouxe disciplina e organização para o futuro líder sindical. Quando indagado sobre discussões políticas dentro do clube de ferroviários, Martinelli afirmou que isso não ocorria, pois falar de política era algo clandestino. Cita o exemplo do próprio PCB, que ficou parte da história na clandestinidade. Organizar-se era algo que requeria cuidado e o clube era local arriscado. Apesar dos comunistas que trabalhavam da ferrovia frequentarem a agremiação, procuravam não tocar em questões políticas, pois era arriscado, engenheiros estavam no mesmo ambiente que maquinistas. Mas ele considera importante tal experiência para sua formação política.

Na busca por informações, não apenas Martinelli trouxe inúmeras possibilidades de estudo, mas também o ferroviário e presidente do Nacional Atlético Clube, Ayrton Santiago. Ele entrou na antiga RFFSA 9 A Ação Libertadora Nacional, a ALN como ficou conhecida, foi formada em 1968 por dissidentes do PCB. Nasce inicialmente como Agrupamento Comunista de São Paulo, um grupo armado criado para enfrentar o governo autoritário imposto no Brasil a partir de 1964.

(Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima) na década de 1960 e continua trabalhando como engenheiro consultor. Quando indagado sobre a participação no sindicato dos ferroviários, ou em greves, diz não ter participado por conta de seu cargo na empresa, mas que sempre apoiou as lutas dos trabalhadores. Em relação ao Nacional afirma:

A minha trajetória no Nacional é desde que eu nasci, porque eu sou a quarta geração na ferrovia, e desde o meu avô, ele fazia parte do clube né? Foi diretor, aquele negócio todo, meu pai a mesma coisa, então desde pequenininho eu frequentei, o clube era ligado a ferrovia né? E eu também trabalhei na ferrovia... sou ferroviário desde que me formei, então minha vida está toda ligada à ferrovia e a ferrovia ligada ao clube, esse foi o elo (Entrevista concedida em 16/07/2013).

Sua entrada como funcionário da ferrovia ocorreu em 1967 e assim como Martinelli também é descendente de imigrantes, mas de espanhóis. Não sabe dizer ao certo quando o avô entrou para a ferrovia, mas o pai teria ingressado em 1928, ano este que já estava aposentado, ou seja, a entrada do avô remete-se ao século XIX. Sobre o futebol afirma:

Joguei até certo ponto, joguei no Nacional na parte de amadorismo, e fui... o estudo não era compatível na época, a não ser para grandes craques... , não participava de política ou futebol, minha vida foi praticamente mais na parte esportiva, participei da federação de futebol, da federação de futebol de salão (16/07/2013).

O Nacional não se restringia apenas aos esportes em seus tempos áureos, havia também uma discoteca em suas dependências, uma domingueira para a juventude, além de outras práticas esportivas. Os clubes perderam o status de ponto de reunião entre amigos e famílias com a construção de condomínios e isso obrigou o Nacional a virar um clube escola. A decadência que não atingiu apenas o Nacional, mas outros clubes também. Apesar de afirmar sua origem humilde, o Sr. Ayrton evidencia-nos valores burgueses em suas falas. Sobre aqueles que frequentavam no Nacional afirma:

Era um ambiente familiar, o Nacional sempre foi um clube familiar, primeiro por causa da ferrovia né? E grande parte dos associados do Nacional são ferroviários, então muitos já se conhecem do trabalho né? Sempre foi tudo aberto à sociedade, total aberto à sociedade, uma grande parte era de ferroviários que já se conheciam e existiam campeonatos internos e existem até hoje Olimpíadas Ferroviárias no Nacional, na época era Rede Ferroviária Federal, depois CBTU, hoje é CPTM... era um clube de classe média, onde existiam pessoas tanto de um nível superior, quanto de um nível

inferior, baseado principalmente nas categorias da ferrovia, que não distinguia ninguém, até hoje não se distingue, tanto faz um funcionário de uma carreira menos importante, quanto um funcionário maior, todos convivem praticamente juntos...”  
(16/07/2013)

## Considerações Finais

Importante salientar as diferentes posições que os entrevistados apresentam. Suas posições frente à ferrovia são completamente opostas, mas ambos podem contribuir para o entendimento do papel do Clube frente às posições políticas dentro da estrada de ferro. Enquanto Martinelli construiu uma carreira sindical frente aos trabalhadores ferroviários, Ayrton Santiago apresenta-se como representante do empregador, e não por acaso acabou na direção do Nacional Atlético Clube. Isso nos evidencia que o clube teve diferentes significados, pois em seu âmbito foi possível contribuir na formação de um líder sindical e de um representante da empresa, lembrando ainda que Santiago também fez parte das categorias de base do time de futebol da SPR.

O artigo tem como objetivo contribuir para a pesquisa histórica de São Paulo, especialmente de clubes ligados aos trilhos ferroviários. Dialogando com documentos, memórias dos entrevistados e bibliografias, busquei problematizar aspectos do cotidiano, da relação entre ferrovia e futebol, refletindo tensões e dificuldades contidos naquele projeto que se forjava. Discutir o clube como espaço de lazer, mas que, possivelmente, representava a reunião dos trabalhadores da ferrovia São Paulo Railway.

O futebol não deve ser visto apenas da ótica alienante, mas também considera-se o poder social e cultural do esporte bretão no Brasil. O ir às ruas, hoje, em nosso país, evidencia dois pontos a serem refletidos: em primeiro lugar, a comemoração pode ser avaliada como momento de explosão das massas, de ocupação de espaços públicos; ou ainda, por exemplo, àqueles que foram contrários a Copa Fifa 2014 e ocuparam as ruas para protestar contra milhões gastos nas obras para o Mundial.

Para um país onde o povo tem, por vezes, suas ações ignoradas, o futebol representa o elo entre a sociedade e o poder, revelando as inúmeras possibilidades de estar inserido numa sociedade tão desigual. O embrião de toda esta história encontra-se em nosso passado, com o futebol chegando ao país e sendo difundido pela população (ferroviários ou não), também por clubes e agremiações, que avançavam pelo interior por meio dos trilhos das ferrovias que cortavam o estado de São Paulo.

## Referências bibliográficas

ANTUNES, Fátima Martins R. Ferreira. “Práticas esportivas e o predomínio do futebol (1870-1940)” in São Paulo - das tribos indígenas às tribos

urbanas. Coord. CAMARGO, Ana Maria de Almeida. SP, CIEE, 2013.

BALBINO, Ana Cristina Alves. O cotidiano através dos trilhos – Problema ou Progresso? A relação entre a São Paulo Railway e a população paulista 1870-1890. Dissertação de Mestrado, PUC-SP, 2004.

BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade: lembranças de velhos. 3ª Edição, São Paulo. Companhia das Letras, 1994.

BOSI, Ecléa. O tempo vivo na memória: ensaios de Psicologia Social. São Paulo, Editora Ateliê, 2003.

CAMPOS JR., Celso de. 1942: o Palestra vai à guerra. Santos, SP. Realejo Edições, 2012.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano. 1. Artes de fazer. Editora Vozes, Petrópolis, RJ, 1994.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. A vida fora das fábricas. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1987.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. História Oral: memória, tempo, identidade. São Paulo. Autêntica, 2006.

FLORENZANO, José Paulo. A democracia corinthiana: práticas de liberdade no futebol brasileiro. São Paulo. EDUC/FAPESP, 2010.

FRANCO JR, Hilário. A dança dos deuses – futebol, sociedade, cultura. Cia das Letras, SP, 2007.

GONÇALVES JR, René Duarte. Friedenreich e a reinvenção de São Paulo (1910-1930). Dissertação de Mestrado, USP, 2008.

GUTERMAN, Marcos. O futebol explica o Brasil: O caso da Copa de 70. Dissertação de Mestrado, PUC-SP, 2006.

JOFFILY, Mariana. No centro da Engrenagem. Os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975). 2013, São Paulo, Edusp.

MACHADO, Felipe Morelli. Bola na rede e o povo nas ruas! Estado Novo, imprensa esportiva e torcedores na Copa do Mundo de 1938. Dissertação de Mestrado, PUC-SP, 2011.

MARQUES, José Carlos. O futebol em Nelson Rodrigues: O óbvio ululante, o Sobrenatural Almeida e outros temas. São Paulo. EDUC, 2012.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Manual de História Oral. São Paulo. Editora Loyola, 1996.

MILLIET FILHO, Raul. Cenários e personagens de uma Arte Popular: futebol brasileiro, hegemonia, narradores e sociedade civil. Tese de Doutorado,

USP, 2009.

PARDINI, Melina Nóbrega Miranda. A narrativa da ordem e a voz da multidão: o futebol na imprensa durante o Estado Novo (1937-1945). Dissertação de Mestrado, USP, 2009.

PORTELLI, Alessandro. “Forma e significado na História Oral. A pesquisa como um experimento em igualdade”, in Revista Projeto História da PUC/SP, nº 14, Cultura e Representação, 1997.

PORTELLI, Alessandro. “O que faz a história oral diferente”, in Revista Projeto História da PUC/SP, nº 14, Cultura e Representação, 1997.

PORTELLI, Alessandro. “Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral.” In Revista Projeto História da PUC/SP, nº 15, Ética e História Oral, 1997.

SALUN, Alfredo Oscar. Palestra Itália e Corinthians: Quinta coluna ou tudo buona gente? Tese de Doutorado, USP, 2007.

SANTOS NETO, José Moraes dos. Visão do jogo – primórdios do futebol no Brasil. Cosac & Naify, SP, 2002.

SEVCENKO, Nicolau (1). Futebol, metrópoles e desatinos. In: BRUNI, José Carlos. (Org.). Dossiê Futebol. Revista USP, São Paulo, n. 22, 1994.

SEVSENKO, Nicolau. Orfeu extático na metrópole – São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo, Cia das Letras, 1992.

SREAPCO, João Paulo França. “Cego é aquele que só vê a bola” O futebol em São Paulo e a formação das principais equipes paulistas: S. C. Corinthians Paulista, S. E. Palmeiras e São Paulo F. C. (1894-1942). Dissertação de Mestrado, USP, 2010.

THOMPSON, Edward. Costumes em comum – Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo. Cia das Letras, 1998.

TONINI, Marcel Diego. Além dos gramados: história oral de negros no futebol brasileiro (1970-2010). Dissertação de Mestrado, USP, 2011.

TUBINO, Manoel José Gomes. Dimensões sociais do esporte. Editora Cortez, SP, 1992.

## Fontes

RAPHAEL MARTINELLI (Acervo pessoal)

Livro de memórias do Sr. Raphael Martinelli (livro não publicado);

Relatórios, Investigações e Informes “Periódicos de Informação” de polícia (DOPS, SNI, Exército) de agências do Pará e de São Paulo, 1972 e 1973;

Atos da Revolução de 1964;

Laudos Médicos.

SÃO PAULO RAILWAY ATHLETIC CLUB e NACIONAL ATLÉTICO CLUBE

Estatutos dos clubes 1924.



# VIVA CUBA LIVRE!

## A REAPROXIMAÇÃO HISTÓRICA ENTRE CUBA E EUA

*Daniela Alves*

*Lilian Marta Grisolio*

### Introdução

Diante do atual cenário brasileiro de recrudescimento da direita, ataques diretos aos partidos e organizações de esquerda, retorno de pedido de intervenção militar aos moldes da Ditadura Civil-Militar imposta pelo Golpe de 1964, dizeres anticomunistas e retorno de slogans como “Vai pra Cuba!”, este artigo apresenta o resultados preliminares de uma pesquisa em curso sobre a reaproximação histórica entre Cuba e EUA objetivando traçar correlações até a atualidade.

Buscamos assim aqui, compreender o processo de reaproximação entre Cuba e EUA em andamento nesse importante momento histórico que vivemos. A perspectiva reside em interpretarmos os interesses, motivações e possíveis consequências desse evento, abarcando discussões ligadas às questões políticas, culturais e sociais, centrando em evidências históricas. Há diversos estudos ligados à temática: inúmeras obras, artigos acadêmicos, dissertações e teses que se inserem num campo de trabalho onde a questão da relação entre Cuba e EUA se faz presente.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, os países tiveram que se adaptar a um novo mundo bipolarizado, dividido entre capitalistas e comunistas. Ao que parece nem tudo mudou e ainda vivemos os resquícios desse contexto. “Viva Cuba Livre” é uma expressão de Fidel Castro, recorrente em seus discursos, e que aqui nos serve como base para analisar o real sentido da afirmativa e questionar o quanto isso se realizou ou não.

A presente pesquisa foi realizada através do estudo de obras referenciais, artigos acadêmicos, dissertações e teses, bem como documentos da imprensa e oficiais. Inicialmente a proposta foi de nos dedicar a leitura e análise da bibliografia relacionada aos temas da pesquisa: estudos historiográficos no que diz respeito à relação Cuba-EUA. São diversas leituras que ajudam a investigar e analisar o objeto de estudo ora apresentado. Obras fundamentais que discutem o histórico da revolução, as relações internacionais e dilemas no curso da ilha rumo ao socialismo, assim podemos citar A Ilha, de Fernando Morais, um dos mais respeitados

relatos jornalísticos sobre Cuba nos anos 80, de Eric Nepomuceno Cuba: novas anotações sobre uma revolução e de Luiz Alberto Moniz Bandeira, De Martí a Fidel. Essas obras, entre outras, nos auxiliaram na análise do processo de reaproximação ora em curso. Além disso, utilizamos como fonte e documentação histórica os discursos proferidos por Raúl Castro e Barack Obama, ex-presidente dos EUA..

Vale dizer que no momento da escrita deste artigo diversos acontecimentos trazem novas e importantes perspectivas ao tema, como a eleição do republicano Donald Trump e a morte de Fidel Castro. Apesar do significado desses fatos, e a inevitável influência nos rumos políticos a partir de então, aqui não foram abarcadas tais questões. Além de serem acontecimentos muito recentes, e ainda em curso, buscamos aqui abordar o processo inicial dessa reaproximação, origens e intenções.

## Guerra Total

Para compreender o atual contexto e desdobramentos na relação dessas duas nações, vale contextualizar brevemente esse histórico de aproximações e rupturas.

Em meados de 1933, o então presidente dos Estados Unidos, Franklyn Delano Roosevelt, insatisfeito com o designado ao posto de ditador na ilha, Gerardo Machado, apoia um golpe do ex-sargento, Fulgêncio Batista. Franklyn incita o exército cubano que tome o poder na ilha e conclame Batista como seu novo ‘presidente’, — por outras diversas vezes, Batista fica à frente do poder cubano. Até que o verdadeiro título de nação independente fosse declarado a Cuba, a ilha sofreu diversos ataques, com o apoio dos Estados Unidos, como represália por revoluções populares que iam ganhando força contra a ditadura de Batista.

Em 1953, 166 rebeldes, dispostos a derrubar o governo de Fulgêncio Batista, assaltam o quartel de Moncada, em Santiago de Cuba, para roubar armas e começar uma revolução. Eles são presos e torturados, porém uma figura se destaca pela sua liderança em tal ato: o jovem advogado Fidel Castro.

Quando decidimos atacar o Moncada? Quando nos convencemos de que ninguém faria nada, de que não haveria luta contra Batista, e de que todos aqueles grupos – nos quais muitas pessoas militavam – não estavam preparados nem organizados para levar a cabo a luta armada (RAMONET, 2006, p.109).

Após dois anos de prisão, Fidel Castro e outros guerrilheiros são soltos e se exilam no México, onde se organizam e fundam o “Movimento 26 de Julho”, junto com Che Guevara e Camilo Cienfuegos. Esse movimento, na verdade, era uma continuação do ato ocorrido em 1953, no quartel

Moncada, mas agora os guerrilheiros contavam com a ajuda do Partido Socialista Popular (PSP) e o Diretório Revolucionário 13 de março.

Organizados clandestinamente, as ideias do grupo logo se difundiram por todos os cantos da ilha de Cuba, e um ano depois o grupo dá sua primeira investida contra o governo ditador de Batista. Mas os guerrilheiros são atacados, restando apenas 12, que fogem para a selva de Sierra Maestra. Durante três anos a guerrilha difunde ainda mais suas ideias e recruta novos rebeldes, em sua maioria camponeses e estudantes, para um novo ataque contra o ditador. Nesse momento, os Estados Unidos têm como presidente Dwight David Eisenhower, que limita o comércio bélico com Cuba por tempo indeterminado, graças ao aumento de simpatizantes pela guerrilha de Castro. Tal atitude dificultou o acesso ao armamento tanto para os rebeldes como para o exército de Batista.

## Revolução, Ruptura e Guerra Fria

Em janeiro de 1959, os guerrilheiros conseguem tomar o poder de duas importantes cidades cubanas: Santa Clara e Santiago de Cuba, onde fica o quartel de Moncada. Nesse mesmo ano, a guerrilha de Castro desce a cordilheira de Sierra Maestra e toma o poder da capital, Havana. Fulgêncio Batista diante da eminente derrota foge para os Estados Unidos, seguido por governantes e populares simpatizantes do governo do ditador.

A Revolução Cubana era tudo: romance, heroísmo nas montanhas, ex-líderes com a desprendida generosidade de sua juventude - os mais velhos mal tinham passado dos 30 -, um povo exultante, num paraíso turístico tropical, pulsando com os ritmos da rumba (HOBSBAWM, 1995, p. 427).

Diante tal fato, nos anos seguintes, os Estados Unidos executam diversos ataques à ilha caribenha, a fim de derrubar o governo nacionalista de Castro, adquirido pelo sucesso da adesão popular à Revolução Cubana. Um dos mais famosos ataques a Cuba neste período é a invasão da Baía dos Porcos; onde exilados cubanos, treinados por agentes americanos pertencentes à CIA, tentaram derrubar o governo de Castro pela invasão ao sul da ilha, mas fracassaram após três dias de combate. Este plano foi arquitetado pelo então presidente Eisenhower, mas executado pelo sucessor, John Kennedy. Após a investida na Baía dos Porcos, o governo cubano declara oficialmente o caráter socialista da Revolução Cubana, inspirado pela ideologia marxista-leninista.

Porque o que os imperialistas não podem nos perdoar é o fato de estarmos aqui; o que os imperialistas não podem não perdoar é a dignidade, a integridade, o valor, a firmeza ideológica, o espírito de sacrifício e o espírito revolucionário

do povo de Cuba. Isso é o que eles não podem perdoar: que estejamos aqui, na frente do seu nariz, e que tenhamos feito uma revolução socialista no próprio nariz dos Estados Unidos! (LÖWY, 1999, p. 263)

Os Estados Unidos, diante tal declaração, oficializam o embargo econômico e o fim das relações diplomáticas com Cuba.

[...] a embaixada dos Estados Unidos em Havana já se defrontava com enormes dificuldades, [...] e respaldar as atividades da contrarrevolução, como “symbol of U.S. resistance to Castro”, devido à vigilância, que reduziria seus contatos com a oposição [...], levou o encarregado de Negócios norte-americano, Daniel Braddock, a propor ao Departamento de Estado o rompimento das relações diplomáticas dos Estados Unidos com Cuba, por considerar sua manutenção, quando não mais havia cidadãos norte-americanos e interesses a proteger, incompatível com as pressões internas e externas necessárias a derrubada do governo revolucionário. [...] Eisenhower não teve alternativa senão tomar tal iniciativa (BANDEIRA, 2009, p.288).

Após a afirmativa socialista de Cuba, a União Soviética vê um potencial aliado no continente americano contra seu grande antagonista pós Segunda Guerra Mundial, agora na Guerra Fria. Cuba e URSS assinam um acordo entre os dois países, devendo URSS exportar petróleo para a ilha e Cuba exportar açúcar para a URSS.

A partir dessa ruptura política entre as duas nações e a aproximação de Cuba à União Soviética, os Estados Unidos mantêm um cerco expiatório sobre as atividades da ilha a qualquer custo. E em uma dessas espionagens, satélites americanos, instalados em aviões, detectam e fotografam uma base de mísseis nucleares pertencentes à União Soviética em solo cubano. Instantaneamente medidas foram tomadas pela Casa Branca. Além de cercar Cuba e a União Soviética, houve a expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA), e também foi instaurado o embargo naval à ilha. Mas tal base de mísseis só foi instalada na ilha após o próprio governo americano ter instalado, também, uma base de mísseis nucleares na Turquia.

Foram feitas declarações de ambos os países reconhecendo terem bases nucleares instaladas, tencionando ainda mais um possível acordo de paz, dada a factível ocorrência de uma guerra nuclear. Após conflituosos dias de negociação entre as duas superpotências, o primeiro-ministro da URSS, NikitaKrushev, declara a desativação dos mísseis nucleares de Cuba, desde que os Estados Unidos também desativassem seus mísseis na Turquia, assim como a declaração de nunca invadir a ilha de Cuba em qualquer situação.

Os anos de assistência mútua entre Cuba e URSS perduraram por

três décadas. Em 1991 chega ao fim a União Soviética, se desmembrando em diversos outros países como Rússia, Ucrânia, Estônia, Lituânia, Letônia, Armênia, Cazaquistão e outros. Cuba fica sem recursos econômicos e neste momento os Estados Unidos decidem apertar ainda mais o cerco embargador à ilha: em 1992 sancionam a Lei Toricelli, que declara a punição aos países que prestassem qualquer tipo de assistência à ilha de Cuba. Em 1996 os Estados Unidos sancionam outra lei, como um reforço punitivo à Lei Toricelli, agora a Lei de Helms-Burton, impondo sanções ainda mais duras a países que investissem ou comercializassem quaisquer produtos na ilha.

Por mais que duras sanções fossem impostas a Cuba e aos países que tivessem qualquer tipo de relação econômica com a ilha, os investimentos provindos do estrangeiro tiveram uma crescente marca, sendo o setor do turismo o mais rentável.

O volume desses investimentos na ilha cresceu, desde 1992, e, em fins de 1994, estavam aprovadas em 176 joint ventures, com a participação de vários países em 26 ramos da economia, em um montante superior a US\$1,5 bilhão (BANDEIRA, 2009, p.651).

Apenas no ano 2000, os Estados Unidos aprovam no congresso nacional uma concessão, mais no quesito humanitário, para que itens de alimentação básica e remédios fossem comercializados na ilha, sob a condição de toda transação ser feita em dinheiro espécie e em embarcações próprias do país de origem de cada item.

Fidel Castro ficou à frente do poderio de Cuba durante 49 anos, anunciando sua aposentadoria por motivos de saúde. Em sua renúncia Fidel facultou o poder a seu irmão e parceiro de guerrilha, Raúl Castro, no começo do ano de 2008. No ano seguinte, em janeiro de 2009, Barack Obama é empossado a presidência dos Estados Unidos da América, sendo o 44º desde George Washington.

## A Reaproximação

Em dezembro de 2013, depois de mais de meio século de uma deteriorante relação entre os dois países, no cortejo fúnebre de Nelson Mandela, Raúl Castro e Barack Obama trocam um aperto de mão. Esse foi o ato inicial de uma possível reaproximação entre as duas nações.

A partir do ano de 2015, representantes dos governos dos dois países começaram articulações governamentais que visavam o restabelecimento das relações diplomáticas entre Cuba e EUA. Encontros foram realizados no Canadá e também no Vaticano, tendo o Papa Francisco intervencionado neste primeiro momento de diálogo – o que se sabe é que

o Papa Francisco enviou cartas aos dois presidentes antes que o anúncio de uma reaproximação fosse afirmado.

Poucas semanas após essa afirmativa oficial de reaproximação, o Papa Francisco faz sua primeira visita oficial à ilha de Cuba, se encontrando com Raúl Castro. Dentre os assuntos discutidos na visita, o Papa foi firme ao criticar Raúl e sua política carcerária, já que o país possui muitos presos em situações preocupantes. Raúl se propôs a revisar a pena de mais de 3.500 pessoas, condenadas por delitos considerados leves. O Papa também tratou de assuntos delicados como a política interna de Cuba e o fim do embargo econômico imposto pelos Estados Unidos. Não deixou de falar, também, sobre as religiões de fé da ilha, não condenando o sincretismo caribenho como fez o seu antecessor, o Papa Bento XVI, mas tentando fazer com que os cubanos não se esqueçam da fé nesse momento de abertura política com o mundo, enfatizando na maioria das vezes o público jovem.

A vocês os jovens cubanos, embora tenham pontos de vista diferentes, quero que estejam acompanhados, juntos buscando o futuro e a nobreza da Pátria. Afinal fica algo melhor do que isso, a doce esperança da pátria que queremos conseguir. Vou rezar por vocês e lhes peço para rezarem por mim, e se algum não pode rezar porque não é crente, que ao menos me deseje coisas boas. Que Deus abençoe a todos”, culminou o papa Francisco. Granma | internet@granma.cu, setembro 22, 2015, 07:09:04.

O primeiro acordo entre as nações foi o fim das restrições de viagens e transferências monetárias dos Estados Unidos à ilha. E em meados do mesmo ano, as embaixadas de ambos tiveram sua reabertura nas respectivas capitais. Não podemos esquecer sem a devida ênfase de que tal acordo teve diversas concessões, dentre elas os prisioneiros de espionagens nos dois países: três agentes cubanos, não oficiais, que estavam presos nos EUA são soltos. Alan Gross, americano, declarado agente da CIA e prestador de serviços da USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional), e outro espião de origem cubana também são soltos da prisão em Cuba.

Discursos foram proferidos por ambos os presidentes, demonstrando que seus ideais primordiais não serão descartados pelo acordo de uma reestruturação nas relações diplomáticas:

Compatriotas,

Desde minha eleição como presidente dos conselhos de Estado e de Ministros reiterei, em múltiplas ocasiões, nossa disposição de travar com o governo dos Estados Unidos um diálogo respeitoso, baseado na igualdade soberana, para tratar de forma recíproca dos temas mais diversos, sem prejudicar a

independência nacional e a autodeterminação de nosso povo. (...) Cuba reitera sua disposição de manter a cooperação nos organismos multilaterais, como a Organização das Nações Unidas. Ao reconhecer que temos diferenças profundas, fundamentalmente em matéria de soberania nacional, democracia, direitos humanos e política externa, reafirmo nossa disposição de dialogar sobre esses temas. Exorto o governo dos Estados Unidos a remover os obstáculos que impedem ou restringem os laços entre nossos povos, as famílias e os cidadãos dos dois países, em especial os obstáculos às viagens, ao correio postal direto e às telecomunicações. Os progressos conquistados nos intercâmbios mantidos demonstram que é possível encontrar soluções para muitos problemas. Como já repetimos, precisamos aprender a arte de conviver de forma civilizada com nossas diferenças. Voltaremos a falar mais adiante sobre estes temas importantes.

Muito obrigado

Discurso feito por Raúl Castro e traduzido pela Folha de São Paulo, 17/12/2014 19h39.

Fica evidenciado neste discurso proferido por Raúl Castro que a política socialista firmada em Cuba há 56 anos não será abalada ou até mesmo extinta depois do reestabelecimento das relações com os Estados Unidos, sendo necessário o convívio pacífico e respeitoso entre as nações.

Boa tarde.

Hoje os Estados Unidos da América estão mudando seu relacionamento com o povo de Cuba e promovendo as mudanças mais importantes em mais de 50 anos em nossa política. Vamos pôr fim a uma abordagem superada que há décadas vem fracassando em promover nossos interesses. Em vez disso, vamos começar a normalizar as relações entre nossos dois países. Por meio dessas mudanças, pretendemos criar mais oportunidades para o povo americano e o povo cubano e abrir um novo capítulo entre as nações das Américas. Existe uma história complicada entre Estados Unidos e Cuba. (...) Essas mudanças, antes polêmicas, hoje parecem óbvias. Cubano-americanos puderam reencontrar suas famílias e constituem os melhores embaixadores possíveis de nossos valores. E, através desses intercâmbios, uma geração de cubano-americanos mais jovens vem questionando cada vez mais uma abordagem que faz mais para manter Cuba isolada de um mundo interconectado. (...) Meus compatriotas americanos, a cidade de Miami fica a apenas 320 quilômetros, mais ou menos, de Havana. Incontáveis milhares de cubanos já vieram a Miami em aviões e jangadas improvisadas, alguns deles com pouco mais que as roupas que levavam no corpo e a esperança que levavam nos corações. Hoje Miami muitas vezes é descrita como a capital da América Latina. Mas ela é também uma cidade profundamente americana, um lugar que nos recorda que os ideais são

mais importantes que a cor de nossa pele ou as circunstâncias em que nascemos, uma demonstração do que o povo cubano pode realizar e da abertura dos Estados Unidos em relação a nossa família do sul. Somos todos americanos. Efetuar transformações é difícil em nossas próprias vidas e nas vidas de nações. É ainda mais difícil quando carregamos nos ombros a carga pesada da história. Mas hoje estamos efetuando essas mudanças porque é a coisa certa a fazer. Hoje a América escolhe cortar os grilhões do passado para buscar um futuro melhor para o povo cubano, para o povo americano, para nosso hemisfério inteiro e para o mundo.

Obrigado. Deus os abençoe e Deus abençoe os Estados Unidos da América.

Discurso feito por Barack Obama e traduzido pela Folha de São Paulo, 17/12/2014 20h18.

Mesmo com um profundo discurso de caráter democrático, defendendo a pluralidade, liberdade e amizade entre as Américas, o que fica claro é o interesse dos Estados Unidos em defender os princípios liberais do sistema capitalistas e terem o comércio como base fundamental da reaproximação da ilha de Cuba. Assim, o que ocorre pode ser chamado de detrégua entre as duas nações, fato que foi intermediado pelo Papa Francisco e o governo do Canadá. Porém, entendemos que existe uma longa jornada pela frente, já que mesmo anunciando uma reaproximação, as bases e os princípios políticos/ideológicos são fundamentalmente divergentes.

Mesmo com todos esses desafios, várias medidas já fizeram uma significativa mudança para ambas as partes: o diálogo entre os dois países foi retomado após mais de 50 anos, Cuba foi retirada da lista negra dos Estados Unidos como promotora do terrorismo mundial e o houve o fim das sanções impostas financeiramente na ilha, seja por ajuda de outros países, pelo turismo ou até por transações monetárias feitas dos EUA para Cuba. Sendo este último item muito aproveitado pelo governo dos EUA, pois agora empresas poderão fazer negócios na ilha, o que injetará milhões de dólares na economia americana. Mundialmente tal acordo afetará todos os continentes, como a Rússia, de Vladimir Putin, velha aliada de Cuba. Talvez uma mediação de Cuba em assuntos americanos no território russo fique um pouco mais clara, já que Putin se mostra irreduzível em diversos assuntos propostos pela Casa Branca.

## Um presidente americano em Cuba após 88 anos

O presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, desembarcou na ilha de Cuba no dia 20 de março de 2016, juntamente com sua família,

assessores políticos e alguns congressistas, representantes dos partidos democrata e republicano. Obama ficou durante três dias em Cuba e encontrou com Raúl Castro, no Palácio da Revolução, em Havana. Os presidentes conversaram sobre diversos assuntos: Raúl Castro deixou claro que a reaproximação não terá qualquer interferência na ideologia política da ilha, Obama prometeu pressionar o Congresso americano para que o embargo econômico fosse extinto e pediu mais liberdade para o povo cubano.

Obama fez um discurso no Gran Teatro, em Havana, onde foi ovacionado por suas palavras. Começou o discurso lamentando o atentado ocorrido em Bruxelas e afirmou que é necessária a união das pessoas para que eventos assim não aconteçam em nenhuma parte. Ele condenou o embargo econômico imposto à ilha, afirmou que "... queremos abrir as portas para mais oportunidades para o povo cubano<sup>1</sup>" e disse ter esperança no jovem povo cubano.

Essa é justamente a questão que ainda se apresenta no centro do debate: ocorrerá o fim do embargo? Mesmo com essas concessões feitas e essa reabertura no diálogo afim de uma reaproximação, Barack Obama não possui poderio para dar um fim ao embargo econômico imposto à ilha sob a forma da Lei de Helms-Burton, pois segundo esta normativa, somente o Congresso dos EUA tem o poder de votar contra ou a favor da extinção do embargo. Lembrando que o Congresso americano é composto em sua maioria por republicanos, contrários a governos democratas e à política de reaproximação com Cuba.

Dessa forma, o Congresso se diz a favor da extinção do embargo apenas caso Cuba se declare favorável à mudança de governo da ilha para um regime democrático, com eleições claras e livres, aos moldes da democracia burguesa estadunidense que prevalece como modelo. Novamente percebemos o autolimitado imposto pelas contradições e contexto ao processo chamado de reaproximação histórica entre os dois países.

Ao ser questionado sobre o motivo de tal reaproximação dos países ocorrerem somente agora, ele disse que é preciso "... derrubar o último remanescente da Guerra Fria. É tempo de deixarmos o passado para trás e pensar num futuro juntos. Um futuro de esperança. Sí, se puede! "

Michelle Obama e suas duas filhas também acompanharam o marido na visita oficial e foi destaque na imprensa internacional ao visitar centros socioeducativos na parte velha de Havana e ser recebida pelo cardeal Jaime Ortega, o mesmo que apoiou o Papa Francisco nas questões envolvidas dos dois países.

---

<sup>1</sup> Discurso traduzido pelo site [g1.globo.com/mundo](http://g1.globo.com/mundo) 22/03/2016 11h37 - Atualizado em 22/03/2016 16h47

No mesmo dia da chegada de Obama à ilha, vários opositores foram detidos por manifestações contra a visita do presidente ao país. Em Miami, principal cidade americana de refugiados cubanos, manifestações foram feitas contra a visita de Obama a Cuba. Mas, não são somente civis que são contrários a essa ideia de reaproximação. No cenário de corrida eleitoral de presidência dos Estados Unidos, os candidatos republicanos ao posto, Ted Cruz e Donald Trump, já se declaravam contra a reaproximação.

Diante o fato, Obama tomou algumas medidas para que a reaproximação de fato acontecesse perante a lei e que não pudesse haver revés na situação. Dentre essas medidas, destacamos: a abertura da embaixada americana em Havana e da embaixada cubana em Washington, assim como a abertura de voos comerciais americanos à ilha e a flexibilização de medidas econômicas restritivas.

## Fidel Castro e a Reaproximação

Desde quando Fidel passou o poder do governo cubano para seu irmão, Raúl Castro, algumas medidas econômicas foram abrandadas, o que fez surgir diversas pequenas empresas no setor turístico do país. Diante desta situação, o debate de reaproximação entre Cuba e EUA foi tomando forma até se concretizar. Quando rumores sobre tal aproximação começaram a surgir, Fidel já se posicionava como desconfiado sobre tal ato político, porém apoiava, visando consequências positivas para a população cubana.

Não confio na política dos Estados Unidos, nem troquei uma palavra com eles, sem que isso signifique, em absoluto, uma rejeição a uma solução pacífica dos conflitos ou perigos de guerra.[...] o presidente de Cuba deu os passos pertinentes de acordo com suas prerrogativas e as faculdades que lhe concedem a Assembleia Nacional e o Partido Comunista de Cuba. Defender a paz é um dever de todos. Qualquer solução pacífica e negociada para os problemas entre os Estados Unidos e os povos ou qualquer povo da América Latina, que não implique a coerção ou o uso da força, deverá ser tratada de acordo com os princípios e normas internacionais. [...] a cooperação e a amizade com todos os povos do mundo e, entre eles, os de nossos adversários políticos. É o que estamos reivindicando para todos.

Discurso traduzido pela Exame.com – Mundo, 27/01/2015 01h43min.

Sobre a visita de Barack Obama a Cuba, Fidel salientou que não espera que o império estadunidense os presenteie com nada, pois tudo que os cubanos sempre precisaram, eles mesmos conseguiram. E criticou

as palavras de Obama ao dizer que todos deveriam esquecer o passado e olhar para um novo futuro; como se fosse fácil esquecer os diversos cubanos que morreram em batalha por seus ideais.

Irmão Obama

Minha modesta sugestão é que reflita e não trate agora de elaborar teorias sobre a política cubana.

Há uma questão importante:

Obama pronunciou um discurso em que utiliza as palavras mais adocicadas para expressar: “Já é hora de esquecermos o passado, deixemos o passado, miremos o futuro, miremo-lo juntos, um futuro de esperança. E não vai ser fácil, haverá desafios, e vamos dar tempo a estes; mas minha estada aqui me dá mais esperanças do que podemos fazer juntos como amigos, como família, como vizinhos, juntos”.

Supõe-se que cada um de nós corria o risco de um infarto ao escutar estas palavras do presidente dos Estados Unidos. Depois de um bloqueio desapiadado que já dura quase 60 anos, e os que morreram nos ataques mercenários a barcos e portos cubanos, um avião comercial repleto de passageiros que explodiu em pleno voo, invasões mercenárias, múltiplos atos de violência e de força?

Que ninguém tenha a ilusão de que o povo deste nobre e abnegado país renunciará à glória e aos direitos, e à riqueza espiritual que ganhou com o desenvolvimento da educação, da ciência e da cultura.

Advirto ademais que somos capazes de produzir os alimentos e as riquezas materiais de que necessitamos com o esforço e a inteligência de nosso povo. Não necessitamos que o império nos dê nada de presente. Nossos esforços serão legais e pacíficos, porque é nosso o compromisso com a paz e a fraternidade de todos os seres humanos que vivemos neste planeta.

Fidel Castro Ruz, 27 de março de 2016, às 22h25

Discurso traduzido pelo [operamundi.com.br/americas](http://operamundi.com.br/americas) - São Paulo - 28/03/2016 - 10h08

Aqui apresentamos um pequeno trecho do discurso de Fidel, que abarca desde a colonização até histórias recentes onde ele destaca ataques e desastres causados à Cuba. Relembra um ponto que o presidente Obama sequer chegou a citar em seu discurso: o combate ao racismo em Cuba: “O odioso costume burguês e racista de contratar aguazís para que os cidadãos negros fossem expulsos de centros de recreação foi varrida pela Revolução Cubana”. Ele repudia com veemência a ideia de esquecer o passado e enfatiza a grandeza de Cuba que apesar do embargo e ataques conseguiu sobreviver, destacando a educação, ciência e cultura. Em seu discurso também aponta para as enormes dificuldades que cercam a reaproximação, reafirmando a posição imperialista dos EUA.

Líderes mundiais repercutiram o fato da reaproximação entre os dois países como algo benéfico para as todas as esferas mundiais. O ministro do Exterior da Alemanha, Frank-Walter Steinmeier, exaltou o ato e a “coragem de Obama de quebrar com uma política de décadas, que só trouxe inércia, estupor e falta de perspectiva para as pessoas”. O secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, também declarou veemente tal ato e disse agradecer aos líderes envolvidos.

## Um Novo Caminho?

A reaproximação é compreendida como um novo caminho não só para a América, mas sim um processo político que produz consequências e interfere em todo o mundo. Desta forma, buscamos discutir o processo de reaproximação entre Cuba e Estados Unidos, sem deixar de lado as questões baseadas nos conflitos ideológicos e suas políticas discrepantes. Assim, utilizamos as evidências históricas como chave para o entendimento de situações cotidianas que se fazem presentes na atualidade, buscando compreender como tais fatos interferem e alteram as vidas das pessoas e de nossa sociedade.

## Referências bibliográficas

BANDEIRA, Moniz. De Martí a Fidel: A Revolução Cubana e a América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

CASTRO, Fidel. A história me absolverá. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.

COGGIOLA, Osvaldo. (Org.). Revolução cubana: história e problemas atuais. São Paulo: Xamã, 1998.

GALEANO, Eduardo. As veias abertas da América Latina. Porto Alegre, RS: L&PM, 2015.

HOBBSAWM, Eric. A era dos extremos: o breve século XX, 1941-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KIERNAN, Vitor Gordon. Estados Unidos: O Novo Imperialismo - Da Colonização Branca à Hegemonia Mundial. São Paulo: Editora Record, 2009.

LÖWY, Michael. O Pensamento de Che Guevara. São Paulo: Expressão Popular, 1999.

LÖWY, Michael. (org.). O Marxismo na América Latina— Uma Antologia de 1909 aos Dias Atuais. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

LÖWY, Michael. Revoluções. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

MORAIS, Fernando. A Ilha. São Paulo: Companhia das Letras, 1976.

MARX, Karl. & ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Martin Claret, 2000.

NEPOMUCENO, Eric. Cuba: Novas Anotações Sobre Uma Revolução. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.

RAMONET, Ignacio. Fidel Castro: biografia a duas vozes. São Paulo: Boitempo, 2006.

SADER, Emir. Enciclopédia Contemporânea América Latina e do Caribe – Latino Americana. São Paulo: Editora Boitempo, 2006.

SADER, Emir. Fidel Castro. São Paulo: Ática, 1987.

SADER, Emir. Cuba: um socialismo em construção. Petrópolis: Vozes, 2001.

SARTRE, Jean-Paul. Furação sobre Cuba. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1986, 5ª edição.



# AS RELAÇÕES ENTRE EUA E NICARÁGUA SEGUNDO NOAM CHOMSKY<sup>1</sup>

*Michel Justamand*

## Introdução

Almeja-se, nestes escritos, exibir algumas memórias da revolução nicaraguense, a invasão, suas consequências e também a política externa dos Estados Unidos da América (EUA), o império invasor. Aspira-se dialogar com alguns dos atores da revolução, como os insurgentes sandinistas, os contras, o governo de Ronald Reagan, a população em geral e os indígenas envolvidos nessas investidas do grande capital em terras já muito destruídas pelos conquistadores anteriores. Tal diálogo realizar-se-á por meio dos textos (livros autorais, artigos em coletâneas e entrevistas concedidas aos mais diferentes meios de comunicação) de Noam Chomsky, que é um dos maiores comentaristas críticos das políticas externas (sejam elas econômicas, sociais, militares e ou culturais) dos EUA, com suas obras e artigos que contestam as ações estadunidenses e que são de enorme reconhecimento internacional por seus conteúdos contundentes (JUSTAMAND, março de 2014/fevereiro de 2015).

Articulista notório e célebre internacionalmente por voltar seus interesses intelectuais a apresentar verdades a respeito dos projetos estadunidenses para o mundo. Sempre disposto a conceder entrevistas a todas as formas midiáticas e a todos os países, onde relata as desmedidas dos governos dos EUA. Entre as muitas entrevistas, uma delas, é a de 22 de setembro de 2001 para o jornal Folha de São Paulo, em que Chomsky trata, entre outros assuntos, do caso da Nicarágua. Lembra que os EUA foram considerados culpados por uso ilegal da força nesse país centro-americano (IDEM).

Desde os anos 1960 do século passado, Chomsky se dispõe a informar àqueles que desejarem a respeito da ameaça que é a política externa dos EUA para o mundo. Faz isso apresentando detalhes desse projeto astuto, independentemente de momentos históricos de grandes conturbações mundiais, como os da Guerra Fria, por exemplo. Ou das relações internacionais em que os EUA tentam, e na maioria das vezes conseguem, impor seus interesses sobre países vulneráveis.

---

<sup>1</sup> A primeira versão desse texto foi apresentado de forma oral no III Colóquio Internacional da Associação dos Docentes de História da América Latina e Cabire - ADHILAC no Brasil. Realizado pela Faculdade de Ciências Sociais e o Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP entre os dias 7 e 11 de novembro de 2016.

Pretende-se ainda, com esse artigo, mostrar que é possível contrapor o império “nazista” atual, como lembra Chomsky, por diversas vezes em escritos e entrevistas, nas instituições internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU). Em *O Império Americano: hegemonia ou sobrevivência* faz diversas comparações dos atos políticos nacionais e internacionais dos EUA com os da Alemanha nazista, entre os anos de 1933 a 1945 (CHOMSKY, 2004, p. 72 e 75). Também compara a medida antiterror dos EUA com ações dos nazistas (CHOMSKY, 1996a, p. 116). Salienta as relações amigáveis entre os governos dos EUA e os nazistas, no período anterior a entrada estadunidense na Segunda Guerra Mundial, oficialmente em 1941. Expõe também que muitas empresas do país anglo-saxão, na América do Norte, tinham interesse direto na máquina de guerra construída pelos nazistas (IDEM).

Para tanto, esses escritos estão divididos em: 1 - Antecedentes Históricos; 2 - Por que as garras do Império recaíram sobre a Nicarágua?; 3 – Quem vai pagar por isso?; 4 – Exemplos a serem seguidos por todos (considerações finais).

## Antecedentes Históricos: algumas memórias

Noam Chomsky conta que, desde a fundação da Nação estadunidense, esquadrinham-se formas de manipular as mentes da maioria da população, para, entre outros propósitos, esconder a sua própria História. Assim, tenta-se arregimentar mentes, como os exércitos fazem com os corpos, sempre em consonância com a ideia de que é essencial para o regime democrático, do qual os EUA são os principais mantenedores e divulgadores (JUSTAMAND, março de 2014/fevereiro de 2015). Chomsky não deixa de sublinhar que o principal promotor da Convenção Constitucional, James Madison, proferiu em seus discursos que é de responsabilidade do governo proteger os interesses da minoria dos abastados contra a maioria. De qualquer forma, Madison, como era astuto, reconheceu que esse aspecto (CHOMSKY, 1996a, p. 57) governamental seria um problema para a recém-criada democracia americana, como para qualquer outra o é (CHOMSKY, s/data, p. 13).

A Nicarágua tem um caso em particular com os EUA que remonta ao século XIX. Já em 1854, os Estados Unidos, com sua marinha, destruíram uma cidade costeira nicaraguense. E o motivo que na época justificou tal vingança foi um alegado insulto feito aos oficiais do “império do medo (EUA)” e também ao milionário estadunidense Cornelius Vanderbilt. Assim, afirma Chomsky, torturar a Nicarágua é um ritual antigo (CHOMSKY, 1996a, p. 172). Em nome da promoção da democracia no continente americano, já no início do século passado, os EUA promoveram uma série de intervenções militares na América Central, entre elas está o caso

da Nicarágua. As intervenções tinham ainda como objetivos o Haiti e a Guatemala (CHOMSKY, 2009, p. 174), entre outras soberânias nacionais.

A Nicarágua foi alvo dos EUA no amanhecer do século XX (CHOMSKY, 1998, p. 82). A ocupação no país centro-americano ocorreu durante todo o século XX: os EUA, baseando-se em tratados, arrogam-se o direito de construir um canal no Panamá, com o fim lógico de impedir qualquer concorrente na região. Mas um tratado como esse, assinado no momento de ocupação militar do país, não pode ter valor, ainda mais quando o país que o assinou é o mesmo que levará vantagens. E esse tratado garantia direitos perpétuos aos EUA, nada mais injusto para com toda a população nicaraguense e, sem dúvidas, um abuso comercial e social (CHOMSKY, 1996a, p. 63).

A Guerra Fria foi mote de discussões e testes para dois grandes Impérios formados durante o século XX, EUA e URSS. A duração desse período é de 1945 até a queda do muro de Berlim, em 1989, vinculada ao colapso das políticas de dominação soviéticas em seus espaços permitidos e acordados com os EUA. Assim, para a URSS, era uma guerra contra os seus satélites e, para os EUA, contra todo o terceiro mundo (CHOMSKY, 2007a, p. 45). É importante que esses fatos fiquem claros e as intenções desses impérios também. A clareza se faz importante ainda por que, tanto no caso dos EUA, quanto da URSS, a Guerra Fria serviu para consolidar e manter sistemas de privilégios e coerção no âmbito, especialmente, nacional (IDEM, p. 49).

A população em cada um desses Estados aceitava as imposições em virtude das coações, que consistiam em usar a imagem de um inimigo maléfico: por meio da mídia, um dizia que o inimigo maléfico era o outro, justificando assim gastos com armamentos e investimentos em guerras contra todos, especialmente os mais fracos no âmbito militar (IDEM, p. 51). Para o autor, esta guerra fria, que na verdade foi muito quente, persistiu enquanto teve utilidade funcional para os administradores de ambas as partes (IDEM, 45) e também enquanto foi muito atraente política e economicamente para ambos os Impérios do medo do século XX (CHOMSKY, 2003b, p. 46). O caso da Nicarágua se encaixa no terceiro mundo, ou seja, área de intensificação, utilidade funcional e atração econômica da guerra por parte dos EUA.

O que mais nos comove é que no período da maior ditadura terrorista da Nicarágua, a de Anastácio Somoza Debayle, houve um terremoto que devastou o país, em 1972. Na ocasião, o governo dos EUA enviou substancial ajuda humanitária. Entretanto, em 1988, sob o governo sandinista, houve outro desastre natural, um vulcão que também abalou o país, e nem um centavo foi endereçado para esse país vindo dos EUA (CHOMSKY, 1993, p. 211). Isso porque o medo dos EUA é que talvez

esse mísero centavo fosse parar nas mãos dos sandinistas que fariam usos errados do dinheiro, ou seja, investir em melhorias das condições sociais da população de modo geral.

É curioso que, enquanto durou na Nicarágua a ditadura tirânica de Somoza (CHOMSKY, 2005a, p. 44-5), ela foi promovida, mantida e abastecida pelos EUA, leia-se pelo governo Jimmy Carter. O autor acentua que durante esse governo houve a tentativa frustrada de manter o poder em mãos de alguém que fosse “aliado” a interesses anglo-saxões, com uma mediação. Mas para insatisfação estadunidense foi tarde demais: os sandinistas conseguiram derrubar Somoza e sua Guarda Nacional (CHOMSKY, 2007b, p. 34; 1998, p. 52). Não houve problemas, nem muito menos qualquer tipo de preocupações por parte do governo do país da América do Norte com a vida dos milhares de mortos entre os nicaraguenses (CHOMSKY, 1996a, p. 257).

A Guarda Nacional representava um estilo de proteção dos interesses estadunidenses. Era um exército digno, segundo a avaliação dos anglo-saxões. Um exército que funcionaria no momento em que a polícia e os militares não pudessem mais ser controlados na Nicarágua. Esse funcionamento seria, evidentemente, em nome de se garantir um regime político submisso aos desígnios dos EUA (CHOMSKY, 2003b, p. 72). Tinha como função, nesse período pré-revolução dos sandinistas, manterem todos calados, mesmo que fosse à custa de muitas mortes em benefício dos interesses dos grandes empresários do “país irmão poderoso do norte”. Essa guarda especial sempre foi brutal e sádica (IDEM, p. 44), responsável, inclusive, por atrocidades contra os sandinistas até 1979, responsável pelas mortes de dezenas de milhares de pessoas e destruído aldeias inteiras por serem apenas suspeitas de darem guarida aos guerrilheiros sandinistas. Ainda existem as recordações dos moradores destas aldeias de que houve também bombardeios aéreos, torturas terríveis e execuções sumárias (CHOMSKY, 2007b, p. 207).

Para completar o mal-estar causado pelos representantes dos estadunidenses na Nicarágua, o próprio embaixador dos EUA no período, por incrível que pareça, ainda falou a favor de tais atrocidades contra a população nicaraguense cometida pela Guarda Nacional, mesmo após a queda de Somoza. Alguns ainda acreditavam que, na Nicarágua, haveria um somozismo sem Somoza (CHOMSKY, 1996b, p. 52-3). Mas, de toda forma, a Guarda Nacional e a ditadura de Somoza, apoiada pelos EUA, foram derrubadas. O fato era, então, saber como manter um sonho: o de tentar dar um rumo diverso para o que vinha ocorrendo na Nicarágua, sob o signo dos rebeldes sandinistas. Uma alternativa que promoveu uma nova vitalidade e a esperança entre o povo nicaraguense (CHOMSKY, 2004, p. 15).

## Por que as agressões do Império incidiram sobre a Nicarágua?

Devia-se perguntar, na verdade, por que os EUA foram tão longe nas atrocidades, imposições e controles, na Nicarágua. Esses atos se devem em parte às conquistas dos sandinistas no período posterior à tomada de poder em 1979. Os ditos rebeldes sandinistas conseguiram em pouco tempo melhorar as condições de vida do povo, estimularam sua participação efetiva nos processos de desenvolvimento, buscaram também resolver as injustiças da posse da terra e ainda estender os serviços agrícolas, médicos, hospitalares e educacionais a todas as famílias camponesas (CHOMSKY, 1996b, p. 54). Ou seja, os sandinistas melhoraram as condições de vida de todos os moradores mais necessitados do país (JUSTAMAND, março de 2014/fevereiro de 2015).

Eles ainda desenvolveram programas educacionais que incrementavam enormemente a alfabetização. Tinham também programas de saúde que visavam à redução da mortalidade infantil e tinham como perspectiva o aumento da longevidade de seus compatriotas. Ganharam prêmio por seus programas de saúde da Organização Mundial de Saúde (OMS) pelos êxitos nesse campo. Também foram muito bem-sucedidos no programa de Reforma Agrária, que funcionou (CHOMSKY, 1998, p. 77). Assim, eles, os sandinistas, estariam roubando as matérias-primas que são, para os EUA, suas posses na Nicarágua e distribuindo aos seus pobres e necessitados (IDEM, p. 78). Um exemplo a ser abolido e totalmente indesejável no quintal do seu próprio domicílio, que é como os governos estadunidenses entendem a região compreendida pelos países centro americana (JUSTAMAND, março de 2014/fevereiro de 2015).

Para completar, no início dos anos 80, o Banco Mundial considerou alguns setores da Nicarágua extraordinariamente bem sucedidos. Aliás, mais do que em qualquer parte do mundo. E o Banco Interamericano de Desenvolvimento concluiu que a Nicarágua tinha tido notáveis avanços no setor social e estava lançando as bases para um desenvolvimento socioeconômico em longo prazo (CHOMSKY, 1996b, p. 54; 2005a, p. 46). Isso tudo estabelece um conflito com os interesses dos EUA na região e no mundo, porque os estadunidenses não querem o melhor para os pobres dos outros países, pois a melhoria de vida para os pobres poderia gerar convulsões sociais onde não existam tais benefícios (JUSTAMAND, março de 2014/fevereiro de 2015).

O autor acrescenta que, pela primeira vez, a Nicarágua tinha um governo que se interessava pelo povo. Os sandinistas procuraram dirigir os recursos agrícolas aos pobres. E foram bem sucedidos nessa tentativa. Algo, como sugere Chomsky, maravilhoso de se observar. Isso provocava ódio nos estrategistas dos governos dos EUA, como George Shultze e

Alan Cranston (CHOMSKY, 2005a, p. 47 e 55). Quando um país começa a destinar seus próprios recursos à sua população deve ser destruído pelos EUA (CHOMSKY, 1998, p. 95), segundo a ideologia da “águia” ou do império nazista, como denomina Chomsky. Ainda mais se esse país já estava sob a esfera de interferência dos EUA, como era o caso da Nicarágua (JUSTAMAND, março de 2014/fevereiro de 2015).

Existe, nos EUA, uma ideia de que os países fora do domínio político podem ser, de alguma forma, exemplos a não ser seguidos por outros, por fazerem o que não devem ser feito. Melhorias para os mais pobres dentro de suas próprias fronteiras nacionais. E a Nicarágua seria um exemplo desses para os países centro americanos onde, evidentemente, há certa “pax romana” imperial, ou seja, onde os desejos, imposições e decisões dos EUA eram mantidas, até a revolução sandinista. Ou ainda serviria de exemplo para outros países do mundo, o que não pode de forma alguma ocorrer. Aí sim seria um abuso frente aos interesses do Império. Os argutos pensadores estadunidenses chamam isso de efeito dominó (CHOMSKY, 2009, p. 138). Esse efeito era preciso deter, eles estão dispostos a fazer isso com as garras da águia, representados pelos soldados, imposições, controle econômico, político e social, sabotagens, entre outros meios (JUSTAMAND, março de 2014/fevereiro de 2015).

Para solucionar esses “mal-entendidos” sociopolíticos e econômicos gerados pelos sandinistas no poder na Nicarágua, foi preciso tomar uma postura radical. Assim, o presidente “eleito democraticamente” nos EUA, Ronald Reagan, em 1981, tomou as devidas providências para garantir os interesses dos seus financiadores. Ou seja, iniciou uma luta armada sem precedentes contra um país completamente indefeso, e sem justificativas plausíveis, apesar de que não acreditamos em nenhum motivo para se realizar uma guerra. Partia-se de uma ofensiva ideológica que inventava um monstro imaginário: a possibilidade da invasão dos EUA pela Nicarágua, e depois se realizou uma campanha propagandística na mídia vendida para “esmagar” esse país (CHOMSKY, 2003c, p. 39). Dizia-se que a Nicarágua, com suas hordas de terroristas e subversivos, chegaria ao Texas/EUA em cerca de dois dias de estrada (CHOMSKY, 2005b, p. 95) visando, evidentemente, a invasão do território dos EUA.

Reagan chamou de estado de emergência nacional (CHOMSKY, 2002a, p. 46) ao reagir frente à Nicarágua. Esse pequeno país passou a ser considerado ameaça extraordinária à segurança dos EUA. Segundo Chomsky, são os pequenos países que representam as maiores ameaças para a política exterior do império americano. Já para a questão da ameaça a segurança nacional, é algo ridículo de se discutir em se tratando de Nicarágua invadir o território estadunidense. Isso por que, como está previsto dentro dos interesses dos governos dos Estados Unidos da América, as matérias-primas contidas nesses países pequenos e indefesos

devem sem dúvidas pertencer sob os interesses do grande irmão do norte do continente. Especialmente as matérias-primas da América Latina. Assim, quanto menor é o país e maior é sua vitória na adversidade, maior será a expressão que assume o resultado. Esse exemplo, para os outros países, tem que ser escondido, esquecido e não divulgado nos anais da História Mundial, muito menos pelos interesses dos governos estadunidenses que, logicamente, vão de encontro com essa vitória na adversidade (CHOMSKY, 1998, p. 75-6).

Com as desculpas de que a Nicarágua se envolveria com a compra de armas dos Russos (CHOMSKY, 1998, p. 72) e com o terrorismo internacional (CHOMSKY, 2007b, p. 76), os EUA também clamavam a toda sua população para entender os objetivos dos futuros ataques. Mas sem saberem que os nicaraguenses foram levados a procurar o outro lado do mundo, ou seja, a URSS, graças às políticas externas dos EUA que lhes impunha o embargo de alimentos, remédios e armas de seus aliados para a Nicarágua. Ficando sem comida, sem remédios e sem armas para se proteger o que sobrou foi procurar aliados fora do espectro local. Isso justificava a invasão do país centro americano pelo império nazista dos EUA.

Outro motivo para a invasão, dada por Reagan era que os líbios gostariam de ter a Nicarágua como seu posto avançado de venda de armas, interpreta Chomsky (MITCHELL e SCHOEFFEL, 2005, p. 119). Algo que está totalmente fora de lugar na História. Nunca ocorreu. Mas evidentemente serve de argumento para a população e especialmente para se conseguir recursos maiores no congresso dos EUA, recursos em abundância, aliás, porque são recursos públicos.

## É preciso impedir a reprodução do “mau exemplo”

Existe um discurso governamental dos EUA abordando questões que são controversas para os interesses imperiais estadunidenses. Interesses que vão além da justiça, da liberdade de escolha, dos direitos humanos e ou da soberania nacional de cada país pelo mundo (Cuba, Irã, Afeganistão, Guatemala, Indonésia, Venezuela) e em especial, claro, da Nicarágua (CHOMSKY, 2003b, p. 28).

Há também um discurso dos seguidos governos dos EUA durante os anos 60, 70 e 80, (e até os dias de hoje, claro), de que é preciso colocar ordem nos desordeiros. Aqueles que não cumprem os devidos papéis que lhes são designados. Ou seja, países que resolveram caminhar com suas próprias “pernas”, ter liberdade e promover a mudança e a justiça social, como é o caso, dentre outros, da Nicarágua dos anos 80 (CHOMSKY, 2003b, p. 48).

Os dados utilizados, por esse mesmo autor, demonstram que se podia controlar os militares dos países ditos aliados e que se não fosse possível tal controle, as garras afiadas da águia entrariam em ação, derrubar-se-iam os governos a qualquer custo. Mesmo que causassem a morte de muitos, deslocamentos humanos desnecessários, feridos aos milhões (CHOMSKY, 1976, p. 125-51), etc. Realizar-se-iam então pós-queda do regime a reconstrução de exército digno, ou seja, submisso aos interesses dos governos estadunidenses (CHOMSKY, 2003b, p. 72).

Assim, em nome de impedir o aparecimento de um mau exemplo no seu quintal, como seria o caso da Nicarágua, era preciso impedir. Isso se deu por meio de esforços “extraordinários” para os EUA, como devastar todo o país, com terrorismo social e econômico, recusa de oferecer ajuda para casos de catástrofes naturais, algo que era feito em outros momentos, quando existia um governo nicaraguense mais submisso aos interesses imperiais da Águia (IDEM, p. 79). Ou seja, direitos humanos somente quando os humanos daquele local fossem nossos aliados, submetidos, submissos, dependentes e (ou) nossos párias (JUSTAMAND, março de 2014/fevereiro de 2015).

Lembrando sempre que pessoas sem importância existem, segundo as dissipações da imprensa estadunidense, que são “entregues” aos interesses dos mega empresários e suas corporações. Esses que atuam intensamente para que todos os recantos do mundo se tornem consumidores de seus produtos, mesmo que não sejam úteis e nem lhes sirvam para nada onde moram. Dessa forma, lembra Chomsky (2003b, p. 97), imagens de corpos torturados, mutilados e bebês morrendo em vários locais do mundo, por força de tais interesses financeiros, são dissimulados pela imprensa como sendo de pessoas sem importância para o sistema. Algo que, completamente, somos contra. A mídia deveria mostrar a realidade. Deveria apresentar e discutir com profundidade teórica e técnica os fatos, não esconder, dissimular, disfarçar e proteger com essas ações alguns poucos dentro do sistema mundo (JUSTAMAND, março de 2014/fevereiro de 2015).

Infelizmente para o governo dos EUA o governo sandinista rebelde dos anos 80 da Nicarágua cometeu fortes heresias ao possibilitar melhores condições de vida para uma parcela maior da população. Por exemplo, usando os próprios recursos naturais em benefício dos habitantes locais. Ou ainda, patrocinando um tipo de desenvolvimento independente dos EUA (CHOMSKY, 1998, p. 79). E por ter cometido tais heresias deveria pagar. As garras foram mostradas, nesse caso, com os embargos econômicos. Esse tipo de ação foi feito simplesmente para que ocorresse a dissidência interna e gerasse a desconfiança e a luta entre os próprios nicaraguenses. Forçando, pós-embargo, que os sandinistas corresse para pedir apoio aos russos. Como já fora lembrado no subitem

anterior. Tal atitude dos próprios habitantes do país justificaria a busca para derrubar o regime revolucionário sandinista da Nicarágua. Afinal, as benesses sociais conquistadas pelas pessoas mais pobres não podem servir de exemplo para outros países pobres no mundo. Eles têm que ser destruídos. Eram a laranja podre do período.

Na entrevista que Chomsky concede a Heinz Dieterich, fala sobre as questões envolvendo os EUA e a América Latina como um todo. Cita em pormenores alguns dos países de nossa América, como apontado acima em um dos trechos do interview, comenta sobre a Nicarágua, alvo de nossas interferências nesse artigo. Em outro momento desse encontro, Chomsky diz que a História do envolvimento dos EUA com a América Latina tem o objetivo de destruir os movimentos populares. Esse envolvimento não tem a menor preocupação humanitária. Deveria sim reprimir qualquer intenção de independência, como foi feito. E tendo por objetivos inequívocos implantar ditaduras brutais e repressivas, que são suscetíveis de se lidar, pois com essas formas de se realizar política se mantêm toda a região sob o julgo do governo mais ao norte do continente americano (IDEM, p. 81).

Chomsky recorre à memória e as lembranças da própria História da construção da política e da suposta democracia nos EUA. Quando salienta que entre o final do século XVIII e início do XIX as discussões levaram ao que foi, finalmente, formulada pelo presidente do Congresso Constituinte à época, em meio às reflexões se os EUA seriam uma democracia e (ou) teriam outro regime político. O presidente do congresso formulou a seguinte perspectiva social de que o país deveria ser governado pelos seus proprietários (IDEM, p. 95), ou seja, quem tem posses é que deve governar, segundo seus interesses, a política interna e externa do país. E infelizmente é o que tem ocorrido desde então com a maior potência militar da História da Humanidade.

Atualmente o governo dos Estados Unidos tem agido em defesa dos seus interesses privados e dos proprietários de mega corporações pelo mundo. Matando, espoliando, controlando, impondo, retaliando, desobedecendo, impondo, etc., seus desejos, ditos democráticos, de justiça, de liberdade e de soberania, entre outros, pelo mundo. Desse modo, claramente, é instituído pelos governos sucessivos dos EUA a seguinte aferição: permita-nos que “roubemos”, tomemos posse, de tudo de vocês sempre que quisermos e (ou) desejarmos que nos interesse (JUSTAMAND, março de 2014/fevereiro de 2015).

Já em entrevista concedida a David Barsamian, publicada no livro: Segredos e mentiras, Chomsky lembra o que ocorreu pós-embargos dos EUA sobre a Nicarágua. Trata da questão dos índios, em especial, que a imposição do embargo econômico foi responsável por uma enorme

mortandade deles (CHOMSKY, 1999b, p. 104). Sem a publicação de nenhuma palavra nos jornais dos EUA, ao contrário do que ocorria durante a década de 80 quando atacavam o perigoso inimigo, a Nicarágua. Como dizia Reagan a dois dias de marcha do Texas (CHOMSKY, 2003a, p. 29), loucura total, algo impensável. Quando o exército nicaraguense teria condições de entrar nos EUA, passando pelo México? Até o presidente mexicano, à época, deu risada de tamanha insanidade discursiva de oratória e de retórica de Ronald Reagan.

Infelizmente, a Nicarágua, graças a essas ações dos EUA, transformou-se num centro importante para os transbordos de drogas. Com epidemias de uso de narcóticos por vasta parte da população. Incentiva-se o uso de cocaína entre os índios para se trabalhar mais, visto que caíram em dependência econômica demasiada. Mas como ninguém mais se importa com esses índios, que teriam ajudado a derrubar o regime sandinista, agora não têm nenhum valor. Não importam as condições de trabalho em que estão submetidos. Caso morram são trocados imediatamente. Algo natural dentro do chamado “livre mercado” (CHOMSKY, 1999b, p. 105).

Em seu livro “Poder e Terrorismo”, outra publicação baseada em entrevistas, Chomsky aponta que os mesmos “astros” que atuavam na década de 80 durante todas as atrocidades cometidas pelos EUA pelo mundo, ainda atuam. Como é o caso de John Negroponte. Ele era embaixador em Honduras nos anos 80. Lá era à base de operações terroristas dos EUA contra a Nicarágua. E até 2003, no mínimo, Negroponte era com certeza o responsável pela Guerra contra o terrorismo nomeado pela ONU como embaixador para conduzir essa ação internacional. O autor reflete que se são as mesmas pessoas, as mesmas instituições e, as mesmas políticas, logo os resultados serão os mesmos (CHOMSKY, 2005c, p. 74). As garras da Águia continuam a ser sentidas por todas as partes da Terra, como: no Irã, no Afeganistão, na Síria, na Coreia do Norte, na Líbia, em Cuba ainda, por incrível que isso possa parecer, mesmo depois de anos de embargo e boicotes de todas as ordens contra esse país. Com embargos, guerras de conquista, imposições, vendas de armas, e outras medidas contra a soberania desses países e de outros tantos.

Chomsky dedica parte de sua produção e análises reflexivas ao que é publicado pela grande mídia dos EUA. Essas análises frequentemente aparecem em seus comentários sobre os países da América Latina. E numa dessas, trata da política externa estadunidense desde a II Guerra Mundial. Ali aborda a questão da Nicarágua. Lembra que houve ataques a alvos indefesos feitos pelos contras, grupos organizados e armados pelos EUA dentro das fronteiras nicaraguenses. E salienta que os jornais estadunidenses apresentavam esses fatos como naturais para que os sandinistas desviassem seus escassos recursos, que eram aplicados a

políticas sociais, para a guerra contra os protegidos dos EUA (CHOMSKY, 2005a, p. 48). Isso faria com a que população, segundo os teóricos do governo imperial, ficasse contra os sandinistas nas eleições nacionais. Mas qual foi à surpresa, os sandinistas, mesmo com todas as dificuldades impostas pelo império nazista dos EUA, receberam 40 por cento dos votos. Uma vitória dos revolucionários contra o regime imperial (IDEM, p. 50).

Em outra das suas publicações sobre a mídia, relata que nos EUA, a Nicarágua era vista pela mídia vendida ao sistema, como um monstro. Aponta que isso é uma ofensiva claramente ideológica inventando uma monstruosidade para o imaginário popular para depois poder destruí-lo (CHOMSKY, 2003c, p. 39). Mesmo procedimento com diversos outros países ainda hoje pelo mundo, vide: Coreia do Norte, Afeganistão, Iraque, etc.

## Quem pagará por isso?

Os ataques sistemáticos promovidos pelos EUA durante os anos de 80 na Nicarágua levaram à morte dezenas de milhares de pessoas, além de ter promovido também o desabrigar de outras tantas pessoas e, por final, ter contribuído para a destruição do país (CHOMSKY, 2005c, p. 2). Lembremos, ainda, que essa situação de atacado colocou o país em uma situação que dificilmente conseguirá retornar, ou seja, nunca mais será como fora na época dos sandinistas.

Para derrubar a política sandinista que estava agradando aos nicaraguenses, foi preciso criar todo tipo de ameaças, cortes, investimentos em armas e em terroristas de Estado, com a ajuda dos chamados de os Contras, e, por último, apontar a “arma” na cabeça da população na hora do voto. Ou seja, ameaçar de que, caso não votassem no candidato dos EUA, os embargos econômicos, políticos, sociais e militares continuariam. Assim, em nome de não passar fome e nem de sofrer com a falta generalizada de remédios e outros bens, a população votou democrática e “livremente” nos candidatos dos EUA (CHOMSKY, 1996a, p. 242).

Na Nicarágua o resultado não poderia ter sido pior. O desastre econômico que se seguiu ao fim do período dos sandinistas promoveu a criação de uma minoria privilegiada em detrimento de todos os outros voltarem a viver em péssimas condições, como na época de Somoza. Período em que as garras da águia não precisavam se mostrar e nem serem usadas (JUSTAMAND, março de 2014/fevereiro de 2015).

Infelizmente, depois da destruição do projeto social, cultural e econômico dos sandinistas na Nicarágua, esse país se encontra entre os mais pobres do hemisfério, ficando antes apenas do Haiti. Nessas

condições, grande parte da população se vê obrigada a tentar outros mecanismos de luta pela vida. Alguns se entregam para os piores abusos do sistema ou para os grandes empregadores de pobres, ou seja, o narcotráfico. É assim que a Nicarágua tem em suas cidades grandes, como Manágua, um corredor para a transferência da cocaína para os Estados Unidos. O consumo de drogas aumentou significativamente pós-governo depois da queda do sandinista. Reflexos sem dúvidas das políticas aplicadas na Nicarágua posteriores à implantação de governos pró-EUA (CHOMSKY, 1993, p. 126).

## Exemplos a serem seguidos por todos (ou considerações finais)

Noam Chomsky, quando de sua estada no Fórum Social Mundial de Porto Alegre, em 2003 indicou que, para enfrentarmos o império, é preciso ter vontade, aliás, muita vontade de fazer um mundo diferente. Um mundo que não seja baseado na violência e nem na submissão, muito menos no ódio e no medo (CHOMSKY, 2003a, p. 9). Acreditamos que um mundo onde caibam vários mundos seja a saída, conforme almejam os Zapatistas (EZLN – Exército Zapatista de Libertação Nacional. É um movimento de luta por um mundo melhor, mais digno e livre das amarras dos impérios capitalistas), do sudoeste do México (JUSTAMAND e MENDES, 2012, p. 131). Esse mundo onde caibam vários mundos é onde todos teriam direito a sua memória, aos seus espaços, mas também a voz e vez. É onde caminharíamos juntos e misturados todos os grupos humanos do mundo. Todos tendo direito a suas histórias, lembranças, memórias, as suas formas de alteridade cultural e social. E também suas reivindicações justas (IDEM, p. 14).

A Nicarágua, sempre em busca dos meios pacíficos e internacionais para a resolução de suas problemáticas com os EUA, é um exemplo de luta contra o império (CHOMSKY, 1996a, p. 275) e também de espaço para uma vida digna, íntegra e com esperança. O autor afirma frequentemente que apenas a pressão popular pode fazer a diferença. Somente ela pode fazer frear as intenções e as intervenções militares dos EUA pelo mundo (CHOMSKY, 1993, p. 53). Propõe também estimular as pessoas de todos os locais do mundo que tomem uma posição, se insurjam e lutem, já se foi conquistado muito com isso. Fala também em formas de resistência interna contra os ataques dos EUA ou movimentos de solidariedade. E, sempre que possível, tentar conscientizar um grupo contra o racismo, seja de que tipo for: contra índios, negros, de gênero, religioso, étnico, social, cultural, geográfico (CHOMSKY, 1998, p. 130). Somente a luta de todos em tempo integral poderá ajudar a mudar todas essas situações (JUSTAMAND, 2010, p. 58).

## Referências bibliográficas

- CHOMSKY, N. 11 de setembro. Tradução de Luiz Antonio Aguiar. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002-a.
- \_\_\_\_\_. A política externa dos Estados Unidos da segunda guerra mundial a 2002. Tradução de Paulo Alves de Lima Filho. São Paulo: Movimento Consulta Popular, 2005-a.
- \_\_\_\_\_. Ambições Imperiais. O mundo pós-11/09 em entrevista para David Barsamian. Tradução de C. E. de Andrade. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005-b.
- \_\_\_\_\_. Ano 501. A conquista continua. Tradução de Maria Cristina Guimarães. São Paulo: Scritta Editorial, 1993.
- \_\_\_\_\_. Como enfrentar o Império? In: Chomsky, N.; ROY, A.; AMIN, S. A ofensiva do Império e os dilemas da humanidade. São Paulo: Movimento Consulta Popular, 2003-a.
- \_\_\_\_\_. Contendo a democracia. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2003-b.
- \_\_\_\_\_. Controle da Mídia. Os espetaculares feitos da propaganda. Tradução de Antônio Augusto Fontes. Rio de Janeiro: Graphia, 2003-c.
- \_\_\_\_\_. Entrevista concedida ao Jornal Folha de São Paulo, 22/09/2001.
- \_\_\_\_\_. Estados fracassados: o absurdo do poder e o ataque à democracia. Tradução de Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- \_\_\_\_\_. Neoliberalismo e ordem global. Crítica do lucro. Tradução de Antônio Cruz Belo. Lisboa: Editorial Notícias, 1999-a.
- \_\_\_\_\_. Novas e velhas ordens mundiais. Tradução de Paulo Roberto Coutinho. São Paulo: Scritta, 1996-a.
- \_\_\_\_\_. O governo do futuro. Tradução de Maira Parula. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2007-a.
- \_\_\_\_\_. O império americano: hegemonia ou sobrevivência. Tradução de Regina Lira. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- \_\_\_\_\_. O novo Humanismo Militar: lições de Kosovo. Tradução de Jorge Almeida e Pinho. Porto: Campo das Letras, 2002-b.
- \_\_\_\_\_. O que o Tio Sam realmente quer? Tradução de Sistílio Testa e Mariúchka Santarrita. Brasília: UNB, 1996-b.
- \_\_\_\_\_. Poder e terrorismo: entrevistas e conferências pós-11 de

- setembro. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2005-c.
- \_\_\_\_\_. Propaganda ideológica e controle do juízo público. Tradução de Danielle Mendes Sales. Rio de Janeiro: Achiamé, s/data.
- \_\_\_\_\_. Rumo a uma nova guerra fria: política externa dos EUA, do Vietnã a Reagan. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2007-b.
- \_\_\_\_\_. Segredos mentiras e democracia. Tradução de Alberigo Loutron. Brasília: UNB, 1999-b.
- \_\_\_\_\_. Um olhar sobre a América Latina. Entrevistas com Heinz Dieterich. Tradução de Luiz Ricardo Leitão com a colaboração de Alberto Moby. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1998.
- \_\_\_\_\_. & HERNAN, Edward S. Banhos de sangue. Tradução de Maria do Carmo Pizarro. São Paulo/Rio de Janeiro: 1976.
- JUSTAMAND, Michel. Neoliberalismo: a máscara atual do capital. Rio de Janeiro: Achiamé, 2010.
- JUSTAMAND, Michel. A águia e suas garras: EUA, Chomsky e Nicarágua. Ariadna Tucma Revista LatinoAmericana, n. 9, mar 2014/fev 2015, vol. II.
- JUSTAMAND, Michel e MENDES, Lilian Marta Grisolio. História e representações: cultura, política e gênero. Rio de Janeiro: Achiamé, 2012.
- \_\_\_\_\_. Políticas educacionais: o projeto neoliberal em debate. Embu das Artes: Alexa Cultural, 2007.
- MITCHELL, P. R.; SCHOEFFEL, J. Para entender o poder. O melhor de Noam Chomsky. Tradução de Eduardo Francisco Alves. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

# A GENEALOGIA DO SAMBA EM PAULO LINS: DESDE QUE O SAMBA É SAMBA, MALANDRO É SER SAMBISTA<sup>1</sup>

Rafaela Cassia Procknov

## Introdução

*Desde que o samba é samba* (2012), segundo romance de Paulo Lins, apresenta um universo povoado pelos remanescentes da escravidão negra no Brasil: os malandros, as mães de santo e as entidades do candomblé e da umbanda. No entanto, a narrativa não se concentra em perfilar a raiz das restrições sociais e econômicas pelas quais passou o negro no país no contexto pós-abolição. Em outras palavras, a miséria a que foi submetida essa camada da população ao ser formalmente declarada livre, sem que se implementassem políticas públicas para que, de fato, o fosse, é abordada, mas sem relacioná-la, contundentemente, aos vestígios do escravismo<sup>2</sup>. Desse modo, a tônica da obra recai sobre a perseguição que o Estado, através de seus dispositivos coercitivos, como a polícia, empreendeu contra a cultura e a religiosidade dos afrodescendentes. Nesse sentido, “as dores amontoadas nas costas do povo da África” (LINS, 2012, p. 227) são denunciadas, fundamentalmente, como o reflexo de um aparato estatal que não acolheu as práticas simbólicas e a espiritualidade da população negra, mas não são expressivamente articuladas como o resultado de uma modernização conservadora, cujo paradigma é a Europa ilustrada e, portanto, o negro, a materialização de um país colonial, pré-moderno e de costas ao progresso. Conforme nos relata a historiadora Fabiana Lopes da Cunha (2004)<sup>3</sup>, nas primeiras décadas do

<sup>1</sup> Texto apresentado como trabalho final na disciplina “Jugunçagem, Malandragem e Marginalidade: a Ambivalência e a Violência Brasileiras na Literatura e na Música”, oferecida pelo Programa de Pós-Graduação em Literatura Brasileira (USP), no segundo semestre de 2015, ministrada pelo docente Prof. Dr. José Miguel Soares Wisnik.

<sup>2</sup> Emilia Viotti (1982) compara a situação, pós-abolição, dos negros brasileiros e dos negros estadunidenses. A historiadora afirma que aqueles não tiveram nenhuma espécie de subsídio do Estado e da sociedade, quando foram libertos, por outro lado, estes receberam apoio dos que defendiam o fim da escravidão no país, como os abolicionistas e os ianques vencedores da Guerra de Secessão contra os sulistas. Nesse sentido, para ela, a condição da população negra no Brasil, no presente, está longe de se resolver, pois esta foi “entregue à própria sorte” e ainda vivencia os efeitos diretos do escravismo. Em *Desde que o samba é samba*, a busca por uma identidade étnico-cultural própria da população negra se sobrepõe às questões de classe, não se oferece destaque, assim, ao fato de os negros, nas primeiras décadas da República, terem sido sistematicamente barrados do mercado formal de trabalho.

<sup>3</sup> A descrição que fazemos, a seguir, do processo de urbanização do Rio de Janeiro, do tratamento dispensado, pelo Estado, às classes populares em tal processo, e, ainda, da estreita relação disso com o desenvolvimento do samba apóia-se, fundamentalmente, no relato da historiadora Fabiana Lopes da Cunha (2004).

século XX, o Rio de Janeiro, espaço geográfico em que é ambientada *Desde que o samba é samba*, recebeu contingentes elevados de negros libertos de todas as partes do país, sobretudo da Bahia. Contudo, estes não encontraram na dinâmica do mundo do trabalho assalariado uma possibilidade de integração, isto é, a garantia de passarem de ex-escravos a trabalhadores, já que se privilegiou o migrante europeu, representante do modelo de nação que se pretendia implementar, “de cima para baixo”, na urbe carioca.

Os fluxos migratórios de negros libertos, principalmente dos baianos, a imigração de europeus pobres e de ex-soldados da campanha de Canudos ao Rio de Janeiro, no início do século XX, desempenharam uma verdadeira reorganização popular na cidade. Os migrantes da Bahia se estabeleceram, afirma a referida pesquisadora, na região da cidade em que a moradia era mais acessível, o bairro da Saúde, próximo ao cais do porto, os europeus na parte do polo industrial e, finalmente, os ex-combatentes de Canudos nos morros que, por sua vez, até então eram pouco habitados.

A cidade do Rio de Janeiro é, naquele contexto de expressivo aumento populacional, um centro urbano importantíssimo ao país que, segundo atesta a referida historiadora, distribuía, em solo nacional, o comércio e a produção da Europa e dos Estados Unidos. A metrópole carioca transformava-se, assim, no centro cosmopolita da nação, mas, ao mesmo tempo, precisava enfrentar problemas concretos relativos ao saneamento básico, à saúde e à higiene da população nos centros urbanos. A saída, à demanda de civilizar a capital federal do Rio de Janeiro aos moldes parisienses, foi um projeto ostensivo de “remodelação, embelezamento e saneamento da capital” (CUNHA, 2004, p. 116). Provocou-se, com tal empreendimento, uma crise habitacional, gerada pela demolição sistemática dos casebres antigos que abrigavam as classes populares, que foram obrigadas a buscar abrigo nos morros e nos subúrbios ao redor da cidade.

Os vestígios da pobreza foram transportados dos centros urbanos, da capital federal, para distante da cidade, a vida nos morros. Mais tarde, os morros, conhecidos como favelas<sup>4</sup>, deveriam ser denegados, intensificando-se, dessa maneira, o processo de repúdio a tudo que fosse considerado relacionado à sociedade tradicional. A respeito disso, afirma Nicolau Sevcenko:

[...] de todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante; uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares

<sup>4</sup> Segundo declara Fabiana Lopes (CUNHA, 2004:118), o nome foi dado pelos soldados, ex-combatentes da campanha de Canudos, primeiros ocupantes do Morro da Providência, na Gamboa, a primeira favela do Rio de Janeiro.

da área central da cidade, que será praticamente isolada para o desfrute exclusivo das camadas aburguesadas; e um cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense. (SEVCENKO apud CUNHA, 2004, p.117).

Confinada nos morros cariocas, a população pobre do Rio de Janeiro, majoritariamente composta por negros e mestiços, iria cultivar uma ampla atividade religiosa e festiva, realidade que, gradativamente, consolidaria uma forma de organização que, nos dizeres de Fabiana Lopes da Cunha (2004), é depositária da sociabilidade comunitária.

A sociabilidade dos morros é entendida como comunitária, nessas primeiras décadas do século XX, pois se caracterizaria por práticas sociais desenvolvidas em grupo e por valores e costumes ainda centrados na experiência coletiva, não na individual. Seria, assim, nesses espaços (os morros, o subúrbio) de espécie de entrave à cristalização do individualismo burguês que germinaria a chamada cultura da malandragem e a figura do malandro, objetos fundamentais de nosso estudo, em sua formulação literária em *Desde que o samba é samba*.

## O malandro brasileiro: um dado da sociedade ou uma invenção artística?

De acordo com a “Dialética da malandragem” (1970), proposta por Antonio Candido, o malandro não seria mera criação artística, já que este seria a figura emblemática de um dado que estruturaria a própria sociedade brasileira<sup>5</sup>: a dialética da ordem e da desordem. Nesse sentido, para o autor, uma vasta tradição brasileira de literatura, da colônia ao modernismo, teria elaborado formalmente a ambivalência constitutiva que rege a experiência social no Brasil. Ambivalência esta perscrutada pelo crítico em *Memórias de um sargento de milícias*, de Manuel Antonio de Almeida.

No romance de Manuel Antonio de Almeida, haveria, assim, uma flutuação constante entre os polos, em que os representantes da lei (da ordem) podem infringi-la e os adeptos da desordem podem se encaixar, em algum momento, na norma. É o que acontece com o Major Vidigal, encarnação daquela, e com Leonardinho, expressão desta.

O malandro observado por Antonio Candido na obra de Manuel Antonio de Almeida corresponderia, como analisa Roberto Schwarz

---

<sup>5</sup> Roberto Schwarz (1989), no entanto, observa que Antonio Cândido converte um modo de operar de classe em modo de ser do brasileiro e que tal execução é própria da ideologia. O autor sublinha ainda que, diferentemente do que geralmente ocorre, ele não generalizou a ideologia da classe dominante, mas a do oprimido.

(1989), à faixa de homens livres brancos e pobres, os quais não eram nem proprietários, nem escravos, restando-lhes, em uma sociedade escravista, que não desenvolvia o trabalho renumerado, o âmbito da vadiagem.

No início do século XX, no entanto, o malandro não parece mais representado, expressivamente, pela parcela de homens livres brancos e pobres, como nas *Memórias de um sargento de milícias*, obra de meados do século XIX, mas, sobretudo, por homens negros e por mestiços, remanescentes da escravidão. Contudo, o que teria ocorrido com a camada branca e ociosa da população, que, na representação da obra de Manuel Antonio de Almeida, perambulava em busca de proteção e de reconhecimento dos grandes proprietários, conforme expõe Edu Teruki (2007)?

Como mostram os relatos históricos, abolida a escravidão, desenvolveram-se as ferramentas propícias ao surgimento de uma incipiente classe trabalhadora, antes suplantada pelo trabalho escravo. Destarte, entre homens livres negros e homens livres brancos, em condição de pobreza, a preferência para ocupar os postos de trabalho é a estes últimos. De nossa perspectiva, então, a chamada experiência social brasileira da malandragem não pode ser investigada apenas sob o âmbito da cultura, pois se incorre no risco de euforizar, demasiadamente, o que é consequência, em grande medida, do sistema econômico.

Em um cenário de escassas expectativas de trabalho, a população negra e mestiça, já confinada nos morros, terá na figura do malandro não branco o representante da oscilação entre os polos da ordem e da desordem. Fabiana Lopes da Cunha, nessa esteira, afirma:

O malandro iria, portanto, personificar a dialética entre a ordem e a desordem que o Estado brasileiro propicia na sua dualidade, ao legitimar, por exemplo, de um lado práticas especulativas na Bolsa de Valores ou em loterias oficiais e, por outro, reprimindo jogos de azar (como o jogo do bicho) muito apreciados pelos estratos sociais mais humildes. A figura ambígua do “malandro” o transforma no articulador de dois mundos — anda bem vestido, sempre de terno branco muito alinhado, mas caminha pelas grandes avenidas gingando sobre tamancos, evidenciando, assim, sua origem social e étnica (CUNHA, 2004, p. 160).

Se, na estrutura da sociedade brasileira das décadas iniciais do século XX, o malandro era aquele cujo sistema produtivo relegou às margens e, diante disso, foi capaz de agenciar o seu próprio “fracasso”, através dos meandros do “jogo de cintura”, como a astúcia, a esperteza e, até mesmo, o talento; em sua formulação estética será, muitas vezes,

apagado o triunfo do processo civilizatório sobre este e potencializada a sua “vitória” contra a engrenagem. Nessa operação ideológica de deslocá-lo da “derrocada” à “volta por cima”, o malandro é concebido por intelectuais, escritores, artistas, como o herói nacional ou, ainda, como símbolo da nação<sup>6</sup>.

Retomamos, dessa maneira, para encerrar as breves linhas deste tópico, a nossa interrogação, “o malandro brasileiro: um dado da sociedade ou uma invenção artística?” Diríamos, pois, como a própria dualidade que delinea essa figura, que este é, simultaneamente, um dado da sociedade brasileira e invenção artística: real, ao ser fruto concreto de um processo histórico (civilizatório) autoritário e excludente e; construção, ao ser portador, ainda que no âmbito do imaterial, da palavra criativa, de uma guinada do oprimido sobre as instâncias que o oprimem.

### **Entre o malandro negro e o malandro branco, a disputa pelo amor da negra sensual**

*Desde que o samba é samba* inaugura a narrativa com uma cena típica no mundo da malandragem: a disputa pelo amor de uma mulher. Três homens rivalizam um lugar na vida da negra “que deixava qualquer um de pica em pé” (LINS, 2012, p. 13).

Os homens são Brancura, Sodré e Valdemar. A mulher é Valdirene, a prostituta mais bonita e mais desejada da zona comandada por Brancura, seu cafetão.

Valdemar, na cena inicial da obra, é, apenas, uma peça manipulada em um jogo arquitetado por Brancura. O malandro, ao dar-se conta de que seu parceiro, Sodré, estava apaixonado por Valdirene, tenta armar uma cilada para livrar-se do amigo português. Não obstante, o plano fracassa e o conflito entre Sodré e Valdemar não termina em morte<sup>7</sup>.

Brancura é negro, aspirante a sambista, capoeirista, cafetão, mestre em trapacear no jogo e apaixonado por Valdirene. É filho de mãe solteira, já que seu pai, Rafael, abandonou a sua mãe quando ela estava grávida. Guiado pelo tio, que ajuda a mãe a educá-lo, tentou não seguir os rumos do pai, isto é, não ser um malandro, ser um trabalhador. No entanto, o pai errático retornou, reconciliaram-se, a pedido da avó paterna, e o genitor inseriu-o no universo da malandragem, mostrando-

---

<sup>6</sup> Giovanna Dealtry (2015, p. 201-202) afirma que o enfrentamento e a violência são elementos fulcrais das práticas da malandragem, mas que predominou nos sambas e nos discursos dos anos 30 uma leitura que suprimiu destes as marcas da violência.

<sup>7</sup> No universo de *Desde que o samba é samba*, palco da malandragem, a violência se anuncia, mas não se concretiza, não há mortos, vítimas da violência frontal e direta, os malandros disputam espaços de poder na zona: o amor de mulheres, pelem nos jogos, pregam peças uns aos outros, contudo, o cume de suas ações e contravenções nunca é o cadáver.

Ihe que o trabalho é atividade de “otário”<sup>8</sup>.

Rafael não representa, portanto, a Lei<sup>9</sup>, não é a figura (paterna) responsável pela introdução da norma na vida de Brancura. É, ao contrário, o agente que Ihe apresenta, como *modus operandi*, a flexibilização e a relativização das imposições sociais.

Imerso na malandragem pelo pai, sem desta conseguir sair, Brancura capta, de forma intuitiva, que há certo princípio karmico<sup>10</sup> no ser malandro. É como se filho de malandro, malandro fosse, por isso, refuta, veementemente, a ideia da paternidade. A recusa deste em ser pai é (quase) uma confissão velada de que não possui as ferramentas para extinguir a malandragem, que o antecede e o sucederá. Nesse sentido, seu único “trunfo” seria não propagá-la.

Por outro lado, Sodré é branco, português, filho de carpinteiro e, assim como Brancura, apaixonado por Valdirene. Não apresenta como atributo a inteligência, a astúcia e, sobretudo, o manuseio da palavra, habilidades do malandro. Ao contrário disso, é caracterizado como uma criança doente na infância (sofre de bronquite e espinhela), problemático na juventude (não tem amigos, é antissocial) e, vez ou outra, otário na fase adulta, já que ludibriado por Valdirene e Brancura.

A guinada do personagem ocorre por conta de Seu Lotório, quem Ihe inicia no “ritual da maconha” e nas experiências homossexuais. Será este também quem Ihe conseguirá um posto de funcionário público no Banco do Brasil como atendente.

Sodré não é um malandro, de fato, já que é filho de trabalhador, portanto, livre do circuito da “malandragem karmica”. Se o pai de

<sup>8</sup> De acordo as formulações de Fabiana Lopes da Cunha (2004), “otário” é a figura que funciona como contraponto à figura do malandro, às vezes, é delineado como o trabalhador que aceita subordinar-se ao mundo do trabalho e, portanto, ser disciplinado, docilizado pelo Estado e seus aparatos de poder, outras vezes, é concebido como um malandro que não “vingou”, que foi traído pela mulher, que foi enganado no jogo. Em suma, como aquele que não tem prestígio social, que não ocupa o lugar no imaginário coletivo da comunidade de conseguir sobressair-se das mais inusitadas situações adversas com astúcia e esperteza, ou seja, com a ambiguidade e a maleabilidade que constituem o malandro. Empregamos o termo, em relação à fala de Rafael, personagem pai de Brancura, para evidenciar o seu aparente desprezo pelo mundo do trabalho, materializado pelas figuras do explorador, português, e pela do trabalhador, resignado.

<sup>9</sup> Referimo-nos à Lei, não apenas em sentido jurídico, mas, fundamentalmente, em sentido psicanalítico freudiano, isto é, como os limites, a censura imposta pela civilização, que os seres neuróticos internalizam, ao viver em sociedade, e não deixar-se dominar, em absoluto, pelo Princípio do Prazer.

<sup>10</sup> José Miguel Wisnik (2002), ao analisar como a obra de Guimarães Rosa formula a violência brasileira vislumbrada no sertão, afirma que a violência sertaneja com a qual este escritor se deparou é uma violência karmica, ou seja, aquilo que se herda, que está dado, que não se sabe como começou e nem como desativar. Apesar de a noção do karma haver sido mobilizada pelo referido pensador para elucidar a violência no universo da jagunçagem rosiana, consideramos, contudo, pertinente estendê-la ao caso da malandragem desenhada na obra de Paulo Lins, dado que o personagem Brancura mostra-se disposto a abandonar o viver malandro, porém não consegue. Brancura sabe, assim, qual seria o reverso do seu modo de vida, a conduta regrada. Por outro lado, percebe que o mundo no qual o seu pai o inseriu transcende a ambos, não o fundaram e não o encerrarão.

Brancura o inaugura nos avatares da malandragem, o de Sodré mostra-lhe os signos da vida regular, o trabalho, a existência no subúrbio, longe do centro (lugar sem identidade comunitária).

Sodré não é o malandro genuíno, não apenas por ser filho de trabalhador. Este não é a expressão do malandro porque o seu corpo, para enunciarmos na negativa os termos de Giovanna Dealtry acerca do universo da malandragem, [não carrega] consigo elementos do seu território simbólico (2015, p. 196), o samba, a capoeira, o gingado. Não sendo o seu corpo portador de signos que lhe denunciam a origem (étnica), este não sofre a perseguição da polícia. Assim sendo, não se mune de dispositivos imateriais, a lábia, a elegância, a sedução, como o malandro negro, para tentar transitar na ordem, sem ser associado como herdeiro “natural” da desordem. Desse modo, a inserção deste na desordem, enquanto homem branco, com trabalho formal de funcionário público, é (quase que) uma inclinação individual (o amor por Valdirene), pois não passeia pela malandragem por condicionamento social, não “paga a fatura” por nela transitar e, ao contrário do malandro negro, a ligação com o submundo lhe traz vantagens, não retaliações<sup>11</sup>.

A trajetória de Sodré e de Brancura, na narrativa, indica que a malandragem não diz respeito somente a um viver malandro, mas, fundamentalmente, ao lugar que este ocupa no imaginário coletivo. Destarte, ambos os personagens podem praticar as mesmas contravenções e atos, mas se estes são pré-concebidos como próprios do negro, o branco não será identificado ao malandro.

Na trama que rege o triângulo amoroso entre Sodré, Brancura e Valdirene, os três percebem a proeminência dos estereótipos sobre os modos de comportamento, no que concerne às imagens fixas associadas aos negros, e captam, assim, a zona de privilégio que separa o português dos outros dois. Sodré sabe que está autorizado (até) a matar (desde que seu adversário seja um mestiço ou um negro) sem responder juridicamente pelo crime; Brancura, por outra parte, compreende que necessita do amigo-rival para negociar com a polícia e Valdirene entende que, caso se unisse ao português, poderia ser considerada mulher “de primeira classe”, digna do estatuto do casamento.

O desfecho do triângulo amoroso entre Sodré, Brancura e Valdirene é elaborado, na narrativa, através da alegoria do nascimento dos gêmeos que ela dá à luz. Esta não se torna mãe de um(a) mulato(a), filho(a) de Sodré, o que apontaria para a ideia da conciliação racial

---

<sup>11</sup> Sodré faz acordos com a polícia que, diferentemente do exercício sistemático de perseguir os malandros negros, dá-lhe território livre para praticar cafetinagem, andar armado, jogar e, mesmo diante de toda essa conduta que o tornaria um malandro, por excelência, desfrutar do mundo aparente de um trabalhador (ter uma mulher socialmente considerada honesta, trabalho regular, ter um filho com ela, ser proprietário). Percebe-se, assim, que a esfera das relações de favor, de cunho personalista, parece mais dispensada, no âmbito da obra, ao malandro branco do que ao malandro negro.

democrática<sup>12</sup>, ela gera dois bebês, um branco e outro negro, fator que simbolizaria os lugares, tão fixos quanto a cor da pele, que ocuparão este e aquele na estratificação social e, principalmente, nos padrões de percepção<sup>13</sup>. Desse modo, a “saga” continuaria e um estaria mais condicionado à malandragem do que o outro. Vislumbraríamos na alegoria da delimitação estrita das cores das crianças um processo em que, como assinala Mailde Jerônimo Trípoli, “a diferença assume um caráter de desigualdade” (TRÍPOLI, 2006, p. 33).

A diferença como desigualdade, elaborada na narrativa, evidenciaria, em última instância, que as dimensões da malandragem negra foram ocasionadas por conta da subordinação racial, que condicionou o homem negro a oscilar, permanentemente, entre a lei e a transgressão desta. De acordo com o pensamento de Mailde Jerônimo Trípoli, a subordinação racial ocorre quando:

[...] o racismo caracteriza um povo como inferior por razões que independem de sua ação, natureza ou vontade. Aquele

---

<sup>12</sup> Percebe-se, aqui, que diferentemente, por exemplo, do projeto Romântico de fundar um mito de formação da nação brasileira, quiçá, a tentativa de problematizá-lo. Não há como em Alencar, com seu *O Guarani*, uma cena final alegórica, que figuraria a fusão de duas raças, de duas culturas, a portuguesa e a indígena, das quais nasceria uma terceira, a brasileira. Na história da literatura brasileira, nesse sentido, os Românticos, impulsionados pelo contexto histórico de pensar os contornos da nação, teriam deixado o elemento escravizado, o negro, à margem do ideal de formação desta; por outro lado, os Modernistas, num contexto de realocar os mitos fundacionais perpetrados por aqueles, tentaram “revisar” a exclusão do negro, inserindo-o como participante da construção desta, assim, *Macunaíma* que, além de branco e índio, é também negro, seria símbolo do brasileiro. Finalmente, Paulo Lins, inserido na chamada modernidade tardia, em *Desde que o samba é samba*, não parece haver desenhado a inclusão do negro, nos códigos de representação literária, como mito ou símbolo da nação, mas como um elemento que nos faria problematizar o próprio discurso da nação, com seus vetores homogeneizadores e unívocos.

<sup>13</sup> A problematização da ideia de democracia racial como uma das características que estruturam a sociedade brasileira é, aparentemente, uma das principais formulações estético-artísticas propostas na obra de Paulo Lins. No filme *Quase dois irmãos* (2004), de Lucia Murat, em que o escritor participou como roteirista da produção, narra-se a história de amizade, que perpassa duas gerações, entre duas famílias, uma de classe média e a outra oriunda do morro. Miguel (branco) e Jorge (negro) são amigos de infância, os seus pais também o eram, o do primeiro, um homem letrado, intelectual, apaixonado por samba e por cultura popular; o do segundo, um talentoso sambista, que não conseguiu ser reconhecido como tal. O filme parece sugerir algumas interrogações: qual é a fronteira que une e aparta os personagens? Por que o sonho do pai de Miguel de conciliação entre as classes sociais e, principalmente, de conciliação dos saberes populares e eruditos não se concretiza? A narrativa, que se concentra em três momentos históricos: os anos 50, o período ditatorial no final dos anos 70 e a atualidade, marcada pelo poder do narcotráfico nas favelas do Rio de Janeiro, indica que o projeto de “fusão” entre elite cultural e as classes populares foi duramente interrompido pelo golpe antes mesmo de florescer. Além disso, a representação do presente, segundo a qual Miguel tornou-se um senador e Jorge um chefe do crime organizado, explicita que as trajetórias de ambos (já) estavam delimitadas, separadas, quase condicionadas por seus lugares de raça/classe e, assim sendo, a ideia de nação, em que todos são cidadãos (irmãos na simbologia da obra), é somente um discurso fundador que não tem correspondência nas práticas sociais, tampouco nas políticas do chamado Estado de Direito no Brasil.

que se identifica como superior se justifica atribuindo a si mesmo uma cultura superior e relacionando-se com “valores universais” que, na verdade, são apenas os valores próprios ao meio a que pertence”. (TRÍPOLI, 2006, p.33).

No contexto da narrativa, a alegoria do nascimento dos gêmeos apresentaria, ainda, mais um nível de significação: o da quebra de expectativa do leitor, no que diz respeito ao destino da personagem Valdirene, pois a ela não estaria reservada a maternidade e a esfera da vida doméstica. Ela é a própria personificação da sensualidade, inspiradora e realizadora das volúpias do sexo. Dessa forma, Sodré e Brancura, parceiros dela, não a veem como uma figura disciplinadora, capaz de resgatá-los do âmbito da malandragem e, por extensão, de tornar-se mãe, vislumbram-na como uma companheira de orgia, como aquela que desfruta dos prazeres proporcionados pela prostituição e pela vida boêmia.

Fabiana Lopes da Cunha (2004) ressalta que, nas dimensões da malandragem, configuraram-se alguns estereótipos da mulher de malandro e que este, na verdade, não temeria uma ou outra imagem do feminino, mas, sim, a ameaça do viver sob os desígnios da vida doméstica, ancorada pelo trabalho regrado. O amor dos malandros por Valdirene não traria, a eles, o perigo da vida doméstica e, conseqüentemente, da entrega irrestrita à rigidez do trabalho. Ao lado dela, os malandros não teriam a materialização, na figura feminina, dos pressupostos da ordem. No entanto, a não exclusividade da maternidade, na narrativa, às chamadas “Emílias e Amélias<sup>14</sup>” parece indicar que não há essa separação estrita entre os polos da ordem e da desordem, no Brasil e, nesse sentido, tampouco de mulheres ideais e não ideais. Valdirene<sup>15</sup> é, pois, ao mesmo tempo, profissional sensual do sexo e mãe de gêmeos.

### **O malandro compositor: a redenção pelo samba**

De acordo com as formulações de Fabiana Lopes (2004) e de Carlos Sandroni (2001), há, no que concerne à história do samba, duas grandes vertentes de interpretação: uma que indaga qual seria a verdadeira origem deste e a outra que desconstrói a própria noção de origem para pensá-lo, investigando-o como fruto de um processo complexo, resultante de várias matrizes formativas sem repousar, fundamentalmente, em uma ou

<sup>14</sup> Emília e Amélia, conforme nos explica Fabiana Lopes Cunha (2004), são figuras femininas retratadas em sambas do início do século, ambas mobilizam um ideal de mulher pautado pela submissão ao homem e pela dedicação às atividades do lar.

<sup>15</sup> A extensão da maternidade à personagem Valdirene, pensada à luz das reflexões propostas por Mailde Jerônimo Trípoli, poderia ser lida como uma ruptura com os próprios códigos da representação da fertilidade de casais mestiços na literatura brasileira novecentista, a qual, geralmente, apresentava um desfecho trágico à descendência de tais casais. No entanto, a representação da mulher negra na obra reafirma, em grande medida, os estereótipos sociais acerca desta, que é delineada, de certo modo, como movida por instintos, pelas demandas do corpo e, assim, longe do polo da razão.

outra a expressão de autenticidade.

Em meio a esse debate, delineado pela historiografia brasileira e pela etnologia musical, *Desde que o samba é samba* romanceia a sua versão da história. Na obra, Silva e os seus companheiros Bide, Brancura, Baiaco, Bastos são os responsáveis pela construção de uma sonoridade nova na música negra no país.

*Desde que o samba é samba* não apaga a pergunta acerca da verdadeira raiz do samba. Desse modo, aproximar-se-ia mais à linha de interpretação historiográfica que persegue a origem musical deste. Perscrutamos, na narrativa, dois cenários bem marcados: as festividades coletivas que aconteciam na casa de Tia Almeida, de Tia Ciata<sup>16</sup>, amplamente influenciadas pelo ritmo do maxixe e o “som” que começou a ganhar espaço no final dos anos 20, com a malandragem do bairro de Estácio.

A demarcação de dois cenários bem definidos na narrativa (o do território de expressão popular coletiva, na casa de Tia Almeida, de Tia Ciata e o do conjunto de compositores oriundos do bairro de Estácio, em desacordo estes últimos com o tipo de música que era praticado naqueles espaços) explicita a adesão, na perspectiva do romance, às teorias que dividem o samba em duas células rítmicas estritas e até antagônicas: a da primeira geração de sambistas, frequentadores das festas coletivas de Tia Ciata, de Tia Almeida, com seu ritmo amaxixado e a dos malandros de Estácio, com seu ritmo sincopado<sup>17</sup>. Desse modo, entre uma e outra sonoridade, destacadas no romance, o crivo da voz narradora é a visão dos sambistas do bairro de Estácio sobre os fatos. É como se, na trama, escutássemos o que estes teriam a dizer sobre a contribuição que deram ao samba, que seria, na alçada deles, as próprias propriedades musicais que, hoje, o definem. No entanto, como aponta Fabiana Lopes da Cunha, é artificial estabelecer o limite exato entre esses dois tipos de samba.

Retomando a questão sobre os dois diferentes tipos de samba, é difícil delimitar a fronteira entre eles, pois se o samba da primeira geração ainda possui a marca sonora de seu parentesco com os sambas de partido-alto dos baianos, o êxito da nova geração só foi possível pelo sucesso que o estilo anterior obteve. (CUNHA, 2004, p.146).

A adesão do foco narrativo à perspectiva de uma história do samba que, em tese, seria a contada pelos sambistas oriundos do bairro

<sup>16</sup> Como nos relata Fabiana Lopes da Cunha (2004), Tia Ciata era uma baiana que liderava as festividades negras no Rio de Janeiro no início do século XX e, segundo a historiadora, foi num espaço coletivo, conhecido como casa da Tia Ciata, que nasceu, numa composição também coletiva, o que se considerou como o primeiro samba, “Pelo telefone”, em 1917.

<sup>17</sup> Dentro da estrutura rítmica europeia, a síncope é muito pouco utilizada, porque desestrutura a marcação do compasso dentro da música. Na síncope, o tempo fraco se prolonga no tempo forte seguinte, tirando desta forma a ‘força’ do último (CUNHA, 2004, p. 138).

de Estácio não é gratuita. Trata-se de uma estratégia estrutural que torna possível alçar à visibilidade a estreita relação entre samba e malandragem. Nesse sentido, se a opção da obra fosse o reconhecimento de que o samba provém, apenas ou, sobretudo, da festas coletivas realizadas nas organizações negras, como a casa da Tia Ciata, da Tia Almeida<sup>18</sup>, destituir-se-ia a importância da chamada experiência social e cultural da malandragem na consolidação deste, pois os sambas realizados pela primeira geração nascem de uma realidade (mais) comunitária, fortemente pautada pela religiosidade do Candomblé e da Umbanda. Em contrapartida, os sambas compostos pela segunda geração, da sociabilidade (mais) advinda das ruas, de negros em busca de mecanismos de sobrevivência, de entretenimento e até de resistência.

*Desde que o samba é samba* potencializará, então, o samba enquanto possibilidade de afirmação (via cultura) da faixa humana mais atingida pela marginalização social e econômica da população negra, no Rio de Janeiro, na década de 20 do século passado: o homem negro, afastado do mundo do trabalho regular. De tal faixa, sobressair-se-ia um nome: Ismael Silva.

Ismael Silva, figurado na narrativa apenas como Silva, é traçado nela como um verdadeiro gênio da palavra, dotado de uma musicalidade moderna, inovadora, admirada, inclusive, pela elite intelectual do país. A figura do personagem eleva-se em relação à de seus parceiros do Estácio, já que marcada pelo desejo permanente de compor. Assim, dentre as habilidades de que dispõe o malandro, a astúcia, a ginga, a capoeira, a destreza de saber livrar-se das adversidades e o talento, o inventor da nova levada do samba teria sido agraciado, em doses máximas, com este último, fator que o transformaria em uma espécie de homem célebre.

Silva parece ser a materialização do “bom malandro”, do malandro ideal, aquele que desativou a navalha e recebeu das entidades do Candomblé e da Umbanda, em troca disso, o talento. O compositor de “Se você jurar” é delineado como um malandro que captou que “a motivação de acontecer na arte tem que ser grande para que se resista a esses atropelos de brutalidade” (LINS, 2012, p. 241), brutalidade esta conformada, pela narrativa, como o espaço da zona, do jogo e das brigas de rua.

No entanto, em uma espécie de aporia, o malandro ideal,

---

<sup>18</sup> No que diz respeito à genealogia do samba, um dos elementos que evidenciam a adesão da perspectiva do romance ao suposto protagonismo do grupo do bairro do Estácio na consolidação de um novo paradigma para o samba é o recurso de anunciar através da fala das entidades do Candomblé e, principalmente, da Umbanda (as quais, na obra, orientam a vida dos afrodescendentes) que os malandros do Estácio são os responsáveis pela cristalização de um novo tempo na música negra no país.

incentivado pelas entidades do Candomblé e da Umbanda, corresponderia justamente à desagregação deste enquanto grupo social, pois um malandro que não trapaceia no jogo, não se entrega aos deleites da vida mundana e às rixas foi cooptado pelo sistema e despojado da reversibilidade que o conforma: a de uma figura que não está na lei, nem fora dela, mas no entremeio. Além disso, a existência de um “malandro correto” seria a anulação da própria “matéria-prima” do samba. Como nos mostra Fabiana Lopes da Cunha, nos anos 1920 e 1930, justamente o período em que o paradigma do samba do Estácio se cristaliza, cantavam-se “os valores da malandragem, usando como fonte de inspiração criativa temas ligados à sua prática, como a aversão ao trabalho disciplinado, a boemia, o jogo e, é claro, a mulher e os relacionamentos amorosos” (CUNHA, 2004, p. 161).

Silva, ao ser tomado, quase em estado absoluto, pela expressão criadora, passaria de malandro a artista. Sua passagem de um estatuto a outro, todavia, não se efetiva por nuances que dizem respeito ao fator raça/classe, o qual denunciaria que tanto a esfera da malandragem como a da arte não se restringem a vetores individuais. Silva respira arte, porém como indivíduo negro, oriundo das classes subalternas, não consegue cunhar um nome de autor e, ao mesmo tempo, não faz jus às artimanhas da malandragem, mas tem que continuar nela (chega a unir-se a Brancura para trapacear no jogo, pois não recebeu o dinheiro das vendas de seus sambas), para conseguir sobreviver.

Silva é o melhor sambista do bairro do Estácio, pois, como ressaltamos, ocupa-se, quase exclusivamente, de compor, é como se houvesse se esquecido de ser malandro. Logra ser o compositor mais reconhecido no universo do samba. Contudo, o seu nome não designa uma função de autor. Seu nome próprio, ao remeter a um sujeito empírico negro e oriundo da pobreza, numa sociedade racializada e classista, não pôde responder às exigências que, historicamente<sup>19</sup>, passaram a conformar o âmbito da autoria: o de fundamento positivo exterior à obra de arte que lhe confere legibilidade/legitimidade. Francisco Alves, famoso cantor nos anos 30/40, é quem ocuparia o lugar de autor dos sambas compostos por Silva. O intérprete que, na obra, é nomeado apenas como Alves não é compositor, mas, ironicamente, consagra-se como autor<sup>20</sup>.

<sup>19</sup> Segundo Foucault (1996), a autoria é uma função que se consolidou, no que diz respeito à literatura ocidental, a partir do século XVII. Desse modo, passou-se a exigir que o texto tenha sido escrito por alguém, que tenha unidade e sentido, que responda a uma série de expectativas que, em certa medida, se relacionem às experiências de quem o escreveu. Nesse sentido, ainda que as considerações de Foucault se restrinjam ao âmbito do literário, estas nos parecem pertinentes para abordar a questão da autoria dos sambas de Ismael Silva assumidos por Francisco Alves, pois, à luz das formulações do filósofo francês, diríamos que aquele não foi reconhecido à sua época como o criador de suas letras, de suas músicas, por não estar socialmente autorizado, no imaginário coletivo, a ser a figura que responde às demandas do público sobre a obra de arte.

<sup>20</sup> Alves é caracterizado no romance como figura fundamental na divulgação dos sambas de Silva e do grupo do Estácio, mas, ao mesmo tempo, como um indivíduo mercenário, que instrumentaliza a música, ao vislumbrá-la como meio para adquirir fama e dinheiro. As entidades da Umbanda, dessa maneira, anunciando o futuro, revelam-lhe que o seu nome ficará “sujo” na

Silva e vários sambistas da primeira e da segunda geração do samba morreram na miséria (Brancura, Sinhô, Wilson Batista). Por outro lado, os intérpretes dos sambas, homens e mulheres brancos (Francisco Alves, Mário Reis, Almirante, Carmem Miranda), obtiveram destacada fama e prestígio. Entretanto, na configuração da narrativa, o desfecho trágico dos artistas negros não é representado. A obra focaliza os malandros do Estácio, em seu apogeu de composição, nos anos de 1927 a 1929, quando fundam a primeira escola de samba, “Deixa Falar”.

A construção da personagem Silva (assim como a das demais personagens históricas, principalmente a de Brancura<sup>21</sup>), em *Desde que o samba é samba*, mobilizaria a noção barthesiana do biografema<sup>22</sup> que, ao invés de suscitar os traços biográficos de uma vida, reveste-os de significação textual. Nessa esteira, ainda que saibamos que Ismael Silva existiu e foi um dos maiores expoentes do samba, buscar a correspondência exata de eventos que marcaram a sua trajetória na de Silva, esboçada pela narrativa, é um gesto interpretativo insipiente, pois funde o sujeito empírico, pré-existente ao texto, ao personagem, que, mesmo ancorado na realidade, é construído no âmbito do romance.

Dessa maneira, como conhecedores da biografia de Ismael Silva, localizamos a inscrição de alguns biografemas (a sífilis, a autoria dos sambas mais conhecidos do grupo do Estácio, a parceria com Francisco Alves, vendendo ao cantor as próprias composições, etc.) na personagem Silva que coincidem com traços biográficos da trajetória do compositor. Por outro lado, localizamos outros, que não podemos comprovar ou ter acesso no mundo empírico, como a referência à homossexualidade do sambista, já que nos falta a prova de “verdade” das fontes históricas que corrobore a autenticidade dessa informação.

O Silva de *Desde que o samba é samba* sintetizaria a ambiguidade constitutiva que delinea o próprio malandro sambista, em sua relação com a sociedade, é um indivíduo posto à deriva pelo sistema econômico, mas que, paradoxalmente, notabiliza-se no campo do simbólico, da arte. Notabilidade esta que não vem acompanhada de sucesso, de êxito financeiro e, sim, da capacidade/habilidade de criar, sob a égide de seus

---

história, como se lhe dissessem que, no porvir, Silva seria reconhecido como o verdadeiro autor das canções que o cantor registrou como dele.

<sup>21</sup> Silvio Fernandes, o Brancura, não aparece no romance como o responsável pelo assassinato de um morador de rua, tampouco se menciona, na obra, o seu enlouquecimento. Paulo Lins, a respeito do processo de construção da personagem, em entrevista ao *O Globo*, afirmou que quis focar o aspecto positivo da vida do sambista, que seu livro não abordou, assim, o período em que esses episódios teriam ocorrido.

<sup>22</sup> A noção barthesiana do biografema refere-se aos traços biográficos que, por serem significados no âmbito do texto, perdem a obrigação de remeterem, em correspondência plena, ao referencial. Nessa alçada, os chamados biografemas são disparadores de escritura, detalhes que a fazem significar, formalmente, diríamos.

próprios infortúnios. O sambista-compositor é, na formulação da narrativa, a apoteose da cultura sobre a opressão, sobre o preconceito de cor.

## Expressões finais

Na história do samba de *Desde que o samba é samba*, o espectro da malandragem assume o centro da representação. Contudo, a escolha político-formal de elevar o horizonte da malandragem ao topo, “escutando-lhe” a palavra, não nos parece um exercício gratuito. Desperta-nos a indagação: por que num contexto em que a figura do malandro estaria, em grande medida, desativada, no âmbito da experiência social brasileira, Paulo Lins escreve uma obra mobilizando-a?

Claudia Drucker (2012) observa que o segundo romance de Paulo Lins haveria sido escrito para traçar os antecedentes do universo da violência brutal de *Cidade de Deus*, (1997). A pesquisadora afirma que, imbuídos pela tentativa de entender como as comunidades cariocas foram tomadas pelo crime organizado, é como se os leitores deste livro se perguntassem quem são os antepassados do personagem Zé Pequeno. Enunciando a proposição da referida autora, em outros termos, afirmaríamos que é como se os ancestrais de Zé Pequeno fossem malandros, não marginais. Nessa delimitação entre malandros e marginais, retomariamos as formulações de Antonio Candido, em sua “Dialética da malandragem” (1970) e anunciaríamos, com a acepção da figura do marginal, as reflexões propostas por João Cezar de Castro Rocha, em sua “Dialética da marginalidade” (2004).

Como ressaltamos, para Antonio Candido, o malandro é uma figura que agencia o próprio destino, através de uma moral mais flexível, que o faria flutuar entre os polos da ordem e da desordem. Por outra parte, João Cezar de Castro Rocha, ao analisar a cultura brasileira contemporânea, defende que os princípios da negociação e da conciliação, próprios das dimensões da malandragem, teriam sido desativados no contexto do presente em nossa sociedade, pelos da assunção da violência frontal e direta. Nessa alçada, sustenta o pesquisador:

[...] o modelo da dialética da marginalidade pressupõe uma nova forma de relacionamento entre as classes sociais. Não se trata mais de conciliar diferenças, mas de evidenciá-las, recusando-se a improvável promessa de meio-termo entre o pequeno círculo dos donos do poder e o crescente universo dos excluídos. Nesse contexto, o termo marginal não possui conotação unicamente pejorativa, representando também o contingente da população que se encontra à margem, no tocante aos direitos mais elementares, sem dispor de uma perspectiva clara de absorção, ao contrário do malandro. (CASTRO, 2004: s/p).

Diante dessas duas proposições, para investigar a chamada experiência social brasileira, concluiríamos que Paulo Lins, com *Cidade de Deus* (1997) e *Desde que o samba é samba* (2012), narrou os conflitos so-

ciais constitutivos do país, respectivamente, da dialética da marginalidade à dialética da malandragem. Restar-nos-ia entender, no entanto, qual é o significado de, num contexto em que se anuncia o esmorecimento dos pressupostos do acordo e da conciliação, após o próprio escritor haver explicitado isso, em seu primeiro romance, ele promover uma espécie de recuo à esfera destes?

Seria um modo de Paulo Lins propor um retorno à dialética da malandragem, isto é, a “aposta a algum modo de cooptação”, (a expressão é de João Cezar de Castro Rocha), como “saída” aos impasses (da violência) do presente?

A resposta é dúbia, pois *Desde que o samba é samba*, na medida em que apresenta a valorização do espaço da margem e da sociabilidade que nele brota, oferece, sim, um contraponto ao morro, refém da violência, de *Cidade de Deus*. Não obstante, a afirmação da cultura da malandragem, na obra, não parece ser um gesto (ingênuo) de deificar o malandro e, muito menos, a tentativa de criar um morro mítico em oposição a um morro real, degenerado pelo crime.

Em *Desde que o samba é samba* euforiza-se o cenário da malandragem, porém não como passado, como Idade de Ouro de um espaço hoje “contaminado” pela barbárie do narcotráfico. Tampouco se instaura uma atmosfera nostálgica de proposição à volta de uma sociabilidade em que os pobres se resignavam e queriam ser “finalmente absorvido(s) pelo polo convencionalmente positivo<sup>23</sup>”, trata-se antes de um regresso ao surgimento do samba, com os malandros do Estácio, para elucidar o processo de apagamento da especificidade de uma cultura, através do discurso da unidade consumado pelo Estado e suas instituições. A genealogia do samba, elaborada por Paulo Lins, rasura a concepção de nação, fundada na homogeneidade. A obra anuncia em tom altissonante que o samba não se inscreve na categoria do nacional-popular<sup>24</sup>, mas no seio de “bens culturais próprios a determinada parcela da população” (DEALTRY, 2015, p. 206).

A obra coloca-nos diante de uma gama variada de malandros, o malandro rixoso (Brancura), o malandro que usufrui das trocas de favor e dos conchavos com as instituições do Estado pelo privilégio de ser branco (Sodré) e o malandro talentoso-compositor (Silva) para revelar-nos, talvez, que essa figura não é mitológica ou simbólica, mas fruto de um processo histórico determinado. Dessa maneira, não pode ser síntese do brasileiro, simplesmente, porque este existe, apenas, enquanto

<sup>23</sup> A expressão é de Antonio Candido, retomada por João Cezar de Castro Rocha em “Dialética da marginalidade. Caracterização da cultura brasileira contemporânea” (2004: s/p).

<sup>24</sup> Adauto Novaes, na apresentação do livro *O nacional e o popular na cultura brasileira*, de Enio Squeff e José Miguel Wisnik, assim define a categoria do nacional-popular: “o nacional-popular é essa unidade que destrói as diferenças culturais e impede a identificação do indivíduo à sua classe, raça e etnia” (NOVAES, 2004, p. 10).

construção ideológica. Existem, de fato, brasileiros, “com seu tempo e sua história<sup>25</sup>” demarcados.

O encontro entre os artistas modernistas, Manuel Bandeira (figurado como Manuel) e Mário de Andrade (figurado como Mário) e os malandros sambistas, na narrativa, explicitaria o anseio de homens letrados de viabilizar um projeto de síntese que, como nos lembra Aداuto Novaes, “a própria realidade política se encarrega de separar” (NOVAES, 2004, p. 10).

Manuel, assim, não aceita que Silva o trate como autoridade e diz-lhe num gesto de suplantar as diferenças e realçar a grandeza do popular:

— Que Seu Manuel, rapaz! Senhor aqui é você, meu rei! O senhor é que merece pronome de tratamento à altura de sua vocação artística, inovadora, de vanguarda. — E voltando-se para o garçom: — Por gentileza, meu querido, pode servir mais um uísque aqui pro meu amigo. (LINS, 2012, p.232).

O encontro entre os modernistas e os malandros revelaria, ainda, que, se, por um lado, as práticas culturais e a religiosidade dos afrodescendentes foram acossadas pelo Estado, por outro, foram também objetos de apreço pelas camadas letradas da sociedade, como os artistas e os intelectuais<sup>26</sup>. Não obstante, a diegese narrativa não retrata o momento em que teria havido a conciliação entre o popular e o erudito, em que o samba teria passado de gênero praticado por malandros negros a símbolo da identidade nacional. O final da obra, nesse sentido, é emblemático: focaliza, em 1929, o desfile da primeira escola de samba, a “Deixa Falar<sup>27</sup>”, fundada pelos malandros do bairro do Estácio. Em tal evento está, maciçamente, presente a comunidade oriunda dos morros e do subúrbio, negros, em sua maioria. Negros que, na perspectiva do romance, estão participando de uma festividade criada por eles, remanescentes da escravidão.

*Desde que o samba é samba* situa os malandros negros como os protagonistas da história de emancipação, através do samba, da população negra. Estes, com “duas batidas fortes no surdo” e com instrumentos (o tamborim, o reco-reco, a cuíca<sup>28</sup>) que expressariam o andamento de

<sup>25</sup> A expressão é de Aداuto Novaes (NOVAES, 2004, p. 10).

<sup>26</sup> Sandroni (2001, p. 95) defende a ideia de que é exacerbado considerar que até 1930 o samba foi totalmente perseguido pelo Estado, diz compactuar com a tese de Hermano Viana de que a aceitação do samba nos anos 30, do século XX, serviu aos propósitos de invenção da identidade nacional e da cultura popular brasileira.

<sup>27</sup> Fabiana Lopes da Cunha relata que o termo “escola de samba” não era usado na época, que foi cunhado pelos malandros do Estácio, para nomear o seu bloco carnavalesco, “Deixa Falar”, por haver uma escola regular no Largo do Estácio (CUNHA, 2004, p. 133).

<sup>28</sup> Fabiana Lopes da Cunha ressalta, contudo, que é irrealizável dividir a cultura negra de um lado e a cultura branca do outro, pois as trocas culturais entre os segmentos sociais/étnicos sempre se dão e, além disso, o fato de um instrumento, como a cuíca, ter vindo da África não significa que no Brasil tenha sido usado com o mesmo fim (CUNHA, 2004, p. 139-140).

sua própria batalha, nos escombros da civilização, são, aqui, a marca da resistência.

Em suma, a dialética da malandragem (negra, acrescentaríamos) está intimamente ligada à questão do samba, pois imputa ao gênero, hoje (já) símbolo do nacional, o que foi silenciado<sup>29</sup> para que este se tornasse a música da nação: a sua própria história (de opressão, marginalização, perseguição e segregação) e temporalidade.

## Referências bibliográficas

BARTHES, Roland. *Sade, Fourier, Loyola*. Tradução de Mário Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

COSTA, Emilia Vioti da. *A abolição*. São Paulo: Global, 1982.

CUNHA, Fabiana Lopes da. *Da marginalidade ao estrelato: o samba na construção da nacionalidade*. São Paulo: Annablume, 2004.

DRUCKER, Claudia. Resenha: Desde que o samba é samba. *Revista Estação Literária*, v. 10, p. 242-246, dez. 2012. Disponível em: <<http://www.uel.br/pos/letras/EL/vagao/EL10A-Res2.pdf>>.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

DEALTRY, Giovanna. Malandragem na modernidade carioca: mediações entre intelectuais boêmios e o discurso vadio. In: *Os modos da margem. Figurações da marginalidade na literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2015.

LINS, PAULO. *Desde que o samba é samba*. São Paulo: Planeta, 2012.

\_\_\_\_\_. Entrevista, “O Globo”, 2012. Disponível em <<http://oglobo.globo.com/cultura/desde-que-samba-samba-novo-livro-de-paulo-lins-4512115>>.

NOVAES, Adauto. Apresentação. In: *O nacional e o popular na cultura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

OTSUKA, Edu Teruki. Espírito rixoso: para uma reinterpretação das Memórias de um sargento de milícias. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, v. 2, n. 44, p. 105-124, fev. 2007.

ROCHA, João Cezar Castro de. Dialética da marginalidade. Caracterização

<sup>29</sup> Transcrevemos, aqui, um trecho de Adauto Novaes sobre a operação de converter um dado próprio de uma cultura em símbolo do nacional: [...] e esse é o grande triunfo da identidade cultural: transforma a multiplicidade dos desejos das diversas culturas — muitas vezes conscientes da sua individualidade e da sua história — num único desejo: o de participar do sentimento nacional. Operação diabólica e eficiente que faz com que o desejo recaia não sobre um objeto real — a própria cultura — mas sobre um sentimento externo e abstrato (NOVAES, 2004, p. 10).

da cultura brasileira contemporânea. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 28 fev. 2004. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2902200404.html>>.

SANDRONI, Carlos. *Feitiço de encantamento. Transformações do samba no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor/Editora da UFRJ, 2001.

SCHWARZ, Roberto. “Pressupostos, salvo engano, de Dialética da malandragem”, 1989. Disponível em: <<https://comunicaoebespporte.files.wordpress.com/2012/12/roberto-schwarz.pdf>>.

SOUZA, Antonio Candido de Mello e. Dialética da malandragem. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n.8, p.67-89, jun.1970.

TRIPOLI, Maide Jerônimo. *Imagens, máscaras e mitos. O negro na obra importante vertente científica que supomos, para vir a ser mais bem explorada em polos interioranos da Universidade Federal do Amazonas*. Manaus, Ed. UFAM, 2006.

WISNIK, José Miguel. O fidejuzgado do S. XXI. *Revista de Filosofia*, n. 10, p. 177-198, 2002. (OJS), atualmente em desenvolvimento no âmbito acadêmico da Ufam, que se mostra importante dada a necessidade presente de se compreender bases operacionais do Sistema Eletrônico de Editoração de Revista (SEER), que o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), o Ministério da Educação (MEC) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) ajudaram a desenvolver para o Brasil – com direcionamento às universidades do país.

A compreensão, porém, tende a se dar na medida em que alunos e professores estejam aptos a dominar e transferir conhecimentos relacionados a registros e organizações de dados dentro de softwares livres do tipo SEER. Até mesmo porque, com o surgimento de novas tecnologias de informação e comunicação, antigos formatos de transferência de saber científico se modificaram e estão se adaptando a demandas do meio coletivo. Essas demandas são inerentes a perspectivas de professores e pesquisadores de institutos e universidades públicas e privadas do país — e, como no nosso caso específico de investigação, em polos interioranos da Ufam. São demandas requeridas, nacionalmente, tanto por Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs), quanto internacionalmente, por organismos multifacetados que incrementam estudos com verbas públicas e privadas.

Na avaliação, partimos do princípio de que, como o SEER, um sistema OJS, já vem sendo acessado por usuários em geral dentro do portal de periódicos da Ufam, seria relevante que alunos e professores como um todo fossem instigados a dominar o software. Note-se que situamos uma diferença entre “acessar” e “dominar” e ela não é puramente semântica, mas de alto relevo. Porquanto, a perspectiva teve como objetivo o fomento de estudos científicos, sobretudo em se tratando de saberes oriundos de avaliações teórico-práticas realizadas por profissionais do interior do Estado, sediados no Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia

(ICSEZ), polo localizado em Parintins, região do Baixo Amazonas, extremo leste do Estado do Amazonas, para onde direcionamos nossos esforços de pesquisa.

### **Intencionalidade e restrições**

Movimentos pela criatividade e ultrapassagem de barreiras do conhecimento marcam o ambiente no qual foi moldado um dos mais democráticos sistemas de comunicação multidirecional do mundo, a internet, onde a plataforma OJS está situada. Caracterizado por culturas de produção e disseminação de dados, o universo www possibilita conhecer muitos softwares, como o SEER, e aprimorar técnicas para o meio acadêmico (CASTELLS, 2003; LÉVY, 2003). Todavia, atualmente, apesar dos avanços tecnológicos, há, em instâncias acadêmicas amazonenses, e detidamente nos polos interioranos da Ufam, destacável ausência de conhecimento sobre inovações relacionadas para a plataforma Open Journal System e igualmente ao próprio SEER. Portanto, nosso foco, entre questões adjacentes, foi avaliar em que medida se pode, hoje, fomentar a popularização de saberes sobre a plataforma e o software, evidenciando suas importâncias para a transferência de dados abertos na Amazônia.

Cabe destacar que, em princípio, além da falta de incentivo para a busca da aplicação de conhecimentos técnicos sobre OJS e SEER, nossa investigação esbarrou em dificuldades infraestruturais acopladas a regiões como o Baixo Amazonas/AM, onde a conectividade é precária, dado que, sobretudo, o município de Parintins tem crônicos problemas de tal monta. Assim, como ato essencial, poderíamos ter tentado disponibilizar melhores conexões de dados para se trabalhar com mais possibilidades de acesso à internet e, sequencialmente, com mais alternativas para se investigar a questão posta. Porém, restrições orçamentárias concorreram contra, notoriamente, o que, em totalidade, não impediu que investigássemos a divulgação de resultados de pesquisas e a implantação de OJS e SEER em nosso campo de estudo.

Almejamos, nessa linha de condução, perceber a importância de fluxos informativos em ambientes acadêmicos como forma de impulsionar produções de papers, ensaios e resenhas em periódicos de média e alta relevância (webqualis > estrato B2) pela Capes. Foi pretensão analisar comparativamente vantagens, limitações e diferenças em relação ao uso de OJS e SEER em ambientes de restrita conexão – como foi o caso de nosso local de pesquisa.

## Enfoque teórico

Dialogamos com a problemática delimitada segundo conceituações referentes a: i) conteúdos livres compartilhados em internet (Plataforma Livre), ii) OJS (Plataforma Aberta de Periódicos) e iii) SEER (Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas/BR).

A ideia de compartilhamento de conteúdos livres em ambientes de web iniciou no fim dos anos 1980, com a liberação da rede www para uso pessoal e irrestrito. O compartilhamento tinha incutido, em si mesmo, a noção de democratização da informação (ALBAGLI e MACIEL, 2012) e mudanças tecnológicas possibilitadas via conteúdos livres em internet só vieram a fomentar inovações sociais importantes, sobretudo relacionadas a avanços científicos (MACIEL e ALBAGLI, 2011; MASSARANI e MOREIRA, 2012). Esses avanços, junto com tecnologias a eles conjuminadas, permitiram elevar taxas de divulgação de dados em diversas áreas, o que até certo ponto supriu a necessidade de variados públicos. Nesse cenário, a internet conquistou espaço e se tornou um robusto meio para a disseminação de informações.

Mesmo com conhecimentos sendo propagados de forma imediata, mas sem tanta credibilidade, periódicos científicos eletrônicos mostraram-se uma das melhores opções para a popularização de resultados de pesquisa. Com o surgimento de novas tecnologias de acessibilidade aberta, a aceitação da web como meio eletrônico de divulgação ganhou ampla proporção em academias e institutos, quebrando barreiras no intento de se atingirem grandes públicos. Revistas eletrônicas em plataformas livres multiplicaram-se como alternativa para acelerar a disseminação de pesquisas. Compartilhar passou a ser não somente ato isolado, mas ação com significado de democratização do saber (MOREIRA, 2006) e resultou em desenvolvimentos de mídias e tecnologias de informação (ZAMBONI, 2001). Uma revolução sociocultural, em verdade, fruto de avanços no processamento da comunicação por bits.

Nos últimos anos, além do crescimento exponencial de acesso a informações globais, um dos principais desafios passou a ser a preparação de indivíduos para a nova conjuntura mundial, onde o conhecimento passa a ser compulsório, ou seja, uma necessidade, principalmente a partir da segunda metade da década de 1990 no Brasil, quando a internet começou a alcançar a população em geral, muito em função de interfaces gráficas e criações de sites dinâmicos. Com isso, foram propiciadas bases para a difusão rápida de ideias e dados (ARAÚJO, 2010), principalmente porque qualquer usuário da rede conseguiu alcançar a possibilidade de criar, dar publicidade a produções e apresentar dados por meio de papers, livros, crônicas, poesias, matérias jornalísticas etc. em plataformas livres.

O compartilhamento produziu-se de significados a partir do advento do livre acesso para a web. A divulgação de informações e saberes passou a contribuir fortemente para a existência de uma sociedade plural, cabendo a cada usuário a adequação à dinâmica, tendo em vista a utilização de vantagens oferecidas pela grande rede (ID., op. cit.). Daí, o conceito de conteúdo sem restrições na internet foi explicitado não apenas como conjunto de significados e ferramentas que visavam amenizar problemas de divulgação em âmbito eletrônico, mas servir como forma de ampliação de conhecimentos em torno de funcionalidades apresentada por plataformas digitais (PARREIRAS e BAX, 2003). Dentre inúmeras possibilidades de compartilhamento voltadas a plataformas digitais situou-se a plataforma Open Journal System.

A OJS foi idealizada pela University British Columbia/Canadá e desenvolvida para o gerenciamento de textos científicos, tendo como ponto auxiliar a organização de dados em formato digital, com atividades de editoração e disponibilização periódica de revistas eletrônicas. A OJS, como ciberadministradora flexível, foi composta por sistemas associados que podem ser baixados e instalados de forma gratuita (WILLINSKY, 2001). Importa frisar que a OJS foi desenvolvida originalmente como parte do programa de investigação da Public Knowledge Project (PKP). E não obstante pressupomos a sua ascendência justamente nos anos 1990 porque foi estruturada como forma de gerenciamento cooperado, para contribuir e auxiliar em pesquisas em ciência (IDEM, op. cit.).

Considerando a questão do compartilhamento e da plataforma OJS, a melhora na qualidade acadêmica de publicações em revistas inovadoras, em termos de processos editoriais transparentes, passava a auxiliar na seleção categórica de artigos. Desta feita, utilizando-nos da credibilidade mundial da OJS e de perspectivas conceituais do compartilhamento, o que se viu foi o IBICT traduzir para o estilo nacional um modelo redesenhado de plataforma científica livre, o SEER. O SEER/OJS é, hoje, a tradução adaptada do IBICT para funcionar em razão de dados compartilhados e sua expansão é uma realidade efetiva, apresentando vantagens e desvantagens oferecidas pela ferramenta.

## Metodologia

### **Local e instrumentos**

O trabalho foi efetivado na cidade de Parintins, no Campus da Ufam, dentro do Laboratório de Editoração Digital do Amazonas (LEDA), acoplado às dependências do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ambientes Amazônicos (Nepam). Utilizamos o SEER e nos propomos a destacar a linguagem Cascading Style Sheets (CSS), de gerenciamento

e desenvolvimento de layouts. Buscamos identificar melhorias ao uso dentro do âmbito da Revista Eletrônica Mutações, criada pelo LEDA/Nepam/ICSEZ/Ufam.

O SEER funcionou via pacote Content Management System (CMS), cujo sistema de administração de conteúdo está atualizado para a versão traduzida do original. A transferência de conhecimento da linguagem se deu via prática aplicada pelo software, tornando-se importante vertente na administração, desenvolvimento e edição da revista Mutações, a qual integra a plataforma.

### **Procedimentos do estudo**

A hospedagem da revista, tendo ocorrido por software livre via bases do IBICT, aglutinou possibilidades de trabalho que foram efetivadas por meio de: a) reunião com a equipe para definir temáticas de divulgação, b) democratização de chamadas de trabalhos e critérios para submissão; e c) monitoramento do sistema para uso público. As atividades possibilitaram ações de disseminação, junto a estudantes e professores, das bases com as quais se trabalha no compartilhamento livre de informações por plataforma OJS.

## **Resultados e Discussão**

### **A questão da conectividade**

São necessárias estratégias para disseminar o SEER em regiões com conectividade irregular, como é o caso da Amazônia, que, como um todo, enfrenta dificuldades para acesso à rede mundial. Particularmente, em municípios do Baixo Amazonas, Estado do Amazonas, o sinal de internet é de qualidade ruim e alto custo. São pontos intermitentes os mais comuns e pouco se implementa em termos de políticas públicas direcionadas à área tecnológica, apesar de existirem demandas que buscam saberes instrucionais para uso de gadgets e smartphones.

Plataformas digitais, no Baixo Amazonas, necessitam de sinal de qualidade para funcionamento, sobretudo para atividades de pesquisa e publicação acadêmico-científica. Ou seja, profissionais da área de ciências (e acadêmicos como um todo) enfrentam dificuldades para acessá-las e divulgar resultados sem custo adicional a partir delas, disseminando conhecimentos. Outro fator relevante para a necessidade de uma internet de qualidade é a ausência da vertente livre da plataforma dentro de instituições públicas e privadas de ensino, onde a falta de instrução para manuseio não se restringe à utilização do SEER, mas de Open Models em geral.

O desafio é criar estratégias para a conectividade em função de

sistemas eficazes, não só para o gerenciamento de informações, mas também para a facilitação de trabalhos cotidianos rumo à transformação de dados para saberes democratizados e criando redes de comunicação livre (ARAÚJO, 1994). Propor conectividade, no contexto amazônico, é fomentar interligações entre saberes científicos e tradicionais. Entretanto, a criação de infraestrutura de suporte é relevante para fortalecer e dimensionar práticas, visto que a criação de pontos estratégicos em regiões do Baixo Amazonas é uma das principais alternativas para consolidar esse conhecimento.

O acesso à internet não se restringe a equipamentos ou sinal de satélite. É preciso que haja esforços em mudar a cultura local e criar hábitos de incentivo para que comunidades se mobilizem no intuito da consolidação da inclusão digital. Propor sistemas que transmutem conhecimentos para a nova linguagem é essencial em função da concepção de saberes que alarguem estruturas científicas. Almeja-se que existam propostas que fomentem o acesso via equipamentos tecnológicos e suas funcionalidades, instigando usuários a interagirem.

### **Infraestrutura de sistemas de compartilhamento em universidades locais**

Disseminar conhecimentos acerca de softwares livres no âmbito acadêmico-científico dentro de universidades públicas e privadas do Baixo Amazonas é meta fundamental para a efetivação de cadeias de compartilhamento. Trata-se de aprendizado sem barreiras para a troca de ideias. Mas é mister que existem infraestruturas adequadas e conhecimento das estruturas contidas em ferramentas apresentadas na plataforma.

No município de Parintins/AM, encontram-se dois polos universitários públicos e um polo privado: Universidade Federal do Amazonas (Ufam), Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e Universidade Norte do Paraná (Unopar). Essas instituições não oferecem condições ideais, atualmente, para se disseminarem conhecimentos acerca do SEER, o que significa ser relevante a criação de projetos voltados para suporte estrutural. Atualmente, a população acadêmica local, público que mais utiliza ferramentas OJS, não tem sido contemplada com recursos para a disseminação de conhecimentos na plataforma, apesar de as universidades serem corresponsáveis pela viabilização no acesso à internet.

A Ufam, Campus Parintins, apresenta estrutura pouco adequada para incentivo a saberes em torno da plataforma OJS e não detém subsídio organizacional que fomenta desenvolvimentos desse porte.

A academia disponibiliza suporte gratuito de sinal de internet para seu público, mas com baixa qualidade e limitações a sites. E ainda. Percebe-se que acadêmicos têm conhecimentos de baixo porte no que se refere à linguagem tecnológica, requerida para acessos SEER e OJS. Na estrutura interna da Ufam/Parintins encontra-se o Laboratório de Editoração Digital do Amazonas (LEDA), localizado no Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ambientes Amazônicos (NEPAM), recinto de encontro de professores, técnicos, pesquisadores e acadêmicos que compartilham de interesse por produção científica. No laboratório, porém, inexiste estrutura e aparelhagens fidedignas para difundir conhecimento sobre a plataforma OJS, sendo óbvio o hiato de investimentos para melhor atender demandas correlacionadas.

A Unopar tem por meta ser espaço de construção de conhecimento via inovações tecnológicas e desenvolver ações educativas mediadas por uso de tecnologias de informação e comunicação (TICs). Mas apresenta infraestrutura moderada para a consolidação do proposto entre acadêmicos, sobretudo tendo em vista ações que fomentem conhecimentos OJS e SEER. A universidade tem processos de ensino e aprendizagem com base na educação a distância, mediada por TICs, o que em tese favoreceria a formação continuada, o trabalho cooperativo e a interatividade. Entretanto, a Unopar, em face de novos desafios da contemporaneidade, enfrenta dificuldades, pois é falha no quesito habilitação humana para manusear tecnologias, tanto porque OJS e SEER são pautados por sistemas comunicacionais que reorientam a interface professor-aluno, o que dificulta o trato interacional quando não há infraestrutura otimizada.

A UEA, em termos tecnológicos, não está adequada a difundir conhecimentos relacionados a plataformas digitais, dado que, para se disseminar saberes sobre a plataforma OJS e o SEER, há a precisão de táticas embasadas em software livre e, como já afirmamos, de equipamentos tecnológicos e sinal de internet de uso intenso para acesso. Nesses pontos, a instituição mostra deficiências. O campus possui um único laboratório de informática vigente para todos os cursos e o sinal disponibilizado a alunos e docentes é de baixa qualidade, tornando-se problemática a transferência de dados arquivados na grande rede e dificultando a democratização de saberes.

Porquanto, tem-se que o avanço tecnológico surgido nos últimos anos não vem conseguindo espaço dentro dessas três localidades. Entrementes, sendo nosso foco de trabalho a Ufam e voltando às possibilidades de compartilhamento e interatividade da instituição, faz-se aquiescente, em seguida, destacar perspectivas de alteração da universidade para cenários positivos relacionados à conexão e fomento a bases de dados do tipo OJS.

## **Perspectivas para serviços de conexão e fomento a dados OJS**

A necessidade de implantação de softwares livres no Baixo Amazonas torna-se relevante porque há que se observarem recursos que possibilitam a expansão de saberes científicos. Mas, em contrapartida, a democratização para acesso a plataformas dentro de instituições locais manteve-se restrita, modificando percepções de tempo e espaço de usuários, bem como criando grande problemática para a transferência de conhecimentos sob plataformas OJS.

Dentro desse cenário de possíveis medidas para a inserção de novas tecnologias no âmbito amazônico, faz-se relevante análise voltada para vantagens apresentadas em função dessa implantação, tendo em vista que inovações tecnológicas são caminhos para uma nova sociedade habilitada à era digital. Partindo da ideia de que uma das principais vantagens de implantação da plataforma OJS é o baixo custo, faz-se essencial que órgãos públicos e universidades do Baixo Amazonas criem projetos para fomentar a ampliação de redes, sobretudo em face à capacidade de elevação de conhecimentos e funcionalidades.

É presumível a publicação de papers e e-books, isso só para citar esses dois exemplos, através desses mecanismos de divulgação, os quais apresentam ferramentas que possibilitam o compartilhamento de dados e, assim, torna-se um tanto mais viável a disseminação de ciência em espaços acadêmicos e não acadêmicos. Ademais, fortalecer o avanço tecnológico é relevante artifício para alavancar a demanda que comporta novas tecnologias da informação. Nesse caminho, a promoção de padrões de divulgação Open Journal System para facilitar o acesso a conteúdos em ambientes virtuais é algo a ser almejado.

Entretanto, trabalhos dessa monta encontram resistências técnicas de implantação. Esse é o caso da Plataforma Pergamum (PP), de automatização para sistemas de bibliotecas, que enfrenta entraves relacionados à compatibilidade de softwares e programas de execução. A mais recente atualização do Pergamum foi realizada no ano de 2015 na Ufam, ao que consta. Novos implementos e funcionalidades foram realizados e disponibilizados para os servidores da Biblioteca Central da universidade, só que, em um processo ambíguo de atividade relacionada a uma TIC, a PP não está ativada ainda hoje em Parintins, no campus Icsez (polo Baixo Amazonas).

De acordo com a responsável pela Divisão de Tecnologia da Informação da Biblioteca Central da Ufam/Manaus, Ângela Cristina, a nova versão da Plataforma Pergamum não é executável na Ufam de Parintins porque computadores locais funcionam com a versão Windows 7.0 e apenas no Windows 10.0 a nova PP está acessível. Cristina ponderou sobre a incompatibilidade em razão de questionamentos sobre a

demanda e a oferta do produto para a melhoria da comunicação pública. Segundo ela, a proposta do novo Pergamum é inovadora, mas precisa ser acompanhada coletivamente por todos os setores da universidade. “Considero que as TICs agregaram vantagens para o desenvolvimento de atividades e agilidades em processos, como possibilidade de trabalhar em cooperação com outras unidades”, relatou.

Outra plataforma desenvolvida pelo IBICT e instalada na Ufam, a funcionar aos moldes do SEER, foi a Teses e Dissertações (TEDE). A universidade se utiliza desse conjunto de dados para oferecer a discentes e docentes, além do público externo, resultados de pesquisa que culminaram na defesa de mestrados e doutorados em diferentes áreas do conhecimento. A apresentação dos dados é feita de maneira similar ao SEER, onde gratuitamente são disponibilizados periódicos de livre acesso, mas por meio do TEDE a comunidade acadêmica e mesmo quem não é integrado à Ufam enquanto agente acadêmico-científico pode ter acesso e baixar documentos – diferente do SEER.

De acordo com a responsável pelo processo de instalação, a primeira versão do TEDE foi desenvolvida há mais de dez anos, sendo atualizada rotineiramente para facilitar e ampliar o acesso a conteúdos produzidos por acadêmicos. Cristina cita que a nova versão do sistema chama-se TEDE2 e está vigente em todos os segmentos da Ufam, sendo configurada, de igual modo, em um software livre, o DSpace, a permitir o depósito de documentos em formatos de texto, vídeo, áudio e dados não criptografados. Essa é a mesma plataforma utilizada para a criação de Repositórios Digitais de Acesso Aberto.

“O DSpace é utilizado como repositório institucional, desempenhando papel de preservação documental. O sistema apresenta inúmeros benefícios para a divulgação científica, disponibilizando downloads com a versão adequada para leitura” (Ângela Cristina, Pesquisa de Campo, 2016). Segundo Cristina, a execução do projeto TEDE2 toma como base o DSpace, com interfaces e customizações específicas (configurações, modificações de layout e itens de desenvolvimento) para se adaptar às características das teses e dissertações. Para ela, muitos ajustes apresentam-se úteis não só para a tipologia documental restrita, mas para a comunidade em geral.

Quando questionada sobre soluções para adaptar os sistemas, diz que já estão em estudo novas funcionalidades e modificações práticas para a criação de plug-ins compatíveis com o projeto original do DSpace, tornando acessível o uso desse software livre no Baixo Amazonas. Para a Ufam Manaus, o TEDE2 está configurado segundo o Novo Padrão de Métodos da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), em funcionamento na capital. A Ufam de Parintins, porém, continua usando

a primeira versão TEDE, limitando usuários por haver incompatibilidade com a plataforma vigente na instituição.

As TICs apresentam vantagens para agilizar e desenvolver atividades diárias dos bibliotecários, consolidando uma resposta imediata para usuários e possibilitando um trabalho cooperativo com outras unidades que utilizam o mesmo sistema de compartilhamento. Contudo, percebe-se a necessidade de implantar esse software no Baixo Amazonas para auxiliar na catalogação e indexação de documentos por meio desse sistema. Deste modo, instiga-se os profissionais do interior a adaptarem-se a mudanças causadas pela evolução constante no meio tecnológico (Ângela Cristina, Pesquisa de Campo, 2016).

A implantação desse sistema no Baixo Amazonas torna-se fundamental para disseminar produções científicas, pois agrega conhecimentos e torna relevante a ação de profissionais diante de mudanças tecnológicas. O Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Amazonas (SISTEBIB/Ufam) é formado por uma Central e 12 Setoriais. Sete sistemas estão instalados na capital e cinco no interior, sendo responsáveis por atender a comunidade acadêmica e o público externo. O bibliotecário responsável pelo setor de informações técnicas da Ufam Parintins, Judson Muniz, pondera que essas novas TICs (entre elas, o Pergamum) contribuíram bastante para dar suporte ao acesso do SISTEBIB/Ufam.

“O sistema é útil, apesar das limitações por incompatibilidade entres softwares. Facilita o acesso ao acervo e é mesclado por mais de 319 mil exemplares. Tudo isso, podendo ser acessado por outras universidades” (Judson Muniz, Pesquisa de Campo, 2016)”. O SISTEBIB/Ufam oferece serviços de ficha de catalográfica, cuja meta é fornecer dados bibliográficos referentes a obras na construção de teses e dissertações. O Pergamum mantém histórico ativo para usuários com controle de conteúdo solicitado, tornando-se ponto positivo na catalogação.

O bibliotecário pondera que o SISTEBIB/Ufam proporciona treinamentos por videoconferência para a capacitação de funcionários, mas a própria universidade não possui infraestrutura para transmitir cursos/treinamentos que precisem de equipamentos tecnológicos avançados e um sinal de internet de boa qualidade para serem transmitidos. Seria primordial, portanto, e mais uma vez enfatizamos, desenvolver meios adequados de se incrementar esse software localmente, para o acompanhamento de mudanças nas respectivas funções. Segundo o entrevistado, há, sim, a precisão de se obter conhecimentos sobre as plataformas e os softwares livres, mas ainda apenas por iniciativa própria são almejados cursos e treinamentos de atualização. O bibliotecário

questiona o fato de a Ufam pouco apresentar projetos para incentivo à ideia de transferência de conhecimento em torno de mudanças tecnológicas – as quais seriam estratégicas para alavancar a ciência regional.

### **A Revista Eletrônica Mutações**

A Revista Mutações, uma das únicas iniciativas de democratização de saberes via OJS na Ufam de Parintins, com acoplamento no SEER, foi criada no ano de 2010 pelo professor Gerson André Albuquerque, da Universidade Federal do Amazonas. O projeto tem como objetivo disseminar trabalhos produzidos por professores e acadêmicos das instituições vigentes do Baixo Amazonas/AM. Em parceria com a professora Soriany Neves, responsável por apresentar direcionamento para vincular a revista na plataforma Open Journal System, observou-se que o sistema de compartilhamento poderia oferecer diversos e novos espaços de disseminação. Desse modo, surgiu a possibilidade de hospedar a revista em software livre, via bases IBICT, de revistas on-line de todo o Brasil.

A ideia surgiu devido a Ufam ter alguns espaços que poderia ser usados para divulgar publicações decorrentes da interlocução com outros pesquisadores, da troca de ideias. Foi bastante significativo ter sido a primeira publicação científica vigente do interior do Amazonas. Existiam algumas iniciativas em Manaus, mas não tinham periodicidade e não utilizava plataforma SEER. Além disso, através dessa experiência incentivamos a escrita acadêmica e ainda ajudamos a fomentar a criação de outras revistas acadêmicas dentro das universidades em Parintins (Soriany Neves, Pesquisadora-Ufam, Pesquisa De Campo, 2016).

A Revista Eletrônica Mutações, hoje localizada no portal de periódicos da Ufam ([www.periodicos.ufam.edu.br](http://www.periodicos.ufam.edu.br)), funciona com sazonalidade semestral, selecionando trabalhos com características técnico-científicas, explorando temáticas de cultura, linguagem e espacialidade. Suas edições organizam-se também na forma de “Dossiês Temáticos”. A revista tem como objetivo divulgar resultados de pesquisas que, doutro modo, poderiam ficar restritos a âmbitos acadêmicos por não serem veiculados em espaços amparados por sistemas de softwares livres.

Na dinâmica de transferência de dados correlatos a plataformas livres, percebe-se a multidimensão que uma informação on line, de acesso gratuito, possui, tendo em vista, sobretudo, a divulgação da ciência. No processo de construção das edições da revista Mutações necessitou-se de conhecimento técnico referente às linguagens que predominam

no sistema. Segundo o técnico-administrativo Wando Luis, da Ufam/Parintins, para fazer o gerenciamento do portal onde a revista Mutações se mantém hospedada se fizeram imprescindíveis conhecimentos em linguagens Cascading Style Sheets (Folha em Cascata/CSS) e Personal Home Page (Página Pessoal de Web/PHP). Elas são códigos onde se estiliza o layout de páginas, gerando processos de inserção e retirada de conteúdos no portal.

Para que ocorra a transferência de conhecimento, é necessário que os acadêmicos conheçam a linguagem CSS. Até porque dentro desse projeto visual que a Revista Eletrônica Mutações apresenta hoje, o conhecimento que eu tenho referente a esses códigos, sobretudo mesclados aos dispositivos de acesso, possibilita fazer alterações para melhorar a visibilidade no portal de periódicos (Wando Luis, Técnico-Ufam, Pesquisa De Campo, 2016).

Existem etapas para que as edições da revista estejam prontas para acesso. A construção ocorre no Laboratório de Editoração Digital do Amazonas (LEDA), situado no bloco 3, andar superior, Icsez/Parintins. A composição das edições da Mutações, no LEDA, obedece a sistemáticas integradas e sequenciais. No processo inicial de criação, conteúdos são organizados em páginas com elementos gráficos. A diagramação de cada edição segue determinações do webprojeto da revista. Na segunda etapa, ocorre a padronização dos elementos componentes, como tipografias, cores e estilos proporcionais. Na finalização, dá-se a análise completa do conteúdo presente nos textos.

Com a edição finalizada, o técnico apresenta a Revista Mutações na plataforma SEER (online), indicando a perspectiva de acesso. Caso a ação de entrada no SEER ocorra via aparelhos móveis, há a versão mobile, facilitando a leitura de edições. Para que se tenha acesso a conteúdos não é necessário cadastro no sistema. Essa é a terceira etapa, a qual não difere dos pré-encaminhamentos já realizados até a efetivação da visibilidade da publicação.

## Conclusão

Concluimos que a plataforma OJS, enquanto mecanismo de pesquisa e repositório de dados, ao possibilitar maior conhecimento científico auxilia em propostas de base social, fomentando o acesso a dados científicos de pesquisa. Significa que a compreensão de softwares livres trará melhor divulgação a fazeres e saberes compartilhados, o que pressupõe, intrinsecamente, que o acadêmico vá interagir e colaborar com transferências de conhecimento. Nesse âmbito, dá-se o desenvolvimento regional: incentivando a troca de informações e a coletivização de dados científicos (PADOVANI, SPINILLO, GOMES, 2009).

Dentro desse contexto de mudanças tecnológicas nas diversas áreas da comunicação, percebe-se a importância do advento dos softwares livres como suporte à divulgação científica. No trabalho, identificamos formas de viabilizar práticas de disseminação de saberes no contexto do Baixo Amazonas, enfocando a descrição de conhecimentos e apontando desafios que, de certo modo, limitam profissionais que não se adaptam no vasto mundo das TICs.

Em suma, pudemos atestar que o fomento a TICs tende a ser prática de baixo custo e com mais implicações positivas atualmente, com potencial para unir saberes tradicionais a não tradicionais, saberes acadêmicos a saberes nativos, sobretudo no que diz respeito à Amazônia, bioma multidiverso em sociolinguística e sociocultura.

## Referências bibliográficas

ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lucia. Informação, conhecimento e democracia no Capitalismo Cognitivo. In: COCCO, Giuseppe; ALBAGLI, Sarita. Revolução 2.0 e a crise do capitalismo global. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

ARAÚJO, Vânia. Sistemas de Recuperação da Informação: nova abordagem teórico conceitual. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Agosto, 1994.

ARAÚJO, Paula Carina de. O blog “na era da informação” como ferramenta de compartilhamento de informação, conhecimento e para a promoção profissional. Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v.15, n.1, p. 201-213 jan./jun., 2010.

MACIEL, Maria Lucia; ALBAGLI, Sarita. Informação, conhecimento e poder: mudança tecnológica e inovação social. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

MASSARANI, Luisa; MOREIRA, Ildeu. A divulgação científica no Brasil e suas origens históricas. Tempo Brasileiro, v. 188, p. 5-26, 2012.

MOREIRA, Ildeu de Castro. A inclusão social e a popularização da ciência e tecnologia no Brasil. *Inclusão Social*, Brasília, v. 1, . n. 2, p. 11-16, 2006.

PADOVANI, Stephania; SPINILLO, Carla Galvão e GOMES, Ítalo Mata de Araújo. Desenvolvimento e aplicação de modelo descritivo-normativo para análise de websites. *Prod.* [online]. 2009, vol.19, n.3, pp. 514-528. ISSN 0103-6513. doi: 10.1590/S0103-65132009000300009.

PARREIRAS, Fernando e BAX, Marcelo. Gestão de conteúdo com softwares livres. In: *KM Brasil, 2003*, São Paulo. Anais. São Paulo: SBGC - Sociedade Brasileira de Gestão do Conhecimento, 2003. CD-ROM. Disponível em <<http://www.fernando.parreiras.nom.br/publicacoes/pgct166.pdf>>. Acessos em 13 de novembro de 2015.

SEGAWA, Hugo; CREMA, Adriana e GAVA, Maristela. Revistas de arquitetura, urbanismo, paisagismo e design: a divergência de perspectivas. *Ci. Inf.* [online].

ZAMBONI, Lilian. Cientistas, jornalistas e a divulgação científica: subjetividade e heterogeneidade no discurso da divulgação científica. Ed. Autores Associados, 1ª ed., 2001.

# A TEORIA DO RECONHECIMENTO PODE SER UMA TEORIA DA EMANCIPAÇÃO? PROBLEMATIZANDO O LUTA POR RECONHECIMENTO DE AXEL HONNETH<sup>1</sup>

*Ronaldo Tadeu de Souza*

## Introdução

Este ensaio tem três objetivos fundamentais. Primeiro, reconstruir hermeneuticamente os elementos constitutivos da teoria do reconhecimento de Axel Honneth, mais especificamente, reconstruir os conceitos e as estruturas argumentativas que considero as mais importantes de sua obra principal, *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. Segundo, problematizar o conceito honnethiano de conflito moral-social de modo a indagarmos quais as possibilidades dele se apresentar como uma teoria da emancipação – tal como foi formulada pela tradição da teoria crítica desde os primeiros escritos da década de 1930. Terceiro, elaborar proposta de uma teoria do reconhecimento nos moldes honnethianos que se coloque em articulação com a teoria crítica originária (da primeira geração).

## As Fontes do Reconhecimento: a teoria social de Axel Honneth

Axel Honneth é a principal figura da terceira geração da teoria crítica. Seu objetivo foi repensar o projeto intelectual, teórico e político de Jurgen Habermas<sup>2</sup> – de quem foi assistente em Frankfurt entre os anos de 1983 e 1989. Mas quais são os tópicos que alicerçam o programa teórico da terceira geração da teoria crítica? Ou, de maneira mais personalizada, quais os temas da obra de Axel Honneth? A nosso ver, são três: em primeiro lugar ele procura elaborar uma teoria da sociedade e da história baseadas na disputa dos grupos sociais por reconhecimento; em segundo Honneth procura ancorar sua teoria do reconhecimento em bases norma-

<sup>1</sup> Agradeço aos organizadores do I Encontro de Teoria Crítica e Filosofia Política da USP - 2016 a oportunidade de apresentar este texto na mesa sobre terceira geração da teoria crítica. Em especial agradeço aos debatedores do meu trabalho no evento.

<sup>2</sup> No projeto fundador de Honneth estava também repensar os pressupostos da primeira geração da teoria crítica. Crítica do poder respondia tanto ao objetivo de repensar a ética universalista de Habermas como a crítica da modernidade de Horkheimer, Adorno e Marcuse.

tivas profundas da interação entre subjetividades culturalmente postas; e em terceiro lugar procura desdobrar este segundo tema de sua obra na construção de um outro (social) da razão – a compreensão de que os projetos universalistas da ação comunicativa de Habermas apresenta déficits importantes na formulação de diagnósticos críticos em face da configuração de diferenciações de grupos sociais variados (ANDERSON, 2001, p. 11). Como este programa de revisão da obra habermasiana se apresenta em sua estrutura teórica e em seu modelo expositivo?

Ele se apresenta como uma história moral da construção crítica do reconhecimento. Vamos recolocar o conteúdo substantivo desta história e interpretá-lo. Para Axel Honneth as modalidades de autorealização e boa vida dos indivíduos e dos grupos sociais só pode se dar com a percepção cognitiva de que sua identidade normativa é recebida com dignidade moral pelos outros sociais. A teoria do reconhecimento articula, assim, procedimentos de filosofia social assentada em uma eticidade integrativa com uma psicologia moral sustentada por pressupostos intersubjetivos de interação. Respectivamente, Honneth foi buscar em Hegel e Mead os padrões conceituais dos dois tópicos estruturantes da teoria do reconhecimento. A forma de exposição seguida pelo teórico principal da terceira geração segue rigidamente as proposições estabelecidas pelo conteúdo definido da própria teoria do reconhecimento: toda a primeira parte do livro de Honneth é dedicada a reconstruir, normativamente, a filosófica da eticidade integrativa de Hegel e a psicologia moral intersubjetiva de George Mead. Diz Honneth:

Hegel tenta conceber a via pela qual [...] um processo de negações a se repetirem, mediante as quais as relações éticas da sociedade devem ser sucessivamente liberadas das unilateralizações e particularizações ainda existentes [...] que pertinte[m] à eticidade [...] levar finalmente a uma unidade do universal e do particular. Em sentido positivo, isso significa que a história do espírito humano é concebida como processo de universalização conflituosa dos potenciais morais, já escritos na eticidade [...] Hegel fala nesse contexto do vir-a-ser da eticidade (HONNETH, 2003, p. 44).

E mais à frente sobre Mead:

O conceito de “Me”, que Mead emprega aqui para caracterizar o resultado dessa autorrelação originária deve tornar terminologicamente claro que o indivíduo só pode se conscientizar de si mesmo na posição do objeto; pois o Self que entra em seu campo de visão quando ele reage a si mesmo é sempre o parceiro da interação [...] o sujeito [...] do “outro generalizado” (IDEM, p. 130 e 136).

Nos limites do presente ensaio teórico, e nos moldes da inter-

pretação hermenêutica que estou propondo, assim como no quadro dos objetivos que estou tentando problematizar (e perseguir) gostaria de comentar as seguintes construções das passagens acima de Honneth no que concerne a Hegel e a Mead como orientações normativas a uma teoria do reconhecimento. Refiro-me aqui às ideias estruturantes de espírito humano historicamente considerado como evolução conflituosa de potenciais morais que se universalizam e do Self que cognitivamente projeta o si mesmo em constelações morais outras.

Subjacente a estas formulações de Honneth a partir da filosofia social de Hegel e da psicologia moral de Mead, encontra-se o ideário prático-normativo de uma sociedade integradora, vale dizer, as proposições de Honneth acerca de uma teoria do reconhecimento normativamente crítica pressupõe a questão fundamental dos processos de integração moral de indivíduos e grupos diferenciados: é na capacidade do todo social em integrar feixes distintos de cultura que a comunidade e a boa vida podem ser alcançadas.

Com efeito, a teoria do reconhecimento de Honneth, na medida de seu diálogo com o Hegel dos escritos iniciais de Jena e com o Mead do “outro generalizado”, mais do que uma gramática moral dos conflitos sociais, e este é um ponto importante a ser destacado neste ensaio, é uma teoria política da necessidade histórica de recomposição das estruturas sociais e das instituições de integração moral e cultural.

Axel Honneth, em seu estudo esteve consciente, e aqui se manteve fiel à tradição da teoria crítica, de que o desenvolvimento das sociedades modernas capitalistas é constituída por contradições que transformam-se em obstáculos para a emancipação, no fim de seu *Magnum Opus* ele chamava a atenção para as exigências técnicas impostas pela organização do trabalho social nas sociedades capitalistas (IDEM, p. 280) e como estas poderiam prejudicar, e prejudicam, ideais normativos de solidariedade; “a solidariedade de todos os cidadãos” (IDEM, p. 279).

De modo que ao abarcar os horizontes não realizados de “integridade física, integridade social e dignidade” (RAVAGNANI e SILVA, 2013, p. 162) Honneth está buscando no fundo os elementos teóricos e práticos de reconstrução sistemática de uma “comunidade de valores [de] cidadão juridicamente autônomos” em que se derive uma “ideia moderna de solidariedade” (HONNETH, 2003, pp. 278 e 279). Pode-se argumentar que este programa teórico honnethiano esteve presente em toda a segunda geração da teoria crítica – e que o projeto de Habermas está assentado na antecipação substantiva de formas integradas de práticas discursivas que em sua estrutura de interação intersubjetiva e racional desvelem os consensos: e conduzam pelo debate público a deliberações (COLLIOT-THÉLÈNE, 2001, pp. 49-51). É certo que os contrastes entre Habermas e

Honneth, como bem lembrou Joel Anderson (2001, p. 11) não devem ser excessivamente exagerados, pois os dois teóricos sociais críticos constituíram seus programas de investigação tendo como perspectiva princípios universalistas integradores de indivíduos e grupos autônomos; no entanto a angústia de Honneth foi identificar que a teoria da ação comunicativa de Habermas nunca possuiu padrões de justificativa que elucidassem de maneira abrangente e normativa os pressupostos da teoria<sup>3</sup>.

O passo de Honneth é desdobrar sua teoria da integração moral em três modelos de reconhecimento como a justificativa ausente em Habermas: são eles o amor, o direito e a estima social. Dessa forma, a teoria do reconhecimento como teoria da emancipação estabelece como dinâmica conceitual o paradoxo mesmo de que a autoconfiança (o amor), o autorrespeito (o direito) e a autoestima (solidariedade ou estima social) em seu processo realizado de não-realização são os motivos morais da luta e dos conflitos pelo reconhecimento e a boa vida. Que devem ser recuperados, teleologicamente, pela teoria, de sorte a inserir os indivíduos mesmo na comunidade moderna. Diz Honneth:

Mas qual propriedade universal deve ser protegida nos sujeitos juridicamente capazes se define pela nova forma de legitimação a que está ligado o direito moderno segundo sua estrutura: se uma ordem jurídica pode se considerar justificada e, por conseguinte, contar com a disposição individual para a obediência somente na medida em que ela é capaz de reportar-se, em princípio, ao assentimento livre de todos os indivíduos inclusos nela, então é preciso supor nesses sujeitos de direito a capacidade de decidir racionalmente, com autonomia individual, sobre questões morais; sem uma semelhante atribuição, não seria absolutamente imaginável como sujeitos devem ter podido alguma vez acordar reciprocamente acerca de uma ordem jurídica. Nesse sentido, toda comunidade jurídica moderna, unicamente porque sua legitimidade se torna dependente da ideia de um acordo racional entre indivíduos em pé de igualdade, está fundada na assunção da imputabilidade moral a todos os seus membros (GRIFO MEU) (HONNETH, 2003, p. 188).

### Com isto é possível reconstruir a teoria social crítica de Honneth

3 Michael Lowy observa que um dos problemas da teoria da ação comunicativa de Habermas é a crítica à teorização de Max Weber acerca dos processos de racionalização técnica das formas de vida como modelo explicativo da sociedade. Para Habermas, segundo Lowy, uma vez diferenciado aquela de outras formas de racionalidade (a comunicativa, por exemplo) poderia se forjar uma teoria reconstrutiva da modernidade. Assim, Habermas em seu diálogo crítico com Weber solapou de seu sistema teórico qualquer possibilidade de justificativa que poderia partir do próprio suporte conceitual weberiano: o que o ajudaria a sustentar porque a modernidade pode encaminhar outra solução resguardando seus elementos universalistas. Ver, Michael Lowy. Habermas e Weber. In: Michael Lowy e Daniel Bensaid. Marxismo, modernidade e utopia, ed. Xamã.

a partir da ideia de recuperação das proposições integradoras da ordem social; ou seja, a questão que estou propondo para debate, então pode ser formulada nos seguintes termos: como uma teoria do reconhecimento tal como formulado em Honneth, mesmo que apresentando padrões justificativos sistemáticos e abrangentes para os pressupostos normativos (e reconstrutivos), que assenta suas pressuposições teóricas e práticas em uma teleologia controlada acerca da “necessidade” de reconfiguração da integração moral de indivíduos autônomos das comunidades modernas historicamente constituídas, pode ser uma teoria da emancipação social e política?

Colocando nosso problema de outra maneira, como uma teoria social que estabelece que o desvelamento sistemático de uma eticidade por meio da luta e do conflito por reconhecimento pode restabelecer modelos autossustentados de solidariedade e autoestima material – pode estabelecer uma perspectiva teórica e prática de transcendência nos moldes da teoria crítica da sociedade? Minha hipótese é que os elementos da reconstrução de Axel Honneth, malgrado seus esforços teóricos e programáticos, não atentam para os nexos imanentes de reconstituição dos sujeitos da ação política no contexto das lutas sociais – o projeto honnethiano, ao menos em Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais, é fragilizado pela anódina atenção à configuração dialética entre a narrativa das pessoas humilhadas e o ordenamento político-institucional e sócio-institucional. Vejamos como isso se dá no plano da teoria e da prática social.

## O Conflito Social e Moral de Honneth como Não-Conflito

Axel Honneth está situado na tradição da teoria crítica. Como tal existem certos fundamentos que devem estar presentes na conformação daqueles que estão no quadro desta tradição intelectual. Dentre os elementos que dão sentido à teoria crítica podemos lembrar a questão essencial acerca da imanência (diagnóstico) e da transcendência (emancipação); assim, na teoria crítica a relação entre a teoria e a prática social configura-se como ponto nuclear de todo projeto que se diz desta tradição. É que a teoria tem de estar em interação reflexiva e crítica<sup>4</sup> com as experiências, discursos, práticas e formas de vida dos grupos e dos indivíduos oprimidos, do mesmo modo que deve procurar os cenários de superação da ordem social que oprime aqueles (HEIDEGREEN, 2004, p.366). Mesmo existindo modelos distintos de teoria crítica como bem demonstrou Marcos Nobre (2004) todos eles possuem um núcleo intelectual comum: de

---

4 Sobre o caráter ao mesmo tempo reflexivo e crítico da teoria crítica ver, Fred Rush. *Conceptual foundations of early critical theory*. In: *The Cambridge companion to critical theory*, Ed. Fred Rush, ed. Cambridge University Press.

“orientação para a emancipação [este] é o primeiro princípio fundamental da Teoria Crítica” (IDEM). E a teoria do reconhecimento de Honneth a possui, sem dúvida. O que quero neste ensaio, não é contestar o caráter emancipatório e transformador do projeto honnethiano, mas sim problematizar questões que me parecem obscuras: como a que expus a pouco no que diz respeito à estrutura teleologicamente integradora que subjaz à teoria política e social de Honneth.

As dificuldades de Honneth residem na gênese conceitual da integração moral e da solidariedade sócio-cultural que a luta por reconhecimento tem de pressupor – como perspectiva teleológica de autorrespeito e boa vida. Honneth lê nos contextos das sociedades tradicionais a presença de culturas estamentais tipicamente estruturadas; pois os grupos determinados e definidos por status estimam-se “mutuamente como pessoas [...] por força da situação social comum” (HONNETH, 2003, p.202), de tal modo que essa partilha de valores culturais comuns abranja a sistemática do reconhecimento. Ao projetar essa construção teórica na sociedade moderna, mesmo recorrendo à filosofia social de Hegel e à psicologia moral de Mead, Honneth derivou de uma conformação social assentada na divisão social do trabalho assimetricamente informada as possibilidades de reatamento da partilha de valores comuns integradores: e que levaria à emancipação via luta por reconhecimento. Voltarei na terceira parte deste ensaio a discutir a relação entre emancipação e reconhecimento. Neste contexto gostaria de enfatizar que a integração social e a solidariedade moral como estruturas de reconhecimento a serem desveladas nas lutas sociais (o que estou chamando aqui de teleologia controlada) no âmbito das formas modernas de experiência cotidiana ficam fragilizadas como motivos de resistência. É aqui que a teoria da intersubjetivação não é suficiente para mediar a passagem das formas tradicionais de sentimento comum, para modelos pós-convencionais de interação. O próprio reconhecimento dos indivíduos e dos grupos sociais é imanentemente distorcido pela assimetria da divisão social do trabalho; Honneth estava consciente das dificuldades que seu projeto teórico iria enfrentar. As críticas de Nancy Fraser a teoria do reconhecimento como excessivamente baseada na lógica da psicologia moral integrativa – o que implica atenuar as questões da redistribuição material e econômica – são os índices problemáticos a que chegou Honneth no quadro de sua teoria política.

Com efeito, a gramática dos conflitos sociais passa a ser uma gramática do não-conflito. Isto porque Honneth ao buscar por meio da teleologia controlada a integração social e a solidariedade moral nas formas modernas de experiência<sup>5</sup> no horizonte de valores das condições de mo-

5 “[...] a solidariedade tem de entrar no contexto das condições de uma eticidade pós-tradicional não pode ser explicada sem uma referência aos princípios jurídicos [no] horizonte de valores mesmo sob condições da modernidade: visto que os indivíduos precisam se saber reconhecidos

deriedade (HONNETH, 2003: 278), subsume todo o sistema de integração social ao projeto de refundação integrativa (HEIDEGREEN, 2004: 367) de autorrespeito e da boa vida na comunidade de indivíduos autônomos: a circularidade da argumentação não é ocasional. Os prejuízos desta teorização é que é justamente no contexto de opressão e violência do sistema de integração que os grupos, as classes sociais e os indivíduos recobram padrões cognitivos de resistência e rebeldia: a rede de expectativas valorativas por um lado, e a configuração da perda de experiências materiais e culturais por outro é que podem criar as possibilidades efetivas para a ação política dos sujeitos sociais. A “mera” integração social nos termos colocados por Honneth perde sua estrutura axiológica – ganhando ao invés disto aspectos de uma evolução neutra e a-valorativa do reconhecimento. Como impossibilitar que o conflito sócia vislumbrado por Honneth não descarrile em não-conflitos e possa ser de fato uma teoria da emancipação com vistas à práxis?

## Politizando o Social e “Retomando” a Teoria Crítica

A teoria do reconhecimento de Axel Honneth<sup>6</sup> pode se transformar em uma teoria da emancipação (radical, e, porque não revolucionária) se conseguir, por um lado, politizar o social; e por outro, tornar o reconhecimento de grupos desrespeitados politicamente contextualizados (MELO, 2014). Proponho articular de maneira tópica à categoria de reconhecimento honnethiana três momentos da teoria crítica originária<sup>6</sup>: o momento da crítica transcendente de Horkheimer, o momento das formas de experiência dos indivíduos de Adorno, e o momento da ética da revolução de Herbert Marcuse. Antes é preciso justificar esta articulação entre a teoria crítica originária da primeira geração e a teoria crítica do reconhecimento da terceira geração. Como podemos resolver tal problemática? Apresento para isto um excurso sobre a experiência social brasileira acerca da violência.

## Excurso sobre a Violência Policial

A experiência social da família de Cláudia Silva Ferreira foi profundamente desrespeitada e humilhada em março de 2014 pelo Estado brasileiro na figura da polícia militar do Rio de Janeiro. A narrativa de Cláudia

---

também em suas capacidades e propriedades particulares para estar em condições de autorrealização, eles necessitam de uma estima social que só pode se dar na base de finalidades partilhadas em comum.” Axel Honneth. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais, ed. 34.

6 O caso da teoria crítica da segunda geração, sobretudo a teoria da ação comunicativa de Habermas e sua relação com o projeto de Honneth, já é bastante explorado pela literatura. Por deixo-o de lado neste ensaio. Pode parecer arbitrário, mas gostaria mais de testar uma possível articulação ou não da primeira geração com a terceira.

Silva Ferreira no revela o quadro fatal de humilhação social porque passa a mulher negra e trabalhadora no Brasil<sup>7</sup>. Ao sair de sua casa em Madureira na manhã de domingo para comprar pão para seus quatro filhos, Cláudia de 37 aos, auxiliar de serviços gerais foi morta com dois tiros no pescoço por atores representantes do Estado constitucional brasileiro – a polícia militar carioca. O drama social de desrespeito na narrativa e na experiência de Cláudia torna-se mais evidente ao verificarmos que esta mulher saiu de sua residência “no domingo de manhã para comprar pão e mortadela [...] carregava na mão três notas de R\$ 2 e um copo de café. Disse aos filhos que voltaria rápido” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2014: C4). Após caminhar 20 metros, acenou para uma colega de bairro e de experiência social e levou dois tiros: nas costas e no pescoço. Colocada dentro do porta-malas da viatura policial seu corpo foi arrastado no assalto por 250 metros pelos representantes do Estado; os subtenentes Alex Sandro Alves e Rodney Archanjo e o sargento Alex Sandro Alves. Em nota divulgada o secretário de Segurança, José Mariano Beltrame repudia a atitude dos policiais.

Com efeito, a justificação normativa da articulação que estou propondo pode se valer da leitura imanente da experiência social descrita há pouco. A violência estatal que descrevemos produz níveis tão profundos de desrespeito e humilhação que o processo mesmo de integração social e solidariedade moral se faz “inviáveis”. As estruturas de antecipação que Honneth busca nas sociedades convencionais para projetá-las, intersubjetivamente, na modernidade (pelo meio jurídico-institucional) pode ser uma construção com “potencial explicativo” (MELO, 2014: 30) de entendimento da situação e das condições de não-reconhecimento, mas é pouco provável que possa ser uma teoria da emancipação se não for complementada com entidades conceituais tópicas da teoria crítica originária. Somente a interpretação dos componentes da integração e da solidariedade (amor, direito, estima) não é suficiente para a emancipação; as próprias formas de vida dos grupos e indivíduos, no contexto de formação das sociedades modernas estão estruturalmente destituídas de componentes de integração – como verificamos em nosso excursus. O horizonte honnethiano do reconhecimento precisa ser complementado<sup>8</sup> por suportes teóricos que potencializem o próprio programa crítico

7 Poderiam ser narrados outros casos da experiência de não reconhecimento e de extirpação da estima social de indivíduos na sociedade brasileira em decorrência da violência física praticada pelo Estado na figura de sua polícia militar. O caso de Amarildo é talvez um dos mais exemplares a este respeito. No quadro da teoria do reconhecimento de Honneth a pesquisa empírica sobre a violência policial praticada contra grupos específicos no Brasil seria um aporte significativo para estabelecermos diagnósticos críticos e emancipatórios. Os recentes livros publicados de crônica (e as próprias crônicas publicadas na imprensa diária) por ensaístas brasileiros são um material de pesquisa frutífero para captarmos as mais variadas formas de experiência social no cotidiano dos grupos oprimido com vistas ao reconhecimento emancipatório. Ver sobre isto: Maria Rita Kehl. 18 Crônicas e mais algumas. Ed. Boitempo.

8 Em entrevista concedida ao germanista José Galisi Filho em 2001 Honneth, mesmo com al-

do reconhecimento. Isto não quer dizer que Luta por reconhecimento: gramática moral dos conflitos sociais não dê indícios das necessidades estruturais de complementação vis-à-vis à emancipação. Honneth esteve consciente dos processos “de angústia” (2003, p. 273) e de “violência física” (IDEM, p. 278) que bloqueiam “a integridade pessoal não somente na experiência do amor” (IDEM) e de que questões de “infração de expectativas de reconhecimento” (IDEM, p. 258) poderiam levar à resistência social e à rebeldia – (mas, é sintomático que Honneth dedique apenas as últimas 20 páginas de seu estudo a estas questões). É que sua própria teleologia controlada identificada nos laços de integração nas sociedades convencionais projetada na modernidade, mesmo que mediada pelas filosofias intersubjetivas de Hegel e Mead, turvaram os elementos de emancipação que irrompe das experiências dos grupos e indivíduos – tal como descrevemos no excursus. Assim, a proposição de Horkheimer no texto de inauguração da teoria crítica, bem como as intervenções de Adorno em seus cursos introdutórios de sociologia e os feixes de transformação que surgem na ética da revolução de Marcuse podem solucionar pontos importantes da teoria do reconhecimento de Axel Honneth. É claro que isto deve ser feito de modo controlado, respeitando o estatuto da teoria crítica – que sempre se pautou pela apresentação de diagnósticos da realidade, a imanência por assim dizer.

A teoria honnethiana do reconhecimento ganharia potenciais emancipatórios se incorporasse em seu quadro de referência conceitual a noção horkheimeriana de práxis transformadora, vale dizer, é na percepção da cisão das formas de vida social que a existência reificada dos indivíduos passou a incorporar é que a teoria do reconhecimento poderia ampliar sua capacidade de transformação. Dessa forma, na própria constituição da atividade sócia dos indivíduos e das classes é que pode irromper aquilo ao qual Honneth, de maneira breve, identificou como rebeldia pelo reconhecimento. Ora a luta pelo fim da irracionalidade e da dilaceração social (HORKHEIMER, 1973, p. 145) em sentido abrangente e tendo como diagnóstico as violências físicas praticadas no processo de formação das sociedades modernas: são modos constitutivos de reconhecimento que se articulam com criatividade à gramática moral do reconhecimento honnethiano. É preciso, com efeito, politizar com radicalidade os afetos morais se quisermos reconhecimento de fato. No entanto, a estipulação

---

gumas ponderações e nuances, estava já ciente das necessidades de complementação de sua teoria. Na entrevista ele disse “Isso não significa se deixar “conduzir” diretamente pelos legados de mestres como Habermas e Adorno, tampouco buscar uma “recomposição” dessa herança, mas precisamos considerar hoje o debate social na Europa e no mundo e, por meio de novas metodologias, buscar nosso próprio caminho e abrir novas perspectivas, nas quais aquelas velhas orientações sejam preservadas, sobretudo nesse espírito interdisciplinar da pesquisa, a saber, a investigação e a pesquisa de desenvolvimentos conflituosos e dos paradoxos da modernização capitalista” (grifo meu). Ver: Axel Honneth. A Escola de Frankfurt: a nova geração. Entrevista a José Galisi Filho. Jornal Folha de São Paulo Suplemento de Cultura Mais!, 2001.

do quadro de práxis social identificado pela imanência da dilaceração dos grupos oprimidos pode não ser suficiente se nós não possuímos uma metodologia crítica estruturada que nos permita adequar os objetos sociais ao espectro de reconhecimento. É bem verdade que Honneth ao propor sua teoria da integração moral travejada pela evolução intersubjetiva vias a filosofia sócia de Hegel e a psicologia moral de Mead estava preocupado com aspectos metodológicos do programa de reconhecimento, mas é certo também que não estava no núcleo do programa a adequação aos objetos sociais de investigação de que fala Adorno em Introdução à sociologia<sup>9</sup>.

Assim, para o último Adorno uma teoria crítica emancipatória só seria possível se incorporasse uma sociologia dos princípios da socialização (ADORNO, 2007, p. 112). Que dizer: a emancipação só se tornaria factível se conseguisse abarcar em seu diagnóstico o conhecimento de como a essência do social e suas contradições se manifestam nos fenômenos mais sensíveis da interação cotidiana (como no excuro que apresentamos expressa todo o caráter de desprezo que a sociedade brasileira tem por determinados grupos). A intersubjetividade normativa de Honneth ganhará radicalismo metodológico e prático, na medida em que puder verificar com precisão que a integração social na modernidade é bloqueada justamente porque há uma “extensão da sociedade ao âmbito dos indivíduos [...] no sentido das lutas de classe” (ADORNO, 2007, pp. 274 e 277).

Neste contexto de justificação normativa de articulação entre a teoria crítica originária e a teoria do reconhecimento de Honneth com vistas à emancipação, mais precisamente uma teoria radical da emancipação social (transcendência), gostaria de inserir o debate marcusiano acerca da ética da revolução. Qualquer teoria do reconhecimento que esteja arraigada no quadro substantivo da teoria crítica, sobretudo tendo a percepção abrangente das situações de luta dos grupos oprimidos e desrespeitados hoje, precisa incorporar a perspectiva da ética da revolução como teorizado por Herbert Marcuse em 1964. Aqui: legitima-se a revolução como dinâmica que pode instaurar uma sociedade livre e feliz – uma sociedade de indivíduos com liberdade e felicidade. A ideia básica de Marcuse é que a constelação histórica que torna as condições de vida dos grupos oprimidos imorais e repressivas (novamente como vimos no nosso excuro), cria ao mesmo tempo a práxis imanente em que pode irromper o desejo de liberdade e felicidade (MARCUSE, 1997: 142); a ética da revolução como contragolpe ao desrespeito e a humilhação se justifi-

<sup>9</sup> O curso de introdução à sociologia foi o último curso apresentado de Adorno no Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt. Neste curso o último Adorno está preocupado com os processos reais da experiência que não estão evidentes. Como afirma Gabriel Cohn: “trata-se de ficar atento àquilo que acontece de miúdo, de aparentemente secundário, na existência corrente da sociedade [...] trata-se da ênfase no tratamento da questão das formas de experiência social”. Ver: Gabriel Cohn. A Sociologia como Ciência Impura. In: Theodor Adorno, Introdução à Sociologia, ed. Unesp.

ca normativamente, na medida em que ela pode por um lado introduzir conteúdos estratégicos ao reconhecimento honnethiano, e por outro, ela se transforma no próprio estatuto formal da luta por reconhecimento com vistas à emancipação. Honneth estava e muito provavelmente ainda esteja consciente das lacunas e dificuldades de seu projeto intelectual e político, pois as “formas de reconhecimento do amor e de uma relação jurídica desenvolvida [...] [ou] pressupõem transformações na realidade econômica e social ou se [...] mantém compatíveis com as condições de uma sociedade capitalista” (HONNETH, 2003, p. 280).

Os teóricos do reconhecimento na contemporaneidade, em sua busca da emancipação abrangente ao proporem a reconstrução dos sujeitos políticos da ação e das lutas sociais – devem articular elementos tópicos da teoria crítica originária da primeira geração com a teoria do reconhecimento de Honneth e seus potenciais críticos. Como consideração final, sugiro que não deixemos o sujeito principal de meu excursão aguardando – ele espera por essa articulação...

## Referências bibliográficas

- ADORNO, Theodor. Introdução à Sociologia. São Paulo. UNESP, 2007.
- ANDERSON, Joel. A Opressão Invisível. In: Suplemento de Cultura Mais! Jornal Folha de São Paulo (Traduzido do Intellectual History Newsletter), 2001.
- COHN, Gabriel. A Sociologia como Ciência Impura. In: Theodor Adorno. Introdução à Sociologia. São Paulo. UNESP, 2007.
- COLLIOT-THELÉNÈ, Catherine. Habermas, Weber e Marx: Revista Crítica Marxista, nº 12, São Paulo, 2001: 41-58.
- HEIDEGREEN, Carl-Göran. Recognition and Social Theory. In: Acta Sociological, vol. 47, nº 4, 2004: ??
- HORKHEIMER, Max. Teoria Crítica e Teoria Tradicional. In: Coleção Os Pensadores. São Paulo. Abril, 1973.
- HONNETH, Axel. A Escola de Frankfurt: a nova geração. In: Suplemento de Cultura Mais! Jornal Folha de São Paulo, 2001.
- \_\_\_\_\_. Luta por Reconhecimento; a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo. 34, 2003.
- KEHL, Maria Rita. 18 Crônicas e mais Algumas. São Paulo. Boitempo, 2011.
- LOWY, Michael. Habermas e Weber. In: Michael Lowy e Daniel Bensaid. Marxismo, Modernidade e Utopia. São Paulo, 2000.

MARCUSE, Herbert. Ética da Revolução. In: Herbert Marcuse. Cultura e Sociedade vol. 2. São Paulo. Paz e Terra, 1997.

MELO, Rurion Soares. Da Teoria à Práxis? Axel Honneth e as lutas por reconhecimento na teoria política contemporânea: Revista Brasileira de Ciência Política, nº15, 2014: 18-36.

NOBRE, Marcos. A Teoria Crítica. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 2004.

RUSH, Fred. Conceptual Foundations of Early Critical Theory. In: The Cambridge Companion to Critical Theory. Ed. Fred Rush. Cambridge. Cambridge University Press, 2004.

SILVA, Helio Alexandre da e RAVAGNANI, Herbert Barucci. Estruturas e Fundamentos Sociais: a leitura honnethiana de Habermas: Revista Trans/formação, vol. 36, 2013 (2): 155-178.

### **Bibliografia Adicional**

Jornal Folha de São Paulo. Caderno Cotidiano, 18 de Março de 2014.

# **A CAPOEIRA E AS INTERPRETAÇÕES EUGÊNICAS E RACIAIS NO SÉCULO XIX**

*Tharcisio Santiago Cruz*

## **Introdução**

No século XIX, o discurso e o entendimento de uma sociedade positivista estava em evidência. Grupos humanos que por algum motivo não se enquadravam no modelo de sociedade proposta por Augusto Comte, ou seja, de sociedade positiva, estariam sujeitos a um olhar mais detalhado da ciência. Sociedade, etnias e comunidades estavam mais próximas de serem vistas segundo modelos classificatórios, e como tais, a partir de classificações eugênicas e raciais, muitas destas permanecem vivas na memória social, ou seja, no argumento da eugenia segundo defesa das teses de Francis Galton (1892) sobre a “melhoria das qualidades genéticas e raciais” nas sociedades humanas, e o de raça como interpretação de um modelo de darwinismo social. No artigo, discutimos o impacto de tais modelos sobre a atuação do capoeira e capoeiristas no período citado.

Pretendeu-se sublinhar o funcionamento de discursos e práticas protagonizados pelo campos político-científico e seus representantes e expoentes. Estes defensores de racionalidades científicas e políticas semelhantes foram notados nas relações sociais entre grupos de poder e atores de determinadas camadas sociais, como a dos capoeiras em suas comunidades.

### **A capoeira e o fenômeno social da capoeiragem**

Propomos apresentar aqui a capoeira, esta arte e luta, forjando o fenômeno social capoeiragem, o que demanda a reflexão sobre o fenômeno social da capoeira no período de Dominação Colonial Portuguesa, aliado ao questionamento sobre quem é este ator social alvo de tipificações desde o Brasil monárquico, entre 1808 a 1890, até o início da República. Períodos estes contemplam fatos marcantes do século XIX, como a vinda da família real portuguesa para o Brasil, bem como a promulgação de inúmeras leis que afetarão os capoeiras e suas comunidades.

Os capoeiras do Brasil monárquico foram alvo de inúmeras e marcantes tipificações. Tal fator contribuiu para a configuração de uma imagem da sociedade brasileira sobre esta atividade no século XX, e percebe-se aos poucos o processo de constituição de um tipo social, o capoeira, como tantos outros exemplos: o sambista, o caboclo, o tabaréu,

o gaúcho, o sertanejo.

Na percepção da sociedade brasileira sobre o capoeira como “tipo social” se sobrepôs uma densa carga de preconceitos, sendo estes de caráter médico (raciais, eugênicos), político, jornalístico, jurisdicional de classes sociais dominantes etc. Se configuraram discursos com o objetivo de definir e contribuir para disciplinar ou criminalizar o capoeira, contudo este conseguiu elevar a arte também à categoria de luta marcial, prática desportiva, atividade cultural e luta política.

É possível perceber o universo de atuação dos capoeiras no século XIX, período em que a prática conseguirá construir um alto nível de organização, técnica de luta e atuação, através das denominadas Maltas<sup>1</sup>, e ao mesmo tempo enfrentará investidas por parte do status quo da época, culminando com a criminalização de sua prática determinada no Código Penal<sup>2</sup> da República de 1890.

Antônio Simões (1996) argumenta que a repressão aos capoeiras é intensa entre os anos de 1830, apesar de não estar ainda sistematizada no Código Penal. Ao se demonstrar em ruas e praças públicas o exercício de agilidade e destreza corporal, conhecido pela denominação capoeiragem, constata-se que já existia preocupação do sistema policial em registrar e determinar que criminosos na época em sua maioria seriam praticantes da capoeira. Documentação e registros policiais, o Código Civil de 1830 e o Código de Postura de 1838 do Rio de Janeiro, segundo o autor, deixam transparecer a existência de um conflito racial inerente a sociedade escravista (SIMÕES, 1996, p.60).

Para o autor a repressão tornou-se mais intensa, paralela ao período do final da monarquia, momento em que os capoeiras têm uma presente atuação em movimentos políticos, principalmente representados pelas Maltas de capoeiras e definem sua prática como “[...] um fenômeno cultural de grande importância no que concerne às expressões de resistência dos escravos urbanos na cidade do Rio de Janeiro no século XIX” (SIMÕES, 1996, p.60).

Pesquisas sobre o “Negro” elaboradas por Raimundo Nina Rodrigues, Sílvio Romero e João Ribeiro, principalmente estudos sobre medicina legal<sup>3</sup>, coadunam-se a inúmeras tentativas de classificação

1 Definição de Maltas “Grupos organizados...com líderes organizados, hierarquia interna,”territórios” demarcados, competiam entre si, travando batalhas pela posse destes territórios e cometendo atos de violência (raramente roubos). Eram o flagelo da polícia e o terror das classes brancas superiores...” (HOLLOWAY, p. 33, 1990.). Sobre as Maltas, Libano citando descreve” as atividades das maltas e sua técnica específica de luta fizeram da capoeira o esforço mais persistente, e talvez mais bem sucedido, dos afro-brasileiros urbanos para estabelecer um espaço social, uma área de atividade que pudessem controlar, usada em seu proveito segundo suas próprias condições, excluindo os de fora” (p.50). Holloway Thomas. H. Polícia no Rio de Janeiro. 1990.

2 O código penal proibia e considerava crime a pratica da capoeira de todas as formas. Tipificava os capoeiras de “Capítulo- XIII.” Dos vadios e capoeiras. Trata-se do último capítulo do código.

3 O termo medicina-legal, constrói uma relação marcante e intervencionista de duas áreas de poder, a medicina (psiquiatria) o direito, o discurso médico-legal do século XIX.

étnica e estética dos “Negros”. No caso de Nina Rodrigues, suas definições contaram com a colaboração do método do estudo “comparativo” sobre as culturas africanas e suas sobrevivências no Brasil.

Os esforços realizados pelos poderes monárquico e republicano para controlar os capoeiras nos aproximam dos argumentos de Michel Foucault (2008), referentes ao fato de que o Estado precisa lidar com um tipo de “criminalidade” dentro dos limites social e economicamente aceitáveis. Para tanto são criadas leis, mecanismos de vigilância e correção, além de atos legislativos e judiciários, bem como técnicas adjacentes, policiais, médicas e psicológicas, que são de domínio da vigilância, do diagnóstico e da eventual transformação dos indivíduos em seres dóceis.

## A psicopatologia de Nina Rodrigues e a noção de raça

Raimundo Nina Rodrigues, em *Os Africanos no Brasil* (2010), define a escravidão e seus desdobramentos como um problema de negro no Brasil. Ele foi um dos defensores da interpretação eugênica a respeito da presença africana e de descendentes no país, afirmando e reafirmando discurso centrado na temática da raça, uma noção em evidência no século XIX. Constrói o autor discursos alicerçados em procedimentos médicos, clínicos e, portanto, científicos, sobre suas teses de eugenia, enfatizando o seguinte argumento: que na América latina, principalmente no Brasil, a raça negra predomina pela superioridade numérica, tendo sido incorporada à população local por ampla mestiçagem e esta constitui-se em uma fraqueza na composição da população do país. Está implícito, segundo Nina Rodrigues, o fenômeno da degenerescência dos brasileiros.

Tem-se em Nina Rodrigues um ferrenho defensor de argumentos da eugenia e um amplo utilizador do critério de raça para estudos e definições sobre a população negra no país, dado que empreendeu significativas pesquisas sobre as origens étnicas de africanos trazidos para o país, conseguindo de certa maneira detalhar números, regiões da África e grupos étnicos originários deste continente<sup>4</sup>.

Em *Os Africanos no Brasil*, os denominados “negros maometanos no Brasil tiveram papel central no fenômeno das guerras santas dos Malés, que podemos entender como uma forma de luta dos escravos da Bahia no século XIX. Nesta luta, esteve presente a composição étnica e ela foi fundamental, com destacada atuação dos Haussás, nos anos de 1807, 1809, 1813 e 1816; e dos Nagôs em 1826, 1827, 1828, além de 1830 a 1835. Este fenômeno religioso islâmico demonstra o nível de sofisticação das organizações religiosas dos grupos étnicos na Bahia.

De acordo com Ajayi (2010) as comunidades africanas não eram isoladas, com raras exceções. No século XIX, seu sistema político e econômico permitiu o aprimoramento e a troca de inúmeras técnicas:

<sup>4</sup> As designações populares de Nagô, Mina, Angola, Moçambique, etc., conservam, para o vulgo como para o letrado, o rigoroso valor sinonímico de Negro da Costa, ou Africano.

agrícolas, pastoris e de pesca. Na Tunísia da época, havia todo um sistema agrícola organizado que ligava os diversos grupos étnicos locais. A diversidade dos solos, das tradições familiares, individuais e diversas técnicas tinham como efeito a diversidade das culturas. O cultivo do solo, a fabricação artesanal e a criação de animais. Tudo isto já era pertencente às culturas dos povos africanos.

Afrânio Peixoto, na apresentação de *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*, resume o pensamento científico do século XIX<sup>5</sup>, no tocante a temáticas de raça, eugenismo e psicopatologia. Para o autor, Nina Rodrigues teve inserção no meio científico da medicina legal, foi articulista no *Jornal do Comércio*, publicou na Academia Nacional de Medicina/RJ e na *Société Medician de Psychologique*, de Paris. Afrânio Peixoto se reporta a Nina Rodrigues como médico legista no século XIX que detinha a palavra no tocante a perceres e discursos sobre a temática da psicopatologia.

Em *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*, Nina Rodrigues expõe, por exemplo, como compreende a temática ante grupos humanos brasileiros, segundo elementos psicomorais, expondo um pensamento crítico ao caractere de igualdade do código penal brasileiro, por considerar a condição das “raças inferiores” inaptas ao tratamento igual perante a lei, a partir de argumentos de suas deficiências: psíquicas e morais. Neste período, ainda não está clara a noção de população brasileira.

Couto de Magalhães (2006) descreveu o indígena como um problema de “mistura” para a população branca brasileira em específico, citando o exemplo do fenômeno nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul, locais onde há forte presença de população mestiça. Ele faz referência à diferença em outras regiões, como no Nordeste. Ele pontua o seguinte questionamento: “qual será o resultado em relação à pele humana d’esta fusão de sangue, operada em tão alta escala no imenso cadinho da América?”. Considera o autor elementos de ordem psicológica, geográfica e racial para propor a tese de que a aclimação seria a resposta para que o Brasil, país intertropical, comportasse questões postas pela ciência e pelo poder político da época. Ele exemplifica que “o negro resiste melhor ao calor do que o branco” (p. 13) e procura entender isso como uma resposta ao enfraquecimento e à diminuição da “raça branca” no país.

Para Anselmo da Fonseca (1887), como intérprete das ideias positivistas de Augusto Comte e Herbert Spencer, em clara defesa às interpretações positivistas sobre as diferenças dos povos, notava-se a

---

5 Redigiu por muito tempo a *Gazeta Médica da Bahia*, a *Revista Médico-legal*, e colaborou no *Brasil-Médico*, na *Revista Médica de S. Paulo*, nos *Archivos de Criminologia de Buenos Aires*. Colaborou ainda com intuições da época, como a *Escola Criminalista* e a *Escola médico-legal francesa*.

escravidão no Brasil na perspectiva da evolução biológica, apesar daquele ser crítico às interpretações de aclimação. Ele explicaria “o estado psicológico do brasileiro, victima dos erros mais grosseiros, do dogmas mais obsoletos, antiquados e retrógrados” (FONSECA 1887, p. 83) “para defender causas morais no contexto das populações locais, principalmente indígenas e escravas.

Libano (1998) analisa artigos de jornais do Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX e a atuação dos capoeiras na cidade, expondo que eles já eram considerados um problema. “E a predileção pela navalha era o principal motivo de preocupação pelos ‘homens de bem’ da cidade” (LIBANO,1998, p. 4); a preocupação também se justificava pela própria precariedade da segurança pública da época.

Os capoeiras e a capoeiragem tornaram-se principais destaques nas páginas de jornais, juntamente com grupos sociais subalternos de estrangeiros, mendigos, prostitutas, malandros, arrombadores, assaltantes, ratoneiros e jogadores. De todos esses tipos sociais descritos, o destaque era dado aos capoeiras, principalmente no Jornal Correio da Tarde: “[...] o tipo social da praticante capoeira no século XIX, que assolava a corte imperial nas primeiras décadas da independência e da monarquia, era um agente do que denominamos Capoeira Escrava<sup>6</sup>” (LIBANO ,1998, p.5).

Luís Edmundo (2000), em *O Rio de Janeiro no tempo dos vice-reis (1763-1808)*, traça um panorama da cidade no período de chegada da Corte Portuguesa ao Brasil e ressalta a política de intendentes e governadores, que visavam “limpar a cidade” não apenas dos dejetos, mas queriam varrer as ruas e demolir as casas também no sentido de remover grupos ou “raças infames, como judeu, mouro, cristão-novo, mariola, rameira, mendigo, degredado... É uma mescla de gente mais ou menos escura” (EDMUNDO,2000, p. 36).

Além de outros grupos, como os africanos, principalmente os de Benguela e Moçambique, e os caboclos, neste conjunto também são citados os capoeiras, assim descritos: “Mostra um capote vasto de mil dobras, onde a sua figura escanifrada mergulha e desaparece, deixando

<sup>6</sup> Carlos Eugenio Libano, argumenta este modelo devido aos aspectos “o sentido da noção de Capoeira Escrava não foi forjado para definir uma pratica cultural excludente de negros libertos ou livres, mas sim uma tradição rebelde que tinha fortes raízes escravas, que davam seu recorte, e seduziam aqueles de outra condição social e jurídica, por sua maneabilidade e resistência” (p. 6), a capoeira segundo o autor só pode ser compreendida dentro de sua condição de escrava. Com relação aos capoeiras, que eram? De acordo com Libano, a denominação primeiramente dos africanos capoeiras, é que estes representavam “nações” africanas na capoeira escrava” no século XIX, não estavam organizados os africanos por etnias, os escravos representavam em maioria, além de quilombolas, “criolos” ou brasileiros, (p. 53), entre os anos de 1810, a capoeira era praticada em sua imensa maioria dos escravos, o que demonstra o relação entre escravidão e capoeira, praticava-se uma capoeira escrava, ou seja os escravos, urbanos e rurais, aprimoravam uma forma de luta contra o regime. Segundo Libano, “a comunidade escrava do mundo urbano, tal como sua igual no meio rural. Se socializava frequentemente, principalmente nos momentos de perigo e perseguição pelos agentes da ordem escravista” (p. 59).

ver apenas, de fora, além de dois canelos finos de ave pernalta, uma vasta, uma hirsuta cabeleira. Fala forte. Gargalha. Cheira a aguardente e discute. É o capoeira”(EDMUNDO ,2000, p. 48).

A vinda da Corte Portuguesa em 1808 marcará profundamente a vida do capoeira na cidade do Rio de Janeiro. Para Gilberto Freyre (2012), é evidente a tipificação do “escravo” presente no conjunto de anúncios de jornal, como o Diário de Pernambuco, dentre outros<sup>7</sup>, nestes anúncios são ressaltadas qualidades de trabalhos dos escravos, além de “qualidades biológicas” e caráter social, como: “Vende-se na rua do Sebo, casa nº 24, nos dias úteis, das 4 às 6 horas da tarde, uma negra crioula, idade 25 anos, parida há 10 meses, com leite, sem cria, cozinha, faz doce, engoma, cose” (Diário de Pernambuco, 29 de setembro de 1859).

Segundo Freyre, eram expostos os defeitos físicos, as fraquezas, a idade e a quantidade de filhos. Os anúncios expunham de forma evidente escravos como verdadeiras mercadorias a serem compradas e vendidas. Estes anúncios retratam também as interpretações eugênicas a respeito dos escravos no Brasil no período do império e ressaltam como fatores: “na grande maioria, de causas nitidamente sociais e brasileiras, o excesso de trabalho em plantações e em casas burguesas, a má alimentação e as más condições de vida nas senzalas, os castigos, os vícios, os acidentes de trabalho e a precocidade no esforço bruto”. Reconhece Gilberto Freyre o efeito da exploração escrava para além de qualquer explicação fundamentada na eugenia.

Em *Casa Grande e Senzala* e em *Sobrados e Mucambos*<sup>8</sup> o autor se refere à capoeira como a um modelo do meio rural, a partir da luta em defesa dos trabalhadores escravos nas fazendas do nordeste brasileiro, onde principalmente já se construíam argumentos a respeito das discussões sobre eugenia, transparecendo seu contato com as ideias de Franz Boas no que tange à relação entre conceitos de raça e cultura e a termos como: eugenia, cacogenia, seleção eugênica, caracteres hereditários.

Em sua maioria, tais interpretações eram embasadas em argumentos dos defensores destas teses para explicar e categorizar populações negras, indígenas e miscigenadas do mundo. O próprio Gilberto Freyre, no parágrafo seguinte, se reporta de forma semelhante,

---

7 Eram vários os jornais que faziam este tipo de anuncio no século XIX, “O certo é que os anúncios de negros fugidos, no Jornal do Comércio, do Rio, no Diário de Pernambuco, no Diário do Rio de Janeiro em outras gazetas brasileiras do tempo do Império”). Para se ter uma ideia nos nomes dos capoeiras, comuns antes de 1850, todos escravos: Antônio Songo; Manoel Angola; José Congo; Francisco Benguela, Diogo Mina; Bento Congo; Bernardo Mina; José Benguela (este capoeira muito conhecido por suas lutas em 1819).

8 - No livro, Gilberto Freyre, menciona outros tipos sociais e ressalta o caráter de técnica do capoeira, “Porque as precissões com banda de música tornaram-se o ponto de encontro dos capoeiras, curioso tipo de negro ou mulato de cidade, correspondendo ao dos capangas e cabras dos engenhos. A capoeiragem incluía, além disso, uma série de passos difíceis e de agilidades quase incríveis de corpo..”

sendo que o autor, como um dos representantes da intelligentsia brasileira da época, ainda está envolto aos argumentos de superioridade da “raça” branca sobre as demais.

Joaquim Nabuco, em Discurso aos Artistas do Recife no Campo das Princesas - 29 de novembro, de 1884, falando para artistas e intelectuais pernambucanos sobre o tema da escravidão, em tom eleitoral, assimila o escravo como trabalhador e comenta: “Para isso, o primeiro passo é abolir a escravidão. Escravidão e trabalho<sup>9</sup> repelem-se tanto como escravidão e liberdade. O que é a escravidão senão o roubo do trabalho e a degradação, desde o berço, do trabalhador?” Para nosso estudo é válido lembrar que o capoeira era também um trabalhador, rural, urbano, submetido aos piores serviços e trabalhos, não utilizando seu tempo somente com a prática da capoeira.

Nos reportamos a Frantz Fanon, nesse sentido, para tematizar o conflito existente entre capoeiras e poder imperial, principalmente a guarda imperial e posteriormente a polícia. Também é preciso ressaltar os conflitos existentes entre os próprios grupos de capoeiristas, principalmente representados pelas Maltas nas disputas por domínio de territórios, os quais também tornaram-se presentes no universo da capoeira.

Fanon (1968) nos apresenta uma sociologia da luta. Apesar de ter construído uma rica experiência no processo de revolução argelina, o autor nos possibilita a análise também sobre o conflito interno entre os capoeiras, notando-se a luta através e pela capoeira contra poderes estabelecidos na época. Tanto Fanon quanto Bourdieu viveram e interpretaram modelos de experiências colonialistas “como um sistema de dominação em que o que prevalece é a violência”.

Para Fanon “o colonialismo desumaniza o nativo e o mundo colonial é um mundo dividido em compartimentos” (FANON, 1968, p. 27)”. O autor se refere à experiência da descolonização e destaca que o mundo colonizado possui uma linha divisória, ou seja, os quartéis e delegacias de polícia<sup>10</sup>. Este é o interlocutor legal que estabelece o “diálogo” entre colonizador e colonizado, e seu porta-voz é o soldado. No universo da capoeira, os capoeiras enfrentaram problemas semelhantes: repressão, prisões, deportações e perseguições em Rio de Janeiro, Salvador, Recife e São Luiz, experienciando a necessidade da existência e da sobrevivência, via violência e enfrentamento da sociedade colonizadora.

Em Fanon, “este é um mundo cindido em dois, habitado por

---

9 “... o trabalho manual que existe em nosso país é quase todo de descendentes de escravos, de homens em cujo sangue cristalizou algum sofrimento de escravo. Ora, vós sabeis que a escravidão passa de geração em geração: que ela força os músculos da primeira, paralisa os movimentos voluntários da segunda, enerva o coração ou deprime o cérebro da terceira, e assim por diante. ( 136)

10 O canto da cavalaria na capoeira (toque de berimbau) tem suas origens na monarquia, como toque de aviso de chegada da guarda imperial.

espécies diferentes” (FANON, 1968, p. 29). O autor se refere a realidades econômicas desiguais, a diferentes modos de vida e a realidades humanas que se cindem em infraestrutura e superestrutura, havendo uma relação de causa e consequência, e assim “o indivíduo é rico porque é branco, é branco porque é rico”. Evidente que na realidade escravocrata brasileira a própria noção de indivíduo ainda caminha a passos lentos.

Cabe lembrar que brasileiros e principalmente africanos são herdeiros de todo um processo histórico de violência, iniciado desde que foram retirados do continente africano e escravizados para diversas partes do mundo, principalmente para o Brasil. O episódio histórico de violência nos remete à leitura de Franz Fanon, quando afirma que “[...] a destruição de formas sociais indígenas arrasou completamente os sistemas de referência de economia, os modos de aparência e o vestuário” (FANON, 1968, p. 30).

Para Weber (1991), o Estado moderno é uma instituição que detém o monopólio da força física sobre outros grupos e indivíduos, e sem dúvida estabeleceu uma dinâmica de dominação que o autor categoriza de Dominação Legal. O país experimentava no século XIX um prenúncio de uma instituição moderna e grupos contrários viam-se obrigados a se submeter a “autoridade invocada” neste momento e seus representantes.

Edward Said (2003) debate o fenômeno da descolonização e demonstra um lento processo de disputa de território, paralelamente a um processo de “mapeamento do território cultural”, que é acompanhado de um tipo de “resistência ideológica”, em meio à reconstrução de uma “comunidade estilhaçada”. Said se refere à importância de se salvar e restaurar esta comunidade degradada pelas pressões do sistema colonial, se tratando, segundo o autor de Campos idílicos, de reações ao processo de colonialismo.

## Considerações Finais

A resistência dos capoeiras e a transmissão das tradições podem ser compreendidas como sobrevivências da herança colonial, mas dentro de um constante enfrentamento que os levou a atuar dentro de um processo de reconstrução e construção da comunidade. Há neste fenômeno a tentativa de se “obter reconhecimento e remapear, ocupando o lugar nas formas culturais imperiais; ocupá-lo com autoconsciência, lutando por ele no mesmíssimo território antes governado por uma consciência que supunha a subordinação de outro” (SAID, op. cit., 2003).

Stuart Hall (2004) fala de uma identidade sociológica, que permite ao sujeito preencher o espaço interior e exterior de um mundo social e público em que projetamos nossas identidades culturais, num processo em que internalizamos significados e valores, aliados a sentimentos subjetivos em lugares objetivos. Hall faz referência a um processo que

precede o fenômeno das fragmentações das identidades, ou seja, enquanto identidades de um sujeito pós-moderno.

Em nossa reflexão sobre o universo da capoeira percebe-se o fenômeno de autoafirmação, forjada na luta coletiva, em que atores possuem e constroem uma identidade coletiva, precedente ao processo de fragmentação das identidades, não esquecendo, segundo Hall, que as sociedades modernas são por definição sociedades de mudanças. No entanto, estamos apresentando o confronto entre sociedades que estão nos limiar da modernidade.

Para Stuart Hall, as identidades se formam em longos processos, não surgem com o nascimento, sendo no caso a dos capoeiras. Estes, no processo de afirmação de sua identidade, enfrentaram diversos mecanismos de poder disciplinar, os quais tinham o objetivo de exercer o absoluto controle das atividades diversas do indivíduo, servindo-se de mecanismos como prisões, manicômios, casas de detenção e correção, além de formas instrumentais para tornar o outro “dócil”.

Para uma ampla reflexão, os capoeiras afirmaram e afirmam uma identidade ainda alicerçada na noção de raça, mas trata-se de “uma categoria discursiva e não biológica” e organizadora de formas de falar, sobretudo, sobre “aqueles sistemas de representação e práticas sociais (discursos) ...”, que fazem uso de diferenças fenotípicas. Etnia é a noção que faz referência “às características culturais “ língua, religião, costume, tradições, sentimentos de lugar “ que são partilhadas por um povo”. Isto está presente na capoeira e capoeiragem e se mostram como existência e fenômeno para si e para o mundo.

## Referências bibliográficas

ANSELMO, Fonseca da. Escravidão, o Clero e o Abolicionismo. Bahia: Imprensa Econômica, 1887.

BARBOSA, Muryatan Santana. Homi Bhabha. Reader Frantz Fanon: About the Post-colonial Prerogative. Revista Crítica Histórica Ano III, Nº 5, Julho/2012.

BOURDIEU, Pierre e SAYAD, Abdelmaleck. A Dominação Colonial e o Saber Cultural. Rev. Sociologia e Política. Curitiba, 26, p, 41-60.jun. 2006.

———. Sociologie de L’ Argélie. Paris: Presses Universitaires de France, 1958.

———. O Camponês e seu Corpo. Rev. Sociologia e Política, Curitiba, 26p. 83-92. jun. 2006.

CONDURU, Roberto. A. Cruzando o Atlântico e Outros Hiatos: ligações artísticas entre Brasil - África. Afro Modern: Journeys through the Black

Atlantic, 2010.

EDMUNDO, Luís. O Rio de Janeiro no tempo dos Vice-Reis, 1763 - 1808. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

FOUCAULT, Michel. Segurança, Território População: curso dado no College de France (1977- 1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRANZ, Fanon. Os Condenados da Terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FREYRE, Gilberto. O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX: tentativa de interpretação antropológica, através de anúncios de jornais brasileiros do século XIX. São Paulo: Global, 2012.

———. Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48ªed. São Paulo: Global, 2003.

———. Sobrados e Mucambos: Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. São Paulo, Global, 2013.

J. F. Ade. Ajayi. África no início do século XIX: problemas e perspectivas. In: História Geral da África, VI: África do século XIX à década de 1880 [?] Brasília: UNESCO, 2010.

GALTON, Francis. Hereditary Genius: an inquiry into its laws and consequences. London Macmillan and Co. and New York, 1892.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 9. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

MAGALHAES, Couto de. Região e raças Selvagens do Brasil. Ensaio de Antropologia. Rio de Janeiro. Typ. Pinheiro e CIA. 1874. Biblioteca digital do senado Federal, 2006.

MARSELHA, Alexandre Braga. O Naturalismo Metodológico em Durkheim. São Paulo: Editorial Humanitas, Goiânia: EDUFG, 2006.

MARX, Karl. O Capital :crítica de economia política. Vol 1. Livro primeiro. Tomo 1. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

REGO, Waldeloir. Capoeira- angola: ensaio sócio etnográfico. Salvador, 1968.

RODRIGUES, Nina. Os Africanos no Brasil. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

RODRIGUES, Nina. As Raças Humanas e a responsabilidade penal no Brasil. Editora Guanabara, 2004.

SAID. Edward W. Cultura e imperialismo. Companhia das letras. 1993.

SOARES, Carlos Eugenio Libano. Capoeira Escrava no Rio de Janeiro, 1808-1850. Campinas: São Paulo, 1998.

SOARES, Oscar de Macedo, 1863-1911. Código penal da República dos Estados Unidos do Brasil “ Ed. fac-similar. “ Brasília: Senado Federal: Superior Tribunal de Justiça, 2004.

WEBER, Max. Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Vol.1, Brasília: EDUNB, 1991.



# **FORJANDO TRADIÇÕES: PENSANDO A IDENTIDADE DA FOLHA DE S.PAULO A PARTIR DE HOBBSAWM E HALL**

*Valdemar Gomes de Sousa Junior*

## **Introdução**

O jornal Folha da Noite surgiu em 1921 por iniciativa de um grupo de jornalistas, encabeçado por Olival Costa e Pedro Cunha, que trabalhava na redação do Estadão. Por meio de um acordo, ficou firmado que o periódico seria prensado nas oficinas do O Estado de S. Paulo para avaliar a viabilidade financeira do negócio. Com o sucesso do empreendimento, em 1925, começa a ser prensada e distribuída uma versão matutina, Folha da Manhã, já em oficinas próprias num casarão da rua do Carmo (TASCHNER,1992). Só mais tarde, em 1949, é que surge a edição vespertina, Folha da Tarde. Onze anos depois os diários foram reunidos sob um único título, Folha de S.Paulo, com três edições diárias, título que se mantém até hoje, porém, com apenas uma impressão.

Em sua trajetória não foram apenas estas mutações que ocorreram. Mais importante foram as mudanças na direção do jornal, que cambiou de proprietários em 1931, 1945 e 1962, quando finalmente passou para o controle da família Frias. Cada alteração no comando da publicação significava novo alinhamento editorial. Como consequência, o jornal padecia da falta de identidade, diferentemente do conservador e centenário O Estado de S.Paulo, propriedade da família Mesquita desde sua fundação em 1875<sup>1</sup>.

Porém, no início dos anos 1980, perto de completar 60 anos de existência, Otávio Frias Filho, secretário do Conselho Editorial, convidou os professores da USP Carlos Guilherme Mota e Maria Helena Capelato para escreverem a história da Folha, preocupado com a falta de perfil identitário. Não por acaso, o convite ocorreu na mesma época em que o jornal passava por mudanças na linha editorial, iniciada em 1978, com a constituição do Conselho Editorial e a produção do “Projeto Folha”. Este novo redirecionamento não pode ser compreendido sem ter em conta que o país atravessava o processo de distensão política, iniciada no governo Geisel, desde 1974, e que apontava para a institucionalização da

<sup>1</sup> Fundado em 1875 como Província de S.Paulo, o jornal se transformou em propriedade exclusiva da família Mesquita em 1902.

autocracia burguesa e a transferência do poder aos civis<sup>2</sup>. Com a transição em andamento, o jornal que apoiara o golpe de 1964 e a ditadura precisava se desfazer deste legado histórico e começa a gestar uma nova narrativa sobre sua envoltura com o Regime de 64.

O livro *História da Folha de S.Paulo (1921-1981)* cumpre este duplo papel: suprir a falta de identidade encontrando pontos de continuidade na descontinuidade; e servir, ao mesmo tempo, para que o meio de comunicação expurgue seu passado autoritário consubstanciado no entrelaçamento com os artífices do governo autocrático. Entendemos que a publicação de Mota e Capelato (1981) funda a “tradição liberal democrática” da Folha<sup>3</sup>. E esta tradição se firma simultaneamente como identidade e memória, a partir dos quais, a história do diário começa ser propagada. Memória entendida aqui não como rememoração do passado, mas como processo dinâmico e permanente, que se organiza a partir de necessidades do presente (DIAS, 2014).

Tais afirmações são pressupostos que procuramos sustentar para compreender a operação de produção da memória que a Folha realiza para consolidar uma identidade democrática. Por isso, as reflexões presentes neste capítulo são exercício que procura ponderar o livro *História da Folha de S. Paulo*, através das categorias de invenção das tradições (HOBSBAWM, 2002) e de comunidades imaginadas (HALL, 2014), que têm seus usos mais correntes no debate sobre nacionalidade. Embora os autores pertençam a campos teóricos diversos, nos interessa o fato de ambos considerarem a “manipulação” da memória em favor de determinado interesse. De entenderem a tradição como mito e invenção.

O paperestá dividido em três partes. Na primeira recupero os conceitos de invenção das tradições e comunidades imaginadas nos contextos em que foram aplicados por Hobsbawm e Hall. No segundo, reconto a trajetória da Folha de S.Paulo, da sua fundação até 1962, quando foi adquirida por Octávio Frias e Carlos Caldeira. Apontando neste percurso a origem e a continuidade da tradição liberal. E na última parte a conversão da tradição liberal em tradição liberal democrática na última fase da história do jornal, pós-1962.

---

2 Nos próprios pronunciamentos do presidente Geisel a transição não passava de uma tentativa de institucionalização dos ideais da “revolução de 1964” (CHIRIO, 2012: 172). O que já demonstra os limites do projeto distensionista. Maciel (2004) explica que a transição ao acabar com o cesarismo militar, manteve intocado o caráter autocrático do Estado. Produto do controle e do ritmo que os militares impuseram a transição “lenta, gradual e segura” através da institucionalidade autoritária e do cesarismo militar que garantiram ao governo ser o principal condutor e proponente na arena política.

3 A expressão “fundação da tradição democrática” é utilizada aqui no mesmo sentido que Hall e Hobsbawm utilizam os conceitos de comunidades imaginadas e de invenções das tradições para se referirem a identidade nacional.

## Invenção das tradições e comunidades imaginadas

O conceito “invenção das tradições” é empregado por Hobsbawm (2002) para se referir, nas sociedades modernas, a símbolos, cerimônias e convenções criados pelas instituições políticas, pelos movimentos ideológicos e por diferentes grupos para reiterar seus vínculos com o passado e reafirmar pureza, originalidade e imutabilidade. O ponto de partida do historiador inglês são os rituais públicos da realeza britânica celebrados para sinalizar, entre outras coisas, a distinção, a identidade e a antiguidade da nobreza inglesa. Segundo ele, à primeira vista as tradições da aristocracia que parecem ser oriundas de um pretérito remoto tem na verdade suas origens históricas num passado mais recente.

Com este exemplo, Hobsbawm irá demonstrar que a tradição é uma construção histórica e, como tal, também é objeto de estudo dos historiadores. Cabendo a eles investigar como se originam e se estabelecem determinadas práticas consideradas mais antigas do que realmente são. Entre os fenômenos investigados estão as comunidades nacionais. As nacionalidades são ocorrências históricas modernas, mas os Estados, para forjarem-nas, recorreram a ideia de que nos tempos imemoriais elas se encontravam em estado latente. Contudo a tarefa da pesquisa histórica ao propor a narrativa das nações e dos nacionalismos é desnaturalizar e desmitificar a formação das comunidades nacionais ao lançá-la no chão da história. Ao mesmo tempo, expor a ideologia que funciona como argamassa que garante coesão e unidade a uma coletividade que sem a fabricação das tradições estaria dispersa (HOBSBAWM, 2002).

Já em Hall (2014) o conceito de comunidades imaginadas está inserido no debate a respeito da crise da identidade na pós-modernidade. Segundo ele, o conceito de identidade tem sido um dos temas principais da teoria social porque “as velhas identidades que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio” (HALL, 2014, p. 9). As diferentes áreas do conhecimento científico criticam, cada uma a seu modo, a noção essencialista de identidade, encarada ao longo da história como única, original e integral. Segundo ele, a pós-modernidade pulverizou as identidades, produzindo um sujeito “conceitualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial e permanente” (ID., op. cit.p. 11), mas descentrando o sujeito tanto de seu lugar social e cultural, como também abalando as ideias que ele faz de si mesmo, fomentando a chamada crise de identidade.

Entre as velhas identidades em crise está a nacionalidade, que no decorrer do tempo foi compreendida como elemento fundamental na definição do sujeito, se constituindo como fonte primordial da identidade determinada pelo local de nascimento, quase que um dado genético. Porém, no entendimento de Hall, a nação além de uma entidade política

é uma comunidade simbólica que é formada e transformada no interior da representação. Isto é, uma nação se organiza e se sedimenta a partir da mobilização de símbolos e representações, produzindo sentidos com quais os indivíduos se identificam e constroem suas identidades. “Esses sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas” (HALL, 2014, p. 31).

Com estas palavras, se indica que a identidade nacional, a comunidade nacional – consideradas quase elementos naturais e biológicos – são representações, portanto, são construções culturais que sofrem transformações no tempo. O conceito de comunidades imaginadas é tomada de empréstimo de Anderson (apud HALL, 2014). Ao utilizar este termo, Anderson queria designar o conjunto de símbolos que são inventados/imaginados e mobilizados pelas práticas discursivas para criar laços de identificação dentro de um determinado agrupamento (SILVA, 2000, p. 85). Sem estes laços, sujeitos seriam apenas indivíduos isolados, sem partilharem de um sentimento comum de pertencimento.

Os elementos que compõem este conjunto de símbolos e representações e dão eficácia à identidade nacional, garantindo certa estabilidade e fixação, são, segundo Hall (2014, p. 31-33):

- 1) A narrativa da nação composta por uma série de histórias e imagens que sintetizam as experiências partilhadas pelo grupo e que dão sentido a nação;
- 2) A ênfase às origens, na continuidade, na tradição e na intemporalidade que remete a ideia que a identidade nacional possui elementos primordiais que são imutáveis, que não sofrem modificações mesmo com as vicissitudes da história, no máximo ficam adormecidas e a qualquer tempo podem ser despertadas;
- 3) A invenção das tradições que são normas e valores comportamentais que através dos ritos são internalizados e servem para reiterar os vínculos de continuidade com o passado;
- 4) O mito fundador que faz referência ao marco de nascimento da nação, geralmente um acontecimento épico realizado por uma figura providencial;
- 5) A pureza e originalidade do povo que constitui a nação. Sentimento que mobiliza a nação à preservar sua “autenticidade” diante da ameaça que o alienígena representa e restaurar a identidade pura e original, sem a presença de elementos de outras culturas (Grifo nosso).

Esses elementos discursivos que apresentam identidades nacionais como unificadas são marcados por contradições que, podemos dizer, revelam a “fragilidade” das comunidades nacionais. Isto porque, o termo “nação” oculta, na aparente uniformidade de seus membros, um rol de diferenças internas (classe, raça, gênero, etnia etc). Em

outras palavras, a nação se apoia em um mito — o mito do povo único e da homogeneidade — porque todas as nações modernas são híbridas. Assim, faz mais sentido pensar as culturas nacionais como um “dispositivo discursivo que representa a diferença como unidade” (HALL, 2014, p.36).

Após essa retomada dos conceitos, nossa tarefa é constituir uma trama que seja capaz de conciliá-los ao percurso da publicação Folha de S. Paulo, porém realizando um deslocamento das formulações dos seus contextos originais e aplicando-os à composição da identidade do periódico. Na história da Folha, a tradição liberal, que discutiremos mais adiante, pode ser pensada sob a mesma chave interpretativa. O livro de Mota e Capelato (1981) cumpre papel de lançar as bases da “tradição liberal” da Folha, característica presente desde a fundação. Isto é, mesmo o jornal tendo trocado, ao longo de sua história, de direção em diferentes oportunidades, esta marca se manteve incólume. Porém, a tradição sofre pequeno retoque com o “engajamento” do jornal no processo de “redemocratização”, porque é transformada na tradição “liberal democrática”, hoje traço identitário do matutino, com o qual seus leitores se identificam. Para que a narrativa tivesse eficácia, foi necessário promover o apagamento de seus nexos com o golpe de 1964 e a ditadura.

## Um jornal a procura de uma identidade

Iniciamos a segunda parte deste capítulo com um conciso itinerário da Folha a partir da obra História da Folha de S. Paulo. Suas fontes documentais são o próprio jornal, a trama é contada a partir da análise dos editoriais publicados ao longo dos 60 anos de existência. Mota e Capelato, autores do livro, dividem a narrativa em 4 fases distintas. Cada fase corresponde a um dos períodos em que o jornal esteve sob o mando de diferentes proprietários. Nesta parte trataremos das três primeiras fases.

A primeira fase compreende o período que vai da fundação, em 1921, a até seu empastelamento, em 1931, consequência do seu apoio a Júlio Prestes à presidência e a oposição à Aliança Liberal, que levou Vargas ao poder com a vitória da Revolução de 1930. Em 1921 um grupo de jornalistas<sup>4</sup> que trabalhava na redação do O Estado de S. Paulo decide produzir o jornal Folha da Noite<sup>5</sup> utilizando seu maquinário para ser pensado nos primeiros anos de existência e utilizando basicamente a mesma equipe de jornalistas<sup>6</sup>. Ela foi idealizada para ser um diário popular

4 Olival Costa, Pedro Cunha, Léo Vaz, Mariano Costa, Ricardo Figueiredo, Antonio dos Santos Figueiredo e Artêmio Figueiredo.

5 Somente em 1960 é que passa a ser chamada Folha de S. Paulo.

6 A Folha da Noite inicia suas atividades em caráter experimental: durante um mês a direção, por detrás da publicação, sentiria a viabilidade econômica do negócio, ao cabo do período, se as rendas não fossem suficientes para cobrir os custos, a experiência se encerraria. E os custos

que conquistasse as emergentes e crescentes classes urbanas, bem como parcela do operariado paulista. Com uma linguagem simples, procurava ocupar um vácuo deixado pela extinta edição vespertina do O Estado de S. Paulo e dialogar com os setores urbanos ignorados por ele. Não somente a linguagem, mas a criação de diferentes seções direcionadas a distintos segmentos sociais pretendia funcionar como atrativo. Nesse sentido, o periódico se autodefinia como um “jornal local, voltado para problemas da cidade, que procurava chamar atenção para as necessidades da população urbana. Dessa forma as dificuldades de habitação, saúde, educação, transporte, lazer (...) eram frequentemente abordados” (MOTA e CAPELATO, 1981, p. 28). Assumia então uma posição fiscalizadora das ações do governo, que seguia linha de crítica à política oligárquica, que condenava os vícios do sistema eleitoral vigente e se colocava em defesa da melhoria de vida dos trabalhadores.

Todavia, em 1929, em decorrência da crise mundial e da instabilidade política, o temor de que transformações radicais pudessem ocorrer na sociedade brasileira motivaram mudanças na linha editorial. De opositorista ao governo de Washington Luiz e a política oligárquica, converte-se em situacionista, fazendo defesa da vitória eleitoral de Júlio Prestes. Para Mota e Capelato (1981), esta guinada editorial revela mais coerência do que contradição, porque sua diferença em relação aos setores agrários residia na forma como entendiam o controle social. As oligarquias compreendiam que a questão da ordem social se fazia com o uso da violência e da coerção, enquanto que a Folha propugnava melhorias nas condições da classe trabalhadora para minimizar as tensões sociais. Reformas que pudessem assegurar meios mais eficazes de dominação. Sendo assim, não havia problema em o jornal se aproximar dos oligarcas, porque para ambos a paz social é tema de preocupação. O posicionamento de defesa da ordem, expressa, dizem os autores, uma mescla de positivismo e liberalismo<sup>7</sup>, formas de consciência burguesa e parte do ideário da Folha de S.Paulo, nesta primeira fase. Em conformidade com isso, sustenta-se que a direção, ao propor arquitetar um jornal popular, não ultrapassou “em momento algum, os limites da ideologia dominante” (Mota e Capelato, 1981, p. 50).

O liberalismo que já se identifica desde os tempos de sua fundação irá atravessar a história do jornal na narrativa de Mota e Capelato. E o relato de ambos se atenta mais para elementos de continuidade do que rupturas. Isso se assemelha à ênfase das origens, de que trata Hall (2014). Constituída por características imutáveis imutáveis pelas vicissitudes do

---

financeiros, então cobertos pelo O Estado de S.Paulo, seriam ressarcidos à empresa. Este era o acordo firmado com o superintendente do Estadão, Dr Armando Salles de Oliveira (Mota e Capelato: 1981).

7 E aqui surge referência a posição liberal do jornal. Que como veremos estará presente em outros momentos da ?de sua trajetória.

tempo. Embora o liberalismo tenha nascido conservador, se converteu, no processo de distensão nos anos 1970, em liberalismo democrático. Ao mesmo tempo, o liberalismo reitera vínculos de continuidade com o passado, função típica de uma tradição inventada (HOBBSAWM, 2002). Ele será a insígnia que se aprofunda com a participação da Folha de S. Paulo na campanha pelas Diretas Já e é apropriada pelas ações de marketing e de produção na memória<sup>8</sup>.

A segunda fase da Folha começa com sua compra, em 1931, pelo cafeicultor e comerciante Octaviano Alves Lima, depois do empastelamento no mesmo ano. Se na primeira fase o jornal se caracterizou por uma visão urbana e fiscalista, na nova fase se notabilizou por um novo ideário anti-industrialista e anti-intervencionista. Seu conteúdo era dirigido às elites agrárias, abandonando os leitores das classes urbanas. Passou a defender a vocação agrícola do país e a criticar as medidas industrializantes do governo Vargas. Lima adquiriu o jornal para fomentar a tentativa de articular os setores cafeeiros — que se enfraqueceram com a modernização dos anos 1930 — em torno de um projeto nacional que servisse para restabelecer a força dos fazendeiros. Sob seu comando, o jornal permaneceu até 1945, quando então foi comprado por José Nabantino Ramos, Alcides Ribeiro Meirelles e Clóvis Quiroga. Foi nesta fase que o empreendimento jornalístico passou a ser denominado Empresa Folha da Manhã Ltda. e ganhou fisionomia empresarial, emancipando-se financeiramente.

Analisando esta segunda fase, Mota e Capelato (1981) defendem que, apesar das mudanças na linha editorial, houve manutenção fiel a uma perspectiva liberal conservadora, calcada na defesa da ordem e na crítica ao Estado intervencionista, em especial no campo econômico. “Como os demais liberais da época, o jornal era favorável a um governo das elites. Acreditavam que as elites eram capazes de selecionar melhor os valores (...) e a elas competia dirigir o país” (MOTA e CAPELATO, 1981, p. 92).

A terceira fase começa em 1945, após o jornal ser vendido, mais uma vez, para um novo grupo de empresários. Sob a nova administração — que se estendeu até 1962 — o jornal passou por processos de reestruturação e modernização orientados por padrões de qualidades importados dos Estados Unidos<sup>9</sup>. “A atividade jornalística passa a ser

8 No seu trabalho de dissertação Pires (2008) se propõe a investigar como a partir dos anos 1980 a empresa Grupo Folha consolidou uma imagem de jornal democrático, independente e de resistência à Ditadura para a Folha de S. Paulo. Segundo, ela, esta imagem contribuiu para o sucesso comercial do jornal a ponto de na atualidade se constituir num dos mais importantes da imprensa nacional. Esta consolidação foi possível através de duas estratégias que se combinaram: 1) A produção de um conjunto de publicações que fabricaram uma memória sobre o Grupo Folha durante a Ditadura Civil-Militar e o processo de redemocratização e 2) A exploração desta imagem pelo uso intensivo do marketing.

9 Também foi neste momento que foi inaugurada sua sede na Alameda Barão de Limeira (1953) e em 1960 que ocorreu a unificação das três publicações (Folha da Manhã, Folha da Tarde e Folha

pensada como uma prática neutra e independente” (SOUSA JR., 2007, p. 49). Com isso, José Nabantino Ramos, novo diretor, introduziu noções de neutralidade e objetividade, buscando imparcialidade em relação a partidos políticos e na defendida democracia.

Sob nova direção, a Folha perdeu seu perfil agrarista e readquiriu colorações do urbano-fiscalismo. Abandona o antigo anti-industrialismo da fase anterior e passa a admitir a importância do desenvolvimento industrial para a economia. A presença do capital estrangeiro é considerada imprescindível para a modernização do país. Porém, ressaltam os autores, isso não significa o abandono da defesa da lavoura e da pecuária. Em caderno específico, há matérias e artigos com incentivo à modernização do campo e ao desenvolvimento de relações capitalistas no espaço rural. Além do mais, alinhou o editorial à carta de princípios liberais, com a defesa do interesse público, do pluralismo democrático e contrário a populismo e comunismo (MOTA e CAPELATO, 1981). Por seu antipopulismo, anticomunismo e antiestatismo, apresentou-se simpática à UDN. Partilhava com o partido a preocupação com a ordem social, mas divergia dele porque não recusava a participação política das classes populares, embora mantivesse sua posição sobre papel e importância das elites dirigentes. Suas reivindicações deveriam ser atendidas como forma de mitigar as possibilidades de conflitos e desordem. Bem como o desenvolvimento social era encarado como mecanismo para neutralizar as lutas de classe.

Entendia que a presença das massas na política era efeito da modernização capitalista, portanto, não poderia ser mais ignorada. Mas negava papel político relevante a elas por serem incultas e despreparadas para ação política, devendo os assuntos políticos serem restritos ao universo das elites intelectuais. A elas atribuía o papel de condutoras da política e formadora a consciência nacional. Considerando-se parte desta elite, outorgava a si a missão de contribuir para a formação da massa inculta e da opinião pública.

Em 1962, com a empresa no vermelho, Nabantino a vende para Octávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira — empresários responsáveis por consolidar a identidade que a empresa possui até hoje junto aos seus eleitores. Mas deixemos esta história para a parte seguinte. Neste, o nosso objetivo é conjugar os conceitos de Hall e Hobsbawm com a história da Folha pós-1962, utilizando-os como chave interpretativa para apreender os eventos. Insistimos em dizer que de 1921 a 1962, ao circular entre diferentes proprietários e alterar, na mesma medida, princípios editoriais, a publicação não dispunha de uma identidade. Porém, a obra a História Folha de S. Paulo soluciona a “crise de identidade” do jornal ao apegar-se à tradição liberal.

---

da Noite) da empresa que passaram a se chamar Folha de S. Paulo

## A Folha e a tradição liberal democrática

Aqui nosso objetivo é deixar patente como o jornal forjou uma tradição liberal democrática, a partir da publicação do livro História da Folha de S.Paulo. O fato dos autores serem professores/pesquisadores da USP, universidade importante nos estudos da comunicação e da cultura do país, assegura à publicação peso e status científico, sobretudo no que concerne à sustentação desta tradição inventada. Partimos do seguinte pressuposto: tal como uma nação mobiliza um conjunto de símbolos e representações para produzir sentidos que servem como elemento aglutinador, o diário realiza a mesma operação para consolidar uma identidade com qual o leitor/consumidor se identifica. Vamos aqui perscrutar as origens da invenção da tradição liberal democrática da Folha. Isto é, tradição democrática enquanto conjunto de símbolos inventados/imaginados, mobilizados pelas práticas discursivas (HALL, 2014) para fixar determinada representação.

No mestrado, defendido em 2007, investigamos o posicionamento político da Folha durante o governo Goulart (1961-1964), momento em que ela já estava sob a direção de Octávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira. Concluímos que a empresa Folha da Manhã participou ativamente nos bastidores do golpe através do IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais), como outras empresas de comunicação e membros da sociedade civil<sup>10</sup>. Tomou posição, por meio dos editoriais, favorável ao projeto de modernização conservadora — que posteriormente foi levado a cabo pelo governo militar —, por isto clamou pela intervenção para frear pressões e influência das classes populares nos centros de decisão política (SOUZA JUNIOR, 2007). Também, a partir de 1966, a empresa aprofundou o processo de modernização, iniciado com Nabantino Ramos, e aumentou seu patrimônio líquido com incentivos do governo militar para a importação de papel, de equipamentos gráficos e a captação de recursos externos, bem como a venda de espaços publicitários para o Estado (TASCHNER, 1992).

Com relação a isto, o ex-editor da Folha Boris Casoy, em entrevista a Gisela Taschner (1992, p. 117), afirmou que até 1975 o diário permaneceu atrelado à ditadura por compromissos financeiros, porque o crescimento foi acompanhado pelo endividamento com o governo militar. O mesmo jornalista, em entrevista à Anne-Marie Smith, expõe que os laços entre o regime e a imprensa ocorreram por interesses políticos e por ambos partilharem de universo ideológico comum. Assim, as empresas vinculadas ao capitalismo e ao anticomunismo aprovaram a repressão contra a esquerda armada (SMITH apud DIAS, 2014, p. 65).

Corroboramos com as palavras de Casoy o balanço positivo dos anos

---

<sup>10</sup> Relações muito bem documentada pelo trabalho de Dreifuss (1981)

Médici e de 10 anos da “revolução democrática de 64” que o jornal fez ao publicar um conjunto de editoriais ao longo do mês de março de 1974. Nestes editoriais a Folha promove uma defesa enfática da centralização política impressa pelo governo de 1964, segundo ela, fundamental para assegurar a ordem social que possibilitou o desenvolvimento econômico. Um exemplo, é o editorial intitulado “Balanço Positivo”, onde afirma:

Não há desenvolvimento sem ordem. (...) Por dever de justiça, diga-se que muitas medidas oportunas e adequadas impediram o crescimento da vaga de terrorismo que ameaçava o Brasil, a ponto de convertê-lo numa ilha de paz no mundo conturbado e indeciso. Por tudo isso, e pela dignidade com que exerceu o poder, o general Emílio Garrastazu Médici é credor do reconhecimento e do apreço de seus compatriotas. A História lhe fará a justiça a que tem direito reconhecimento (FOLHA apud DIAS: 2014, p,150).

Finalmente, por intermédio de seus editoriais a Folha passou a defender o bonapartismo como estratégia para frear a influência das classes populares nos centros de decisão. Grosso modo, bonapartismo se refere “a um tipo de dominação burguesa em que o poder político não é exercido diretamente pela burguesia, mas delegado a uma força militar que o absolutiza” (ASSUNÇÃO, 1991, p. 24). Isto é, dada a incapacidade da burguesia assegurar sua dominação e hegemonia no terreno democrático, ela recorreu a formas de governo autoritário em aliança com as Forças Armadas e, assim, passou a defender o golpe civil-militar<sup>11</sup>.

Diante desta realidade histórica que manifesta o caráter classista e autoritário do periódico, como produzir uma identidade liberal democrática? Ora inventando uma tradição, produzindo símbolos e representações com os quais o jornal pudesse se identificar. É neste ponto que entra a publicação História da Folha de S.Paulo (1921-1981), escrito por Mota e Capelato (1981) a convite Otávio Frias Filho, então secretário do Conselho Editorial. A escolha dos autores não foi aleatória. O currículo dos autores – cientistas e acadêmicos – garantia qualidade, solidez e objetividade ao trabalho. Em outras palavras, a publicação teria legitimidade na produção desta tradição.

Mota, em artigo publicado na Folha no ano de lançamento do livro, argumenta que a motivação para publicar a obra foi a necessidade da construção de um passado para o jornal que fizesse sentido as decisões do presente:

---

11 Este conceito remete ao reconhecimento da ativa participação da sociedade civil na conspiração, pois o golpe não foi aplicado a sua revelia. Pelo contrário ele é a expressão dos interesses do capital privado nacional e internacional e das classes médias preocupado com o avanço do teste político das classes populares. Este caminho foi aberto por René Dreifuss com o livro “1964: a conquista do Estado”, publicado nos anos 80, contudo é partir dos anos 2000 que um grande número de dissertações e publicações se dedicará a investigar a participação dos civis no golpe.

Apenas três ou quatro jornais brasileiros já tem uma história, uma tradição. A ideia de tradição é muito forte, serve para desqualificar os outros. Ora, 60 anos já são um lapso de tempo bastante significativo. De outro lado, a empresa está jogada nos conflitos mais recentes da questão da abertura, da questão da Constituinte, posição tomada em editorial. A gente começa a pensar: bom, mas como é que se chegou a isto? Então, é a busca dessa trajetória e, ao mesmo tempo, a busca de um projeto atual (MOTA apud PIRES, 2008, p. 45).

Na nossa perspectiva, a publicação serviu para fundar — como no conceito de comunidades imaginadas e de invenção das tradições — a) a “narrativa da nação”, b) “dar ênfase às origens, na continuidade, na tradição e na intemporalidade” e c) “inventar das tradições” (HALL, 2014; HOBSBAWM, 2002).

Como podemos identificar estes elementos no trabalho de Mota e Capelato? Ora, como narramos anteriormente, a empresa jornalística havia passado pelas mãos de três grupos diferentes de empresários até ser adquirida por Frias e Caldeira, em 1962. Sob a direção de cada um deles, o jornal assumiu posições políticas e editoriais diversas, chegando mesmo a defender posições antagônicas em cada uma das fases. Como o anti-industrialismo e a posição explícita de fazer do jornal um porta-voz dos interesses agrários, a fim de restabelecer o antigo poder dos cafeicultores, no período entre 1931 e 1945. Comparada ao industrialismo e às novas técnicas de redação que prezavam a neutralidade política, a defesa do interesse público, a objetividade e a opinião desapassionada, da fase subsequente (1945-1962).

Podemos afirmar que aquele jornal, fundado em 1921, não existe mais, não ele é que celebra 60 anos em 1981. Isto porque a história da publicação matutina é muito mais marcada por rupturas do que por continuidades. Vale dizer, que o título Folha de S. Paulo somente passou a existir em 1960, sob a administração de Nabantino. Portanto, o que completa 60 anos não é o jornal, mas sim a empresa, que são elementos diferentes. No entanto, Mota e Capelato (1981), mesmo reconhecendo as discontinuidades na direção da empresa se apegam a uma pretensa tradição liberal que tem origem na sua fundação e que se preserva ao longo de sua história, apesar das intercorrências.

Ao mesmo tempo, os autores inventam a tradição do jornal em participar dos acontecimentos políticos importantes na história do Brasil não só formando opinião pública, mas também servindo como catalisador das mudanças desejadas pelo público leitor. Quando então o jornal decide apostar no processo de abertura, ainda que timidamente em 1974, até chegar a apoiar abertamente as Diretas-Já, em 1984, é esta tradição que está a guiar as tais ações. O livro História da Folha de S. Paulo

deixa latente a existência de uma linha de continuidade entre o passado e o presente, muito mais forte do que a descontinuidade: a manutenção de um jornal democrático liberal sintonizado com os anseios dos seus leitores que também desejavam o fim da ditadura. Era o passado servindo para justificar as escolhas do presente.

Porém, restava lidar com o legado político de participação no golpe de 1964 e os laços político-econômicos com a ditadura, como apontamos anteriormente. Sobre isto prevaleceu o silêncio dos autores. O exame perde o rigor crítico utilizado nos estudos das fases precedentes. Entre 1964 e 1974, apenas um editorial foi analisado. Revelando o silenciamento absoluto sobre o que o jornal escreveu no momento de maior efervescência social, entre 1963 e 1964. Isso porque a própria análise do corpo documental deixaria entrever o apoio dado ao golpe. Porém, ao se perder, propositadamente, a visão de conjunto destes documentos, vai-se com ela, também, o olhar crítico. Que apoiado num único editorial não identifica os compromissos com o golpe de 1964.

O editorial escolhido curiosamente é o publicado em 31/03/1964, dia do golpe civil-militar. Ele tem a nítida pretensão de desvencilhar o jornal dos arquitetos do golpe, afirmar suas posições liberal-democráticas e seu compromisso com o leitor.

O jornal livre só tem duas fontes de renda: a venda, e os anúncios (...). A resposta esta na filosofia do jornal, que se mantém desde o seu início alheio a grupos e partidos, sem radicalização de espécie alguma. Procurou situar-se dentro de uma carta de princípios liberal e democrática, porém sem faccionismo de qualquer espécie. Possui uma página de editoriais que marcar o pensamento dominante em sua direção, mas faz questão de incutir em suas páginas artigos de outros comentaristas, que defendem pontos de vistas diversos (...) Dando ao leitor a possibilidade de encontrar opiniões diversas (...) Não aceita a Folha, é claro, a pregação subversiva nem o comentário que isto equivalha, isto é, o comentário que negue a democracia e procure de algum modo destruir os princípios pelos quais se torna possível a todo cidadão a liberdade de opinião e de crítica. Apoiada na confiança do povo e na compreensão de seus anunciantes pode-a manter-se desvinculada de compromisso políticos, econômicos ou quaisquer outros. (...) 1963 foi o ano em que mais gente passou a comprar a ler a Folha. Os esforços do jornal no sentido de conservar-se sempre imparcial e equilibrado foram bem compreendidos pelo público-leitor (...) Cabeça no lugar, trabalho consciencioso e defesa dos legítimos interesses da pátria pontuam as normas de trabalho da Folha (Folha de S. Paulo, 31/03/1964).

O editorial acima foi analisado no estudo, referendando a não-participação do jornal no golpe e reiterando sua posição liberal, porém transmutada aqui em liberal democrática. O interregno entre 1964 e 1974, no qual o livro dá um salto, é justificado pela presença da censura. Visto que, “durante certo tempo, chegaria (a Folha) até suspender seus editoriais em face das pressões que recebia do regime implantado pelo golpe de 1964”(MOTA e CAPELATO, 1981, p. 192). Ou que, a “Folha sofreu bastante com a censura, porque, diversamente de outros, não possuía censores em sua redação. Nessa medida, o exercício da auto-censura era mais difícil” (IDEM, pg. 206).

Entretanto, os autores, ao se referirem ao processo de abertura política iniciada pelos militares a partir de 1974, durante o governo Geisel, enfatizam a ousadia da Folha de S.Paulo ao atuar no sentido da democratização do país, na qual “jogaria todas suas cartas”. É neste ponto que a tradição liberal, anteriormente qualificada como conservadora, é convertida em democrática. Democrática, porque não compactuou com o golpe, não fez oposição ou crítica à ditadura porque estava sob o regime de censura. Contudo, quando o regime dá os primeiros sinais de que irá promover a distensão, o jornal se engaja apoiando a “redemocratização” e promovendo uma transformação na sua linha editorial, que resulta na formação do Conselho Editorial e no Projeto Folha em 1978.

Ao retomar sua trajetória histórica o jornal, funda uma tradição sobre qual se apoia para consolidar-se como empresa capitalista e como jornal independente, confiável, partidário do liberalismo político (PIRES, 2008). O trabalho de Mota e Capelato serviu a estes propósitos, demonstrando, mesmo com ares de controvérsia, que a tradição liberal democrática estava no “DNA do jornal”. A ditadura e a censura apenas deixaram adormecida. Contudo, citam, não apagou a marca tradicional do veículo de comunicação. O sinal dado pelo governo Geisel de retomar a democracia serviu para despertar a tradição, segundo apontam. A reformulação editorial que a Folha dará início com o Conselho Editorial em 1978, o Projeto Folha e o Manual de Redação em 1984, sendo que os recursos de propaganda e marketing nos anos 1990 constituirão um conjunto de estratégias para aprofundar e consolidar o que a história da Folha de S.Paulo havia começado. Contudo, dado o espaço exíguo deste artigo fica pra outro momento.

## Considerações Finais

A invenção da tradição liberal democrática da Folha de S.Paulo inaugurada com a publicação do livro de Carlos Guilherme Mota e Maria Helena Capelato passou pelos anos 1980 e 1990 incólume. No entanto, no início do século XXI, com a proliferação de pesquisas acadêmicas e

a impressão de livros a respeito do período da ditadura, fica aparente a fragilidade desta tradição inventada, que não resiste ao exame da história.

Mas há força na narrativa da Mota e Capelato, a qual ainda orienta as interpretações que a Folha faz sobre suas relações com a ditadura. Por isso, no dia em que completou 80 anos, 20 de fevereiro de 2001, o jornal publicou um caderno comemorativo. Entre as matérias do caderno estava a intitulada “Militares ameaçam suspender circulação”, com os subtítulos “Folha apoiou o regime de 64, mas se engajou na redemocratização nos anos 70” e “Folha apoiou a deposição de Goulart, mas não participou de nenhuma conspiração”. Apesar de assumir, pela primeira vez em sua história, ter apoiado o golpe de 1964, atenuava sua posição com três artifícios: a) justificava sua posição como reação a “esquerdização” do governo; b) circunscrevia seu apoio a apenas a esfera editorial; e c) destacava seu engajamento no processo de redemocratização.

Como consequência destes três recursos discursivos, justifica sua posição da seguinte forma: a) João Goulart foi responsável por sua deposição, porque o “movimento militar” de 1964 foi uma medida preventiva que evitou a radicalização do governo, tomado por comunistas; b) a participação no golpe não transcendeu os muros da redação, ficando restrita à posição da direção do jornal expressa nos editoriais, porque continuava a publicar matérias com posicionamentos divergentes ao dos proprietários e não houve nenhuma adesão aos movimentos políticos que conspiravam contra o governo; c) por ser apartidário e imparcial, o periódico não tem compromissos com grupos de interesses ou facções, apenas com a democracia, tendo sido coerente ao apoiar a deposição do governo Goulart, se afastar do Regime de 1964 e se engajar na campanha pela redemocratização, supostamente orientando suas ações à tradição liberal democrática.

## Referências bibliográficas

Abramo, Claudio. A regra do jogo. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

Assunção, Vania Noeli Ferreira. O satânico Doutor Go: A ideologia Bonapartista de Golbery do Couto e Silva. Dissertação de Mestrado em História PUC-SP/1999.

Dias, André Bonsanto. O presente da memória: Usos do passado e as (re) construções de identidade da Folha de S.Paulo, entre o golpe de 1964 e a ditabranda. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2014.

Dreifuss, René Armand. 1964: a conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe, Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, 1981.

Hall, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. DP&A Editora, 2014.

Hobsbawm, Eric. Introdução: a invenção das tradições. In: A invenção das tradições, Terence. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 9-24.

Kucinski, Bernardo. A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro. São Paulo: Perseu Abramo, 1998.

Kushnir, Beatriz. Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à constituição de 1988. São Paulo, Boitempo, 2004.

Mota, Carlos Guilherme; Capelato, Maria Helena. História da Folha. São Paulo, Imprensa, 1981.

Paulo Neto, José. Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985). São Paulo, Cortez, 2014.

Pires, Elaine Muniz. Imprensa, ditadura e democracia. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Estudos de Pós-graduação em História da PUC-SP, São Paulo, 2008.

Ribeiro, David Ricardo Sousa. Da crise política ao golpe de Estado: conflitos entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo durante o governo João Goulart. Dissertação de Mestrado História Social - USP 2013.

Silva, Tomaz Tadeu da. (Org.) Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

Sousa Jr, Valdemar Gomes de Sousa Junior. Os editoriais da Folha de S.Paulo (1963-1964): evidências de uma solução bonapartista para a crise política. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Estudos de Pós-graduação em História da PUC-SP, São Paulo, 2007.

Taschner, Gisela. Folhas ao vento: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil. São Paulo, 1992.



# **CORPO EM PROCESSO: A TRANSFORMAÇÃO CORPORAL DAS TRAVESTIS**

*Washington Napoleão Eufrazio  
Joyce Freitas Araújo Firmino*

## **Introdução**

Ao longo dos anos, as travestis vêm ganhando visibilidade nas mídias sociais, tanto em programas de televisão quanto nas manchetes policiais. Nessa última, na maioria das ocasiões, vítimas de violências e assassinatos. Hoje, as travestis não estão mais nos “cantos escuros da noite”, nos pontos de prostituição. Pelo contrário, inserem-se cada vez no cotidiano.

Apesar de insipientes, já começam a terem reconhecidos seus direitos, com o surgimento de leis e políticas públicas específicas para o grupo. Conquistas que derivam da luta por qualidade de vida, por reconhecimento, respeito e pelo fortalecimento da categoria.

Um dos pontos mais debatidos quanto às travestis é a definição de gênero, em ato de identificação acerca da variação entre masculino e feminino. A definição não é simples, visto que a travesti é um indivíduo contemporâneo, e não apenas na questão da definição de gênero, mas nos novos debates sobre masculino e feminino.

São definições conflitantes, pois se tratam de identificações sociais preestabelecidas, construídas sob uma convenção social, por coletivos imbricados segundo relações de trabalho, sexualidade e religiosidade específicas. Mas como buscar esse “enquadramento”, visto que a travesti é entendida como um indivíduo que carrega, na sua constituição, traços do masculino e do feminino? E de fato, é imprescindível essa definição?

## **A travesti e a sua transformação corporal**

Antes de se discutir a travesti, faz-se necessário diferenciá-la segundo grupos os quais são divididos por certas características primordiais “essencialmente” diferentes. Em tais grupos, encontram-se pessoas homossexuais, drag queens, transgêneros, transformistas e transexuais. Como referência, usa-se o Manual de Comunicação de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT), resultado do trabalho colaborativo de militantes e profissionais ligados, de alguma maneira, ao segmento no Brasil. Esse Manual teve como principal organizadora a Associação

Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (ABLGbT).

- a) Homossexual é a pessoa que se sente atraída sexual, emocional ou afetivamente por pessoas do mesmo sexo/gênero.
- b) Drag Queen: Homem que se veste com roupas femininas, de forma satírica e extravagante, para o exercício da profissão em shows e outros eventos. Uma drag queen não deixa de ser um tipo de “transformista”, pois o uso das roupas está ligado a questões artísticas a diferença é que a produção necessariamente focaliza o humor, o exagero.
- c) Transexual: Pessoa que possui uma identidade de gênero diferente do sexo designado no nascimento. Homens e mulheres transexuais podem manifestar desejo de se submeterem a intervenções médico-cirúrgicas para a adequação de atributos físicos de nascença (inclusive genitais) a sua identidade de gênero constituída.
- d) Transformistas: Indivíduo que se veste com roupas do gênero oposto movido por questões artísticas.
- e) Transgênero: Pessoas que transitam entre gêneros, cuja identidade transcende as definições convencionais de sexualidade.

Muitas travestis modificam seus corpos por meio de hormonioterapias, aplicações de silicone e/ou cirurgias plásticas. Porém, vale ressaltar que isso não é regra para todas (definição adotada pela Conferência Nacional LGBT em 2008). Diferentemente de transexuais, travestis não desejam realizar cirurgia de redesignação sexual.

Diferente dos homossexuais, que tem a preferência por indivíduos do mesmo sexo, as travestis têm a necessidade de acrescentar ao seu corpo atributos considerados do sexo aposto, como seios, quadris maiores, voz mais aguda, dentre outras. Deste modo, Pelúcio (2005) confirma que travestis do sexo masculino como indivíduos que nascem com o órgão genital masculino e que, ao longo do tempo, procuram inserir em seu corpo características associadas ao corpo feminino, mas sem extirpar a genitália.

Segundo Cardoso (2005), travesti é um indivíduo que se veste do sexo oposto com caráter místico, festivo ou para o prazer sexual. O mesmo autor ainda divide em três grupos: a) as ocasionais, que são heterossexuais e se vestem em determinadas ocasiões, como em festas ou no período de carnaval; b) as que conflitos estáveis, já estando pois em processo de transformação corporal; e c) as que estão no processo de

redesignação sexual, denominadas transexuais.

As travestis também são denominadas pelo termo transgênero, que se referem “à modalidades de experiências e subjetividades, nas quais se insere a ambiguidade de gênero, na medida em que criam identidades sociais não facilmente classificáveis como masculinas ou femininas” (GARCIA, 2009, p. 598).

Observar vivências de indivíduos com duas características em coexistência propicia-nos debates e reflexões sobre a construção da identidade de gênero, previamente estabelecida, proporcionando classificações que interferem na construção da identidade.

O antropólogo Don Kulick conviveu por quase um ano com um grupo de travestis na cidade de Salvador, onde descreveu algumas destas transformações em *Travestis: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil*. No estudo, são expostos detalhes das transformações.

“Enfim, do meio da pilha de roupas, Banana fez surgir uma calcinha de renda preta e ato contínuo vestiu-se do modo característico das travestis: postando-se de pé, puxando a calcinha até a altura dos joelhos... Esticando a calcinha pela frente e puxando o pênis para trás, ela deslocava o peso do corpo de uma perna para a outra, até que a calcinha estivesse ajustada e o pênis acomodado... certificando de que a parte da frente apresentava-se agora como uma superfície lisa e plana... Deu uma leve palmada na parte da frente da calcinha: “Minha buceta”, disse sorrindo” (2008, p. 9).

Na descrição, percebemos que a transformação está relacionada a esconder a genitália masculina para aparentar ter a feminina, com o uso de vestimentas e acessórios destinados a esse público. Vale destacar que essa primeira mudança não está vinculada ao corpo biológico, mas a uma aparência relacionada à representação da mulher socialmente construída.

Pelúcio (2005) descreve a mudança externa, que se inicia com a retirada dos pelos da barba, de pernas e braços, deixando o cabelo crescer e afinando a sobrancelha. Além disso, nota-se o uso de maquiagem em excesso e roupas femininas fora de ambientes particulares. Corroborando com o que diz Cavalcante (2015, p. 31), quando nos esclarece que “a vestimenta, por exemplo, precisa determinar uma classe social, um sexo predominantemente caracterizado, uma identidade esperada”.

Outro aspecto dessa mudança também está relacionado à transformação corporal via cirurgias, adquirindo características do corpo feminino (seios, coxas, quadris, glúteos) e não apenas acessórios (roupas, joias) como foi relatado na citação anterior.

“No momento, Tina tem quatro agulhas cravadas na nádega esquerda. Há duas horas e meia ela está sendo “bombada”, isto é, recebendo injeções de silicone aplicadas por outra travesti vinda de Recife. Agora, quase 2h30 da madrugada, as partes internas e externas das coxas de Tina, o quadril e a nádega direita, estão prontos. Os furos deixados pelas agulhas rombudas vão sendo preenchidos com gotas de cola Super Bonder e cobertos com pequenas bolas de algodão. O frasco contendo um litro de silicone, que Tina trouxera para a operação, está quase vazio” (KULICK, 2008, p.63).

A aplicação de silicone é prática corriqueira, sendo esta a última etapa no processo de transformação de uma travesti. O preço em clínicas regularizadas ainda está longe da realidade da maioria, que acaba recorrendo a esse método perigoso e clandestino. Segundo Kulick (2008), a ideia de se transformar ocorre na infância, pois nesse período ocorrem brincadeiras eróticas com demais meninos e a atração sexual pelo sexo masculino.

A travesti passa por diversos processos, nunca finalizados. Segundo Pelúcio (2005), a transformação apresenta três etapas. A primeira é o “gayzinho”: o indivíduo assume sua preferência sexual, mas não se utiliza de hormônios e nem se veste com roupas femininas. A segunda fase é “montar-se” começando a usar roupas femininas, cílios postiços, batom, entre outros acessórios. A terceira, e última, é a “transformação”: começa a ingerir hormônios e fazer cirurgias em partes do corpo.

Dentre as mesmas, também existem padrões estético que, segundo Pelúcio (2005), estão ligados aos valores morais do grupo. Como por exemplo, o “gayzinho”, que só é tolerado no grupo se apresentar aparência andrógena e estiver iniciando o processo de transformação. Caso não finalize esse processo, será rejeitado naturalmente. Já os “traveções” são caracterizados pelas transformações malsucedidas, pois o processo estético foi mal elaborado ou por questões da idade teve insucesso.

Nem sempre essas transformações corporais foram predominantes, Boer (2003), ao descrever a prostituição das travestis nas décadas de 1950 e 1960, na cidade de Porto Alegre, enfatiza que as mesmas não usavam hormônios, mas enchimentos de espuma para moldar as roupas no corpo, principalmente seios e glúteo, usando igualmente perucas.



*Imagem 1 – Rubina - Travesti da cidade de Porto Alegre, ano 1950 (direita), ano 1960 (esquerda).*

Fonte: Boer (2003)

Rubina era uma travesti que morou em Porto Alegre e foi uma das primeiras cafetinas da cidade. Na época, era usado o termo “bicha” para designar as travestis (BOER, 2003). A imagem retrata como as travestis se vestiam, com roupas exuberantes e ainda sem o acréscimo de hormônios, apenas com a caracterização externa. Hoje, essa aparência externa está relacionada a transformistas e drag queens que usam o estereótipo para fazer shows e espetáculos artísticos, mas não é única e exclusivamente para tal. Também é considerada uma das primeiras fases da transformação de uma travesti (BENEDITTI, 2005; PELÚCIO, 2005).



*Imagem 2 – Cabana do Turquinho – Porto Alegre*  
Fonte: Boer (2003)



*Imagem 3 – Show na boate Discretu’s – Porto Alegre*

*Fonte: Boer (2003)*

As imagens 2 e 3 datam nos anos de 1960. Novamente percebemos a falta de acréscimo no corpo por meio de procedimentos cirúrgicos, mas podemos analisar que as travestis dessa época, no contexto atual, seriam rotuladas como “travecões” e talvez sofressem discriminações dentre as mesmas. Ou seja, atributos físicos se tornaram parte de uma constituição identitária. Hoje, para uma travesti “parecer um homem” é uma situação impensável, ofensiva e humilhante (KULICK, 2008). A travesti precisa se olhar para o espelho e se reconhecer mulher.

## Considerações Finais

Percebe-se que a construção da identidade travesti é fluida, constante e permanece em movimento, mergulhada em um contexto social que as orienta a pertencer ao masculino ou feminino. Mais do que qualquer outro sujeito, em busca de uma identificação do gênero. A mudança corporal nas travestis é o mediador que as fazem mais femininas e as distanciam do masculino.

Não que seja necessário as travestis se enquadrarem no binário de gênero. Haja vista que somos além do biológico, somos seres complexos, permeados por fatores internos e externos. Podemos entender o corpo da travesti inserida nessa configuração, marcado por variantes para além do biológico, que transpassam questões de subjetividades segundo características específicas.

O corpo está sempre em constante transformação, seja no que tange a mudanças físicas, como acréscimos de percings ou tatuagens, atividades em academias para modelagem, ou ainda por meio de dietas. Por outro lado, há modificações mais incisivas, como cirúrgicas plásticas,

removendo alguma parte indesejada ou incluindo as desejadas.

De modo geral, a maneira de se vestir, com cortes de cabelo e escolha de adereços, também apontam para uma modificação do corpo. Contudo, de forma mais sutil, que pode ser associada a como o sujeito se percebe no meio em que vive e se movimenta. Porquanto, pensar o corpo como inscrição histórica nos permite analisá-lo permeado por fatores pessoais e sociais. A sexualidade, vivenciada através do corpo, tem reflexos na forma como o indivíduo interage e interpreta a experiência.

Assim, a travesti não precisa, necessariamente, ser enquadrada na classificação heteronormativa. Ela vai além desses conceitos, por onde derivam novas formas de entender a construção e a constituição do masculino e do feminino.

As categorias de gênero masculino e feminino tendem a engessar a construção da sexualidade em modos rígidos de ser, que são incapazes de responder acerca do ideário da travesti. Ela mesma coloca em xeque esse paradigma e propõe uma nova direção, um novo entendimento de gênero.

## Referências bibliográficas

- BENEDETTI, Marcos. Toda feita, Rio de Janeiro, editora Garamond, 2005.
- BOER, Alexandre. Construindo a Igualdade: a história da prostituição de travestis em Porto Alegre - Porto Alegre: Igualdade, 2003.
- CAVALCANTE, Lidiany de Lima. Sob o véu da homossexualidade: Relações como espaço de conflito, poder e reconhecimento em Manaus. Tese (Doutorado) - Sociedade e Cultura na Amazônia - Universidade Federal do Amazonas, 2015.
- CARDOSO, Fernando Cardoso. Inversões do papel de gênero: “Drag queens”, travestismo e transexualismo. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 18 (3), 421, 430, 2005.
- KULICK, Don. Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil. Tradução: Cesar Gordon - Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.
- GARCIA, Marcos Roberto Vieira. Alguns aspectos da construção do gênero entre travestis de baixa renda. *Psicologia USP*, v. 20, n. 4, p. 597-618. São Paulo, 2009.
- MANUAL DE COMUNICAÇÃO LGBT. Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) - 2013.
- PELUCIO, Larissa. Na noite nem todos os gatos são pardos: notas sobre a

prostituição travesti. Cadernos Pagu. n. 25, págs. 217-248, Campinas, dez. 2005.

# OS TICUNA PROTAGONIZANDO NO ALTO SOLIMÕES

*Maria Auxiliadora Coelho Pinto  
Michel Justamand  
Sebastião Rocha de Sousa*

## Introdução

No texto a seguir, nós autores tivemos como objetivo apresentar o protagonismo dos Ticuna, uma das muitas etnias indígenas do Brasil, mas que estão espalhados pela região da tríplice fronteira brasileira do Alto Solimões, com o Peru e a Colômbia. Essa etnia tem contato com os não indígenas há mais de três séculos, provavelmente.

Os Ticuna têm atuado nessa região amazônica com certa proeminência em alguns aspectos sociais. Sendo, relativamente, bem sucedidos nas suas interações com os outros grupos do entorno. Esse sucesso nos parece, ser por conta de terem um protagonismo baseado nas suas características de ir à busca de seus objetivos. Eles que são conhecidos como o povo pescado por vara, ou seja, povo Magûta, na terra sagrada Eware, na atual comunidade Vendaval, no município de São Paulo de Olivença no estado do Amazonas, Brasil. Além de possuírem outra especificidade na região que é usar uma língua isolada (GUILHERME, 2016, p. 41).

Pensando nesse sentimento de sempre buscar mais da cultura dos ticuna, de buscar o novo, decidimos levantar os aspectos mais destacados, a nosso ver, da atuação étnica na região. Observamos desde há algum tempo, baseado em relatos etnográficos e em bibliografias, tanto as novas quanto as mais antigas, a respeito da etnia, que a educação é uma área onde os ticuna têm sabido atuar e conseguido obter em seu favor amplificar suas conquistas, indicando protagonismo local, entre as etnias da região, mas não só, sendo exemplo de luta por melhorias para seu modo de vida. Essas conquistas têm influenciado as ações de outros povos da região.

Para iniciarmos a escrita partimos do que a ciência arqueológica já tratou sobre o protagonismo humano da África até a região amazônica, até chegar aos ticuna. Depois enveredamos a discorrer sobre as formas de protagonizar dos ticuna, na fronteira, na educação e em outras áreas mais. Dessa forma, chamamos as (os) leitoras (es) para acompanhar nossa escrita, esperamos que seja prazerosa...

## Do protagonismo ancestral até o atual: o caso dos Ticuna

Os humanos são protagonistas de uma infinidade de ações pelo mundo. Eles se espalharam por todos os continentes. Em todos os climas da terra estamos presentes. Destacamo-nos por nossas intervenções socioculturais, políticas, econômicas, artísticas e outras. Desenvolvemos uma série inumerável de línguas e formas de nos comunicar e deixar nossas marcas em diversos suportes.

Em nossa longa trajetória de mobilidade, como espécie, pelo mundo, saindo da África, continente que é nosso berço de nascimento, humanos por variados caminhos até chegar ao continente americano. Muitos ainda acreditam e defendem que os humanos atravessaram o famoso estreito de Bering, na América do Norte, e que essa seria a única rota de chegada às Américas para os nossos ancestrais (ADOVASIO e PAGE, 2011). Enquanto que outros acreditam que os nossos antepassados teriam chegado nesse continente por meio de rotas alternativas, como vindos diretamente do continente africano (MELO, 2000). Mas não vamos nos aprofundar nessa questão, o importante é saber que os nossos parentes de tempos antiquíssimos foram também protagonistas em sua busca por terras além mar.

Os espaços correspondentes ao que chamamos de América do Sul, incluindo nessa parte geográfica a região amazônica, e, em especial, o Estado do Amazonas no Brasil, têm sido ocupados desde tempos ancestrais e imemoriais de forma recorrente por variados agrupamentos humanos há mais de 10 mil anos (LIMA et ali, 2007, p. 31), podendo atingir muito mais tempo.

Segundo pesquisas arqueológicas, baseadas em vestígios e marcas deixadas por esses grupos, sabemos que se multiplicaram etnicamente nessa parte do continente americano (GUAPINDAIA e PEREIRA, 2010). Composto um caldeirão de culturas ainda em estudos para se saber quantos foram e ou são. Todos eles, com alguma forma de protagonismo, deixaram seus modos de comunicar e marcas, influenciando os que viriam depois. Algumas dessas marcas estão estampadas nas rochas da região amazônica (RIBEIRO, 1997, p. 15; PEREIRA, 2003; JUSTAMAND, 2012, p. 62) e outras são marcas de grandes proporções como os geoglifos (SCHAAN et ali, 2008). Sabemos que nem a floresta, muito lembrada como natural o é necessariamente, ou seja, ela existe como a conhecemos, provavelmente, graças a intervenção das mãos humanas (MAGALHÃES, 2016, p. 11).

Antes de o Brasil ser Brasil, como o conhecemos hoje, houve a conquista europeia. Ela trouxe para todo continente americano, mas em especial para o Brasil, outros formatos de viver e entender o mundo

que é a dos conquistadores. Essas formas produziram na maioria dos casos, tensões, guerras e lutas entre os recém chegados (conquistadores/outsiders) e os estabelecidos, que estavam na região muito antes de 1500, e passaram a ser conhecidos como indígenas.

Muitas etnias indígenas foram dizimadas por doenças epidêmicas que não tinham imunidades, tais como a varíola, trazida pelos europeus, a malária e a febre amarela pelos africanos (MEGGERS, 1987, p. 210). As lutas, guerras e os modos de vida diferentes dos conquistadores de lidar com o meio ambiente e com os estabelecidos, gerou uma dizimação étnica sem precedentes, nos parece, na região amazônica, no país, no continente, quase terminando com o protagonismo indígena amazônico.

O Brasil conta hoje com mais de 235 etnias indígenas reconhecidas (RICARDO e RICARDO, 2011, p. 7). Elas falam mais de 180 línguas que ajudam a compor uma pluralidade sociocultural para a população nacional (IDEM). Entre esses grupos espalhados pelo país há 49 que habitam dois ou três países, como é o caso dos ticuna, que se movimentam nas cidades de tríplice fronteira (Tabatinga, Benjamin Constant, Atalaia do Norte no Brasil, Letícia na Colômbia e Islândia e Santa Rosa no Peru, entre outras nos três países) e entre suas aldeias e comunidades.

O quadro do perfil sociodemográfico da ascendência da população nacional brasileira mostra que 15 por cento são fruto de misturas entre negros, índios e brancos; 10 por cento entre brancos e índios e 5 por cento entre índios e negros. Esse quadro aponta que existe uma ascendência indígena dentro da população nacional por volta de 30 por cento (VENTURI e BOKANY, 2013, p. 188), ou seja, uma parte significativa da população brasileira é descendente direta ou indireta de grupos indígenas.

A Região Amazônica, composta por Suriname, Guiana Francesa, Guiana, Colômbia, Venezuela, Peru, Bolívia, Equador, Brasil (estados brasileiros: Amazonas, Pará, Mato Grosso, Maranhão, Amapá, Roraima, Acre, Rondônia), apresenta uma grande e complexa sociodiversidade. Os povos que ali habitam se multiplicaram aos milhares, ao longo dos anos, constituíram suas próprias formas linguísticas, que compõem intrincadas redes sociais e harmoniosos sistemas econômicos de trocas e farturas. Com mais de 180 povos indígenas vivendo ali, somando uma população de aproximadamente 208 mil indivíduos (HECK et alii, 2005, p. 237).

O Estado brasileiro do Amazonas, conta com uma população autodeclarada indígena com mais de 170 mil (RICARDO e RICARDO, 2011, p. 47). Entre esses estão os mais de 36 mil de ticuna no lado brasileiro (segundo dados da FUNASA), mais os oito mil na Colômbia e outros sete mil no Peru (IDEM, p. 14). A região fronteira tríplice amazônica (Brasil, Colômbia e Peru), que faz parte da rota do rio Solimões, conta com a

presença, além dos ticuna, de outros grupos indígenas como os: Kaixana, Kambeba, Kanamari, Karapanã, Kokama, Matsés, Miranha, Mura e Witoto (IDEM, p. 343; JUSTAMAND, 2015, p. 163; JUSTAMAND, 2016, p. 117). Mas, além desses grupos, a região apresenta uma das maiores Terras Indígenas já demarcadas, é a TI Vale do Javari. Nela estão presentes os: Korubo, Kulina, Kulina Pano, Marubo, Matis, Matsés (Mayoruna), Tsohpm-Dyapa e os isolados (RICARDO e RICARDO, 2011, p. 363).

Há ainda na TI Vale do Javari os isolados, não há conhecimento de quantos são e de como vivem. A Fundação Nacional do Índio (Funai) não permite o contato dos não-índios com eles, visando à preservação da saúde desses humanos. Nos escritos que tratam dos isolados, se buscam entender como e onde vivem se correm riscos de morte ou perderem sua integridade, e o seu protagonismo na relação com o meio ambiente, nas regiões onde o contato está próximo de ocorrer ou já se confirmou (NEVES e LOEBENS, 2011; PARELLADA, 2007). Quando o contato já ocorreu, infelizmente, a sua vida pode ter tempo curto. Mas também não nos deteremos nas análises da vida dos isolados, como já foi feito (ARISI e MILANEZ, 2016; SILVA, 2016).

O protagonismo que queremos abordar nesse texto é o dos Ticuna em especial. Eles têm mantido relações com outros povos indígenas citados acima, mas também com toda a sorte de outros não índios, como os brancos, visando à luta e a manutenção de sua territorialidade (OLIVEIRA, 2002). Ocorre o contato com a cultura branca há mais de 300 anos na região onde habitam. Mas mesmo com o contato tem mantido inalterado seu modo de vida, como rituais, e conseguido se inserir na cultura do entorno.

A inserção Ticuna e o seu protagonismo na região do Alto Solimões, zona de fronteira tríplice internacional com Colômbia e Peru, pode ser notado em lutas por demandas particulares e ou em conjunto com os outros povos da região. Algumas lutas serviram de exemplos para outros povos distantes dali, mas também são influenciados por conhecimentos desses outros. Inclusive falam duas línguas, português e o espanhol (COELHO, 2005, p. 57), além da sua própria.

Para tratarmos desse protagonismo indígena Ticuna lançaremos mão de análises sobre o que esse grupo tem feito. Vamos lembrar em nossos escritos da ação Ticuna na fronteira, na educação e em outros setores da sociedade e cultura local. Por esse motivo em linhas gerais os escritos que seguem estão divididos em os ticuna na fronteira, protagonismo ticuna na educação e outras formas do protagonismo ticuna.

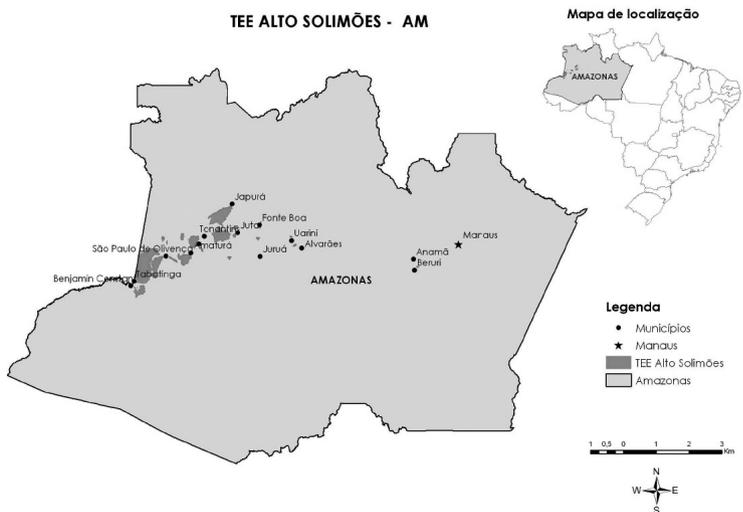
## Os Ticuna na fronteira

O povo Ticuna vive na fronteira do Brasil, Colômbia e Peru na região do Alto Solimões. Há muito tempo esse povo foi chamada de Tukuna, pelo fato de na época do contato estes apresentarem-se com pintura de jenipapo no alto do nariz. Tukuna em tupi significa nariz preto. Com o passar do tempo e com a grande mudança nas variantes linguísticas causadas pelo contato, a palavra Tukuna sofreu alterações para a atual ticuna, devido ao uso por muitas pessoas de diferentes locais.

Segundo sua mitologia:

Os Ticuna se consideram descendentes do povo Magüta, que significa pessoas pescadas com varas. Os Ticuna teriam sido pescados pelo personagem mitológico Yo'í, como se verá posteriormente no mito tikuna da criação. A designação "Ticuna" se originou do idioma Tupi e significa "nariz preto", em referência ao costume Ticuna de pintar o rosto com tinta de jenipapo para indicar a pertença a determinados clãs. Está denominação é registrada desde o século XVII por missionários e soldados (SOUSA, 2013).

Este cenário mostra o quanto o povo ticuna preserva a história de seus antepassados, mantendo viva a memória que é vista fortemente nos dias atuais.



*Imagem 1 – Localização geográfica dos Ticuna  
Mapa dos territórios Etnoeducacionais – MEC, 2010.*

Do lado brasileiro a concentração maior deste povo está localizada nos municípios de Benjamin Constant, Tabatinga, São Paulo de Olivença, Amaturá, Santo Antônio do Iça e Tonantins, tendo ainda muitos ticunas em vários outros municípios do Estado do Amazonas e em outros da federação:

Os Ticuna são um grupo indígena de grande representação populacional no Brasil, habitantes da área do alto Solimões no Amazonas. Representam a maior nação indígena do Brasil. Mesmo após mais de quatro séculos de contato com a sociedade ocidental, o povo Ticuna preserva a sua identidade, lutando historicamente pela posse da sua terra e afirmação cultural, embora por vezes, se veja aliciado por movimentos não indígenas da população envolvente (SOUSA, 2013).

Apesar do contato com a sociedade contemporânea, esse povo possui uma dinâmica de sociabilidade bastante diversificada para se relacionarem com outros povos, visto que, analisando a história do contato, passou por vários conflitos com seringueiros, pescadores e madeireiros na região do rio Solimões, até que criou suas organizações como instrumentos de defesa e de afirmação de identidade.

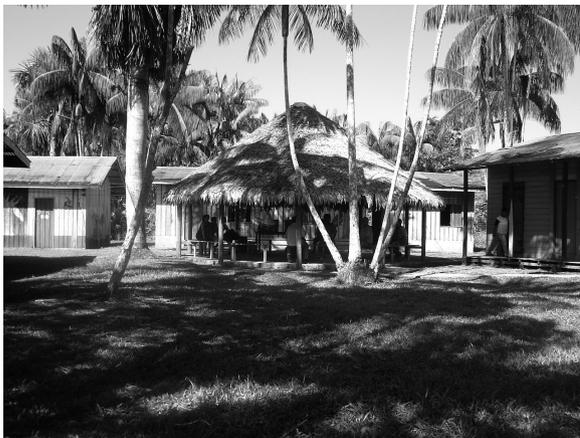
Com a criação das organizações foi possível aos Ticuna lutarem pela terra, saúde, educação, cultura e sustentabilidade econômica e ambiental, surgindo dentre ele os grandes movimentos que deu origem ao Museu Magüta e a criação da Organização Geral dos Professores Ticuna Bilíngues (OGPTB) e outras. Os ticuna também são muito conhecidos pela imponente manifestação da sua cultura. Uma complexa língua, falada por quase a todos os integrantes do povo.

Um marco importante desse povo é a questão mitológica, dado possuírem cultura material de destaque nas máscaras, pinturas clônicas no corpo e rosto ligado principalmente ao ritual da Moça Nova, o qual revela os Ticuna como um povo rico, de passado, de presente e de futuro. O ritual da Moça Nova é de passagem da mulher da fase criança para a fase adulta, e consiste em a moça ficar em um lugar isolado da família e sociedade a partir da primeira menstruação para se preparar para o ritual. Durante esse período, recebe conselhos da mãe e das senhoras idosas da comunidade e de como ser uma boa mulher, assim como o aprendizado da cultura, comida, artesanato, roça e outros afazeres inerentes. Após o período de clausura, é apresentada à comunidade – e começa o ritual. Os pais, junto com os idosos, trazem a moça com cantos de aconselhamentos e danças, e durante tais momentos vão sendo arrancando seus cabelos até esta ficar careca. No ritual, é oferecido o pajuaru (bebida extraída da mandioca e passada por um processo de fermentação natural) e comidas típicas (peixe assado, carne de caça e outros). Ao terminar o ritual, ela é considerada adulta.

Como os Ticuna são um povo que vive em fronteira, registra-se uma quantidade grande de pessoas que residem tanto no Peru quanto na Colômbia, fazendo esse povo relacionar-se de forma saudável com indivíduos que residem no país estrangeiro, sem a preocupação do ir e vir, visto que muitos têm parentes nos dois países. Residir no Peru e na Colômbia, para os Ticuna, não é tão favorável, entretantes, visto que esses países não oferecem aos povos indígenas os benefícios sociais que o Brasil possui, fazendo com que muitos migrem e naturalizem-se brasileiros. A prática é comum na fronteira.

A situação linguística é estudada por pesquisadores, visto que se trata de uma língua que não possui tronco específico, tornando-se a única no país; por outro lado, é considerada complexa pelo fato de possuírem vários glosais que nasalizam palavras, fazendo com que se torne difícil sua pronuncia.

No contexto educacional, a escola formal foi reforçada com a criação da Organização Geral dos Professores Ticunas Bilíngues (OGPTB), desenvolvendo uma educação bilíngue (RUBIM e RODRIGUES, 2015, p. 108), no Centro de Formação de Professores Ticuna -Torü Nguépataü, na aldeia de Filadélfia (Benjamin Constant).



*Imagem 2 – Sede da Organização Geral dos Professores Tikuna Bilíngues  
Foto: Sebastião Rocha de Sousa, 2010*

O Centro de Formação de Professores Ticuna-Torü Nguépataü se destaca por estar sempre oferecendo cursos de formação de professores, incluindo a educação básica e por último a educação superior em uma parceria com a Universidade do estado do Amazonas (UEA). Destaca-se ainda que a OGPTB há bastante tempo vem travando lutas para conquistar uma educação que seja acessível e de qualidade a todos os povos tradicionais dessa região.

## Protagonismo Ticuna na educação: um relato

A escola tem sido vista pelos Ticuna como instrumento de afirmação étnica e cultural. O espaço é também necessário para a sobrevivência física e cultural. Sem deixar de ser um local de aquisição de saberes, que se articula com o modo de vida sociocultural, na escola se visa a igualdade de condições junto à sociedade do entorno (SILVA, 2015). A escola lhes possibilita maior conhecimento da língua portuguesa, tanto escrita quanto oral, e esse saber é fundamental para as relações com o mundo do não índio (IDEM, p. 97).

No contexto das intenções Ticuna com a escolarização e seu protagonismo, lançamos mão de uma relato da etnia, onde uma indígena revela sua trajetória, da infância até ser educadora de duas escolas públicas, uma estadual e outra municipal, no Alto Solimões. Nídia Arcanjo Eleutério, brasileira, Ticuna, terceira filha do senhor Alexandre Eleutério e de dona Nazaré Arcanjo Eleutério, sublinha o que segue.

Tenho cinco irmãos, três homens e duas mulheres. Meu pai está trabalhando como motorista fluvial da FUNASA no polo base de comunidade indígena Vila Betânia e também ele é comerciante, minha mãe era professora, atualmente ela não atua mais na sala de aula. Sou da nação de Avai, o meu nome em Ticuna é Meetana significa copa da árvore bonita. Nasci no dia 12 de março de 1977, na comunidade Indígena Macedônia Colômbia. Nasci lá por motivo que meus pais faziam estudo bíblico, e lá ficaram pouco tempo, e com 6 meses de idade eles retornaram comigo para a comunidade indígena Vila de Betânia, município de Santo Antônio do Içá-AM situada na margem esquerda do rio Içá.

Iniciei meus estudos no pré-escolar em 1983, na Escola Municipal D. Pedro I, em Vila de Betânia. Naquele tempo, as escolas eram de madeira, a minha professora era minha mãe, Nazaré Eleutério. Entrei em contato pela primeira vez com as coordenações motoras para agilizar as forma de escrever as letras do nosso alfabeto e com a contagem dos números naturais. No meu primeiro ano, encontrei dificuldade na escritura. Passei três anos estudando na mesma série e com a mesma professora. Ela que me alfabetizou e aprendi a escrever meu primeiro nome, as palavras e os desenhos. Também aprendi com ela a primeira música: “João trabalha com um martelo”. Essa eu nunca esqueci na minha vida. Essa era a música preferida dela, que sempre cantava com as crianças. Na época, não tinha livro dos alunos, somente o da professora. Naquele tempo não existia mais o castigo dos alunos.

Após os três anos, em 1986, passei a estudar na 1ª série com o professor Henrique Salvador. Naquele ano, não tinha mais a sala de aula, ele trabalhava numa casa que se chamava de enfermaria. Nessa série, eu já estudava no livro Caminho Suave e no Pipoca. Era estranho estudar com aqueles livros, mas aprendia, mesmo com dificuldade, e a cada ano fui melhorando o desenvolvimento

de minhas capacidades, passando a entender e perceber o valor da educação na vida do ser humano. Passei quatro anos estudando com professores indígenas.

Em 1987 estudei na 2ª série com a professora não indígena que se chama Isane, na Escola Municipal Dom Pedro I, onde enfrentamos dificuldade pela falta das cadeiras às vezes. Nessa época, encontrei dificuldade porque não entendia bem a minha segunda língua-portuguesa, mas mesmo assim aprendi e entendia o que a minha professora me ensinava. Quando ela me mandou na frente para fazer atividades eu obedecia a ela.

Na 3ª série, em 1988, com a professora Maria Denir de Souza Batalha na Escola Municipal D. Pedro I, não conseguia passar, porque não sabia interpretar um texto, não conseguia ler o texto grande e na matemática não sabia resolver a multiplicação e divisão, por causa disso não passei para outra série.

Em 1989 estudava na mesma série com o professor Sebastião de Souza Batalha, na escola Municipal D. Pedro I, e naquele ano a escola estava construída de alvenaria, com cinco salas de aulas, onde os alunos estudam atualmente. Nessa série, que o professor trabalha muito com leitura e ditado, foi com ele que aprendi a ler, porque ele exigia muito a leitura em grupo e individual, aonde eu ia me desenvolvendo e aprendendo como fazer a leitura. Ele era um bom professor e nunca brigava com seus alunos.

Ao ano seguinte eu parei de estudar por motivo de falta de professores para ensinarem a 4ª série, tinha professores somente para 1ª a 3ª série.

No ano de 1991, eu continuei a estudar na 4ª série com o professor Edivão da Silva Garcia, na mesma escola, nessa série não tinha muita dificuldade em cada disciplina, porque já entendia o que o professor ensinava e as tarefas já fazia sozinha. Aquele professor ensinava muito bem seus alunos, não era ruim e nem bravo, gostava de dar aula, a matemática, foi com ele que aprendi as quatro operações, equações do 1º grau e do 2º grau, ele era um ótimo professor.

Quando conclui as séries iniciais vi que estudar era a minha profissão, naquele momento tinha passado para 5ª série do ensino fundamental onde senti o impacto visto estar acostumando apenas com um professor e na 5ª série tinha sete, os quais exigiram de mim mais esforço e atenção nos estudos.

Neste espaço de tempo, tive prazer de estudar com diferentes docentes, na 5ª, 6ª, 7ª e 8ª série, os meus 5ª, 6ª série terminou na escola Municipal D. Pedro I, os meus 7ª e 8ª série estudava já na Escola Estadual D. Pedro I, entre 1994 a 1995, onde encontrei pouca dificuldade, mas os professores ensinavam de diferentes maneiras para que pudesse entender de maneira clara e objetiva os assuntos por eles passados. Naquela época teve 2ª turma, formados no 1º grau, no ensino fundamental na referida escola.

Em ano 1996 continuei estudando no 2º grau do ensino médio acadêmica na Escola Estadual Santo Antônio do Içá, no município de Santo Antônio do Içá. Naquele ano tive outra experiência que fui estudar a noite que por sinal foi muito bom, porque eu tinha mais tempo de estudar.

Nesse mesmo ano houve uma provinha para professor de pré-escolar, nessa prova consegui passar, por causa disso desisti da minha aula na Escola Estadual Santo Antônio. No mesmo ano, tive oportunidade de ingressar no Curso de Formação de Professores Ticuna no nível de 1º grau (suplência) com a qualificação para o magistério de 1ª a 4ª séries, onde continuei a minha formação profissional, no município de Benjamin Constant, na aldeia de Filadélfia. Estudei 25 disciplinas diferentes aplicadas com os docentes doutorados que vieram de outros Estados, como Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo de Sul e em Brasília, com a carga horária de 1.720 horas. Concluí o curso em 1998.

Nesse mesmo ano, continuei a minha formação profissional de ingressar no curso de ensino Médio com Habilitação para o Magistério no centro de Formação de Professores Ticunas, Torü Nguepataũ, para que pudesse gozar de todos os direitos. Nesse curso, tive a carga horária de 2.400 horas e os componentes curriculares foram 25 disciplinas, e através do curso tive novo conhecimento. Esse ofereceu as experiências boas à preparação para o magistério e também muitas orientações que são importantes para a minha vida de professor. Concluí em 28 de fevereiro de 2001. Continuei no curso durante o ano de 2001, e participei das três etapas do curso de Formação Continuada Magistério Indígena, ministrado pela Organização Geral dos Professores Ticuna Bilingue no Centro de Formação de Professores Ticuna Torü Nguepataũ, tendo cumprindo a carga horária de 730 horas e as 11 (onze) disciplinas, eu terminei esse curso em ano de 2002.

No ano de 2006, fiz uma prova para curso de ensino superior e consegui passar nessa prova, em julho desse mesmo ano, tendo a oportunidade de ingressar no curso de Licenciatura para Professores Indígenas no Alto Solimões, na Universidade do Estado do Amazonas UEA/OGPTB no Município de Benjamin Constant/AM. Nesse curso, estudei em diferentes áreas de conhecimentos básicos, durante o período de 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª etapas, até 2008. Estudei com as diversas disciplinas ministradas pelos professores que vieram de diferentes estados.

Em 2009, a turma foi dividida por áreas, escolhi a área de linguagem, com três disciplinas específicas: Língua Portuguesa (literatura), Língua Ticuna e Língua Espanhola, ministradas por Sebastiana (língua portuguesa e literatura), Marília Ticuna (Língua Ticuna) e Juan (Língua Espanhola). Esses professores foram meus docentes da 6ª à 10ª etapa do curso, o qual surgiu como a conquista de um sonho, despertando um novo olhar diante da minha realidade. Para cada disciplina fui adquirido conhecimentos e tendo uma

visão mais ampla e desenvolvendo os diversos aspectos e fatores que fundamentam o processo de ensino aprendizagem, sendo estes relacionados ao meio familiar, social, político e cultural em qual estamos inseridos.

No decorrer de vida como discente e até hoje como docente sempre participava das atividades escolares e alguns eventos realizados nas escolas, sendo esta através de apresentações no dia das mães, dia dos índios e nos outros eventos. Recentemente, como sou professora de Língua Ticuna na Escola Estadual Indígena D. Pedro I e na Escola Municipal Metacú, participei de algumas atividades escolares, como semana da leitura, campeonato de matemática, organização e a apresentação do painel e dos outros. Foi uma trajetória de estudante que somou à vida profissional e pessoal como indígena e eu buscava galgar novos horizontes (ELEUTÉRIO, 2011, p. 10-15).

## Protagonistas na UEA e na UFAM

O exemplo supracitado é de conquista e superação indígena nessa região amazônica do Alto Solimões/AM. Foi exatamente a partir de 2002 quando se iniciou a participação dos cursos de formação, principalmente para professores Ticuna, Kokama, Caixana e Cambeba. Estes cursos surgiram a partir das discussões com professores e lideranças indígenas sobre as políticas educacionais na região. Desses encontros, saiu o projeto do curso de licenciatura para os indígenas do Alto Solimões, visando-se a realização do Curso de Licenciatura para Professores Indígenas do Alto Solimões e a consolidação do funcionamento desse curso na aldeia, observando-se como as lideranças buscaram parceria com a Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

O resultado dessa parceria foi que em 2006 iniciou-se a formação em educação superior para os indígenas.



Imagem 3 – Turma de Educação Superior Indígena do Alto Solimões/AM  
Foto: Maria Auxiliadora, 2010

O curso destinou-se a 230 professores ticuna, dispendo de 20 vagas para professores Cocama, Caixana e Cambeba. Assim, como muitas organizações indígenas do país, a OGPTB luta pelo cumprimento da Legislação de Educação Escolar Indígena na região do Alto Solimões. Embora enfrente dificuldades de toda ordem, a persistência e a incansável mobilização dos membros dessa organização têm permitido superar inúmeros obstáculos e desafios para fazer valer os direitos dos povos indígenas de atuarem com autonomia na condução de seus projetos, de suas escolas e de seus propósitos por melhores condições de vida. O Centro de Formação de Professores Ticuna Torü Nguépataü é local de referência da escola ticuna da educação básica, assim como o Museu Magüta da cultura.

Os Ticuna, com o propósito de registrar a memória, promover e preservar a cultural do povo, criaram em Benjamin Constant o Museu Magüta, onde se encontram artefatos da cultura indígena, uma biblioteca e instrumentos utilizados no dia a dia desse povo.



*Imagem 4 – Museu Magüta, em Benjamin Constant  
Foto: Sebastião Rocha, 2009*

Instalado em uma casa de arquitetura simples, cercado por jardim com flores, onde existem algumas espécies botânicas usadas na confecção e decoração de artefatos indígenas, o museu tornou-se referência nacional, sendo afiliado ao Museu Nacional do Rio de Janeiro. Já na Universidade Federal do Amazonas, o protagonismo Ticuna tem sido marcante. Ele está presente nas lutas por melhorias para os estudantes da etnia (LIMA et al, 2016).

Os Ticuna são a maioria dos estudantes indígenas no Instituto de Natureza e Cultura (INC), da UFAM. Estão presentes em todos os seis cursos de graduação da unidade: Bacharelado em Administração, Bacharelado em Antropologia, Licenciatura em Ciências Agrárias e do Meio Ambiente, Licenciatura Dupla em Ciências: Biologia e Química, Licenciatura Dupla em Letras: Português e Espanhol e, por fim, Licenciatura Plena em Pedagogia. Lembramos ainda que entre as demandas dos Ticuna está o fortalecimento dos seus propósitos nas escolas públicas, localizadas em suas terras, buscando que esses aparelhos do Estado tenham abordagens educacionais diferenciadas como preconiza a lei 10.172 de 09/01/2001. Os

ticuna, como esta disposto na lei, querem que as escolas tenham na suas administrações preocupações com a diferença étnica que eles são parte. Eles também querem que esses locais contribuam para a formação de quadros indígenas, querem que os seus conteúdos sejam reconhecidos e adaptados a realidade local e que sejam criadas condições para autonomia e autogestão de projetos escolares (RUBIM e RODRIGUES, 2015, p. 111).

Vale ainda lembrar que os Ticuna tem se utilizado da educação intercultural no lado colombiano da fronteira, onde eles também habitam e desenvolvem sua cultura. Um desses estudos é o sobre a educação escolarizada e intercultural na escola Santa Izabel, na comunidade de Macedônia. Ali, foi possível observar que os Ticuna têm usado esses espaços para tomadas de decisões políticas e econômicas. Essas decisões têm a participação dos educadores e dos membros da comunidade local. As lideranças Ticuna, preocupadas com a manutenção de sua língua mãe – que os educandos estão deixando de lado – investiram em parcerias com a comunidade e contrataram duas pessoas para garantir a permanência viva da cultura linguística da etnia (PINTO, 2016, p. 112)

Muitos estudantes Ticuna já se destacaram nas suas graduações e seguiram estudos em programas de pós-graduações na própria universidade, que são mestres, pleiteando o doutorado, mas alguns já alçaram outros voos mais distantes. Já há uma estudante ticuna de doutorado na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em São Paulo, graduada em Antropologia, na unidade de Benjamin Constant.

## Outras formas do protagonismo Ticuna

Temos como certo que os Ticuna têm um papel relevante no cenário sociocultural da região da tríplice fronteira, por terem envolvimento na vida cotidiana em muitas esferas, sejam elas políticas, sociais, artísticas ou outras. Apresentaremos algumas dessas inserções a seguir.

Na cidade de Tabatinga/AM, que faz fronteira seca com a cidade de Letícia na Colômbia, há uma sede da Fundação Nacional do Índio, a FUNAI, onde depois de muitos anos sem concurso público um processo seletivo ocorreu para todo o Brasil. Nesse, foi aprovada, parece-nos, pela primeira vez, uma Ticuna para a coordenação da sede. Ela é Mislene Metchacuna Martins Mendes (filha de liderança indígena). Foi aluna da Ufam no Alto Solimões, na unidade acadêmica de Benjamin Constant, no curso de Antropologia, e defendeu seu mestrado na mesma instituição acadêmica em Manaus, no curso de Pós-Graduação em Antropologia (PPGAS), mostrando o protagonismo da etnia na região e em especial das mulheres Ticuna que estão nos bancos acadêmicos.

Já há alguns anos uma liderança universitária Ticuna em viagem

para fora do Estado tomou conhecimento da existência de bolsas de estudos especiais para indígenas. A partir desse conhecimento foi iniciada uma luta dos universitários indígenas na Ufam de Benjamin, visando essa conquista. Depois, implementou-se bolsa de estudos para todas as etnias que integram os quadros da unidade benjaminense. Mais uma vez, sinal do protagonismo Ticuna.

A Associação das Mulheres Indígenas Ticuna (AMIT) que luta por melhores condições da etnia, localiza-se em Benjamin Constant e incentivou a criação e os interesses de mulheres indígenas de outras etnias da região, em especial do Vale do Javari, impulsionando o desenvolvimento de projetos acadêmicos (RODRIGUES, 2012).



*Imagem 5 – Associação das Mulheres Indígenas Ticuna a AMIT – em Benjamin Constant*

*Foto: Michel Justamand, 2011*

Os Ticuna edificaram entre si um controle social que, independentemente de nossa visão sobre a temática, é outra forma de protagonismo. Criaram a sua própria Polícia em 2008. Essa instituição se chama Polícia Indígena do Alto Solimões (PIASOL). Foram os seus próprios caciques, agentes de saúde, professores, pastores, representantes de movimentos indígenas, gestores de escolas, pais e alunos. Essa atitude foi tomada graças a problemas vivenciados pelos mesmos em suas comunidades (MENDES, 2012; RUBIM e RODRIGUES, 2015, p. 106).

A sabedoria Ticuna é responsável pela criação da bebida fermentada que nominamos de cerveja. Ela é feita especialmente para eventos sociais, como o ritual da moça nova, sendo oferecida para todos os participantes (MATAREZIO FILHO, 2003; JUSTAMAND, 2016, p. 125). A agricultura familiar é uma das formas de resistência dos Ticuna. Desenvolvem ainda de forma artesanal a reprodução da farinha. Essa ação significa uma reserva de recursos alimentares e a própria segurança frente a qualquer intempérie política, social, climática ou outras, conforme aponta Adailton

da Silva (2016).

Amazônia Quer indígena é um texto que trata das relações de gênero na sociedade Ticuna. Nele, são descritas condições sociais, familiares e afetivas de mulheres que, em suas comunidades, assumiram relações homoafetivas, mostrando que há questões de gênero que nem sempre foram apontadas em outros escritos mais tradicionais sobre esse universo étnico (GUILHERME, 2016).

## Considerações finais

Os Ticuna são habitantes da área do Alto Solimões, no Amazonas, na fronteira do Brasil, Colômbia e Peru. Eles são o maior grupo indígena de representação populacional no Brasil. Mesmo após mais de quatro séculos de contato com a sociedade ocidental, esse povo preserva sua cultura. Lutando historicamente pela posse da sua terra, atendimento à saúde, educação e a afirmação cultural eles vão em frente. Embora, por vezes, infelizmente, sejam aliciados por movimentos não indígenas da população envolvente.

A história da criação do povo passa por um viés mitológico ímpar, fazendo com que tanto os rituais como as questões linguísticas sejam únicas, sendo um diferenciador mundial. O seu território guarda um patrimônio cultural e mítico muito rico, capaz de chamar atenção de muitos pesquisadores.

Como lembramos a educação vem sendo conquistada de forma incontestada, também por meio da criação da OGPTB, que em parceria com a Universidade do Estado do Amazonas vem formando professores para atuarem nas escolas da rede de educação básica. Mas também com a presença de muitos estudantes universitários oriundos dessa etnia protagonista no Alto Solimões, Amazonas e na região fronteiriça tríplice.

Eles têm ainda um espaço privilegiado de guarda patrimonial e de seus artefatos históricos que é o museu Magüta. Ali também se concentra o registro de suas primeiras comunidades e utensílios utilizados por eles. É sempre importante frisar que os ticuna têm se mantido fieis a suas tradições ancestrais de luta e busca por melhores condições de vida. Esse espírito pode ser encontrado na permanência nos bancos universitários de graduação e depois de pós-graduação, visando sempre terem uma inserção no mundo dos não índios, como gostam de tratar todos os que se diferem deles.

Temos como certo que o protagonismo ticuna na região amazonense é fruto de sua longa história de luta e busca. Mas que mais do que isso é um exemplo para as suas futuras gerações buscarem novos

vãos ou pescarias. Queremos ainda destacar que os ticuna com sua forma de vida, ações, criações e instituições, sejam sociais, educacionais, culturais, são exemplo para outras etnias da região e quiçá o sejam para as de diferentes partes do Brasil e do mundo.

## Referências bibliográficas

ADOVASIO, J. M. e PAGE, Jake. Os primeiros americanos. Em busca do maior mistério da arqueologia. Rio de Janeiro: Rercord, 2011.

ARISI, Bárbara e MILANEZ, Felipe. De índios isolados a ignorados: conflitos no Vale do Javari, AM. In: JUSTAMAND, Michel; RODRIGUES, Gilse Elisa e CRUZ, Tharcísio Santiago (orgs.). Fazendo Antropologia no Alto Solimões: Diversidade étnica e fronteira. Embu das Artes: Alexa Cultural, 2016.

COELHO, Marco Antonio. Warwick Kerr: a Amazônia, os índios e as abelhas. In: Estudos avançados. Dossiê Amazônia Brasileira I. USP. Instituto de Estudos Avançados, vol. 1, n. 1, (1987) – São Paulo: IEA, 1987.

ELEUTÉRIO, Nídia Arcanjo. Formação de Professores Bilíngues do Alto Solimões. TCC – Curso de Educação Escolar Indígena (Habilitação em Letras), Universidade do Estado do Amazonas – UEA, 2011. Orientadora Professora Mestre Maria Auxiliadora Coelho Pinto.

GUAPINDAIA, Vera e PEREIRA, Edithe (orgs.). Arqueologia Amazônica. Vol. 1. Belém: MPEG; IPHAN; SECULT, 2010.

GUILHERME, Josiane. Amazônia queer indígena: relações homoafetivas na sociedade ticuna. In: JUSTAMAND, Michel; RODRIGUES, Gilse Elisa e CRUZ, Tharcísio Santiago. Fazendo Antropologia no Alto Solimões: educação e gênero. Embu das Artes: Alexa Cultural, 2016.

HECK, Egon; LOEBENS, Francisco e CARVALHO, Priscila D. Amazônia indígena: conquistas e desafios. In: Estudos avançados. Dossiê Amazônia Brasileira I. USP. Instituto de Estudos Avançados, vol. 1, n. 1, (1987) – São Paulo: IEA, 1987.

JUSTAMAND, Michel. Comunicar e Educar no território brasileiro: uma relação milenar. Embu das Artes: Alexa Cultural, 2012.

JUSTAMAND, Michel. Uma pequena contribuição para os debates antropológicos no Brasil: algumas experiências de Benjamin Constant. In: JUSTAMAND, Michel e SILVA, Adailton (orgs.). Fazendo Antropologia no Alto Solimões 2. Embu das Artes: Alexa Cultural, 2015.

JUSTAMAND, Michel. Diversidade na Tríplice Fronteira Amazônica: Brasil, Colômbia e Peru. In: JUSTAMAND, Michel; RODRIGUES, Gilse Elisa e CRUZ, Tharcísio Santiago. Fazendo Antropologia no Alto Solimões: Diversidade

étnica e fronteira. Embu das Artes: Alexa Cultural, 2016.

LIMA, Claudia; NASCIMENTO, Albergson Ferreira; RAMOS, Alice de Lima; ORTEGA, Anderson Barroso; NASCIMENTO, Kirsan Rocha do e BATISTA, Neicylane de Souza. Assistência Social e inclusão educacional no Alto Solimões/AM. In: JUSTAMAND, Michel; RODRIGUES, Gilse Elisa e CRUZ, Tharcísio Santiago (org.). Fazendo Antropologia no Alto Solimões: diálogos interdisciplinares. Embu das Artes: Alexa Cultural, 2016.

LIMA, Helena Pinto; COSTA, Fernando W. da Silva e NEVES, Eduardo Góes. Arqueologia Amazônica. Manaus: Governo do Estado do Amazonas; Secretaria do Estado da Cultura; CCPA, 2007.

MAGALHÃES, Marcos Pereira (org.). Amazônia Antropogênica. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2016.

MEGGERS, Betty J. Amazônia. A ilusão de um paraíso. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1987.

MELO, Patrícia Pinheiro de. O problema do povoamento da América: uma nova proposta explicativa. In: CLIO Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco – Série Arqueológica, n. 14. Anais da X Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira – SAB. Recife, UFPE, 2000, pp. 263-272.

MENDES, Mislene Metchacuna Martins. O contexto social que possibilitou a criação da organização indígena Tikuna PIASOL. In: JUSTAMAND, Michel e RODRIGUES, Gilse Elisa. Antropologia no Alto Solimões. Embu das Artes: Alexa Cultural, 2012.

NEVES, Lino João de Oliveira e LOEBENS, Guenter Francisco. Povos indígenas Isolados na Amazônia. A luta pela sobrevivência. Manaus: EDUA, CIMI, 2011.

OLIVEIRA, João Pacheco. Ação indigenista e utopia milenarista. As múltiplas faces de um processo de territorialização entre os Ticuna. In: ALBERT, Bruce e RAMOS, Alcita Rita. Pacificando o Branco: cosmologias de contato no Norte-Amazônico. São Paulo: UNESP; Imprensa Oficial do Estado, 2002.

PARELLADA, Alejandro (org.). Povos Indígenas em isolamento voluntário ou em contato inicial na Amazônia e no Gran Chaco. São Paulo: Instituto de Psicologia da USP. Núcleo Interdisciplinar do Imaginário e Memória. Laboratório de Estudos do Imaginário; Copenhagen: DIN – IWGIA. 2007.

PEREIRA, Edithe. Arte Rupestre na Amazônia – Pará. Belém: Museu Emílio Goeldi; São Paulo: UNESP, 2003.

PINTO, Maria Auxiliadora Coelho. Educação escolarizada e intercultural:

desafios de uma escola do campo de El Vergel – Colômbia. In: JUSTAMAND, Michel; SANCHEZ, Camilo Torres e SOUZA, Josenildo Santos de. Diálogos Híbridos. Embu das Artes: Alexa Cultural, 2016.

RIBEIRO, Pedro Augusto Mentz. Arqueologia em Roraima: histórico e evidências de um passado distante. In: BARBOSA, Reinaldo Imbrozio; FERREIRA, Efrem Jorge Gondin e CASTELLÓN, Eloy Guillermo. Homem, ambiente e ecologia no Estado de Roraima. Manaus: INPA, 1997.

RICARDO, Beto e RICARDO, Fany. Povos indígenas no Brasil: 2006-2010. São Paulo: ISA, 2011.

RODRIGUES, Gilse Elisa. Reflexões Antropológicas, saberes interculturais e diálogos femininos no Vale do Javari/AM. In: JUSTAMAND, Michel e RODRIGUES, Gilse. Fazendo Antropologia no Alto Solimões. Embu das Artes: Alexa Cultural, 2012.

RUBIM, Mara Francisca Silva e RODRIGUES, Renan Albuquerque. Escola em aldeia Ticuna: construindo processos educacionais na comunidade Vila Betânia, Alto Solimões. In: JUSTAMAND, Michel e SILVA, Adailton da. Fazendo Antropologia no Alto Solimões 2. Embu das Artes: Alexa Cultural, 2015.

SCHAAN, Denise; RANZI, Alceu e PÄRSSINEM, Martti (orgs.). Arqueologia da Amazônia Ocidental: os geoglifos do Acre. Belém: EDUFPA; Rio Branco: Biblioteca Ministra Marina Silva, 2008.

SILVA, Adailton da. Centro e ciclo: notas sobre a produção de farinha de uma família Ticuna na comunidade de Filadélfia (Benjamin Constant – AM). In: JUSTAMAND, Michel; RODRIGUES, Gilse Elisa e CRUZ, Tharcísio Santiago. Fazendo Antropologia no Alto Solimões: Diversidade étnica e fronteira. Embu das Artes: Alexa Cultural, 2016.

SILVA, Bernardo Natividade Vargas da. Dinâmicas urbanas e territorialidades indígenas no Vale do Javari. In: JUSTAMAND, Michel; RODRIGUES, Gilse Elisa e CRUZ, Tharcísio Santiago. Fazendo Antropologia no Alto Solimões: Diversidade étnica e fronteira. Embu das Artes: Alexa Cultural, 2016.

SILVA, Antônia Rodrigues da. Como vejo a escola: concepções dos índios ticuna do Alto Solimões – AM. In: JUSTAMAND, Michel e SILVA, Adailton da. Fazendo Antropologia no Alto Solimões 2. Embu das Artes: Alexa Cultural, 2015.

SOUSA, Sebastião Rocha de. Conflitos de identidade entre os jovens da etnia tikuna na comunidade de Umariáçu I na terra indígena Eware I no município de Tabatinga/AM. Dissertação de mestrado. EST, 2013. Disponível em: [http://tede.est.edu.br/tede/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=543](http://tede.est.edu.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=543).

VENTURI, Gustavo e BOKANY, Vilma (orgs.). Indígenas no Brasil. Demandas dos povos e percepções da opinião pública. São Paulo: Perseu Abramo, 2013.



## **SONHO DE PARTIDA**

Vou-me embora  
Por ai mundo afora  
Vou encontrar uma hora  
Pra ninguém me ver partir  
Posso ter que me explicar  
Até me impedir de ir.

Vou levantar na madrugada  
Bem no meio da alvorada  
Do cantar da passarada  
Vou sair devagarinho  
Em busca de outro ninho  
Onde possa me agasalhar

Vou levando o carinho  
Da gente que me viu nascer  
Dos amigos as lembranças  
O amor de minha cidade  
Dos sorrisos das crianças  
Momentos de felicidade

Vou levar meu endereço  
La da rua da bondade  
E quando chegar a saudade  
Despertar desta perfídia  
Deste sonho de partida  
Pois aqui é o meu lugar.

*Odri Araújo*



## **SOBRE OS AUTORES**

### **Adailton da Silva**

Doutorando de Antropologia no Programa de Pós-Graduação em Antropologia – PPGAS, na Universidade Federal do Amazonas – UFAM, em Manaus.

### **Ana Cristina Alves Balbino**

Doutoranda em História Social, no Programa de Pós-Graduação em História – PPGH, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Professora de História da rede estadual de educação de São Paulo.

### **Daniela Alves**

Graduanda em História pela Universidade Federal de Goiás – UFG/CAC / Bolsista de Iniciação Científica do CNPq.

### **Dener Albuquerque Ribeiro**

Graduando em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Federal do Amazonas. Bolsista do Programa de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do CNPq e do Projeto Institucional de Monitoria na Disciplina “Introdução a Antropologia”.

### **Joyce Freitas Araújo Firmino**

Graduada em Serviço Social pelo Centro Universitário do Norte (Uninorte) e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas (Ufam). E-mail: joyfreitasaraujo18@gmail.com

### **Lilian Marta Grisolio**

Possui Doutorado (2011), Mestrado (2002) em História Social e Graduação em História - Bacharelado e Licenciatura - (1998) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Também é graduada em

Pedagogia. É professora do Instituto de História e Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão e do Programa de Pós-Graduação - Mestrado em História da UFG/RC. É pesquisadora do grupo de pesquisa do CNPq, POLITHICULT (Política, História e Cultura) da PUC-SP e do grupo Dialogus - Estudos Interdisciplinares em Gênero, Cultura e Trabalho da UFG. É sócia-pesquisadora da Associação de Historiadores Latino-americanos e do Caribe - Seção Brasil (ADHILAC). E-mail: lilian.grisolio@gmail.com

### **Maria Auxiliadora Coelho Pinto**

Pedagoga, Mestra em Estudos Amazônicos com ênfase em Histórias e Culturas Amazônicas. Especialista em Didática do Ensino Superior e Educação Inclusiva. Pesquisadora do Grupo de pesquisa Educação e Diversidade Amazônica-GPEDA. Coordenadora da Linha de Pesquisa Histórias e Culturas, Ambiente, Natureza e Processos Pedagógicos. Membro da Educação Indígena e docente da Universidade do Estado do Amazonas-UEA- campus Centro de Estudos Superiores de Tabatinga-CESTB-UEA. auxicoelho@hotmail.com

### **Michel Justamand (org.)**

Graduado e Licenciado em História, Mestre em Comunicação e Semiótica, Doutor em Ciências Sociais/Antropologia e Pós-Doutor em História todos pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Docente da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, lotado no Instituto de Natureza e Cultura – INC, na unidade acadêmica de Benjamin Constant. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPSCA, na UFAM em Manaus. Email: micheljustamand@yahoo.com.br

### **Rafaela Cassia Procknov**

Graduada e licenciada em Letras (português/espanhol) pela Universidade de São Paulo (2008), especialista em Semiótica Psicanalítica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2010), mestra pelo Programa de Letras da área de Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana do DLM/USP. Atualmente, doutoranda neste Programa. Email: rafaela.procknov@usp.br

### **Renan Albuquerque Rodrigues (org.)**

Bacharel em Comunicação Social (UniNiltonLins/AM), Especialista e Mestre em Psicologia Social (UFPB) e Doutor em Sociedade e Cultura

na Amazônia (Ufam). Realiza estágio Pós-Doutoral em Antropologia (Etnologia Indígena) com a pesquisadora emérita Carmen Junqueira (PUC-SP). É Professor Adjunto II da Ufam, onde orienta estudos em nível de mestrado e doutorado nos Programas de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia e em Ciências da Comunicação.

### **Ronaldo Tadeu de Souza**

Mestre em Ciências Sociais (Área de Concentração) Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC-SP e Doutorando na Área de Teoria política no Departamento de Ciência Política da USP. Pesquisa especificamente, teoria política contemporânea (Hannah Arendt, Leo Strauss, Giorgio Agamben, Antonio Negri); teoria crítica (Adorno e Axel Honneth); teoria democrática (Joseph Schumpeter e representação política) e pensamento marxista. Bolsista da CAPES. Novamente muito obrigado pela oportunidade Michel e publicar no seu projeto editorial,

### **Tharcisio Santiago Cruz (org.)**

Docente de Sociologia na Universidade Federal do Amazonas – UFAM, lotado no Instituto de Natureza e Cultura – INC, na unidade acadêmica de Benjamin Constant. Graduado em Ciências Sociais pela UFAM, em Manaus. Mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, pela UFAM. Doutorando em Antropologia no Programa de Pós-Graduação em Antropologia – PPGAS da UFAM em Manaus. Email: jucbr@yahoo.com.br

### **Valdemar Gomes de Sousa Junior**

Graduado e licenciado em História pela PUC/SP (2000), Mestre em História Social pela PUC/SP (2007), atualmente é doutorando no Programa de Ciências Humanas Sociais da UFABC, bolsista da UFABC e professor da Rede Pública Municipal de São Paulo. Seu campo de pesquisa é sobre a relação entre a imprensa e a ditadura. email: dedalusjr@hotmail.com.

### **Washington Napoleão Eufrázio**

Graduado em Psicologia pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam), especialista em Docência e Gestão do Ensino Superior pela Faculdade Estácio de Sá e mestrando do Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da Ufam. Realiza pesquisas sobre a sexualidade e comportamento humano.

## **A série FAAS e as oportunidades alcançadas!**

A série Fazendo Antropologia no Alto Solimões (FAAS), cujo volume sete (7) ora se apresenta, foi um efetivo implemento científico-literário, o qual consideramos muito importante no contexto da expansão das universidades brasileiras na Amazônia, na primeira década dos anos 2000 e na sequência temporal que se apresenta.

Primeiro porque se tornou ao mesmo tempo acessível à comunidade não apenas universitária, mas em geral, e os livros tiveram ainda distribuição nacional, pela Livraria Cultura entre outras; segundo porque agregou nomes de relevo que compõem o cenário brasileiro de pesquisas da área das ciências sociais e, mais, justificou a função de uma universidade no interior do bioma Amazônia: popularizar o saber.

“Popularizar o saber”, nesse pormenor, não é um jargão eleitoral barato, mas sim um modo de auxiliar fortemente a afirmar a Universidade Federal do Amazonas – UFAM enquanto sede institucional de saberes multidisciplinares no Alto Solimões, que historicamente é uma região tão castigada por entraves territoriais e simbólicos.

Nesse notório volume da série o que se nota é a multidisciplinaridade da coletânea. O que se almejou neste livro, além do que já expomos, foi acrescentar dados ao robusto universo de resultados de pesquisa com temáticas amazônicas e de outras regiões do país, sobremaneira em razão de uma interlocução com diferentes áreas do conhecimento.

Diretamente do Alto Solimões, tríplice fronteira amazônica (Brasil, Colômbia e Peru)... Boa leitura!

*Michel Justamand  
Renan Albuquerque Rodrigues  
Tharcisio Santiago Cruz  
organizadores*

**ALEXA**  
CULTURAL

ISBN 978-85-63354-66-4



9 788563 1354662